

**A ARTE DE ACUMULAR NA GESTAÇÃO DA ECONOMIA CAFEEIRA:  
FORMAS DE ENRIQUECIMENTO NO VALE DO PARAÍBA PAULISTA  
DURANTE O SÉCULO XIX**

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE  
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

**A ARTE DE ACUMULAR NA GESTAÇÃO DA ECONOMIA CAFEEIRA:  
FORMAS DE ENRIQUECIMENTO NO VALE DO PARAÍBA PAULISTA  
DURANTE O SÉCULO XIX**

Renato Leite Marcondes

Orientador: Prof. Dr. José Flávio Motta

Tese apresentada à Faculdade de Economia,  
Administração e Contabilidade da Universidade  
de São Paulo, para obtenção do título de Doutor  
em Economia.

São Paulo  
1998

**Ao meu avô materno,  
Renato Prado Leite,  
e espiritual,  
José Geraldo Evangelista**

## RESUMO

Ao longo do século XIX ocorreu um expressivo crescimento econômico e demográfico no vale do Paraíba. A expansão da cafeicultura teve um papel fundamental neste fato, pois abriu novas oportunidades aos moradores da região e aos oriundos de fora. Neste contexto, procuramos entender essas transformações e as formas de acumulação dos indivíduos que viveram nesta economia. Selecionamos para estudo a localidade de Lorena (SP) nessa época. Inicialmente a expansão da cana-de-açúcar marcou a economia da região durante o final do século XVIII e início do XIX. Posteriormente, o plantio da rubiácea figurou como a principal atividade dos habitantes.

As fontes documentais utilizadas consistiram basicamente nas listas nominativas de habitantes e dos inventários. Na primeira parte da tese apresentamos um panorama geral da localidade como um todo em seus aspectos demográficos e econômicos de 1778 a 1829, destacando três contingentes: os escravistas, seus escravos e os chefes de domicílio não-proprietários de cativos. Na outra parte centramos a análise numa amostra dos moradores em 1829, para os quais localizamos os seus inventários. A partir destes 187 indivíduos selecionados realizamos a discussão do acúmulo de escravos entre os dois momentos (1829 e o período dos inventários 1830/79). Alguns condicionantes mostraram-se importantes, como, por exemplo, a atividade desenvolvida, a propriedade de terras e as idades dessas pessoas. A mobilidade entre as diferentes faixas de tamanho de plantéis revelou-se maior para os pequenos escravistas.

Além da propriedade escrava, pudemos estudar o conjunto da riqueza inventariada das pessoas da amostra: os cafeicultores, lojistas de fazenda seca, usurários e produtores de derivados de cana mantinham a quase totalidade da riqueza, inclusive dos escravos. O procedimento de acompanhar os indivíduos no tempo permitiu o exame das mudanças de suas ocupações. A continuidade da cafeicultura garantiu um patrimônio médio superior ao dos que abandonaram esta atividade. Entretanto, um número significativo de pessoas da amostra passou a atuar na faina canavieira, em alguns casos abandonando até a produção de café. Os fornecedores locais de crédito tiveram um papel atuante na expansão da cafeicultura e alcançaram as maiores fortunas. Não encontramos evidências de relações de dependência financeira entre a região e a praça do Rio de Janeiro. Assim, a economia cafeeira possibilitou a continuidade de atividades pretéritas moldadas à nova realidade e à abertura de novas opções de inversão especialmente para os detentores de grandes recursos. Estes últimos mantiveram-se no topo da hierarquia econômica da região ao longo do tempo.

## ABSTRACT

The economic and demographic growth in vale do Paraíba was substantial in the course of the nineteenth century. The expansion of coffee planting played a fundamental role in that growth, opening new opportunities to the inhabitants and to people coming from other regions. Within this context we tried to understand the forms of accumulation of the individuals in that economy. We selected for study the locality of Lorena (São Paulo) in that period. The expansion of sugar cane dominated the region's economy by the end of the eighteenth century and beginning of the nineteenth. Coffee planting became the main occupation of the inhabitants afterwards.

The documental sources we used were basically manuscript censures and inventories. The first part of the thesis is an outlook on the locality as a whole in its demographic and economic aspects from 1778 to 1829, focusing on three groups: slaveowners, their slaves, and households heads that were not slaveowners. The other part of the thesis centers its analysis on a sample of the inhabitants in 1829 whose inventories we located. The 187 individuals selected were used as a basis for discussion on the accumulation, ownership of land, and age of the individuals. The owners of small slaveholdings showed higher mobility along different categories of slaveholding sizes.

In addition to slave ownership, we can study the whole wealth of the individuals whose inventories figured in the sample. Almost all the wealth, including the slaves, was held by coffee planters, dry goods merchants, usurers, and producers of sugar cane by-products. The procedure of following each individual along the time made it possible to examine their occupation changes. Those who remained in coffee planting guaranteed for themselves an average wealth higher than those who quit this activity. However, a significant number of the individuals in the sample turned to activities related to sugar cane, some of them even quitting coffee planting. Local credit suppliers played an expressive role in the expansion of coffee planting and obtained the largest fortunes. Evidence of financial dependence relations between the region and the financial market of Rio de Janeiro was not found. Thus, the coffee economy made it possible the continuity of past activities, shaped by the new reality and by new investment options opened mainly to large resource owners. The latter remained at the top of the region's economic hierarchy all along the time.

## AGRADECIMENTOS

Ao longo do levantamento das fontes utilizadas na tese tomamos contato com inúmeras pessoas, às quais agradeço pela compreensão, ajuda e muitas vezes pelo incentivo. Entre elas, gostaria de mencionar algumas: Dalva e Nazita do Arquivo Municipal de Lorena; Dona Ady, Zélia e Sr. Paulo do Arquivo do Estado de São Paulo; Dona Cristina e seus colegas do Fórum de Cachoeira Paulista; Sr. Amauri e Zezinho do Cartório de Imóveis de Lorena; D. Jurinda e Aparecida do Primeiro Cartório de Cachoeira Paulista; Helvécio e o amigo Joaquim do Museu Frei Galvão; Seneval do Cartório de Imóveis de Queluz e a Tatiana do Mini Museu da Fundação Nossa Senhora Auxiliadora do Ipiranga. Essas pessoas são guardiãs de um pedacinho do nosso passado e, por isso, merecem o nosso reconhecimento.

Ao CNPQ, CAPES e Fapesp pelo amparo financeiro.

Ao IPE e ao Departamento de Economia da USP pelo apoio institucional para a pesquisa.

Ao meu orientador José Flávio Motta pela atenção e empenho desde o início deste empreendimento. Também agradeço aos membros da banca de qualificação, Francisco Vidal Luna, Nelson Hideiki Nozoe e Iraci del Nero da Costa, pelos comentários e sugestões, em certa medida incorporados ao texto.

A minha família, pelo apoio.

Aos colegas do IPE/USP, em especial Sammy, Adriana e Martin, e aos amigos, companheiros de longa jornada.

À Tatiane.

## SUMÁRIO

Introdução	9
1 - Algumas considerações sobre a história da localidade	22

### Primeira Parte

2 - O evolver demográfico e econômico durante o final do século XVIII e início do XIX	36
I - Demografia	
II - Economia	
3 - Escravistas, escravos e chefes de domicílios não-proprietários de cativos	60
I - Estrutura da posse de cativos	
II - Os escravistas	
III - Os não-proprietários de cativos	

### Segunda Parte

4 - A acumulação de cativos	90
I - Características da amostra selecionada	
II - Dinâmicas diferenciadas da acumulação em escravos segundo a propriedade de terras	
III - Formas de aquisição de cativos	
IV - Acumulação de cativos dos indivíduos segundo suas condições em 1829	
V - Evolução da posse cativa pelas gerações	

5 - A distribuição da riqueza	130
I - Distribuição e composição do patrimônio por faixas de riqueza	
II - Patrimônio alcançado pelos indivíduos segundo suas condições em 1829	
III - Patrimônio alcançado pelos indivíduos nos inventários	
IV - A riqueza dos cafeicultores	
V - Os produtores de derivados de cana	
6 - O comércio e o crédito	165
I - Os tipos de comércio	
II - O crédito na gestação da economia cafeeira	
III - Alguns capitalistas do século XIX	
Conclusão: As formas de acumulação	207
Apêndice: a hipótese do ciclo de vida	215
Apêndice: Ventura José de Abreu	233
Apêndice: os não-proprietários de cativos em 1829	240
Apêndice Metodológico	245
Apêndice Estatístico	265
Referências Bibliográficas	271

## O Jazigo imaginário ou Roças de Bento Rodrigues

Caminhante, não pares junto de minha sepultura  
com se parasses junto à sepultura de um estranho:  
como os demais existi,  
casei-me, trabalhei, sustentei meus filhos,  
penando nesse Vale de Lágrimas;  
mas como somente os raros,  
ou como o lavrador que prepara o campo,  
semeia e colhe o mantimento,  
fundei um povoado, erguendo à margem do rio  
uma capela à Virgem da Piedade.

Com o tempo,  
o arraial se fez vila e cidade, município e comarca,  
e de entre meus netos e os netos de meus companheiros  
e da stirpe daqueles que se fixaram em nosso meio  
surgiram capitães-mores e titulares do Império,  
e deputados e Presidentes de Província;  
e toda uma gente pacífica e laboriosa  
que cultivou café e cana  
até haver, com a decadência da terra,  
os que passaram a comer do pão do espírito.

Péricles Eugênio da Silva Ramos

(RAMOS, 1960, p. 77)

## INTRODUÇÃO

Quando eu era menino, as antigas construções coloniais e imperiais chamavam a minha atenção, por causa de sua grandiosidade, estilo rebuscado, cores vivas e, muitas vezes, até pelo seu estado de abandono. O tamanho e o número de portas e janelas ascendiam o interesse a respeito do interior dos prédios. Ao entrar nas edificações, eu parecia adentrar numa terra de gigantes, em outro mundo, onde tudo foi, nada é, como falava Monteiro Lobato. Os detalhes do madeirame, ladrilhos e vidrais aumentavam o meu fascínio. Com curiosidade típica desta tenra idade, indagava os meus familiares acerca das construções. As respostas mais comuns consistiam: é a casa do Conde, uma fazenda de café ou uma igreja construída pelos escravos. O mais intrigante era que não havia cafezais e nem cativos. Eu começava a imaginar como seria o convívio entre livres e escravos, pautado pela violência, chibata, pelourinho etc. Como as pessoas conseguiam viver naquela época, sem computadores, automóveis ou luz elétrica ... O mundo deles era cheio de animais, carroças, engenho, foices, machados etc. Esta realidade ainda pode ser vislumbrada no interior do nosso país. Entretanto, a herança de nosso passado não se restringe a apenas o plano material. A maior herança verifica-se do lado humano, por meio do comportamento, hábitos e costumes dos brasileiros. A motivação para o presente estudo originou-se destas recordações.

Definimos como objetivo de nossa tese estudar uma área específica do vale do Paraíba paulista a fim de entender a sua transformação com a introdução da cafeicultura no início do século XIX. Analisamos inicialmente as condições prévias à chegada da rubiácea. A partir deste quadro discutimos o crescimento e o apogeu da economia cafeeira. O espaço territorial contemplado em nosso estudo restringiu-se a uma determinada região do vale. O local escolhido para exame compõe-se da área compreendida pela vila de Lorena entre 1816 e 1842. Tal região atualmente abarca as seguintes cidades: Lorena, Piquete, Cachoeira Paulista, Cruzeiro, Canas, Silveiras (Cf. Apêndice Metodológico). Assim, ao longo dos diversos capítulos, quando nos referimos a Lorena, sua vila ou localidade, consideramos esta unidade territorial, salvo menção contrária.

Ao longo do século XIX o Brasil passou, segundo Caio Prado Jr., por uma profunda transformação econômica e demográfica, pois a primazia agrícola deslocou-se do Nordeste para o Centro-Sul. Esta mudança do eixo da economia decorreu basicamente da decadência da produção açucareira e do crescimento da cafeicultura. A exploração mineratória do século XVIII deu início a tal mudança espacial. Posteriormente, a economia cafeeira assumiu a liderança na geração da renda interna. Todavia, o cultivo da rubiácea continuou nos moldes da produção colonial. De acordo com as palavras do próprio autor, o desenvolvimento da cafeicultura produzirá

*“(...) o efeito de reforçar a estrutura tradicional da economia brasileira, voltada inteiramente para a produção intensiva de uns poucos gêneros destinados à exportação. Graças ao amparo de um artigo como o café, de largas facilidades de produção no país e de considerável importância comercial nos mercados mundiais, aquela estrutura, momentaneamente abalada pelas transformações sofridas pelo país na primeira parte do século, consegue se refazer e prosperar mesmo consideravelmente ainda por muito tempo. E com ela se reforçarão também os diferentes elementos econômicos a ela ligados e que já discriminamos ao tratar da colônia, cujo sistema econômico se perpetuara no Brasil independente: a grande propriedade monocultural trabalhada por escravos.” (PRADO JR., 1984, p. 181-182).*

A grande lavoura estabelecida na colônia marcava-se pela produção monocultora destinada ao exterior, utilizando extensões territoriais enormes e contingentes de mão-de-obra cativa expressivos. A expansão cafeeira nesse momento permitiu um marcante crescimento econômico e populacional para uma região particular: *“O vale do Paraíba tornou-se assim um grande centro condensador de lavouras e de população; em meados do século XIX reúne-se aí a maior parcela da riqueza brasileira.”* (PRADO JR., 1984, p. 174). Como na economia açucareira, a estrutura produtiva mantém-se constante: *“Em matéria de organização, a lavoura cafeeira seguiu os moldes tradicionais e clássicos da agricultura do país: a exploração em larga escala, tipo ‘plantação’ (a plantation dos economistas ingleses), fundada na grande propriedade monocultural trabalhada por escravos negros (...)”* (PRADO JR., 1984, p. 178). O avanço da rubiácea pelo Sudeste brasileiro defrontou-se no vale do Paraíba com condições propícias para o seu florescimento. O clima e o solo revelaram-se, de início, favoráveis ao seu cultivo. Existiam também recursos disponíveis para a expansão. A proximidade do litoral facilitava o escoamento da produção por meio das tropas de muares.

Segundo Celso Furtado, a cafeicultura contou, no seu início, com os recursos “ociosos” advindos da decadência da mineração. Esta disponibilidade de condições humanas e materiais possibilitou a rápida expansão cafeeira pelo vale do Paraíba. Segundo Maria Thereza Schorer Petrone (1968), o desenvolvimento do cultivo da cana-de-açúcar na segunda metade do século XVIII e no início do século XIX em São Paulo apontava para uma situação distinta (de não ociosidade). A expansão da produção de derivados de cana previamente à cafeicultura mostrou a existência de recursos não tão ociosos no vale do Paraíba como relatado por Furtado durante o final do século XVIII e início do XIX (ver MARCONDES, 1992). A feitura destes derivados nesta região destinava-se muitas vezes ao mercado interno brasileiro, especialmente para as Minas.

A atividade cafeeira marcava-se pela utilização intensiva da mão-de-obra escrava, como na região açucareira. Todavia, o montante de recursos requeridos para a cafeicultura era inferior ao da produção de açúcar:

*“(...) a empresa cafeeira se caracterizava por custos monetários ainda menores que os da empresa açucareira. Por conseguinte, somente uma forte alta nos preços da mão-de-obra poderia interromper o seu crescimento, no caso de haver abundância de terras. Como em sua primeira etapa a economia cafeeira dispôs do estoque de mão-de-obra escrava subutilizada da região da antiga mineração, explica-se que seu desenvolvimento haja sido tão intenso, não obstante a tendência pouco favorável dos preços.” (FURTADO, 1968, p. 122-123).*

A passagem dos recursos das atividades pretéritas para a cafeicultura tornou-se essencial para a rápida difusão da rubiácea pelo vale do Paraíba. A elite cafeeira formou-se a partir de indivíduos com experiência comercial, especialmente no fornecimento de gêneros para as Minas. Nas palavras do próprio autor:

*“O abastecimento desse mercado passou a constituir a principal atividade econômica dos núcleos de população rural que se haviam localizado no sul da província de Minas como reflexo da expansão da mineração. O comércio de gêneros e de animais para o transporte destes constituía nessa parte do país a base de uma atividade econômica de certa importância, e dera origem à formação de um grupo de empresários comerciais locais. Muitos desses homens, que haviam acumulado alguns capitais no comércio e transporte de gêneros e de café, passaram a interessar-se pela produção deste, vindo a constituir a vanguarda da expansão cafeeira.” (FURTADO, 1968, p. 123).*

O crescimento da cafeicultura no vale do Paraíba gerou as bases para o dinamismo econômico posterior, assentado na mão-de-obra livre: *“O segundo e principalmente o terceiro quartel do século passado são basicamente a fase de gestação da economia cafeeira.”* (FURTADO, 1968, p. 122). Ao longo do século XIX, o mercado interno potencializa-se de maneira extraordinária e crescente, principalmente com o fim do tráfico de escravos africanos em 1850. De outro lado, na terceira década do século XIX acentua-se a depressão dos preços do açúcar, incentivando a transferência de mão-de-obra cativa do Norte para o Sul do país.

Os menores custos do cultivo da rubiácea permitiram a participação nesta cultura de segmentos da população detentores de poucos recursos. A cafeicultura, desde o início do século XIX, abriu oportunidades de acumulação de riqueza a um amplo contingente populacional, formado desde não-escravistas até grandes proprietários de cativos. Muitas vezes, tais oportunidades não se colocaram, tão-somente, mediante o cultivo da rubiácea, mas, também, por meio de outras atividades agrícolas ou até mesmo comerciais. Maria Sylvia de Carvalho Franco estudou o papel das pessoas que se colocavam entre senhores e escravos, tomando como

referência a comarca de Guaratinguetá (SP) durante o século XIX. Para a autora, os homens livres e expropriados dos meios de produção atuavam como sitiantes, vendeiros, tropeiros, agregados etc. Por outro lado, este segmento surgiu e evoluiu como decorrência das possibilidades abertas pelo desenvolvimento da propriedade escravista. Eles possuíam a terra e lutavam para a manutenção dos meios de produção. Destarte, as palavras da própria autora esclarecem o modo de participação dos homens livres pobres:

*“A ‘civilização do café’ constituiu-se a partir de um universo econômico em expansão, onde o projeto de todos foi enriquecer e onde os meios de enriquecimento não estiveram monopolizados. A apropriação não estava juridicamente limitada, nem mesmo convencionalmente estabelecida, como privilégio exclusivo de um determinado grupo de homens livres, observando-se a tendência inversa daquela que acompanha as formações estamentais. Nestas, o fechamento cada vez maior das camadas dominantes, o monopólio por elas exercido sobre os bens materiais, aliados à desqualificação do trabalho e da atividade lucrativa têm por consequência o travamento da evolução dos mercados. Na sociedade aqui focalizada, a possibilidade de ganhar uma posição economicamente vantajosa e desta traduzir-se em posição social privilegiada, manteve abertos os estratos superiores, intensificando sua participação nas atividades mercantis. É certo que o latifúndio trabalhado por escravos implicava numa limitação das relações de troca. Mas, em certa medida, também esse efeito corrigiu-se pela referência aos mercados internacionais, que conferiu sentido a toda a atividade organizada no interior das fazendas, impedindo que elas se convertessem em unidades auto-suficientes e fazendo com que o movimento tendesse no sentido contrário, para a diferenciação e integração, incipientes que sejam, da vida econômica.” (FRANCO, 1974, p. 221).*

Ao estudar a localidade de Capivary (atual Silva Jardim no Rio de Janeiro), Hebe Maria Mattos de Castro percebeu, baseada em fontes cartorárias, a existência de uma vasta gama de cafeicultores. Esta região não se situava no vale do Paraíba e, por isso, manteve-se distanciada do esplendor da cafeicultura: *“Ao falarmos dos nossos ‘fazendeiros’ estamos muito longe de qualquer similitude real com os grandes plantadores de café do vale do Paraíba (...)” (CASTRO, 1988, p. 33).* Os produtores de café compreendiam três grupos: os fazendeiros com cerca de vinte mil pés de café, os sitiantes possuindo ao redor de dez mil pés e os lavradores pobres detendo um número próximo a dois mil pés. Os últimos formariam o segmento dos homens livres pobres: *“‘Pobres’ mas não ‘despossuídos’ pois, mesmo quando sem terras ou escravos, conseguiam prover sua subsistência com o resultado de suas lavouras – diferenciando-se, assim, fundamentalmente do escravo, que antes de tudo, trabalhava a lavoura de outro. À escassez de terras respondiam com o deslocamento. A abundância de terras livres explica a expressividade*

*de sua presença no município analisado.*” (CASTRO, 1988, p. 96).<sup>1</sup> O objetivo dessas pessoas, segundo Hebe Castro, diferia da visão de Franco. Os pequenos produtores: *“encontravam-se alheios, portanto, a qualquer dinâmica regida pela lógica de reprodução do capital comercial socialmente preponderante, sendo parcamente afetados pelas possíveis limitações e flutuações de demanda nos mercados regionais. Ao mesmo tempo, não deixavam de concentrar suas culturas nos produtos de aceitação comercial naqueles mercados, de modo a garantir aquela parte de sua subsistência que não eram capazes de produzir.”* (CASTRO, 1988, p. 90).

O espaço aberto para este segmento permitiu, no momento inicial da rubiácea na região, o seu pioneirismo na nova cultura. Maria Luíza Marcílio observou a introdução do café no vale do Paraíba por meio dos não-proprietários de escravos: *“A produção cafeeira se iniciou com a soma de pequeninos produtores que contavam com a mão-de-obra familiar livre.”* (MARCÍLIO, 1974, p. 187). Iraci del Nero da Costa estudou diversas localidades brasileiras entre o final do século XVIII e o início do XIX, entre elas: Areias, Bananal, Lorena, Guaratinguetá e Taubaté. Ao considerar estas últimas, o autor afirmou sobre o princípio da cafeicultura: *“(…) ao que parece, a introdução deste gênero deu-se com base em pequenas propriedades de não-escravistas; com o passar do tempo, no entanto, vieram a predominar os grandes produtores escravistas.”* (COSTA, 1992, p. 99).<sup>2</sup> José Flávio Motta verificou uma situação análoga para Bananal no início do século XIX, na qual os precursores do cultivo da rubiácea eram não-proprietários de cativos (Cf. MOTTA, 1990, p. 165). Os grandes escravistas assumiram, posteriormente, a liderança do dinamismo cafeeiro. Francisco Vidal Luna, ao analisar a vila de Areias em 1836, percebeu a dominância dos proprietários com vinte ou mais cativos na escravaria dos cafeicultores (52,6%). Os pequenos escravistas (de 1 a 5 escravos) mantinham 8,5% dos cativos dos produtores de café. Todavia, estes dois segmentos representavam 13,6% e 42,9% dos cafeicultores possuidores de escravos, respectivamente (Cf. LUNA, 1994, p. 457).

Outros autores também observaram a participação ou até a predominância dos pequenos cafeicultores no vale do Paraíba não apenas nas primeiras décadas do século XIX. Maria Celina Whately, por exemplo, estudando o café em Resende (RJ) durante o século XIX, verificou a diferença do cultivo da rubiácea na localidade em questão com relação a Vassouras (RJ). Ela chegou a afirmar: *“Uma das peculiaridades de Resende foi exatamente a produção de café, com base num grande número de pequenos e médios produtores e poucos grandes cafeicultores.”*

---

<sup>1</sup> Laura de Mello e Souza também descartou o conceito de marginalidade para os pobres de Minas no século XVIII. A autora utiliza a denominação de desclassificados para estas pessoas (ver SOUZA, 1982).

<sup>2</sup> Iraci Costa procurou criticar a visão tradicional da historiografia a respeito dos não-proprietários de cativos, os quais, segundo o autor, formavam a maioria da população brasileira e participavam, com intensidade variada, de diversas atividades econômicas, inclusive da agricultura de exportação. Nas palavras do próprio autor: *“(…) esta é a tese que defendemos, exagerou-se a insignificância daquele segmento sócio-econômico e chegou-se mesmo a negar a necessidade de seu estudo ou a confundir-lo com um mero bando de desclassificados.”* (COSTA, 1992, p. 115).

(WHATELY, 1987, p. 69). A pretendida especificidade parece-nos recorrente. Maria Aparecida Chaves Ribeiro Papali verificou, trabalhando com 30 inventários de São José dos Campos (SP) entre 1870 e 1888, uma situação próxima a Resende:

*“A documentação consultada indica que a cidade de São José dos Campos vinha se constituindo, e formando seus cafezais, pela presença bastante numerosa de pequenos e médios lavradores. Sitiantes e ‘meeiros’ povoavam aquelas paragens em grande quantidade. (...) Provavelmente seja essa uma peculiaridade das lavouras de café de São José dos Campos de finais do século XIX. Mesmo as maiores fazendas não deveriam ter as dimensões que as grandes fazendas dos barões do café, tiveram nos áureos tempos da cafeicultura, no Vale do Paraíba Paulista. (...) A grande maioria dos lavradores possuía, em média, de 10 a 15 trabalhadores escravos em suas fazendas.”* (PAPALI, 1996, p. 128-129).

Célia Maria Loureiro Muniz estudou a estrutura fundiária no vale do Paraíba fluminense durante o século XIX. A partir das formas de apropriação da terra, ela mostrou que *“sua estrutura produtiva não era constituída, apenas, de grandes fazendeiros de café, mas também de pequenos proprietários.”* (MUNIZ, 1979, p. 160). Uma outra qualificação efetuada pela autora consistiu no tamanho das propriedades: *“Muitos livros sobre economia cafeeira, falam em ‘grandes propriedades’ ou ‘enormes latifúndios’. No entanto essas fazendas de café não eram tão grandes, elas possuíam em média de 100 a 200 alqueires sendo que muitas possuíam menos de 100 alqueires.”* (MUNIZ, 1979, p. 135). Destarte, muitas vezes o desenvolvimento cafeeiro ocorreu em moldes distintos dos propalados por Caio Prado Jr. A pequena e a média propriedade participavam ativamente da economia cafeeira.

Este quadro aponta para uma situação heterogênea da cafeicultura no vale do Paraíba paulista. Embora grande número de povoações participasse desta atividade, a intensidade do cultivo do café apresentou distinções significativas no espaço, tanto no seu volume de produção quanto na estrutura produtiva (porte dos cafeicultores). O estudo de uma localidade específica deve atentar para as diferenças entre a povoação considerada e as demais. No referente à cafeicultura no vale do Paraíba, Lucila Herrmann observou, em trabalho publicado em 1948, tais singularidades: *“O desenvolvimento não é, contudo, uniforme. A invasão dos cafezais e o enriquecimento demográfico não se processaram em todos os municípios do vale com a mesma intensidade e a mesma coerência.”* (HERRMANN, 1986, p. 114). As diferentes regiões do vale apresentaram condições distintas para o proveito da faina cafeeira, inclusive de relevo, clima e solo. Algumas localidades destacaram-se mais na cafeicultura do que outras. As características particulares das povoações devem ser consideradas na análise do vale do Paraíba. O desenvolvimento anterior de atividades econômicas constitui um elemento essencial para esta caracterização. A rápida expansão cafeeira beneficiou-se dos capitais mercantis existentes, como

relatado por Furtado. Todavia, a disponibilidade de condições para a expansão da rubiácea, não apenas comerciais, variou de acordo com a localidade.

João Luís Ribeiro Fragoso reafirmou a importância da transferência de recursos mercantis para a cafeicultura colocada por Furtado. Numa análise crítica da excessiva ênfase dada pela historiografia ao setor exportador da economia colonial, ele apontou a possibilidade de parte do excedente gerado na colônia manter-se em circulação na esfera colonial, na forma de acumulações endógenas. A obtenção destes recursos ocorria na própria colônia (endogenamente) e de certo modo independente do comportamento das exportações. O mercado interno constituía o *locus* em que se dava a acumulação própria à colônia, promovida pelo capital mercantil residente nela, reduzindo a importância das relações econômicas com a metrópole. Ao longo da vida dos grandes comerciantes haveria a transferência do capital mercantil para o setor agrícola, não em função da menor rentabilidade do primeiro, na qual estavam alocados os recursos, pois a sua remuneração era superior às demais, inclusive a da cafeicultura, mas devido a uma questão de maior *status* dos agricultores (serem donos de terras e de homens e compor a aristocracia territorial, escravista e exportadora). Tal inversão permitiria a reprodução da *plantation*. Ainda que tal idéia seja discutível na obra de Fragoso, o autor conseguiu avançar no sentido da crítica do viés exportador presente em Caio Prado Jr.

Os comerciantes de grosso trato controlavam e apropriavam-se do excedente acumulado na esfera colonial.<sup>3</sup> O próprio Caio Prado Jr. já enfatizava a importância dos comerciantes: “(...) *o comércio, apesar da prevenção que contra ele havia, ocupa uma posição de relevo. Pode fazer frente à outra classe possuidora da colônia, os proprietários, e disputar-lhes a primazia.*” (PRADO JR., 1953, p. 294). Na praça mercantil do Rio de Janeiro, os grandes comerciantes subordinavam a empresa agroexportadora: “(...) *não é de surpreender que o endividamento surgisse como momento necessário daquela reprodução, já que também a liquidez da praça do Rio se encontrava nas mãos de poucos negociantes. Em outras palavras, na reprodução da agroexportação, nos deparamos, mais uma vez, com a hegemonia do capital mercantil.*” (FRAGOSO, 1992, p. 210). Uma rede de endividamento constituída pelos negociantes de grosso trato residentes no Rio de Janeiro também auxiliava a montagem da reprodução da *plantation* cafeeira do vale do Paraíba. Embora sem a restrição imposta ao mercado interno, para Fragoso, o espaço de acumulação continua restrito a uma pequena parcela da população, especialmente as pessoas alocadas nas atividades mercantis e moradoras na Corte.<sup>4</sup>

---

<sup>3</sup> A existência de tal grupo de indivíduos residentes na colônia acentuou-se com a vinda da corte portuguesa para o Brasil em 1808. Segundo Riva Gorenstein (1978) houve nesse momento o enraizamento dos interesses portugueses na colônia.

<sup>4</sup> Para Caio Prado Jr., o período estudado por Fragoso já seria marcado de forma distinta dos séculos anteriores (Cf. PRADO JR., 1984, p. 149-150). A mudança da corte portuguesa para o Brasil em 1808 provocou transformações na colônia. Maria Odila da Silva Dias chegou a afirmar a interiorização da metrópole a partir desse momento: “*Com a*

Para Maria Sylvia de Carvalho Franco o desenvolvimento da empresa cafeeira contou com diversos fatores, não apenas mercantis. Se, de um lado, os capitais de origem mercantil assumiram importância vital na constituição destes empreendimentos:

*“(...) as próprias práticas de comércio amoldaram-se de forma a permitir que o dono de terras, parco de recursos financeiros, adquirisse os meios de produção que necessitava, ficando garantidos, porém, ao negociante ágios elevados das quantias que empatava. Essa época, em que o dinheiro era escasso e em que se passava rapidamente de uma agricultura acanhada para a exploração mercantil de vulto, foi aproveitada ao máximo pelos traficantes, que impunham preços elevados, mas aceitavam em contrapartida quaisquer termos de negócios, do escambo ao crédito.” (FRANCO, 1974, p. 159).*

Por outro lado, a participação política, o uso de cargos públicos e as relações de parentesco e amizade também influíram na acumulação de riqueza dos indivíduos.<sup>5</sup> Tais argumentos permitiram à autora afirmar com relação aos grandes cafeicultores: *“Para alguns desses fazendeiros realmente grandes, a entrada na exploração do café fez-se com uma já sólida cabeça de ponte. Os privilégios que vinham do Brasil joanino, seja pela propriedade ou pela facilidade de acesso à terra, seja pela fortuna amealhada nas atividades comerciais, foram decisivos. Estes homens mais favorecidos (...) começaram seus empreendimentos alicerçados em posses consideráveis (...)” (FRANCO, 1974, p. 195-196).*

Neste contexto sócio-econômico de crescente dinamismo cafeeiro, procuramos compreender as transformações da região por nós estudada, inclusive as formas de acumulação de cativos e riqueza dos seus habitantes.<sup>6</sup> Nesta busca, devemos considerar as diversas atividades destas pessoas, efetuadas com intensidades distintas. Como vimos acima, a cafeicultura desenvolveu-se com a participação da pequena e da média propriedade e de agricultores de variados portes. Todavia, como largamente evidenciado na historiografia, existia uma forte concentração da renda e da riqueza no período colonial e imperial. Uma elite mercantil e agrária dominava a propriedade dos recursos necessários à produção. Por outro lado, tal desigualdade poderia dificultar, mas não impossibilitava a acumulação por parte do restante da população. Até mesmo uma parcela dos não-escravistas beneficiou-se das circunstâncias econômicas favoráveis.

---

*vinda da Corte, pela primeira vez, desde o início da colonização, configuravam-se nos trópicos portugueses preocupações próprias de uma colônia de povoamento e não apenas de exploração ou feitoria comercial, pois que no Rio teriam que viver e, para sobreviver, explorar ‘os enormes recursos naturais’ e as potencialidades do império nascente, tendo em vista o fomento do bem-estar da própria população local.” (DIAS, 1972, p. 182). Além de Fragoso, outros autores procuraram recentemente qualificar a interpretação de Caio Prado Jr. para a realidade colonial, como por exemplo Iraci Costa (1995).*

<sup>5</sup> Não pretendemos realizar um estudo acerca das estratégias de sucessão das famílias e dos sistemas de heranças, como efetuado por Metcalf (1983a), Bacellar (1987), Scott (1987) e Costa (1997).

<sup>6</sup> Utilizamos o termo riqueza no sentido já utilizado na historiografia por Mello (1985). Entendemos acumulação como a formação de um patrimônio durante a vida de uma pessoa.

Costa mostrou a importância em termos populacionais e econômicos dos não-proprietários de cativos com relação aos detentores de escravos. Tal comparação permitiu a ele afirmar: “(...) *o desenvolvimento da cafeicultura abriu oportunidades aos dois segmentos sócio-econômicos, embora os maiores beneficiados tenham sido, justamente, os proprietários de cativos.*” (COSTA, 1992, p. 99).

O cultivo do café assumiu papel fundamental no desenvolvimento econômico e demográfico desta região durante o século XIX. Nesta realidade, várias hipóteses para explicar a acumulação de riqueza podem ser formuladas. Este crescimento abriu, possivelmente, oportunidades de acumulação de riqueza a uma grande parcela da população, e não apenas aos cafeicultores possuidores de um grande número de cativos. Os comerciantes e produtores de outros bens beneficiaram-se também das transformações econômicas provocadas pelo cultivo da rubiácea. A apropriação de tal benefício decorreria também do interesse ou não na constituição de fortunas. Ademais, as idades e a propriedade de escravos e de terras dos indivíduos também condicionariam os processos de enriquecimento. Os patamares iniciais da posse de escravos e as relações de parentesco, por meio das heranças, dotes e doações recebidos ao longo da vida, contribuiriam fundamentalmente para o patrimônio observado nos inventários. Deste modo, destacaremos alguns condicionantes dos diferenciais na acumulação de cativos. Os montantes de riqueza e escravos adquiridos pelos indivíduos dependeriam de diversas condições ocorridas durante suas vidas, como, por exemplo, as atividades econômicas efetuadas por eles. Destarte, pretendemos avaliar a viabilidade destas hipóteses no presente estudo. Deste modo, procuraremos verificar as formas e as intensidades do enriquecimento ocorridas na localidade, tentando observar os condicionantes de suas diferenças, especialmente no referente à riqueza alcançada ao final de suas vidas. As diferentes atividades praticadas pelos habitantes da região representariam um dos fatores determinantes da sua evolução patrimonial e da riqueza alcançada ao final de suas existências. A própria cafeicultura constituiria um fator determinante na expansão das possibilidades de acumulação, porém beneficiando especialmente os maiores escravistas quando ocorreu a consolidação da sua produção no vale (Cf. MOTTA, 1990 e MOTTA & NOZOE, 1994). Todavia, o cultivo da rubiácea permitiria também a participação dos agricultores com poucos recursos, mas principalmente durante sua introdução, como salientado pela historiografia.

\* \* \*

Inicialmente apresentamos, no capítulo 1, um histórico da localidade compreendendo uma análise preliminar da sua história desde o surgimento da freguesia até o final do século XIX.

Nesse capítulo, concentramo-nos nos aspectos econômicos e demográficos locais e utilizamos, largamente, a historiografia e algumas fontes primárias. Posteriormente, procuramos compreender as transformações da localidade em dois planos distintos. No primeiro, deles analisamos as principais características demográficas e econômicas apresentadas pela totalidade dos moradores e suas transformações do último quartel do século XVIII ao primeiro do XIX, por meio das listas nominativas de habitantes. No segundo, focalizamos uma determinada amostra de pessoas selecionada com base no cruzamento das informações presentes nas listas nominativas de habitantes e nos inventários (ver Apêndice Metodológico). O estudo da acumulação em cativos e da riqueza obtida ao final da vida destes indivíduos efetuou-se a partir do contexto surgido do exame do plano anterior.

Desenvolvemos a primeira análise na parte I, que se concentra no estudo de Lorena, em seus aspectos demográficos e econômicos para o conjunto dos seus habitantes. Dividimos esta parte em dois capítulos. No primeiro (o capítulo dois da tese) apresentamos um panorama geral da localidade, compreendendo, num mútuo condicionamento, os seus movimentos demográficos e a sua produção agrícola para os anos de 1778, 1798, 1818 e 1829. A análise do evoluir demográfico compreende não apenas o contingente livre como também o cativo e a presença de movimentos migratórios. Procuramos ressaltar o papel das atividades que antecederam o café no condicionamento da rápida introdução da rubiácea. Mostramos a importância do desenvolvimento cafeeiro e, previamente, da cana-de-açúcar para o crescimento econômico e da população de Lorena. Realizamos também uma comparação do caso lorenense com o de outras localidades do vale do Paraíba paulista, salientando suas similitudes e particularidades. Nesta tarefa, lançamos mão da produção historiográfica, para o período em questão, concernente às povoações de Guaratinguetá, Taubaté, Bananal e Areias.

No capítulo final da parte I (o capítulo três da tese), focalizamos apenas os chefes de domicílio, tanto escravistas como não-proprietários de cativos para os mesmos anos.<sup>7</sup> Mostramos também a evolução no tempo da distribuição da posse cativa e da composição dos plantéis. Procuramos observar a tendência de concentração ou não da propriedade escrava nesse período, por meio do índice de Gini. Destacamos as características demográficas (sexo, estado conjugal, idade) e econômicas (atividades) dos proprietários de cativos e não-escravistas. Confrontamos os resultados verificados para Lorena com os observados para outras localidades do vale do Paraíba, em especial as mencionadas acima.

Na segunda parte da tese, que compreende os seus capítulos 4, 5 e 6, enfocamos a amostra selecionada. A partir deste momento passamos a realizar a análise de forma longitudinal, e não mais por meio de *cross section*. Para avançarmos o estudo impõe-se a consideração de um

---

<sup>7</sup> Os domicílios recebiam a designação de fogos nas listas nominativas de habitantes.

determinado grupo de indivíduos em particular, mas examinado com maior profundidade em seus processos de acumulação de cativos e riqueza. Concentramos a análise desta parte na amostra de indivíduos selecionados. A escolha recaiu sobre as pessoas que se encontravam presentes na lista nominativa de habitantes de 1829 e tiveram seus inventários localizados nos arquivos da localidade. O contingente selecionado atingiu 187 indivíduos desde não-proprietários até grandes escravistas. Destarte, a discussão nesta parte coloca-se num plano distinto da ocorrida na primeira, ao acompanhar estas pessoas ao longo do tempo.

No quarto capítulo, começamos pela caracterização sócio-econômica dos membros de nossa amostra com relação à localidade como um todo em 1829. Ressaltamos a importância de alguns condicionantes na evolução da propriedade escrava para a amostra de indivíduos selecionados. Iniciamos com a propriedade da terra. Outrossim, estudamos as formas de aquisição dos cativos de acordo com o momento da vida do escravista. O acúmulo de escravos encerrou-se no momento dos inventários destas pessoas. Nesse período, destacamos as condições dos indivíduos, como, por exemplo, atividade desenvolvida, escravaria e a composição dos seus plantéis. Por fim, apresentamos o evoluir no tempo da posse média cativa segundo suas idades. Discutimos este último resultado empírico em face da hipótese do ciclo de vida.<sup>8</sup>

No capítulo cinco detalhamos os condicionantes da riqueza alcançada pelos indivíduos quando ocorreu a abertura de seus inventários. Novamente, tentamos verificar a importância da propriedade cativa, da ocupação e das idades dos escravistas como fatores a condicionar a riqueza alcançada ao final da vida das pessoas selecionadas. Atentamos também para a relação entre a fortuna e a posse de escravos. Devemos incluir nessa análise a continuidade e a mudança de atividade entre 1829 e o momento dos inventários. Nesta tarefa, consideramos, em particular, os cafeicultores e os produtores de derivados de cana em função da relevância destes dois conjuntos para a economia local.

No capítulo seis concentramo-nos no estudo dos comerciantes e das pessoas que forneciam o crédito na região. De início, tentamos classificar os vários tipos de comércio e as formas de financiamento da cafeicultura. Antes de destacarmos os capitalistas, procuramos discutir a literatura a respeito do crédito para a faina cafeeira, revelando suas transformações ao longo do século XIX. Neste contexto, mostramos a influência dos negociantes de grosso trato do Rio de Janeiro no fornecimento do crédito para as atividades locais. Posteriormente, analisamos os principais indivíduos que concediam empréstimos a juros, pois apresentavam, em seu conjunto, participação expressiva da riqueza.

A conclusão apresenta resumidamente os principais resultados verificados ao longo da tese. Ao final da tese acrescentamos cinco apêndices: o primeiro refere-se à hipótese do ciclo de

---

<sup>8</sup> Analisamos esta hipótese em profundidade no seu respectivo apêndice.

vida, o segundo a respeito do maior cafeicultor da região antes de 1829 (não pertencente à amostra), o terceiro concernente aos não-proprietários de cativos em 1829 incluídos na amostra, o quarto metodológico e o último estatístico. O apêndice metodológico compreendeu os procedimentos adotados no levantamento e no processamento das fontes primárias utilizadas na feitura da tese, em especial as listas nominativas e os inventários. Ainda nesse momento, enfocamos, com maior profundidade, os critérios de seleção dos indivíduos da nossa amostra.

Em suma, almejamos compreender as transformações econômicas e demográficas vivenciadas pelos habitantes da localidade desde o momento da introdução da rubiácea até o apogeu da economia cafeeira. De outro lado, pretendemos contribuir com este estudo ao entendimento da acumulação de cativos e riqueza e seus condicionantes ocorridos durante a afirmação da agricultura de *plantation* no vale do Paraíba paulista na fase de gestação da economia cafeeira, quando se verificou a existência de grandes fortunas oriundas das oportunidades abertas pela cafeicultura. O escopo de análise compreendeu não apenas os indivíduos detentores da grande propriedade rural na busca de fortuna, mas também representantes dos demais membros desta comunidade. Tentaremos estabelecer a influência de alguns condicionantes deste processo, como a atividade econômica desempenhada pelos indivíduos em diversos momentos do tempo, as suas idades, as heranças e doações recebidas ao longo da vida e a propriedade de cativos e de terra precedentes ao inventário. Claramente, diversos outros fatores podem ser elencados como importantes para acumulação, entre eles destacamos, por exemplo, a habilidade, a capacidade, o interesse e até a sorte do indivíduo e de sua família.<sup>9</sup> Todavia, possuímos apenas indicadores indiretos, parciais e particulares destes últimos condicionantes. Ao longo deste trabalho procuramos utilizá-los, mas nossa atenção concentrou-se nos primeiros fatores.

---

<sup>9</sup> As ações ilícitas também devem ter sido fundamentais para a riqueza de alguns indivíduos. Entretanto, não possuímos inferências destas atitudes.

*"como pelas minhas roças passassem em contínuas levadas bandeirantes e aventureiros, que rumavam para o arraial de Cima do Ribeirão do Carmo ou para o acampamento de Ouro Preto, onde Antonio Dias achara as suas lavras, também eu, Bento Rodrigues Caldeira, senhor de terras em Guaratinguetá, um belo dia subi a Mantiqueira para tentar a sorte. Atravessei a garganta do Embaú, seguindo o velho caminho dos índios, andei pelos campos de Cataguases e outros sertões, e alguma coisa me avisava que eu voltaria rico. (...) Em face desse afluxo de aventureiros e dos tumultos da ambição, voltei para minhas terras, trazendo ouro e vontade de fundar um povoado mais pacífico; então conversei com João de Almeida Pereira, meu vizinho, e mais Pedro da Costa Colaço e Domingos Machado Jácome, também varões de prole e muita honra, e levantamos a capela de Nossa Senhora da Piedade de Guaipacaré, em frente ao porto do Rio Paraíba. E de Guaratinguetá, a graciosa vila de Santo Antonio e das muitas garças brancas, desdobrou-se o arraial da Virgem e das tortas goiabeiras, que teve por limites, a leste e ao sul, o sertão incompreensível."*

***Gênese ou Crônica: da fundação do Arraial*** (RAMOS, 1960, p. 31-2).

## CAPÍTULO 1

### ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A HISTÓRIA DA LOCALIDADE

O povoamento inicial do vale do Paraíba paulista no século XVII orientou-se pelo próprio leito do rio. Posteriormente, o desenvolvimento populacional e econômico da região permitiu aos pioneiros deixarem as planícies às margens do rio Paraíba em busca dos contrafortes das Serras do Mar e da Mantiqueira, atingindo os famosos morros de meia-laranja, onde mais tarde o café deixaria marcada sua passagem pelo vale.

O surgimento dos primeiros habitantes de Lorena decorreu dos incentivos da Metrópole no sentido da ocupação do território e dos movimentos bandeirantes, tanto de apresamento indígena como de procura de minerais preciosos (MÜLLER, 1969, p. 13). O lugarejo beneficiou-se do trânsito de homens e tropas para as Gerais, como ponto de transposição para a margem esquerda do rio (nas denominadas roças de Bento Rodrigues ou porto de Guaypacaré ou Hepacaré). O porto animou o estabelecimento de moradores. Em 18 de maio de 1707 foi expedida pelo Governador do Rio de Janeiro a Carta de Sesmaria a Bento Rodrigues Caldeira, residente no caminho das Minas havia mais de doze anos:

*"Faço saber aos que esta minha carta de Sesmaria virem que havendo respeito ao que por sua petição me enviou a dizer Bento Roiz Caldeira m<sup>f</sup>. que foi em Taubaté e hoje no caminho das Minas há mais de doze anos com sua casa e família onde chamam Aguapacaré Porto onde desembocam os Mineiros que ele supp.<sup>e</sup> ahi possui duzentas braças de terra (...) pelo rio acima as quais não bastam para sua lavoura e sustentação da dita sua família que se compõe de mais de cem pessoas e m.<sup>to</sup> necessita de meia légua de terras de testada com uma légua de sertão que partem com as duzentas braças que hoje possui borda do rio acacho pela estrada real que vai para Minas e pela banda com terras que diz João Jorge serem suas querendo ocupar contra foral e ordens de S. Mag. <sup>e</sup> (...) Hey por bem fazer m.<sup>ce</sup> ao dito Bento Roiz Caldeira em nome de S. Mag.<sup>e</sup> que D.<sup>s</sup> g.<sup>e</sup> de lhe dar a sesmaria as ditas terras declaradas na sua petição por estarem devolutas para que as possa cultivar (...)"* (Apud REIS, 1988, p. 38)

O povoado prosperou constituindo a freguesia de Nossa Senhora da Piedade de Guaipacaré da vila de Guaratinguetá, em 1718, situada às margens do rio Paraíba. A posição geográfica privilegiada da povoação incentivou a ocupação da área, em função da possibilidade de comunicação com as Minas, o litoral norte da capitania e o sul do Rio de Janeiro, especialmente o porto de Parati (Cf. Mapa 1). Nesta época, o roteiro percorrido da vila de São Paulo até as Minas passava, segundo Antonil, pelo "(...) porto de Guaipacaré, aonde ficam as



*roças de Bento Rodrigues (...)*" (ANTONIL, 1982, p. 182). A partir do final da primeira metade do século XVIII, com a conclusão do caminho novo ligando a capitania fluminense às Minas Gerais, deslocou-se a linha do comércio com a região aurífera para longe da freguesia. Assim, em meados da centúria, ao que tudo indica, a localidade vivenciou uma fase caracterizada por flagrante letargia demográfica e econômica.<sup>10</sup>

Nesse momento, a população da localidade pode ser observada mediante consulta a um documento muito importante e ainda pouco estudado, o "*Relatório de diversas freguesias do Bispado a pedido de Dom Bernardo Rodrigues Nogueira*", elaborado por ocasião da criação do bispado de São Paulo.<sup>11</sup> Embora em péssimo estado de conservação — não foi possível, por exemplo, determinar o nome do vigário da freguesia —, pudemos perceber que, para 1747, há a indicação de existirem em Lorena cerca de duzentos e quarenta fogos (domicílios) com mil e seiscentas pessoas de confissão (capazes de declarar seus próprios pecados).<sup>12</sup> Somente mais ao final do século, provavelmente após 1765, com a restauração da capitania de São Paulo, sob a administração do Morgado de Mateus, iniciou-se a recuperação econômica do conjunto da capitania.<sup>13</sup> Dentre as várias medidas tomadas pelo então capitão-general de São Paulo no sentido de reanimar economicamente a região decadente destacaram-se as ações de fomento à agricultura, mormente às culturas de exportação, como a cana-de-açúcar. A freguesia da Piedade retomou, então, o desenvolvimento populacional e econômico com o crescimento do cultivo da cana-de-açúcar e da produção de seus derivados. Tal desenvolvimento favoreceu-se da conclusão, em 1778, do caminho novo da Piedade, após mais de meio século de construção, permitindo a ligação terrestre entre a freguesia e a fazenda Santa Cruz no Rio de Janeiro e escoando a produção da região. Paulo Pereira dos Reis acentuou a importância da nova via para o crescimento da região:

*“A estrada da Piedade — objeto deste ensaio — foi o fator básico, a condição sine qua non do desbravamento, conquista e fixação do homem branco em grande trecho do vale médio do Paraíba. Sem esse caminho não teríamos ali a ‘civilização do café’, que lhe foi posterior. O povoamento foi impulsionado, principalmente, pelos governos da Capitania de S. Paulo que ofereceram grandes vantagens aos que se fixassem às margens*

---

<sup>10</sup> Sobre a questão do abastecimento das Minas e a influência do deslocamento do comércio para as áreas fluminense e baiana, ver, por exemplo, Mafalda Zemella (1990) e Alfredo Ellis Júnior (1948).

<sup>11</sup> O relatório encontra-se no Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo.

<sup>12</sup> Tal informação também se encontra transcrita no livro de Tombo da freguesia da Piedade: "*Terá esta freguesia duzentos e quarenta fogos, com mil e seiscentas pessoas de confissão e tem moradores em distância de meia, uma, duas e três léguas; e pelo caminho das Minas, que vai até a Mantiqueira em distância de quatro, seis para sete léguas (...)*" (Apud RODRIGUES, 1956, p. 19-20). Talvez, a anotação no livro de Tombo decorra do relatório mencionado acima. Cumpre informar que nesse momento a freguesia incluía a região em que, futuramente, floresceriam as cidades de Areias e Bananal.

<sup>13</sup> A capitania de São Paulo deixou de existir entre 1749 e 1765, passando sua administração para o Rio de Janeiro.

*do caminho novo, não somente para construí-lo, mas para conservá-lo: doações de sesmarias, isenções de serviço militar (...) privilégios fiscais, imunidades no campo judicial, que permitiram sustar as execuções de sentenças (inclusive por dívidas pessoais) contra os povoadores, além de anistias condicionais aos condenados que se comprometessem em habitar ao longo da citada vereda.” (REIS, 1971, p. 23).*

Em 1788, os moradores da freguesia enviaram requerimento ao Governador da capitania, Bernardo José de Lorena, pedindo a elevação à condição de vila. Entre as justificativas elencadas destacavam-se a importância do comércio, da encruzilhada de caminhos e do elevado número de habitantes:

*"Fica situada V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup> viu, na estrada geral diante de Guaratinguetá três léguas no limite e ponto de onde sai as duas estradas gerais das cap.<sup>as</sup> de Minas e Rio de Janeiro e que de necessidade há de dar calor ao seu comércio a este mesmo está exigindo naquela terra haja Justiça q.<sup>e</sup> decidam as suas dúvidas.*

*"Tem esta Freg.<sup>a</sup> pelo menos oitenta homens capazes de servirem os cargos da República: unindo-se ao Tr<sup>o</sup> desta V.<sup>a</sup> a nova Freg.<sup>a</sup> das Areias, que fica adiante, ficará a V.<sup>a</sup> com quatro mil pessoas ou mais.*

*"Tem a Freg.<sup>a</sup> da Pied.<sup>e</sup> m.tos e bons matos p.<sup>a</sup> Agricultura: já presentm.te tem p.<sup>a</sup> cima de quarenta Engenhos de Aguas ard.<sup>es</sup> q.<sup>e</sup> se transportam p.<sup>a</sup> Minas: la deita m.tos toucinho e fumos p.<sup>a</sup> o Rio de Janr.<sup>o</sup>." (Apud REIS, 1988, p. 142).*

Com o deferimento do pedido, ocorreu a ereção da vila aos 14 de novembro de 1788, que passou a ser chamada de Lorena em homenagem ao governador, desmembrando-se de Guaratinguetá e compreendendo o povoado de Areias. O primeiro capitão-mor de Lorena foi Manuel Domingues Salgueiro, pai de Manoel Pereira de Castro. Ambos nasceram na freguesia da Piedade. Em 1783, o próprio capitão fabricou 80 barris de aguardente e 54 de melado (Cf. QUEIROZ, 1969, p. 32). Assim, a produção de aguardente, fumo e toucinho, além do comércio, mantinha o dinamismo econômico e demográfico da localidade. O destino dos produtos exportados poderia ser não somente as Minas, mas principalmente o Rio de Janeiro com relação ao toucinho, fumo e, posteriormente, café. A exportação destinada à sede da colônia seria transportada por meio terrestre até os portos no litoral de Parati e Angra dos Reis e destes até o Rio de Janeiro. A ligação com São Paulo não tinha muita importância econômica.

Em 1817, Spix & Martius referiram o entroncamento das estradas do Rio de Janeiro, Minas e São Paulo na área da vila:

*"Ao meio-dia atravessamos um caminho que segue para Minas e, por isso, se chama Mineiro, e alcançamos, finalmente, a vila de Lorena, antes chamada Guaipacaré, sítio pobre, sem importância, constando de umas quarenta casas, apesar dos férteis arredores e do tráfego, entre São Paulo e Minas Gerais. A estrada de São Paulo para Minas passa,*

*aqui, em dois pontos: Porto da Cachoeira e Porto do Meira, sobre o Paraíba, que corre meio quarto de hora a oeste da vila. O comércio principal de São Paulo para Minas consiste em mulas, cavalos, sal, carne seca, ferragens e todos os demais produtos de fabricação, que costumam ser despachados da costa para o interior. Contudo, atualmente, quem abastece quase Minas inteira são as praças do Rio e da Bahia; a importância de Santos é insignificante, ainda menores são as de Angra dos Reis e Parati, na província do Rio de Janeiro, que estão mais próximas da entrada de Minas. Minas despacha, sobretudo, tecidos de algodão grosseiro para a capitania de São Paulo.” (SPIX & MARTIUS, 1981, p. 123).*

As estradas e o crescimento agrícola também favoreceram a expansão do comércio e de uma rede de suporte para as tropas de passagem pela região. O Major Canto e Melo, em seu relato a respeito da jornada de D. Pedro I a São Paulo, em que proclamou a independência, afirmou quando a comitiva passou pela região: *“Nesse dia jantou S. A. no Porto da Cachoeira; de onde, seguindo, à tarde, ao chegar no Rancho do Moreira, encontrou ótimas cavalgadas destinadas a servirem para a entrada de toda a comitiva em Lorena.”* (Apud BARREIROS, 1972, p. 73). Ainda no ano de 1822 Saint-Hilaire salientou estas atividades no Porto da Cachoeira: *“Ali se encontram algumas lojas e vários ranchos. Os ferradores são bastante numerosos, seu trabalho tem muita reputação na região. A cidade de Cachoeira é lugar de todas as tropas que vão ao Rio de Janeiro saindo de Baependi e redondezas; partem para a capital carregadas de fumo e voltam cheias de sal.”* (SAINT-HILAIRE, 1974, p. 70).<sup>14</sup> Em Lorena o autor acentuou a importância das lojas: *“Na rua principal que atravessamos, em todo o seu comprimento, vêem-se várias lojas bem sortidas e entre elas notei algumas de latoeiros, o que é muito raro na capitania de Minas.”* (Idem, p. 71).

A encruzilhada de caminhos beneficiou o estabelecimento da própria produção agrícola, primeiramente de subsistência e, posteriormente, envolvendo culturas de exportação. A partir do início do século XIX o desenvolvimento da região relacionou-se cada vez mais com uma nova cultura: a cafeeira.<sup>15</sup> Ademais, a introdução deste cultivo condicionou-se, como veremos adiante, pela existência prévia da atividade agrícola, seja de subsistência, seja de exportação, baseada esta última na cana-de-açúcar e no fumo.<sup>16</sup> Os recursos alocados nestas produções representaram

---

<sup>14</sup> O povoado da Cachoeira só desmembrou-se de Lorena em 1880, por isso o incluímos em nosso estudo (ver Apêndice Metodológico).

<sup>15</sup> Tal período será o objeto precípua da análise empreendida nos segundo e terceiro capítulos, com base nas listas nominativas.

<sup>16</sup> No quadro da capitania, a cana nunca alcançou no vale o porte atingido no oeste paulista: *“No vale do Paraíba, apesar de certa importância, a cana-de-açúcar nunca teve o papel que teve na outra área de ‘serra acima’, ou seja, no quadrilátero formado por Sorocaba, Piracicaba, Mogi Guaçu e Jundiá.”* (PETRONE, 1968, p. 38). Em outro trecho: *“Na realidade, a área ao longo do caminho para o Rio de Janeiro, nunca foi grande produtora de açúcar.”* (Idem, p. 41).

apoio fundamental ao avanço da cafeicultura no início do Oitocentos (Cf. MARCONDES, 1992). Em 1816, houve a separação da vila de Lorena dos povoados de Areias e Bananal. O território lorenense remanescente formou a região considerada neste estudo. A localidade de Lorena perdeu as áreas de cultivo mais intenso da rubiácea naquele momento.

José Geraldo Evangelista estudou Lorena no século XIX. Sobre a relação entre as culturas da cana, do fumo e do café, ele afirmou, baseado na lista nominativa de habitantes de 1825:

*“(...) a cultura do café estava penetrando de maneira desigual, com áreas em que o ímpeto era maior, como ao longo do ‘Caminho Novo da Piedade’ e na margem esquerda do Paraíba. [...] a lavoura da cana-de-açúcar, produzindo açúcar e aguardente, coexistirá sempre com o café, no município, porque a gramínea é menos exigente quanto à qualidade do solo, e o produto visava ao mercado interno — Minas Gerais — de comercialização mais simples e preços mais estáveis; [...] a região da margem esquerda do Paraíba, de povoamento e estradas mais antigas, que se dirigiam para um mercado consumidor certo [Minas / RLM], foi a mais importante, do ponto de vista agrícola, permitindo até a permanência de uma cultura antiga, como a do fumo.” (EVANGELISTA, 1978, p. 95).*

A desigualdade do cultivo do café no território lorenense bem como no restante do vale do Paraíba decorreu, principalmente, das condições climáticas, edafológicas e de povoamento. Como veremos adiante, o desenvolvimento anterior à cafeicultura influenciou o dinamismo cafeeiro. Uma indicação destas divergências verifica-se no relacionamento entre a cultura nova (rubiácea) e a antiga (a cana). Em algumas áreas ocorreu a completa substituição da segunda quando se afirmou a primeira. Entretanto, algumas vezes houve a conciliação dos dois cultivos, predominando a atividade cafeeira. Lucila Herrmann analisou, em Guaratinguetá, um processo similar ao lorenense de transição entre as culturas da cana e da rubiácea, apontando a coexistência das duas:

*“Nas primeiras décadas do século 19, encontramos, em Guaratinguetá, duas culturas em conflito. A cana estava sendo largamente cultivada, o açúcar era feito em engenhos bem montados, proporcionando, até então, uma estabilidade econômica e garantias de êxito. O **crack** do açúcar vem quebrar essa estabilidade e exigir a substituição da cultura. O café se apresenta como uma oportunidade para vencer o desequilíbrio econômico. Mas, o café para produzir exigia quatro anos entre o plantio e a produção. Daí uma hesitação ante a substituição integral, que ocasiona um período de transição na economia agrícola. (...) Donde uma tentativa de ajustamento das duas culturas facilitando a transposição da base econômica sem grandes sacrifícios, substituindo a mudança integral e rápida pela*

*paulatina. Assim, a forma invasora é frequentemente unida à existente, resultando na economia rural mista.*” (HERRMANN, 1986, p. 116-117).<sup>17</sup>

Para o caso de Lorena, Auguste de Saint-Hilaire salientava, em 1822, o convívio dos cultivos da rubiácea e da cana: “*A cana-de-açúcar e o café são os dois produtos que mais se cultivam nesta comarca. Vêem-se engenhos de açúcar mesmo perto de casas que não indicam senão a indigência.*” (SAINT-HILAIRE, 1974, p.69).<sup>18</sup> Uma ilustração do vulto do cultivo da rubiácea consistia na existência de 62 fazendas de café na vila em 1836, segundo Daniel Pedro Müller, nas quais se colhiam 33.649 arrobas (Cf. MÜLLER, 1978, p. 124 e 130).<sup>19</sup> A produção de açúcar nesse ano chegou a 1.000 arrobas e a de fumo a 1.066 arrobas, além dos bens de subsistência (Idem, p. 124). Ali contavam-se, ademais, 74 destilarias de aguardente, 9 engenhos de açúcar e 4 fazendas de criar.<sup>20</sup> A vida urbana também assumiu uma importância muito significativa nessa época, principalmente com o artesanato e o comércio. Müller destacou ainda os profissionais que atuavam em atividades não-agrícolas da vila: “*músicos 12, carpinteiros 35, ferreiros 18, ourives 2, entalhador 1, pedreiro 1, alfaiates 20, sapateiros 15.*” (Idem, p. 241), além do que denominou de “alguns comerciantes” (Idem, p. 39).

Aroldo de Azevedo apontou a transformação econômica ocorrida nos anos trinta:

*"Sente-se perfeitamente, na singeleza de todas essas cifras, que a Lorena do período regencial não era mais o simples 'pouso de tropas' dos tempos em que por lá andaram Spix*

---

<sup>17</sup> Sebastião Ferreira Soares, ao analisar a evolução da produção agrícola brasileira em meados do século XIX, afirma a plena substituição do cultivo da cana na mesma região estudada por Herrmann: “*(...) na comarca de Guaratinguetá foi quase que total o abandono da cultura da cana e da fabricação do açúcar, ao mesmo passo que a plantação dos cafezais prospera admiravelmente; porquanto, tendo sido a colheita do café em 1850 de 150.000 arrobas, em 1856 ela se elevou à soma de 1.250.000 arrobas, contando-se naquele ano nesta comarca 127 fazendas de cultivar café.*” (SOARES, 1977, p. 43).

<sup>18</sup> A passagem do cultivo da cana-de-açúcar para a rubiácea ocorreu em diversas regiões. Em Bananal, José Flávio Motta e Nelson Nozoe observaram, ao contrário de Lorena e Guaratinguetá, a substituição do cultivo da cana pelo café. Na amostra dos autores, dos dez produtores de derivados de cana em 1818 apenas um continuava a fabricá-los em 1829, em conjunto com a rubiácea (Cf. MOTTA & NOZOE, 1994, p. 306). Vilma Almada (1984) estudou o mesmo processo no Espírito Santo na segunda metade do século XIX. Com base em inventários ela afirmou: “*A completa absorção da cultura do açúcar pela do café (...) torna-se evidente a partir da análise das 105 unidades produtivas (...) [onde] o café era cultivado na grande totalidade das propriedades agrícolas pesquisadas no período 1850 a 1886 (...) A cana-de-açúcar, pelo contrário, cultivada em apenas 13 unidades produtivas (12,3% das 105 pesquisadas nas duas regiões), apresentava-se além disso como cultura subsidiária do café em 8 delas (7,6% do total).*” (ALMADA, 1984, p. 84). Todavia, a menor expressividade em termos numéricos da cultura da cana poderia decorrer dos montantes elevados de recursos relativamente ao café necessários à feitura da aguardente e, principalmente, do açúcar.

<sup>19</sup> As informações de Müller devem ser consideradas com certo cuidado, pois nas palavras do próprio autor: “*A falta de clareza e uniformidade em algumas das tabelas e informações remetidas pelas Autoridades locais, e a demora da remessa de outras que se referem ao ano de 1836, e que pela mór parte não são senão extractos de róis formados em 1835, são razões que nos obrigam a declarar, que não convém depositar-se inteira confiança nos dados estatísticos que serviram de base ao presente ensaio, e que apenas se deverá contar com alguma aproximação à verdade (...)*” (MÜLLER, 1978, p. XXIII).

<sup>20</sup> Note-se apesar da existência de 74 destilarias de aguardente não se computou nenhuma produção da mesma.

*e Martius. Esboçava-se, então, a fase mais importante da história econômica do Vale do Paraíba, em seu trecho paulista; e o burgo hepacareano começava a destacar-se entre os seus irmãos regionais, apoiado na policultura, mas firmemente decidido a entregar-se ao jugo tentador do 'ouro verde'.*" (AZEVEDO, 1954, p. 7).

Naquele mesmo ano de 1836 a população da vila atingiu 9.384 habitantes, sendo 5.550 livres e 3.834 cativos. A participação dos escravos no total chegou, pois, a 40,9% (Cf. MÜLLER, 1978, p. 133-134). O desenvolvimento demográfico e econômico do território da vila de Lorena aliado à Revolução Liberal de 1842 conduziram à emancipação política da área correspondente a Silveiras, onde os conflitos alcançaram maior vulto. Como posto anteriormente, a região em estudo compreende a vila desmembrada nesse momento. Destarte, continuamos a analisar Silveiras ao longo deste capítulo e dos demais (ver Apêndice Metodológico). Em 1856, houve a elevação da vila de Lorena à condição de cidade. A comarca de Lorena incluía, a partir da sua criação em 1866, a vila de Silveiras.

Segundo Aroldo de Azevedo, baseado nas informações de José Joaquim Machado de Oliveira, o desenvolvimento da cafeicultura acentuou-se na área corresponde a Lorena sem incluir a área de Silveiras:

*"Na primeira década da segunda metade do século XIX, com efeito, Lorena já se destacava por ser um município eminentemente produtor de café, embora a cultura canavieira ainda continuasse a ter importância. Em 1854, existiam 57 fazendas de café com uma produção de 125.000 arrobas, o que lhe garantia o 8º lugar dentro da Província; em contraposição, apenas 12 engenhos funcionavam em terras lorenenses, com uma produção de 2.600 arrobas."* (AZEVEDO, 1954, p. 7).

No almanaque de 1858 indica-se a existência de 166 fazendas de café e/ou cana. Ademais, registraram-se duas fazendas de criar e quarenta eleitores (Cf. MARQUES E IRMÃO, s.d., p. 230-245). No mesmo almanaque, o número de comerciantes atingiu a cifra de 45 pessoas com lojas de fazenda, ferragens e drogas e 44 indivíduos com armazéns de molhados. Os capitalistas eram quatro (Idem, p. 230-245).<sup>21</sup> José Geraldo Evangelista anotou a importância do comércio no núcleo urbano lorenense: "*O Almanak Laemmert de 1857 que, embora seja para a Corte e para a Província do Rio de Janeiro, inclui Lorena, dá-nos os nomes de 105 comerciantes (...)*" (EVANGELISTA, 1963, p. 434).

Um ofício da Câmara Municipal de 1861, transcrito por Evangelista, ajuda-nos a perceber a importância relativa das duas culturas: "*(...) o ramo principal da agricultura deste município é o café, do qual se faz provavelmente uma exportação anual de 100.000 arrobas; rendeu cerca de 300 contos*" (Apud EVANGELISTA, 1978, p. 141). Esta quantia produzida aproxima-se do

---

<sup>21</sup> Entre eles incluía-se Joaquim José Moreira Lima, que compôs a nossa amostra.

informado por Zaluar para a vila de Lorena sem Silveiras. De outro lado, a cultura da cana mantinha sua participação na economia local: “(...) o açúcar para consumo e aguardente de que se exporta para mais de 1.000 pipas, rendendo 68 contos” (Idem, p. 143). Destarte, devemos atentar com cuidado para estas cifras. O próprio Evangelista mostra a contradição destas informações de produção em função da ausência das listas de moradores para o período:

*“E os dados são francamente contraditórios. Enquanto a Câmara Municipal, respondendo a ofício circular da Província, afirma que ‘as fazendas de café são o que abunda (...) com exportação que regula de 80 a 100.000 arrobas’, o Delegado de Polícia diz que ‘exporta este município, segundo o cálculo mais aproximado que faço, 40.000 arrobas de café’, isto é, a metade da estimativa da Câmara. E sua informação é datada de dois dias depois! [20/03/1852 / RLM]” (EVANGELISTA, 1978, p. 141).*

Quando passou pela cidade de Lorena no início dos anos 60, Augusto Emílio Zaluar percebeu a riqueza do comércio, merecendo sua atenção:

*“O comércio de Lorena é florescente, e existem na cidade mais de setenta lojas diversas. Todas bem fornecidas, e grande parte girando com avultados cabedais. Além destas lojas, encontra-se aqui a de um hábil relojoeiro, uma excelente fábrica de chapéus, e alguns indivíduos que entrançam com toda perfeição rédeas e chicotes de couro, indústria conhecida com o nome de arreios de Sorocaba. Na rua dos ourives, onde moram os indivíduos desta profissão, trabalha-se em prata com muita arte e gosto, sobretudo em facas, freios, arreios de luxo, e finalmente todas as obras deste metal.” (ZALUAR, 1975, p. 75-76).*

A atividade canavieira ainda mantinha certa relevância nessa época. Zaluar afirmava para Silveiras: “A lavoura principal é o café, e exporta por ano, segundo um cálculo muito aproximado, 150.000 arrobas. Colhe alguma cana, e os seus gêneros alimentícios, que nos anteriores chegavam para exportar, neste não chegam para o consumo local!” (ZALUAR, 1975, p. 70). No território lorenense exclusive o silveirense, o cultivo da rubiácea também predominou, mas atingiu menor escala e o da cana apresentava maior expressão: “A sua produção de café é limitada, pois não colherá talvez anualmente cem mil arrobas. Em compensação, porém, fazem-se grandes plantações de cana e cultivam-se os gêneros alimentícios em abundância, de modo que só importa de Minas algum feijão e toucinho.” (Idem, p. 75). Zaluar mostrou a importância da cana na cidade de Lorena em relação ao restante do vale do Paraíba no início da década de 1860: “Ao lado do café, que até aqui temos visto quase exclusivamente ocupar a atenção do lavrador [em Bananal e Areias], vemos agora, como em Campos, abundantes plantações de cana alastrarem vastas campinas, e da aliança destas duas culturas nascerem resultados profícuos para o desenvolvimento da produção local.” (Idem, p. 72). No mesmo sentido, Affonso de Taunay indicava a predominância dos plantadores de cana entre os lorenenses titulares do

império: “*Em Lorena havia bastante titulares. Mas em geral maiores plantadores de cana do que de café.*” (TAUNAY, 1939, v. 8, t. VI, p. 250). Como relatado por Herrmann e Evangelista algumas áreas da localidade em estudo destacavam-se mais no cultivo da rubiácea do que outras. Silveiras apresentava, relativamente, maior produção de café. Todavia, no restante da região em consideração a cana assumia papel de maior relevância do que em Silveiras, Bananal e Areias.

O almanaque de 1873 informava a existência na comarca de Lorena de 178 fazendas de café, das quais em 13 havia a produção conjunta de cana, em 80 o cultivo do algodão e em 63 a plantação de fumo. A cana era cultivada, sem o consórcio do cafeeiro, em 22 fazendas e o fumo em cinco propriedades (LUNÉ & FONSECA, 1985, p. 218-231). Em Silveiras, não se computaram os cultivos de fumo com pequena dimensão: “*além destes há muitos outros fabricantes em pequena escala*” (Idem, p. 228). Por fim, registrou-se 61 propriedades de terras sem declaração de cultivo. O número de eleitores aumentou para 48 em relação a 1858. Além destas atividades arroladas no almanaque, existiam 124 pessoas desempenhando função de artes, indústrias e ofícios (como ferreiros [ferrador], carpinteiros, latoeiros, marceneiros, oleiros, fogueteiros, pedreiros, pintores, padeiros, sapateiros, ourives, alfaiates, tipógrafos, açougueiros, relojoeiro, trançadores, cigarreiro, caldeireiros e funileiros, colcheiros, doceiras, dourador, serralheiros, parteira, violeiro, seleiro, tropeiros, hoteleiros [estalagens]). O comércio era representado por 29 lojas de fazenda, ferragens e armarinho e 105 armazéns de secos e molhados e gêneros do país (como, por exemplo, as tabernas e vendas). O fornecimento de dinheiro a juros envolvia seis capitalistas.<sup>22</sup>

Em 1872, contava a localidade com 25.978 habitantes, assim distribuídos: 21.802 livres e 4.176 cativos. Se compararmos tais informes com os de 1836 percebemos uma redução da parcela dos cativos para 16,1% do conjunto da população em 1872. O pequeno dinamismo da população escrava entre os dois anos — 0,2% ao ano de crescimento — decorreu do fim do tráfico africano, limitando a expansão da mão-de-obra cativa. A população livre cresceu a uma taxa elevada (3,9% ao ano) favorecida pela diversificação das atividades decorrentes da expansão cafeeira, muitas vezes urbanas, como o comércio e ocupações vinculadas até à ferrovia, que chegou à localidade na década de 70 (Cf. EVANGELISTA, 1978, p. 149). A construção do primeiro trecho da estrada de ferro D. Pedro II entre o Rio de Janeiro e Cachoeira, situada na área em estudo, terminou em 1875, deslocando o eixo de comércio para os trilhos da ferrovia. Os antigos caminhos para o litoral, transitados por numerosas tropas, perderam sua importância.

Olympio Catão em seu *Almanak da Comarca de Lorena para 1875* observou a existência de 360 fazendas com produção de café, cana e/ou fumo. Segundo o autor “*Cultiva-se no município o café, pela maior parte os fazendeiros da margem esquerda do Paraíba e a cana-de-*

---

<sup>22</sup> Incluindo o Padre Joaquim Ferreira da Cunha, que também integrou a nossa amostra.

açúcar quase exclusivamente pelos lavradores da margem direita. A colheita anual dos gêneros de consumo, é quase sempre abundante e chega para exportar aos mercados vizinhos. O plantio do fumo é em pequena escala.” (CATÃO, 1875, p. 11). Note-se uma alteração espacial dos cultivos com relação à informação de Evangelista para 1825. A margem direita de Catão deve incluir as planícies do Paraíba, mais extensas deste lado, onde se cultivam preferencialmente a cana.<sup>23</sup> Destarte, a rubiácea foi cultivada inicialmente nas regiões mais próximas a Areias e Bananal (na margem direita) e depois atingiu a zona de povoamento mais antigo (do lado esquerdo do Paraíba), onde anteriormente se desenvolvera a cana e o fumo.

A multiplicidade das atividades não agrícolas atingiu uma vasta gama de ocupações, envolvendo 175 indivíduos no *Almanak da Comarca de Lorena para 1875*. Eles distribuía-se da seguinte forma para a comarca de Lorena incluindo Silveiras: 11 advogados, 3 solicitadores, 3 médicos operadores, 4 boticários, 2 parteiras, um dentista e 11 músicos (instrumento e canto), 15 ourives, 32 carpinteiros, 22 açougueiros (porco e vaca), 16 ferreiros e ferradores, 15 alfaiates, 3 trançadores, 3 pedreiros, 6 fogueteiros, 3 barbeiros, 3 oleiros, 7 sapateiros, 3 seleiros, 3 marceneiros, 2 relojoeiros, um mestre taapeiro e um carroceiro (Cf. CATÃO, 1875). O comércio era composto de 5 negociantes matriculados, 150 negociantes de molhados, 67 negociantes de fazendas e 7 negociantes de animais (*ibidem*). Olympio Catão descreveu o núcleo urbano da cidade: “(...) tem 22 ruas, 5 largos e 3 travessas, com 385 casas.” (CATÃO, 1875, p. 11). Por fim, o mesmo autor anotou a presença de cinco irmandades atuantes.

Entre os comerciantes destacavam-se quatro negociantes matriculados no tribunal de comércio do Império. Um ofício da Câmara de 1878 descrevia deste modo os quatro indivíduos e suas atividades:

*“Joaquim José Moreira Lima, natural de Portugal, profissão habitual de dar dinheiro a juros seu capital presume de ser acima de dois mil contos de réis. Comendador Antônio Moreira de Castro Lima [filho do primeiro / RLM], natural desta cidade, profissão de juro de descontos na praça do Rio de Janeiro, presume de ser o seu capital para mais de quatrocentos contos de réis. Tenente Coronel João José Rodrigues Ferreira, natural da Província de Santa Catarina, foi negociante a retalhos nesta cidade em grande escala, hoje é agricultor, não se pode calcular seu capital por não ter dinheiro a juros. Costa Neves & Cia, sendo o gerente natural de Angra dos Reis, província do Rio de Janeiro tem casa de comissão nesta cidade presume de ser o seu capital para mais de trinta contos de réis.”* (Ofício de 21/10/1878 - Arquivo do Estado de São Paulo).

---

<sup>23</sup> Talvez Catão não inclua em sua análise a região de Silveiras situada na margem direita e que concentrou grande parcela da faina cafeeira da localidade em estudo.

Ademais, no mesmo ofício informava-se: “*Navegação a vapor e indústria’ não existem neste município o que trata sobre os mesmos assuntos, por isso não pode esta Câmara prestar esclarecimento algum.*” (Ofício de 21/10/1878 - Arquivo do Estado de São Paulo). A ferrovia pode ter reduzido a importância do comércio local. Evangelista refere-se à possibilidade de maior comunicação entre a localidade e as capitais da província e do Império com a conclusão da estrada de ferro de São Paulo ao Rio de Janeiro em 1877: “*Acreditamos que os trilhos diminuiram bastante o efeito de polarização que a cidade exercia sobre a população de seu próprio município (Cachoeira, Embaú, Piquete) e sobre municípios vizinhos (Silveiras, Areias), quando o transporte era por animais de montaria e tropas de burros.*” (EVANGELISTA, 1978, p. 206). A melhora nas condições de transporte com a capital paulista e, principalmente, o Rio de Janeiro facilitou a chegada das mercadorias na região, aumentando a concorrência com os comerciantes locais. Assim, os habitantes das regiões próximas ao núcleo urbano lorenense poderiam deixar de procurá-lo para se abastecer de bens oriundos de fora do vale.

O auge da cafeicultura parece ter ocorrido por volta das décadas de 1870 e 1880. Em 1886, a comarca produziu 196.667 arrobas de café (Cf. CAMARGO, 1952, v. II, p. 58). A partir da década de oitenta do século XIX a cafeicultura começou a apresentar sinais de esgotamento na região. Os sinais neste sentido podem ser ilustrados pela decisão da Câmara Municipal de nomear uma comissão para reduzir os impostos em cerca de 30% em 1889 (Cf. EVANGELISTA, 1978, p. 209). A produtividade dos cafeeiros não se comparava com a do Oeste paulista. A migração de pessoas e recursos para a nova região produtora acelerou o processo de decadência econômica. Ademais, as dificuldades com a oferta de mão-de-obra comprometiam ainda mais a continuidade da cafeicultura na região. Uma ilustração deste processo pode ser observada na carta enviada por Antonio Rodrigues de Azevedo Ferreira, cafeicultor lorenense e proprietário de cerca de setenta escravos, ao Conselheiro Francisco de Paula Rodrigues Alves em maio de 1887:

*"Infelizmente, o Norte não é igual ao Oeste, onde a uberdade da terra e a grande produção convidam ao trabalho livre e dão-lhe compensação. Aqui não temos e nem poderemos ter colonização tão cedo; enquanto não houver uma transformação na cultura, não se pode dispensar o braço escravo ou nacional. Qual será o colono que quererá tratar mil pés de café para colher 20 arrobas? Mas, por essa mesma razão, não podemos ser desprezados ou sacrificados aos nossos irmãos que são ricos: ao contrário, seria de bom governo sacrificar aqueles a estes, e nem medidos pela craveira do Oeste, como o fomos pelo Conselheiro Prado [Ministro da Agricultura]."* (Apud AZEVEDO, 1952, p. 419).

A decadência do cultivo da rubiácea ao final do século provocou a busca de alternativas econômicas. A atividade canavieira praticada conjuntamente à cafeeira, em menores montantes, constituiu uma tentativa de reverter o quadro decadente, aproveitando a sua permanência na localidade durante todo o século XIX. O marco principal do novo dinamismo da cana-de-açúcar

ocorreu com a inauguração do Engenho Central em 1884. A Câmara Municipal interveio no sentido da consecução do engenho para a cidade. O ofício a seguir procurou convencer o presidente da Província a conceder privilégios ao estabelecimento desta empresa:

*“(...) trará aumento de renda à Província e grandes lucros aos nossos lavradores de cana que, por falta de maquinaria que facilite a moage e fabrico da aguardente e açúcar, todos os anos perdem grandes canaviais por falta (como já disse) de maquinismos. A cana neste município é cultivada por pobres e ricos lavradores, e sua abundância é tal que todos os anos perdem os cultivadores mor parte de seus canaviais.”* (Ofício de 13/04/1880 - Arquivo do Estado de São Paulo).

O desenvolvimento desta iniciativa aproveitou-se do cultivo da cana na localidade iniciado no século XVIII e continuado durante o Oitocentos. Por outro lado, o arrefecimento das colheitas da rubiácea provocou também a estagnação no comércio local, o qual se desenvolvera significativamente ao longo do século XIX. Outras alternativas também se apresentaram, como, por exemplo, o arroz e a pecuária. Todavia, estas atividades não conseguiram restabelecer o padrão de desenvolvimento populacional e econômico ocorrido durante a faina cafeeira.

O entendimento da expansão da cafeicultura e do crescimento econômico e demográfico da localidade durante o final do século XVIII e início do século XIX realizar-se-á com maior minúcia nos capítulos seguintes. Devemos atentar desde já para algumas questões levantadas pela análise histórica aqui encetada: o vulto atingido pela cafeicultura nos terrenos lorenenses ao longo do século XIX, a importância de outros cultivos paralelos ao da rubiácea — principalmente da cana — e do comércio urbano florescente e centralizador dos negócios da região. Estes elementos constituem subsídios para o estudo desenvolvido a seguir.

## **PRIMEIRA PARTE**

## CAPÍTULO 2

### O EVOLVER DEMOGRÁFICO E ECONÔMICO DURANTE O FINAL DO SÉCULO XVIII E INÍCIO DO XIX

*“Quando as plantações de café invadiram o vale do Paraíba, tanto prosperou o antigo dono de engenho com foros de cortesão, quanto o tropeiro rude, o bronco mercador de escravos, o esperto vendeiro de beira de estrada, o lavrador rústico, iluminados todos por projetos idênticos e realizáveis por um só meio: enriquecer, afazendo-se.”*  
(FRANCO, 1974, p. 209).

Neste capítulo concentramos o estudo nas informações demográficas e econômicas da totalidade dos moradores da localidade para 1778, 1798, 1818 e 1829. Estes dados permitem uma primeira aproximação das transformações ocorridas em Lorena à época, especialmente com a difusão da rubiácea. Na seção inicial discutimos o evolver demográfico e as características populacionais mais gerais dos seus habitantes. Devemos entender este movimento por meio das condições de ocupação da região. Na segunda seção destacamos as mudanças na produção agrícola para estes anos. Ademais, ao longo do capítulo, realizamos algumas comparações com outras localidades do vale do Paraíba no período contemplado. Por fim, salientamos a participação dos agricultores, segundo diversos portes, no conjunto da produção agrícola.

#### **I - DEMOGRAFIA**

O acompanhamento mais minucioso do evolver da população de Lorena por nós efetuado começa em 1778. A partir desse ano, a freguesia apresentou um significativo crescimento populacional, aumentando sua população total de 2.459 habitantes para 3.522 indivíduos em 1798 (Cf. Tabela 2.1). A taxa geométrica anual média de crescimento entre 1778 e 1798 alcançou 1,8%.<sup>24</sup> O contingente livre cresceu a uma taxa superior à do cativo (2,0% e 1,4% ao ano, respectivamente).

---

<sup>24</sup> O número de habitantes da capitania de São Paulo cresceu a uma taxa de 1,3% ao ano no mesmo período (Cf. MARCÍLIO, 1974, p. 123).

TABELA 2.1  
NÚMERO DE FOGOS E POPULAÇÃO SEGUNDO A CONDIÇÃO SOCIAL  
(1778-1829)

ANO	FOGOS	LIVRES	CATIVOS	POPULAÇÃO TOTAL
1778	369	1.862	584	2.459 <sup>a</sup>
1798	593	2.745	770	3.522 <sup>b</sup>
1818	1.108	4.963	1.736	6.700 <sup>c</sup>
1829	1.471	6.100	2.561	8.662 <sup>c</sup>

a Inclusive uma pessoa sem especificação da condição social e doze índios administrados.

b Inclusive sete índios, provavelmente administrados.

c Inclusive uma pessoa sem especificação da condição social.

O ritmo do aumento populacional desse primeiro período não se mostrou muito elevado. Como vimos no capítulo anterior, a historiografia explica o modesto crescimento concernente ao momento anterior a 1788, em função do refluxo do comércio com as Minas decorrente da abertura do caminho novo e dos ainda incipientes cultivos de cana-de-açúcar, fumo e algodão. Na época do requerimento de elevação a vila (1788), a freguesia contava com mais de quarenta engenhos de aguardente, a qual era vendida para Minas, e comercializava fumo e toucinho com o Rio de Janeiro (Cf. REIS, 1988, p. 142). Quanto mais nos aproximamos do final do século XVIII aumenta a importância da manufatura do açúcar e da aguardente, passando a condicionar o crescimento econômico e demográfico da localidade (ver também HERRMANN, 1986, p. 53-6). Todavia, não podemos desconsiderar a importância da economia de subsistência no decurso do período em análise e, posteriormente, na constituição da economia cafeeira.

Entre 1798 e 1818, a evolução continuou, com a população total da vila aumentando de 3.522 para 6.700 indivíduos. O crescimento demográfico intensificou-se expressivamente, apresentando uma taxa geométrica anual média de 3,3% ao ano. <sup>25</sup> Os segmentos dos livres e cativos elevaram seus contingentes, sendo o primeiro de 2.745 para 4.963 habitantes e o segundo de 770 para 1.736 pessoas. Nessa fase, o número de escravos passou a crescer a uma taxa mais elevada do que o dos livres (4,2% e 3,0% ao ano, respectivamente). A consolidação do cultivo da cana e a introdução da rubiácea na localidade condicionaram este resultado.

No período 1818-1829 ocorreu uma queda na taxa de crescimento da população total, a qual atingiu a cifra de 2,4% ao ano. <sup>26</sup> O número de habitantes passou de 6.700 para 8.662, sendo tal aumento devido, como no período anterior, principalmente, ao comportamento do contingente

<sup>25</sup> A população paulista aumentou a uma taxa de 1,6% ao ano entre esses anos (Cf. MARCÍLIO, 1974, p. 123).

<sup>26</sup> O comportamento da população da província de São Paulo mostrou-se distinto, pois sua taxa de crescimento elevou-se a 2,6% ao ano entre 1818 e 1828 (Cf. MARCÍLIO, 1974, p. 123).

cativo, que cresceu à taxa de 3,6% ao ano, enquanto o livre incrementava-se à taxa de 1,9% ao ano. Quando confrontamos os acréscimos do segundo com os do terceiro período, observamos taxas superiores de crescimento da população cativa com relação à livre. Este resultado associou-se à difusão em larga escala da rubiácea pela localidade nesta época, como veremos na próxima seção.

A comparação com as outras localidades do vale do Paraíba compreendeu: Bananal, Areias, Guaratinguetá e Taubaté. A antiguidade da povoação deve ser considerada na análise, pois as mais recentes relacionam-se fortemente ao desenvolvimento econômico ocorrido à época. De outro lado, como veremos na próxima seção, a intensidade e o momento do início da cafeicultura também variaram de acordo com as características de cada localidade; em geral, entre as mencionadas acima, as mais novas mostraram uma maior atividade cafeeira.

A partir das informações levantadas por Armênio de Souza Rangel podemos incluir nesta análise a vila de Taubaté para anos idênticos aos de Lorena. A população total da vila passou de 5.831 indivíduos, em 1778, para 10.417, em 1829. Todavia, as taxas de crescimento da população taubateana e de seus dois segmentos mantiveram-se inferiores às lorenenses, à exceção dos livres entre 1778 e 1798, que apresentaram taxa idêntica à de Lorena. A ocupação do núcleo taubateano iniciou-se logo no século XVII e ao final do terceiro quartel do Setecentos este mantinha um número de habitantes maior do que o dobro do povoado lorenense em 1778. No primeiro período, como em Lorena, os livres elevaram o seu número a uma taxa maior do que os cativos em Taubaté (2,0% e 0,4% ao ano, respectivamente). Nas duas fases seguintes (1798-1818 e 1818-1829), o número de escravos aumentou a uma taxa superior à dos livres (1,7% e 0,4% no segundo período e 2,3% e 0,8% no terceiro, Cf. RANGEL, 1990, p. 164).

Em Guaratinguetá, a população total apresentou um crescimento demográfico muito arrefecido, aumentando de 6.594 para 6.899 pessoas entre 1805 e 1840, na ausência de desmembramentos (Cf. HERRMANN, 1986, p. 209). Entre os dois anos ocorreu um crescimento demográfico a uma taxa de apenas 0,1% ao ano, insinuando a existência de fluxos migratórios para fora da localidade: "*De 1805 a 1840, período de transição entre a economia açucareira e a cafeeira, as entradas não compensam o desenvolvimento natural, lento, da população e os êxodos dos habitantes de Guaratinguetá para outras áreas (...)*" (Idem, p. 208). A participação dos brancos no conjunto da população de Guaratinguetá diminuiu de 62,0%, em 1805, para 55,9%, em 1829 (Idem, p. 91 e 170).<sup>27</sup> A proximidade desta vila das localidades com grande crescimento demográfico (Lorena, Areias e Bananal) pode nos auxiliar no entendimento das

---

<sup>27</sup> Lucila Herrmann ainda observou: "*As condições de vida e necessidades do ciclo do café atuam com desigual intensidade sobre os diferentes estoques [da população] nos diversos grupos de idade, determinando no grupo em idade econômica grandes entradas de pretos (homens) e saídas de homens brancos (...)*" (HERRMANN, 1986, p. 171).

informações de Herrmann. Por outro lado, Taubaté não se revelou tão significativamente marcada pelos movimentos migratórios nesse momento, talvez pela maior distância das novas regiões em ocupação.

Bananal e Areias mostraram um dinamismo mais forte do que o lorenense. A população total da primeira localidade cresceu expressivamente entre 1801 e 1817 (7,1% ao ano). O contingente livre aumentou a uma taxa ainda maior (7,8% ao ano). Posteriormente, este segmento apresentou uma redução numérica significativa na década de vinte, passando de 1.916 indivíduos, em 1817, para 1.737, em 1829 (Cf. MOTTA, 1990, p. 170). Embora a população livre tenha diminuído entre 1817 e 1829, o conjunto dos escravos cresceu de 1.010 para 2.282 cativos, a uma taxa de 7,0% ao ano (Idem, p. 137). José Flávio Motta, na tentativa de explicar tal decréscimo dos livres, encontrou evidências de uma possível perda de parte do território para regiões próximas, talvez Queluz, pertencente a Areias.

Em Areias, Francisco Vidal Luna observou um significativo crescimento demográfico, de 6.565 para 12.454 habitantes entre 1817 e 1829, incluindo Bananal. De outro lado, houve um maior dinamismo dos cativos. Segundo o autor: “(...) a população escrava expandiu-se à taxa anual de 10,4% ao ano (127% no período), contra 2,9% dos livres (41% no período).” (LUNA, 1994, p. 435). Tais valores mostram uma intensidade do crescimento populacional, especialmente dos cativos, superior em Areias com relação a Lorena.

Outras informações demográficas podem ajudar nesta comparação entre as localidades. Nesse sentido, realizamos um recorte demográfico compreendendo duas variáveis principais: gênero e idade. Na Tabela 2.2 apresentamos, inicialmente, a razão de sexo dos dois segmentos analisados para Lorena. O contingente livre mostrou uma razão inferior a 100, ou seja, preponderando as mulheres com relação aos homens. Tal resultado ocorreu não apenas no final do século XVIII como no início do XIX, embora com maiores diferenças nos dois primeiros anos. Os escravos revelaram um comportamento distinto com a prevalência de uma razão superior a 100.<sup>28</sup> No entanto, houve o aumento de todas as razões de sexo a partir do século XIX.

---

<sup>28</sup> As razões de sexo dos cativos de Bananal mantiveram-se acima dos lorenenses: 139 em 1801, 180 em 1817 e 219 em 1829 (Cf. MOTTA, 1990, p. 141).

TABELA 2.2  
RAZÃO DE SEXO SEGUNDO CONDIÇÃO SOCIAL  
(1778-1829)

RAZÃO <sup>a</sup>	1778	1798	1818	1829
Livres	89	83	91	97
Cativos	127	123	142	165
TOTAL	96	90	102	113

a A razão de sexo define-se como sendo o número de homens por 100 mulheres.

Lucila Herrmann observou o predomínio das mulheres entre a população livre em Guaratinguetá. A autora apresentou as seguintes razões de sexo: 90 em 1775, 91 em 1805 e, só para os brancos, 82 em 1829 (Cf. HERRMANN, 1986, p. 43, 73 e 174). Maria Luiza Marcílio também verificou o domínio numérico feminino no conjunto dos livres para a capitania de São Paulo de 1765 a 1872: “*Examinando o segmento livre da população, podemos observar que há um desequilíbrio sistemático na razão de masculinidade, denunciando uma constante preponderância do sexo feminino (com exceção das duas datas extremas).*” (MARCÍLIO, 1974, p. 135).<sup>29</sup> A explicação proposta pela autora para esta constatação derivava dos freqüentes recrutamentos forçados dos homens, especialmente para as campanhas do Sul, provocando fugas para os “matos”. Assim, os levantamentos populacionais deixaram de registrar uma parcela expressiva dos homens na idade ativa. Um reflexo desta influência podia ser encontrado nas razões de sexo segundo as faixas etárias. A grande superioridade numérica feminina ocorria entre as pessoas com idades de 10 a 49 anos, corroborando a hipótese de Marcílio. A localidade em estudo mostrou razões para o conjunto da população mais baixas em 1798 comparadas com a da capitania e mais altas em 1818 e 1829.

Iraci del Nero da Costa também percebeu um desequilíbrio em favor do sexo feminino e sugeriu uma outra explicação: “(...) *que as pessoas [homens preferencialmente / RLM] entre 15 e 34 anos apresentavam maior tendência para migrar.*” (COSTA, 1979, p. 141).<sup>30</sup> Por outro lado, Alida C. Metcalf evidenciou estratégias familiares para os escravistas em Santana de Parnaíba (1750-1850), nas quais os filhos do sexo masculino emigravam com maior freqüência do que suas irmãs. Em suas palavras: “*Desde jovens, os homens entravam no sertão, enquanto as mulheres permaneciam nas vilas. Como Parnaíba tinha um sertão próximo, a estratégia de enviar os filhos*

<sup>29</sup> As informações para a capitania consistiam das seguintes: 93 em 1798, 89 em 1818 e 92 em 1829 (Cf. MARCÍLIO, 1974, p. 135). Os informes da população lorenense por faixa etária e sexo encontram-se na Tabela 2.3.

<sup>30</sup> O autor estudou Vila Rica (MG) em 1804.

*para o sertão teve bastante êxito, tendo sido repetida de geração em geração (...)*” (METCALF, 1990, p. 295).<sup>31</sup> Assim, podemos adicionar uma outra componente para a discrepância numérica de gênero: no início da ocupação de uma nova região haveria a emigração principalmente de homens das áreas mais antigas.

Para Taubaté, as razões de sexo dos livres consistiram nas seguintes: 89 em 1774, 87 em 1798, 78 em 1817 e 85 em 1835 (Cf. RANGEL, 1990, p. 172). Tais resultados aproximam-se dos relatados acima para Lorena, Guaratinguetá e a capitania de São Paulo. Embora os valores da localidade lorenense superassem os demais para as primeiras décadas do século XIX. A mudança de comportamento de Lorena pode decorrer das suas transformações nesse momento, especialmente do crescimento demográfico e econômico propiciado pela cafeicultura. Nesse sentido, para Bananal, em cujo terreno cultivou-se extraordinariamente a rubiácea, a razão de sexo mostrou-se muito maior do que a lorenense no início do século XIX.<sup>32</sup> Todavia, ao longo dos anos desse século a diferença das razões tende a diminuir entre as duas localidades.<sup>33</sup> A vila bananalense constituía uma área de ocupação recente e, por isso, os homens representavam a maioria da população ao contrário das outras vilas paulistas. Mesmo aceitando o subregistro dos homens adultos, as diferenças nos valores das razões de sexo entre as povoações mostram situações distintas no vale do Paraíba.

Na Tabela 2.3 podemos observar com maior profundidade o número de pessoas pelas diversas faixas etárias. Como verificado por Marcílio para a capitania, apuramos uma primazia das mulheres entre os indivíduos livres com idades entre os 9 e os 40 anos, à exceção da faixa dos trinta anos em 1798. A participação das pessoas livres com 50 ou mais anos no total da população diminuiu de 12,5% em 1778 para 10,4% em 1829. Os cativos apresentaram alterações mais significativas de sua estrutura etária, especialmente entre 1818 e 1829. As crianças com até nove anos representavam 25,8% de toda massa escrava em 1778, número próximo do observado para os livres (31,2%), mas a desigualdade entre os sexos mostrou-se superior para os cativos. Entretanto, em 1829, este segmento detinha o percentual de apenas 15,4% do total de cativos,

---

<sup>31</sup> Dora Isabel Paiva da Costa percebeu estratégias diferenciadas das antecipações de heranças e dotes na elite de Campinas (SP) para os genros e filhos varões em 1795-1850. Embora a divisão do patrimônio fosse igualitária, os primeiros recebiam parcela maior de terras e os segundos de bens móveis, dinheiro e escravos, facilitando a migração dos últimos (Cf. COSTA, 1997, p. 158).

<sup>32</sup> Em outro trabalho, verificamos para o Rio de Janeiro as maiores razões de sexo, tanto para os livres quanto para os cativos, na área cafeeira, para a qual a ocupação ocorreu posteriormente às outras regiões fluminenses (MARCONDES, 1995, p. 263). A razão chegou a 141 em 1780 e a 121 em 1840 para a população livre da área cafeeira. A presença de movimentos migratórios pareceu, neste caso, constituir um fator importante para tal resultado.

<sup>33</sup> As razões de sexo dos habitantes livres em Bananal eram as seguintes: 121 em 1801, 113 em 1817 e 106 em 1829 (Cf. MOTTA, 1990, p. 362).

enquanto os livres destas idades possuíam 32,4% do seu total.<sup>34</sup> De outro lado, os escravos na faixa dos vinte anos aumentaram sua participação de 18,2% em 1778 para 30,6% em 1829. A razão de sexo desta faixa cresceu de 75 para 200 no mesmo período. A parcela dos cativos com 60 ou mais anos de idade também diminuiu significativamente no conjunto da escravaria (de 8,1% em 1778 para 1,6% em 1829). Os homens formavam o maior contingente populacional cativo em todas faixas etárias, à exceção das crianças em 1798 e 1829 e das pessoas com idades de 20 a 29 anos em 1778. Assim, houve uma concentração da população escrava nas idades economicamente mais ativas em detrimento da participação dos mais jovens e idosos, especialmente a partir de 1818, quando se difundiu a rubiácea na localidade.

TABELA 2.3  
DISTRIBUIÇÃO PORCENTUAL DA POPULAÇÃO SEGUNDO SEXO E FAIXAS ETÁRIAS  
(1778-1829)<sup>a</sup>

Faixas (em anos)	1778		1798		1818		1829	
	H	M	H	M	H	M	H	M
<b>Livres</b>								
0 a 9	15,8	15,4	15,5	15,7	17,0	16,5	16,7	15,7
10 a 19	10,6	12,3	8,2	11,8	8,5	11,7	9,8	11,2
20 a 29	4,9	9,1	5,9	10,5	7,1	8,9	7,0	8,8
30 a 39	4,2	6,9	5,7	5,6	4,9	6,1	5,0	6,2
40 a 49	4,2	4,1	4,0	4,5	4,4	4,1	5,1	4,1
50 a 59	3,7	2,7	3,0	3,1	3,4	3,0	2,9	2,6
60 a 69	2,0	1,7	1,6	2,2	1,5	1,3	1,8	1,7
70 ou mais	1,6	0,8	1,5	1,2	0,8	0,8	0,8	0,6
<b>TOTAL</b>	<b>47,0</b>	<b>53,0</b>	<b>45,4</b>	<b>54,6</b>	<b>47,6</b>	<b>52,4</b>	<b>49,1</b>	<b>50,9</b>
<b>Cativos</b>								
0 a 9	15,4	10,4	11,7	11,9	11,0	10,4	7,5	7,9
10 a 19	10,8	8,6	12,2	10,1	14,9	11,3	18,2	11,2
20 a 29	7,8	10,4	11,9	10,7	14,2	9,4	20,4	10,2
30 a 39	7,1	7,5	6,9	5,2	8,8	4,8	8,7	4,4
40 a 49	4,5	3,0	5,0	2,7	4,9	3,7	4,2	2,3
50 a 59	4,9	1,5	4,0	2,3	2,8	1,3	2,4	1,1
60 a 69	3,1	1,4	1,7	1,3	1,4	0,2	0,7	0,5
70 ou mais	2,4	1,2	1,9	0,5	0,7	0,3	0,3	0,1
<b>TOTAL</b>	<b>56,0</b>	<b>44,0</b>	<b>55,3</b>	<b>44,7</b>	<b>58,6</b>	<b>41,4</b>	<b>62,3</b>	<b>37,7</b>

a A soma dos homens e mulheres para cada ano totaliza 100%.

<sup>34</sup> Iraci Costa notou um perfil etário da população cativa de Vila Rica em 1804 discrepante da livre, em razão da sua maior mortalidade infantil, da entrada de escravos africanos já crescidos e da menor esperança de vida dos cativos (Cf. COSTA, 1979, p. 144).

Este resultado deveu-se principalmente ao crescimento da introdução de africanos na região durante a expansão da produção de derivados de cana e, posteriormente, da cafeicultura. Iraci del Nero Costa & Nelson Hideiki Nozoe observaram para Lorena em 1801 que 26,8% dos escravos nasceram na África (COSTA & NOZOE, 1989, p. 322). Nos dois anos analisados a seguir este porcentual cresceu para 38,7% em 1818 e 50,3% em 1829.<sup>35</sup> A grande maioria dos cativos oriundos da África consistia em homens (73,0%) e apresentava idades entre os 9 e 40 anos (87,0%). Destarte, no início do século XIX intensificou-se a entrada de africanos na localidade, reduzindo a parcela das mulheres, das crianças e dos idosos no conjunto da população cativa.

As informações levantadas até este momento já permitem algumas conclusões a respeito das condições demográficas de Lorena em comparação com outras localidades no início do século XIX. As povoações de ocupação mais antiga apresentaram taxas de crescimento da população como um todo inferiores às mais recentes. O contingente cativo aumentou a maiores taxas *vis-à-vis* os livres em todas as localidades consideradas, à exceção de Bananal entre 1801 e 1817. O segmento livre elevou-se a taxas muito pequenas relativamente ao escravo, mas em maiores proporções nas áreas de ocupação mais nova. Por fim, a razão de sexo dos livres manteve-se superior nas regiões de povoamento mais recente.

O arrefecido dinamismo demográfico, especialmente dos livres, ocorreu principalmente nas vilas mais antigas do vale, entre as consideradas acima. A ocupação anterior destas áreas reduziu a possibilidade de incorporação de novos contingentes populacionais livres. As melhores terras, não apenas em termos de fertilidade como de localização, encontravam-se, em maior proporção, sob alguma forma de posse ou propriedade. De outro lado, as áreas de povoamento mais recente parecem dispor, relativamente, de terrenos para a lida, atraindo principalmente os jovens do sexo masculino que encontravam dificuldade em se manter nas vilas de povoamento antigo (não apenas do vale do Paraíba paulista como também de Minas Gerais e do Rio de Janeiro).<sup>36</sup> A introdução da rubiácea com maior intensidade nestas áreas condicionou os movimentos populacionais. O deslocamento da ocupação nesse momento histórico incorporou territórios novos. Tais áreas ainda se mantinham pouco povoadas, especialmente Areias e

---

<sup>35</sup> Em Bananal, a presença de africanos na massa escrava também cresceu significativamente nas três primeiras décadas do século XIX, chegando seus percentuais a superar os de Lorena. As participações dos africanos na escravaria bananalense eram as seguintes: 57,1% em 1801, 61,7% em 1817 e 78,2% em 1829 (Cf. MOTTA, 1990, p. 147).

<sup>36</sup> Podemos pensar uma situação na qual, conjuntamente à marcha do café, ocorresse um deslocamento demográfico, caracterizado também de início pela forte presença de pessoas do sexo masculino tanto cativas quanto livres. O afluxo populacional para a área cafeicultora originava-se das pessoas que acompanhavam o avanço cafeeiro tendo participado desta faina em outras regiões (especialmente do Rio de Janeiro) e das interessadas em cultivá-lo mas ainda não o tinham começado em outra área (principalmente de Minas Gerais). O movimento migratório para Lorena também pode ter decorrido de outros fatores, como o cultivo da cana e até em virtude de condicionantes não econômicos, como, por exemplo, os políticos e familiares.

Bananal. As características econômicas desta incorporação distinguem-se das anteriores, pois se marcaram pela expansão da cafeicultura.

Alice Piffer Canabrava estudou a repartição da terra na capitania de São Paulo para 1818. O vale do Paraíba apresentava uma estrutura fundiária diversificada; a região de ocupação mais recente apresentava, em termos médios, as maiores propriedades:

*“Até 1800, data da fundação de Queluz como aldeamento de índios, as terras além da vila de Lorena se qualificavam como sertão; na primeira e segunda década do século estavam sendo ativamente desflorestadas pelas lavouras de café, em Areias, Lorena, Bananal. Os altos índices de concentração, em localidades de colonização mais recente revelam as apropriações extensas que desde cedo fixaram o caráter de sua rede fundiária.”* (CANABRAVA, 1972, p. 110).

Todavia, entre as localidades valeparaibanas consideradas em nossa comparação, os índices de Gini apontaram uma concentração fundiária superior para Taubaté, Guaratinguetá e Lorena em relação a Areias e Bananal (Idem, p. 96-99). Este resultado decorreu da existência nas primeiras localidades de um grande número de pequenos proprietários possuidores de diminuta parcela da área total ocupada, convivendo com grandes proprietários de terras. Areias e, principalmente, Bananal mostraram uma maior dimensão de suas propriedades médias e um grande número de proprietários de extensões intermediárias de terra.

Os informes da existência de terras devolutas podem representar uma indicação do processo de ocupação do espaço. A afirmativa de Müller sobre a inexistência de terras devolutas em Lorena, Guaratinguetá e Taubaté em 1836 aponta para a hipótese referida acima (Cf. MÜLLER, 1978, p. 39, 40 e 42). Todavia, não há a informação para Areias e, para Bananal, Müller refere-se a: *“terrenos devolutos no sertão (...) entre as serras e estradas denominadas do Ramo, e Ariró.”* (Idem, p. 36). Maria Thereza Petrone analisando as terras devolutas no vale do Paraíba paulista em 1854 afirmou com respeito à comarca de Guaratinguetá: *“(...) que abrangia Bananal, Queluz, Areias, Silveiras, Lorena, Cunha, e as freguesias ou capelas de Aparecida, Pinheiros, Barreiro e Embaú, são igualmente poucas as notícias sobre terras devolutas. Apenas para Areias, Barreiro e Bananal há referências.”* (PETRONE, 1975, p. 392). Em Lorena havia posses a serem legitimadas segundo o delegado suplente, embora um outro informante afirme não haver. A autora justifica a pequena relevância das terras devolutas no vale do Paraíba em função da antiguidade do povoamento e da rápida expansão dos cafezais.<sup>37</sup>

---

<sup>37</sup> Os movimentos de ocupação do território revelam casos parecidos com o acima relatado para o vale. Lucila Reis Brioschi *et alii*, por exemplo, ao estudarem o sertão do Rio Pardo nos séculos XVIII e XIX perceberam certas características do povoamento: *“Infere-se dos dados acima a existência de apropriação desigual do espaço, associado à condição social/legal, à cor e aos diferentes graus de riqueza, medidos pela maior ou menor presença de escravos. [...] a partir do início do século XIX, o nordeste de São Paulo foi perdendo seu caráter de ‘sertão bruto’. A ocupação das terras e o povoamento despregaram-se da linha do Caminho de Goiás e penetraram o*

A direção do crescimento populacional pautou-se também pelas oportunidades abertas nas áreas. Nos locais de povoamento mais antigo tais possibilidades mantinham-se relativamente menores do que em Areias e Bananal, em função da ocupação econômica anterior ao café. Lorena apresentava-se como uma situação intermediária entre os dois grupos, pois sua ocupação não ocorreu juntamente a Taubaté e Guaratinguetá e nem tampouco às áreas mais recentes. No seu conjunto, as localidades do vale presenciaram, em graus diferenciados, um extraordinário afluxo demográfico condicionado pela atividade cafeeira e, de outra parte, condicionante do avanço da cafeicultura no início do século XIX. A análise do evoluir econômico, especialmente da produção, em Lorena e no vale, ajuda-nos no entendimento destes resultados.

## II - ECONOMIA

A localidade apresentou uma série de culturas com significativa importância. Alguns cultivos permaneceram ao longo de todo o período estudado, como os tradicionais produtos de subsistência (milho, arroz, feijão e farinha de mandioca), o algodão e mesmo os exportáveis: fumo e aguardente. Os produtos tradicionais de subsistência representaram parcela significativa da produção da quase totalidade dos agricultores no correr do período 1778-1829.<sup>38</sup> O milho constituiu o principal produto em todo o período e sua colheita mostrou uma tendência crescente, aumentando de 8.229 alqueires, em 1778, para 39.794 alqueires, em 1818, mas com uma redução em 1829 (23.763 alqueires).<sup>39</sup> O arroz revelou o maior crescimento entre os de subsistência: dos parcos 383 alqueires em 1778 atingiu 13.300 alqueires em 1829. Por fim, o feijão e a farinha apresentaram elevação de suas produções no período como um todo, de 1.489 para 3.113 alqueires para o primeiro produto e de 374 para 1.452 alqueires para o segundo. Nestes dois casos ocorreram, novamente, diminuições de suas colheitas: no ano de 1829 para o feijão e, em 1818, para a farinha, embora mantivessem, ambas, uma tendência crescente no restante do período. O algodão poderia ser incluído entre os bens de subsistência, por servir para a feitura de panos grosseiros de utilização local e, eventualmente, vendidos para fora da localidade. A maior colheita de algodão ocorreu em 1818 com 464 arrobas (Cf. Tabela 2.4). O cultivo dos bens de subsistência ocorria, também, aliado à produção de exportação. Assim, tais produtos, à exceção

---

*interior. Em 1835 toda a área contida entre os rios Pardo, Sapucaí-Mirim e Grande havia sido ocupada.*” (BRIOSCHI *et alii*, 1995, p.126-127).

<sup>38</sup> Em 1817, Aires de Casal complementou os informes da lista nominativa: “No distrito de Lorena, onde se recolhem legumes com muito milho, e criam em grande quantidade porcos, e galinhas (...)” (CASAL, 1976, p. 113).

<sup>39</sup> Em Lorena, 99,8% dos agricultores produziam milho em 1818 (Cf. MARCONDES, 1992, p. 63).

do algodão, eram largamente disseminados pela região. Entre 1798 e 1829 mais de 90% dos agricultores produziam milho e mais da metade deles arroz ou feijão.<sup>40</sup>

TABELA 2.4  
PRODUÇÃO AGRÍCOLA  
(1778-1829)

PRODUTO/UNIDADE	1778	1798	1818	1829
Milho/alqueires	8.229	19.610	39.794	23.763
Feijão/alqueires	1.489	3.374	7.067	3.113
Arroz/alqueires	383	4.443	6.941	13.300
Farinha/alqueires	374	2.185	1.275	1.452
Açúcar/arobas	-	1.302	1.505	430
Aguardente/barris	554 <sup>a</sup>	1.116	2.417	1.863
Algodão/arobas	93	84	464	91
Café/arobas	-	-	707	16.323
Fumo/arobas	268	236	39	314

a Destes, 124 barris eram de melado.

O fumo e a carne suína (toucinho, cevado etc.) também constituíam produtos exportáveis da localidade, com destino ao Rio de Janeiro. Em geral suas produções se distribuíam por diversos agricultores em pequena escala, especialmente com respeito ao fumo, e o volume produzido dependia, também, da conjuntura externa à localidade (por exemplo, os preços). Os excedentes sobre o consumo doméstico determinavam a parcela comercializada da produção. A produção de fumo manteve um patamar ao redor de 250 arrobas, à exceção de 1818, com 39 arrobas. Em 1817, Spix & Martius mostraram a relevância deste cultivo: “*Em particular, prospera aqui excelentemente o fumo, e o seu cultivo é um dos principais trabalhos dos habitantes de Lorena e da Vila de Guaratinguetá (...)*” (SPIX & MARTIUS, 1981, p. 123). O comportamento da produção de suínos não pôde ser determinado com precisão. Os informes do número de suínos e de seus derivados apresentaram-se descontínuos e incompletos, inclusive com alguma dificuldade de distinguir o estoque de animais do número de crias. Contudo, a sua importância foi grande: por exemplo, em 1818, a produção de toucinho consistia em 391 arrobas e a de capados 572 animais; adicionalmente, no ano de 1778, o número de porcos alcançou 569, com 70 crias.

<sup>40</sup> Não dispomos do mesmo indicador para Guaratinguetá, mas a policultura exclusiva de bens de subsistência envolvia 49,7% das propriedades rurais com cultivo declarado em Guaratinguetá no ano de 1836 (Cf. HERRMANN, 1986, p. 118). Tal porcentual reafirma a importância da agricultura de subsistência no vale.

O cultivo da rubiácea difundiu-se rapidamente na vila, transformando-se numa das suas principais culturas.<sup>41</sup> A introdução do café na região de Lorena começou pelos domicílios dos produtores de subsistência no início do século XIX. Tal associação parece-nos tão forte, que apenas eventualmente um cafeicultor não produzia os bens de subsistência, não somente na aludida fase de introdução, como na posterior. Talvez tal fato se devesse à falta de um mercado mais amplo para os bens de subsistência, com exceção dos ranchos existentes ao longo das estradas que forneciam os gêneros aos viajantes e das trocas na própria localidade. Os bens de subsistência eram cultivados não apenas para o consumo próprio da família do agricultor e seus escravos e agregados, mas se comercializava o excedente na região. As incertezas de fornecimento de alimentos e do seu custo dificultavam a opção pelo cultivo apenas de bens de exportação. Friedrich Von Weech, alemão que viajou pelo Brasil em meados da terceira década do século XIX, mostrou as desvantagens da monocultura de exportação: *“Durante o curto período em que os preços dos produtos acima [como o café] aumentaram sensivelmente [no final da década de dez / RLM], esse princípio teve suas vantagens. Mas quando, mais tarde, os preços do café caíram muito e os dos produtos alimentícios subiram extraordinariamente, aquele princípio não mostrou resultado favorável, principalmente porque os preços destes produtos oscilam permanentemente.”* (WEECH, 1992, p. 120).

O crescimento da produção de café acentuou-se na década de 1820. Quando os cafeicultores do vale foram incorporados em maior número ao sistema agroexportador, a dinâmica cafeeira passou a ser condicionada pela demanda externa. O *boom* da produção de café, ao final da década de dez e início da seguinte, beneficiou-se das condições externas propícias, com a alta dos preços, e da existência prévia de recursos, humanos e materiais, originários ou não da própria localidade, alocados em outros cultivos distintos do café e em setores não agrícolas.<sup>42</sup>

---

<sup>41</sup> Monsenhor Pizarro e Araujo já afirmava, em 1822, a preponderância da rubiácea na vila: *“(...) seu terreno, goza de bom clima, e é igualmente [a Areias / RLM] fértil em café, em cujo gênero consiste a principal agricultura dos habitantes respectivos.”* (PIZARRO E ARAUJO, 1948, v. 8, p. 274).

<sup>42</sup> Alice Canabrava ressaltou a existência de um processo semelhante na rápida resposta da agricultura paulista à demanda externa de algodão, pautada pela guerra civil norte-americana que desabasteceu as indústrias têxteis européias, indicando o mesmo fenômeno: *“A versatilidade do agricultor paulista, tão patente durante o ‘rush’ do algodão, aliada às circunstâncias do mercado exterior, agiam no sentido da preservação das práticas rotineiras que imperavam na lavoura em geral. Sendo orientada a economia brasileira, desde os primórdios da história colonial, exclusivamente para as necessidades dos mercados do exterior, a produção algodoeira paulista havia seguido as vicissitudes daqueles mercados, conforme a tradição já estabelecida pelos outros produtos nacionais. Dessa maneira, havia crescido e declinado rapidamente, condicionada, de modo estrito pelas necessidades das indústrias têxteis européias, principalmente as da Inglaterra.”* (CANABRAVA, 1984, p. 281-292). Apesar da ênfase demasiada na orientação para o exterior, o comportamento da agricultura paulista não é peculiar e resulta da utilização de recursos alocados em outros cultivos, não apenas de exportação. Devemos notar a existência de uma historiografia recente crítica a essa orientação exclusiva para o exterior da economia brasileira (Cf. FRAGOSO, 1992, e COSTA, 1995).

Após 1818 parece ter havido um grande avanço da rubiácea como a principal cultura de exportação e de maior dinamismo na localidade. Consideramos os informes do censo de 1829 em relação às informações de 1818, a fim de lançar alguma luz sobre este período. A produção de café cresceu extraordinariamente nessa época, passando de 707 arrobas, em 1818, para 16.323, em 1829. Se compararmos este último informe com os de outras localidades do vale do Paraíba percebemos uma intensidade distinta da rubiácea em Lorena com relação às demais no ano de 1829. Na vila de Taubaté, a colheita da rubiácea atingiu um número próximo ao lorenense: 13.638 arrobas em 1830 (Cf. RANGEL, 1990, p. 368). Em Areias ocorreu um desenvolvimento mais intenso da cafeicultura. A produção de café passou: "(...) de um total de 6.725 arrobas, em 1817, para 105.880 arrobas, em 1829. Tem-se, pois, um aumento de pouco menos de 1500%." (MOTTA, 1990, p. 170). Em Bananal, Motta também verificou o mesmo processo, com a produção de café crescendo de 4.049 arrobas, em 1817, para 45.572 arrobas, em 1829 (*ibidem*). A maior proximidade destas duas últimas localidades da área cafeicultora fluminense contribuiu para a preponderância destas áreas no ano de 1829, mas tal motivo não nos pareceu suficiente para explicar os menores patamares da produção cafeeira em Lorena e Taubaté.<sup>43</sup> A produção *per capita* destas localidades atingiu as seguintes quantidades no ano de 1829: 1,9 arrobas em Lorena, 1,3 arrobas em Taubaté, 11,4 arrobas em Bananal e 12,6 arrobas em Areias. Segundo Carlos Marcondes de Moura, a colheita de café nas vilas de Bananal, Areias (inclusive Queluz), Lorena, Guaratinguetá, Pindamonhangaba, Taubaté e Jacareí chegou, em 1829, respectivamente, aos seguintes números: 45.572, 50.935, 11.345, 7.488, 6.286, 8.481 e 12.129 (MARCONDES DE MOURA, 1976, p. 52).<sup>44</sup> Desta forma, Jacareí, localidade mais distante de Areias e Bananal do que Lorena, produzia um volume superior à região lorenense. A marcha do café não nos pareceu ocorrer de forma uniforme para as povoações. Outros condicionantes devem marcar este

---

<sup>43</sup> Taubaté produzia maiores quantidades de café no final do século XVIII do que Lorena, Bananal e Areias. A produção chegou a 68 arrobas para a primeira localidade em 1798 (Cf. RANGEL, 1990, p. 368). A soma da colheita das demais povoações atingiu 39 arrobas em 1799, sendo apenas nove em Bananal (Cf. MOTTA, 1990, p. 36). Ramón Vicente García Fernández estudando o litoral norte paulista observou a produção de quase cem arrobas de café em Ubatuba no ano de 1798 (Cf. FERNÁNDEZ, 1992, p. 348). A introdução do café em São Paulo ao final do século XVIII consiste de um tema controverso na historiografia (ver TAUNAY, 1939, e MOTTA SOBRINHO, 1968). Haveria duas possibilidades principais: nos terrenos próximos a divisa com o Rio de Janeiro na região de Areias e Bananal ou no litoral norte em Ubatuba, Vila Bela e São Sebastião. Posteriormente, o café difundiu-se pelo vale do Paraíba paulista. A maior precocidade da cultura cafeeira taubateana em relação a Bananal, Lorena e Areias não garantiu sua liderança no momento posterior. Armênio Rangel apontou com relação a Taubaté em 1835: "(...) o município ainda tinha uma posição secundária na produção cafeeira do vale do Paraíba, não podendo se comparar aos municípios localizados ao norte." (RANGEL, 1990, p. 198). Assim, outros condicionantes devem ser considerados no desenvolvimento cafeeiro do século XIX.

<sup>44</sup> Em 1836, as produções eram as seguintes: 64.822, 102.797, 33.649, 22.442, 62.628, 23.607 e 54.004 arrobas (Cf. MÜLLER, 1978, p. 124-125). Nesse ano, além de Jacareí, Pindamonhangaba mantinha uma colheita superior à lorenense e a taubateana.

processo, como, por exemplo, as condições de clima, solo e relevo. Elas devem ajudar no entendimento destas diferenças que parecem permanecer ao longo do tempo.

Em Lorena, a difusão da produção de derivados de cana atingiu agricultores com poucos recursos distintamente do Nordeste brasileiro, em função da existência de engenhocas, que eram de menor porte (Cf. PETRONE, 1968, p. 106-109). Como Saint-Hilaire salientou, em 1822, ao passar pelo porto da Cachoeira: “*Vêem-se engenhos de açúcar mesmo perto de casas que não indicam senão a indigência.*” (SAINT-HILAIRE, 1974, p. 64). Os produtores de derivados de cana-de-açúcar perderam a preponderância da exportação para os cafeicultores a partir da terceira década do século XIX. Contudo, verificamos uma certa permanência da importância da produção de derivados de cana-de-açúcar, não sendo abandonados em favor da rubiácea. Os investimentos na construção de instalações adequadas à feitura de derivados da cana requeriam montantes elevados de recursos, especialmente na fabricação do açúcar, mas uma vez estabelecidos, o custo para manter a atividade não se revelava tão alto. De fato, em 1829, a grande maioria dos produtores dos derivados da cana-de-açúcar, que continuaram no seu cultivo, realizaram sua produção aliada à do café (Cf. MARCONDES, 1992). As condições edafológicas em Lorena poderiam favorecer a cana-de-açúcar em relação ao café para determinadas áreas, especialmente nas planícies às margens do Rio Paraíba comuns nesta região. Apesar disto, a produção de açúcar diminuiu de 1818 a 1829, de 1.505 para 430 arrobas. A aguardente mostrou uma evolução um pouco distinta, pois a redução entre 1818 e 1829 foi menor do que para o açúcar, de 2.417 barris para 1.863. A feitura do açúcar restringiu-se a uns poucos agricultores, ao contrário da aguardente cuja produção mostrava-se mais disseminada. Assim, o cultivo da cana-de-açúcar assumiu um caráter secundário em relação ao da rubiácea. Entretanto, a produção de seus derivados ainda representava parcela muito significativa do valor da produção (11,4% em 1829) e, principalmente, das exportações da localidade (Cf. Tabela 2.5).

TABELA 2.5  
EVOLUÇÃO DO VALOR DA PRODUÇÃO  
(1778-1829) <sup>a</sup>

Produtos	1778		1798		1818		1829	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Milho	1:975	50,6	4:706	36,9	12:734	39,7	11:406	22,6
Feijão	715	18,3	1:620	12,7	5:654	17,6	4:981	9,9
Arroz	153	3,9	1:777	13,9	2:221	6,9	6:384	12,7
Farinha	180	4,6	1:049	8,2	1:020	3,2	1:394	2,8
Algodão	84	2,2	76	0,6	445	1,4	102	0,2
Fumo	241	6,2	212	1,7	37	0,1	754	1,5
Café	-	-	-	-	2:121	6,6	19:588	38,8
Açúcar	-	-	1:953	15,3	2:709	8,5	1:290	2,5
Aguardente	554	14,2	1:116	8,7	2:900	9,1	4:471	8,9
Outros	-	-	247	2,0	2:217	6,9	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>3:902</b>	<b>100%</b>	<b>12:756</b>	<b>100%</b>	<b>32:058</b>	<b>100%</b>	<b>50:370</b>	<b>100%</b>

a Valores em mil réis. Os preços utilizados para o cômputo do valor da produção em 1778 consistiram nos preços médios do Mapa Final de 1798, à exceção apenas do preço da aguardente, para o qual utilizamo-nos do presente na lista nominativa desse último ano (1.000 réis).

Na Tabela 2.5, mostramos informações concernentes ao valor da produção agrícola da localidade para os anos 1778, 1798, 1818 e 1829. Ao longo do tempo o valor cresceu significativamente: de pouco menos de quatro contos de réis, em 1778, para cerca de cinquenta em 1829. Todavia, este crescimento parece estar afetado por algum processo de elevação generalizada dos preços. Estamos trabalhando com valores nominais; portanto, incluímos nas variações do valor da produção as alterações dos preços ocorridas a partir de 1798. <sup>45</sup> Entre esta última data e 1818 verificamos um aumento médio dos preços de 29,0%. No momento seguinte (1818-1829), o crescimento médio elevou-se a 56,6%. <sup>46</sup> Assim, o valor da produção acresceu-se significativamente em termos reais entre 1778 e 1829 (539,0%).

<sup>45</sup> Entre 1778 e 1798, não computamos a elevação dos preços em função da falta da informação para o primeiro ano. Utilizamos para o cálculo do valor da produção do primeiro ano os preços de 1798, a fim de obter uma idéia da variação da quantidade total produzida.

<sup>46</sup> Armênio Rangel observou grandes oscilações dos preços entre 1798 e 1830. Os índices calculados por ele apresentaram uma elevada divergência. O índice de Fisher aumentou 20,1% no período, enquanto o de Laspeyres reduziu-se em 19,6% (Cf. RANGEL, 1990, p. 379).

Ao longo desses anos, observamos o aumento da importância da rubiácea e sua preponderância com relação às demais culturas. Para todos os anos os bens de subsistência também representaram parcela muito significativa do valor da produção. Entretanto, a maior parte destes bens não chegava a ser comercializada, sendo consumida na própria fazenda ou sítio do produtor. Em termos de valor, o café cresceu de cerca de 6,6% do valor total da produção da vila em 1818 para 38,8% em 1829. A participação dos produtos de subsistência diminuiu no conjunto do valor da produção da localidade de 68,8% para 48,2%, entre 1818 e 1829. Os cafeicultores em 1829, além de serem pouco mais de um quarto do total dos agricultores (26,6%) e deterem quase a metade da escravaria total da localidade (47,9%), produziam 92% do açúcar, 70% da aguardente e quase a metade da produção de bens de subsistência.<sup>47</sup> Uma grande parcela dos cativos estava alocada na cafeicultura nesse ano. De outro lado, como veremos no próximo capítulo, os cafeicultores apresentavam uma grande heterogeneidade em 1829, formando pouco mais de duzentos domicílios, desde não-escravistas até detentores de mais de quarenta escravos.

A expansão do valor da produção de 1778 a 1829 pode ser dividida entre os bens de exportação e de subsistência (Cf. Tabela 2.6).<sup>48</sup> O primeiro conjunto manteve-se como o mais dinâmico, crescendo a taxas superiores à dos bens de subsistência e à da própria população.<sup>49</sup> Em 1829 houve uma queda do valor real dos bens de subsistência com relação a 1818. O crescimento da demanda de recursos para o cultivo da rubiácea nesse momento poderia ter provocado esta retração. Isto resultou no pequeno dinamismo do valor real da produção total de 1818 a 1829.

## TABELA 2.6

---

<sup>47</sup> A difusão da rubiácea em Lorena aproximou-se da intensidade de Guaratinguetá, na qual o alcance da cafeicultura atingiu 35% das propriedades rurais em 1836 (Cf. HERRMANN, 1986, p. 117). Na vila de Taubaté, os cafeicultores representavam 14,7% dos agricultores em 1830 e detinham 42,6% da escravaria total desta povoação no mesmo ano (Cf. RANGEL, 1990, p. 262 e 400). Em Areias e Bananal, o quadro mostrou-se distinto. Luna verificou para os produtores de café uma participação no contingente escravo superior, em 1829, à de Lorena e Taubaté (84,6% dos escravos do conjunto das duas localidades, conforme LUNA, 1994, p. 436 e 450).

<sup>48</sup> O primeiro período (1778-1798) apresentou elevadas taxas de crescimento da produção, em função do avanço no cultivo da cana e, talvez, pela melhora no registro das informações pelos recenseadores.

<sup>49</sup> Utilizando os informes das vendas da produção agrícola de Taubaté fornecidos por Armênio Rangel, percebemos um crescimento nominal de 7,6% ao ano entre 1798 e 1830, para os seguintes bens: café, açúcar, aguardente, fumo e rapadura (Cf. RANGEL, 1990, p. 369). Embora a comparação com o nosso cálculo de valor exportado não seja ideal, podemos observar uma tendência crescente nas duas localidades, em função especialmente do desempenho da cafeicultura. O café correspondia a 66,9% do valor total das vendas da agropecuária em Taubaté no ano de 1830.

CRESCIMENTO POPULACIONAL E DO VALOR DA PRODUÇÃO  
(1778-1829)

VALOR DA PRODUÇÃO/ POPULAÇÃO	TAXA GEOMÉTRICA ANUAL MÉDIA (%)		
	1778 a 1798	1798 a 1818	1818 a 1829
Valor Total	6,2	4,7	4,2
" Exportado <sup>a</sup>	7,4	5,7	9,1
" Subsistência <sup>b</sup>	5,6	4,5	0,9
População	1,8	3,3	2,4
Livre	2,0	3,0	1,9
Escrava	1,4	4,2	3,6
Variação dos Preços	0,0	1,3	4,2
Valor real	6,2	3,4	0,0
" Exportado <sup>a</sup>	7,4	4,4	4,8
" Subsistência <sup>b</sup>	5,6	3,1	-3,1

a Produtos assumidos como de Exportação: Fumo, Café, Açúcar, Aguardente, Toucinho e Pano (vendidos para fora da vila).

b Produtos assumidos como de Subsistência: Milho, Feijão, Arroz, Farinha e Algodão.

As altas taxas de crescimento do valor real da produção de exportação decorreram, entre 1818 e 1829, basicamente, do comportamento da colheita da rubiácea. O vigoroso aumento de sua produção ganhou impulso pelas grandes inversões de recursos materiais e humanos no plantio do café. Tais posses originaram-se de outras atividades distintas da cafeicultura, realizadas não apenas na própria localidade como em outras vilas.<sup>50</sup> A faina cafeeira contou, para o conjunto dos agricultores, com uma “certa disponibilidade” de recursos humanos e materiais aos que se dispusessem a investir na rubiácea, aplicados na produção de outros bens, tanto no cultivo de bens de subsistência como de exportação.<sup>51</sup> O rápido avanço da rubiácea no território da vila beneficiou-se deste desenvolvimento anterior não apenas agrícola como das atividades comerciais, gerando a disponibilidade de condições para a expansão cafeeira. A transferência dos

<sup>50</sup> Os recursos mobilizados para investimento na cafeicultura poderiam advir de acumulações de riqueza pretéritas efetuadas pela família do cafeeiro, como, por exemplo, os pais e sogros deixando heranças para ele. Eventualmente, a acumulação prévia em outra região pode originar-se da própria cafeicultura, se o local de saída do indivíduo foi atingido anteriormente pela expansão cafeeira.

<sup>51</sup> Devemos qualificar a afirmativa de Furtado ao dizer que os recursos se encontravam subutilizados desde o final da mineração (Cf. FURTADO, 1968, p. 122). O próprio desenvolvimento da cana-de-açúcar e da agricultura de subsistência mostra a existência de um dinamismo crescente anterior ao café (ver Marcondes, 1992).

recursos das outras ocupações para a cafeicultura decorria, talvez, da esperança de uma maior rentabilidade ou, para os menos aquinhoados, da busca de algum retorno monetário não conseguido em outras atividades.

Os montantes passíveis de inversão no cultivo do cafeeiro variavam de acordo com o porte do agricultor. Os senhores de engenho possuíam recursos mais elevados do que os produtores de subsistência. Num primeiro momento, os agricultores com menores recursos mostrar-se-iam, ao menos uma parte deles, mais suscetíveis à nova possibilidade de inversão, enquanto os demais aguardavam a confirmação da “aposta”, já que conseguiam uma remuneração com outras atividades. Posteriormente, quando tiveram assegurada a rentabilidade cafeeira os detentores de maiores condições de produção puderam investir na cultura em grandes proporções. Por outro lado, podemos aventar a possibilidade de um certo grau de gerenciamento por parte dos grandes proprietários do comportamento dos detentores de poucos recursos. Os possuidores de largas extensões de terras poderiam incentivar pessoas a viver em sua propriedade de favor, cultivando a rubiácea.

A faina agrícola mostrou uma distribuição dos bens diferenciada pelos portes dos produtores, inclusive os não-escravistas. Os agricultores realizavam a principal atividade desenvolvida na localidade e mantinham a grande maioria da escravaria, como veremos no capítulo seguinte. Em 1778, os 304 agricultores da localidade compunham com seus dependentes 82,4% dos domicílios, incluindo os que “nada colheram”, e detinham 510 escravos (87,3% do total). Em 1798, a participação dos fogos de agricultores no conjunto dos domicílios atingiu 59,9%. Esta parcela diminuiu em 1829, chegando a 55,1%.<sup>52</sup> Nesse ano, os agricultores detinham 74,6% da escravaria da localidade. A partir deste quadro procuramos caracterizar os diferentes gêneros produzidos pelos agricultores de acordo com o número de escravos possuídos.<sup>53</sup> Para tanto nos utilizamos da Tabela 2.7, que mostra a participação na produção de cada bem dos escravistas de variados portes e dos não-proprietários.

---

<sup>52</sup> A possível inclusão dos jornaleiros entre os ocupados com a agricultura em 1778 pode dificultar a comparação.

<sup>53</sup> Não realizamos uma classificação dos produtores, mas uma análise dos indivíduos que produziam os bens. Deste modo, para o caso de um agricultor hipotético que fabricasse açúcar e colhesse café e milho, ele seria computado na produção dos três bens.

TABELA 2.7  
 PRODUÇÃO DE GÊNEROS AGRÍCOLAS SEGUNDO O NÚMERO DE ESCRAVOS  
 POSSUÍDOS

(1778-1829, em porcentagens)

(continua)

PRODUTO/ANO	Não-escravistas	Proprietários de escravos		
		1 a 4 cativos	5 a 19 cativos	20 ou mais cativos
<b>Milho</b>				
1778	32,2%	28,0%	34,6%	5,2%
1798	40,0%	24,6%	28,3%	7,1%
1818	36,9%	22,6%	34,0%	6,5%
1829	33,5%	21,0%	36,9%	8,6%
<b>Feijão</b>				
1778	30,9%	31,2%	35,0%	2,9%
1798	48,5%	23,1%	22,8%	5,6%
1818	38,9%	22,3%	33,9%	4,9%
1829	23,5%	18,5%	46,2%	11,8%
<b>Arroz</b>				
1778	40,3%	14,1%	41,4%	4,2%
1798	46,9%	25,1%	23,0%	5,0%
1818	37,0%	23,4%	36,9%	2,7%
1829	35,6%	22,8%	34,0%	7,6%
<b>Farinha</b>				
1778	36,3%	13,6%	50,1%	0,0%
1798	35,0%	13,1%	45,0%	6,9%
1818	16,2%	24,1%	45,6%	14,1%
1829	18,1%	18,4%	75,0%	6,5%
<b>Algodão</b>				
1778	69,8%	5,7%	24,5%	0,0%
1798	64,3%	11,9%	23,8%	0,0%
1818	57,2%	23,9%	7,5%	11,4%
1829	72,5%	17,6%	9,9%	0,0%

TABELA 2.7  
 PRODUÇÃO DE GÊNEROS AGRÍCOLAS SEGUNDO O NÚMERO DE ESCRAVOS  
 POSSUÍDOS

PRODUTO/ANO	(1778-1829, em porcentagens)			(conclusão)
	Não-escravistas	Proprietários de escravos		
		1 a 4 cativos	5 a 19 cativos	20 ou mais cativos
<b>Fumo</b>				
1778	35,8%	58,4%	5,8%	0,0%
1798	31,4%	51,7%	16,9%	0,0%
1818	35,3%	64,7%	0,0%	0,0%
1829	22,3%	38,9%	38,8%	0,0%
<b>Aguardente</b>				
1778	1,3%	31,9%	66,8%	0,0%
1798	1,2%	27,1%	48,4%	23,3%
1818	2,7%	22,5%	60,9%	13,9%
1829	3,2%	6,0%	73,6%	17,2%
<b>Açúcar</b>				
1778	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
1798	0,0%	19,7%	72,9%	7,4%
1818	0,0%	5,5%	12,0%	82,5%
1829	0,0%	0,0%	13,5%	86,5%
<b>Café</b>				
1778	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
1798	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
1818	28,9%	18,2%	52,9%	0,0%
1829	15,0%	14,4%	39,5%	31,1%
<b>Gado Vacum</b>				
1778	10,9%	20,9%	33,3%	35,1%
1798	12,8%	27,2%	34,5%	25,5%
1818	4,9%	13,4%	81,7%	0,0%
1829	0,0%	0,0%	77,2%	22,8%

Mais da metade da produção de subsistência realizava-se pelos não-proprietários ou pequenos escravistas (com menos de cinco cativos), à exceção da farinha em 1818 e 1829 e do feijão nesse último ano. Todavia, a quase totalidade dos agricultores participava da colheita de tais bens. Os não-proprietários e os menores escravistas também concentravam mais de três quartos da produção de fumo e algodão, à exceção do fumo em 1829, com pouco mais de 50%.

O preparo da aguardente mostrou-se uma atividade mais propícia aos proprietários de cativos do que a produção de subsistência. Os médios escravistas predominavam em sua feitura, com mais de 50% dela. Entretanto, os não-proprietários ou donos de pequenos plantéis participavam com parcela significativa da produção, de 10% a 30% nos quatro anos considerados. De outra parte, a produção de açúcar revelou-se uma atividade desenvolvida pelos médios e grandes escravistas, com mais de três quartos do total. O elevado custo de entrada neste ramo impossibilitou que grande parcela da população dele participasse.

A criação de gado *vacum* concentrou-se nos médios e grandes escravistas, com participação minoritária dos pequenos escravistas e não-proprietários. Devemos salientar as diferenças das informações de 1818 e 1829 com relação às dos demais. Nos últimos dois anos não se anotou, provavelmente, o estoque de animais possuídos pelos agricultores, mas os “marcados”. Não incluímos os informes a respeito dos eqüinos e suínos na Tabela 3.12 por causa de uma descontinuidade na qualidade da informação. Podemos ter uma idéia da distribuição destes animais pelos diversos agricultores. Os indivíduos com plantéis de cinco ou mais cativos também detinham a grande maioria dos animais cavaleares, à exceção de 1798 quando os demais agricultores criaram mais da metade das cabeças. Os porcos distribuía-se pelos diversos portes de agricultores de forma mais uniforme do que o gado *vacum* e os eqüinos, com uma participação maior dos não-escravistas e dos detentores de poucos escravos. O menor valor destes animais favorecia sua aquisição por parte dos detentores de poucos recursos. De outro lado, os grandes escravistas detinham um terço dos suínos.

O desenvolvimento da localidade pode ser ilustrado pelo aumento do valor da sua produção (ver Tabela 2.6). Tal aumento foi compartilhado pelos próprios agricultores, pois tal indicador cresceu ao longo do tempo e de acordo com o número de cativos. Entre 1778 e 1798, o valor médio da produção dos agricultores passou de 21\$553 réis para 33\$942 réis. A evolução crescente continuou, com o valor médio chegando a 50\$235 réis em 1818 e atingindo 75\$566 réis em 1829. Descontando o aumento dos preços observado nesse período, o crescimento em termos reais alcançou 57,5% no primeiro período, 14,7% no segundo e -3,9% no último. Contudo, a parcela dos não-proprietários de cativos e pequenos escravistas no valor total reduziu-se de 58,0% em 1778 para 38,2% em 1829. De outro lado, os maiores possuidores de escravos aumentaram sua participação de 3,3% no primeiro ano para 19,2% no último.

A razão entre o valor médio da produção dos grandes escravistas e o dos não-proprietários aumentou de cerca de seis em 1778 para mais de 32,8 em 1829. Por outro lado, o valor médio da produção por escravo para os pequenos escravistas superou o dos demais. Provavelmente, a participação maior da mão-de-obra familiar entre os pequenos escravistas contribuiu para esta aparente alta produtividade de seus escravos. Em todos os anos considerados, o aumento da mão-de-obra cativa do agricultor provocou uma tendência à redução da produtividade per capita, embora o valor e a produção total tenham crescido.

O valor médio da produção domiciliar e por escravo dos cafeicultores superou o dos outros agricultores. A proporção entre o valor médio dos bens dos que colheram café em relação aos demais chegou a 3,6, em 1818, e a 2,1, em 1829. Do mesmo modo, o valor médio da produção por escravo dos cafeicultores superou o dos outros agricultores nestes dois anos, cerca de duas vezes no primeiro ano e 20% a mais no segundo. A diferença entre o valor médio da produção dos fogos chefiados por grandes escravistas e dos domicílios encabeçados por não-proprietários, ambos cultivadores da rubiácea, atingiu 18 vezes em 1829. Assim, a desigualdade do valor médio dos bens produzidos mostrou-se inferior entre os cafeicultores do que em relação aos agricultores como um todo.

Os não-escravistas e possuidores de pequenos plantéis colheram quase a metade da produção de café em 1818. Não havia grande proprietário de cativo produzindo o bem nesse ano. Em 1829, este último segmento respondia por quase um terço do total colhido. Todavia, os não-escravistas e detentores de reduzidos plantéis mantinham cerca de 30% da produção desse ano. A rubiácea permitia aos agricultores de subsistência que passaram a cultivá-la integrarem de forma mais efetiva a economia monetária, com retornos pecuniários. A possibilidade do seu cultivo representava uma produção a mais, marginal, em relação ao milho, feijão, arroz, farinha e algodão, pois estes últimos produtos garantiam a sobrevivência familiar. Para estes agricultores se o café não fosse uma cultura rentável, ou mesmo não chegasse a produzir, não comprometeria a sobrevivência de sua família. Entretanto, o café mantinha-se como um meio fundamental de acumular alguma pecúnia, ou seja, participar de modo mais efetivo da economia de mercado, das trocas monetárias, como ressaltado por Motta (1990) e Motta & Nozoe (1994). A rubiácea não foi a primeira cultura a desempenhar esta função para os pequenos e médios agricultores, pois tal forma de inserção numa economia mercantil ocorria também com o fumo e toucinho. A provável distinção entre a rubiácea e as demais culturas decorreu da rapidez com que se alastrou pela região e da intensidade do seu cultivo, indicando um atrativo maior do que a simples participação de uma economia monetária, talvez em função de uma rentabilidade muito superior à das demais culturas, devida a uma demanda externa crescente. Esta cultura poderia representar para tais agricultores uma possibilidade de acumulação de riqueza, uma forma de realizar a pecúnia, pois a

simples posse de algumas centenas de pés de café já caracterizaria um montante relativamente significativo de riqueza para a família.<sup>54</sup>

O cultivo da rubiácea com poucos recursos permitiu aos produtores de subsistência a participação na faina cafeeira. A cafeicultura neste momento estabeleceu oportunidades de acumulação de riqueza a uma grande parcela dos agricultores, em função da facilidade que apresentava de ser conciliada com as atividades anteriores e com qualquer escala de cultivo. Hebe Castro estudando os lavradores pobres de Capivary (RJ) na segunda metade do século XIX verificou uma forte presença do cultivo do café: "*O café aparece plantado por 70 dos 79 de nossos pobres inventariados, sem nunca, entretanto, ultrapassar o pequeno número de 2 mil pés de café por estabelecimento (...)*" (CASTRO, 1987, p. 83).

A possibilidade de uma rápida transferência dos recursos aplicados ou acumulados anteriormente no cultivo de bens de subsistência e/ou de exportação, como a cana-de-açúcar, e eventualmente alcançados em atividades não agrícolas, como as comerciais, permitiu a extraordinária expansão da cafeicultura no início do século XIX. Ademais, a chegada de indivíduos provenientes de outras regiões, com recursos, e interessados no cultivo da rubiácea acelerou a capacidade de produção da vila. Após este momento, a evolução da produção dependerá cada vez mais dos retornos propiciados pela cafeicultura reinvestidos na própria atividade, a qual delimitará as possibilidades de acumulação de riqueza.

Francisco Vidal Luna ao estudar a vila de Areias de 1817 a 1836 percebeu um processo próximo ao lorenense, embora naquela localidade houvesse uma predominância maior da cafeicultura e menor de outras atividades. A introdução do café ocorreria, segundo Luna, do seguinte modo:

*“Admitida a hipótese de que a transição dos cultivos de subsistência para a cafeicultura realizava-se facilmente em nível das unidades produtivas, e havendo nessas unidades recursos de mão-de-obra disponíveis, ainda que não ociosos, a cafeicultura teve a possibilidade de crescer rapidamente, à medida que se mostrava uma alternativa viável, tanto do ponto de vista do cultivo, como do ponto de vista comercial. Poucos anos após os primeiros e tímidos cultivos, os produtores voltavam-se em massa para esse produto, tanto os proprietários de escravos como os que baseavam sua produção na força de trabalho*

---

<sup>54</sup> O quadro exposto acima aproxima-se da distinção proposta por José de Souza Martins entre economia de subsistência e de excedentes. Na fronteira de uma sociedade, ele observou: "*O excedente não é o resto ou a sobra. Não se trata de que o agricultor assegure para si e sua casa a subsistência e só depois venda o que sobrou. Trata-se de uma economia de excedentes porque o raciocínio que preside a organização da produção, isto é, o que plantar e sobretudo quanto plantar e até onde plantar está organizado a partir da idéia de que do que se planta uma parte deveria destinar-se primeiramente à subsistência da família do produtor e um excedente deveria ser produzido para troca ou comércio.*" (MARTINS, 1997, p. 190). No nosso caso, o fumo e o café assumem o papel da produção destinada para a troca dos agricultores detentores de poucos recursos (economia de excedentes nos termos de Martins).

*familiar. Provavelmente os agricultores dedicados ao açúcar, com estrutura mais complexa e especializada, somente se transferiram para o novo cultivo em fase mais adiantada, quando o mesmo se tornara um sucesso econômico comprovado.”* (LUNA, 1994, p. 462).

O quadro exposto acima permite-nos algumas conclusões preliminares. O crescimento demográfico até 1818 pouco deveu-se aos cafeicultores. Nesse ano, eles produziam uma quantidade diminuta de café, num pequeno número de domicílios (23).<sup>55</sup> As outras ocupações com dinamismo significativo no período poderiam condicionar ou ser condicionadas pelo grande acréscimo populacional verificado de 1778 a 1818. Em 1829, a produção de café assumiu a preponderância entre as atividades agrícolas. O aumento da população arrefeceu-se em relação ao início do século. Todavia, o contingente cativo passou a crescer a uma taxa ainda mais elevada do que a do livre. A extensão do cultivo da rubiácea atingiu uma larga parcela da população livre. Por outro lado, as pessoas alocadas em atividades distintas da produção de café também continuaram a exercê-las durante a afirmação da economia cafeeira na localidade, muitas vezes associadas à cafeicultura. Tal característica parece ser própria de Lorena e de outras localidades onde a produção cafeeira não alcançara os patamares de Bananal e Areias.

Em suma, a análise mais geral das características demográficas e econômicas de Lorena revelou resultados próximos aos das demais localidades do vale do Paraíba. O grande crescimento populacional da região no início do século XIX aliou-se à produção de derivados da cana e à rápida expansão cafeeira. Entretanto, quando atentamos cuidadosamente às informações de cada povoação percebemos algumas diferenças, que devem ser salientadas. A intensidade do fenômeno demográfico e da cafeicultura mostrou seu ápice em Bananal e Areias, enquanto Taubaté e Guaratinguetá não apresentaram um grau tão elevado de transformação. Lorena neste quadro colocou-se numa situação intermediária entre os dois extremos. Nesse contexto, a consideração com maior profundidade dos escravistas e não-proprietários de cativos pode auxiliar-nos no entendimento das transformações ocorridas na localidade entre 1778 e 1829.

---

<sup>55</sup> Embora, em 1818, outros agricultores poderiam já ter iniciado o plantio da rubiácea. Todavia, tais indivíduos ainda não se teriam beneficiado da sua colheita.

### CAPÍTULO 3

#### ESCRAVISTAS, ESCRAVOS E CHEFES DE DOMICÍLIO NÃO-PROPRIETÁRIOS DE CATIVOS

*“Ao contrário do café, que invadiu primeiro a pequena propriedade, e, na grande, foi cultivado, de início, em pequena escala, a cana invade de preferência as grandes propriedades. Condições econômicas ligadas às duas formas de exploração agrícola incentivam essas formas diferentes de invasão: o café obtinha bons lucros, vendido a coco na porta do produtor (vendas de beira de estrada) e assim, os pequenos proprietários, sem maquinários e benfeitorias caras, poderiam obter seus lucros; a cana, para produzir lucros, necessitava de engenhos, que os pequenos proprietários não estavam em condições de montar.” (HERRMANN, 1986, p. 57-58).*

Neste capítulo concentramo-nos na análise das informações demográficas e econômicas dos escravistas, escravos e não-proprietários de cativos. Na primeira seção apresentamos os resultados da estrutura da posse de escravos para os quatro anos em estudo: 1778, 1798, 1818 e 1829. Mediante alguns indicadores verificamos o comportamento no tempo desta distribuição e comparamos os resultados obtidos com os de outras localidades do vale do Paraíba. Por último ainda nessa seção, mostramos a composição dos plantéis dos escravistas, segundo sexo, idade e relações de parentesco dos cativos. Na segunda seção, com base em dados colhidos nas mesmas fontes documentais, mostramos as características demográficas e econômicas dos escravistas naqueles anos. Na terceira seção, caracterizamos os não-proprietários de cativos como um referencial para o confronto com os dados concernentes aos possuidores de plantéis. Ademais, procuramos relacionar as análises efetuadas ao desenvolvimento econômico e populacional da localidade no período, especialmente o ocorrido a partir da introdução do café. Esta segunda aproximação no entendimento do período contemplado realizou-se de modo mais apurado que a do capítulo anterior, mas destacando uma parcela daquela população.

## I - ESTRUTURA DA POSSE DE CATIVOS

O padrão de distribuição da escravaria em Lorena, de 1778 a 1829, mostrou uma elevada concentração e uma tendência crescente desta última ao longo do período. No primeiro ano existiam 369 domicílios, sendo 250 de não-proprietários de cativos (67,8% do total).<sup>56</sup> Os 119 fogos de escravistas correspondiam a quase um terço dos domicílios e neles havia 584 escravos.<sup>57</sup> A posse média de cativos atingiu quase cinco (4,9). Em 1798, o número de domicílios alçou-se a 593 e destes 443 eram de não-escravistas (74,7%). Os proprietários de cativos reduziram sua parcela a 23,3% dos fogos, mas detinham em seus plantéis 770 pessoas. A média de escravos por proprietário subiu para 5,1.

O número de domicílios e de escravos cresceu ao final do período em questão, chegando respectivamente a 1.108 e 1.736 em 1818 e a 1.471 e 2.561 em 1829. Nesses dois anos (1818 e 1829), o número médio de escravos possuídos pelos escravistas continuou a elevar-se, alcançando 5,9 e 6,3 cativos por escravista, respectivamente. Deste modo, além do acréscimo da escravaria, o tamanho médio dos plantéis mostrou-se igualmente crescente nesses anos. A participação dos domicílios de não-proprietários no conjunto dos fogos apresentou uma pequena redução nos dois anos, com percentuais de 73,5% e 72,1% respectivamente.<sup>58</sup> A concentração da posse escrava ocorreu não apenas entre escravistas e não-escravistas, com reduzida parcela dos domicílios possuindo escravos, mas também entre os primeiros, com os detentores de maiores plantéis mantendo a maior parcela da escravaria. Em 1778, os proprietários de dez ou mais cativos representavam 17,6% dos escravistas e possuíam 50,3% dos escravos. Estes mesmos percentuais para 1798 e 1818 foram os seguintes: 13,4% e 45,9% no primeiro ano e 17,0% e 50,3% no segundo. Em 1829, houve uma certa elevação da concentração, quando os proprietários de plantéis com dez ou mais elementos ocupavam 18,8% dos fogos e detinham 57,3% da escravaria total da localidade.

---

<sup>56</sup> Do total de domicílios a metade possuía sítio e/ou casas próprias (52,1%). Entre estes últimos fogos, 50,3% mantinham cativos. Ainda para o conjunto dos domicílios, havia onze casos de plantio em terras alheias (3,0%), sendo seis de escravistas. Os restantes não possuíam nem sítio ou casas (44,9%); entre estes últimos 6,0% detinham cativos. Os indivíduos que não mantinham terras ou escravos recebiam, em geral, a designação de “possuem nada”.

<sup>57</sup> Ademais, cabe notar que, em Lorena, nos anos em questão, não havia escravistas que não fossem concomitantemente chefes de seus respectivos domicílios. Assim, neste capítulo, o número de escravistas somado aos chefes de domicílio não-proprietários de cativos iguala-se, em cada ano, ao número total de domicílios existentes na localidade.

<sup>58</sup> Iraci Costa estudou os não-proprietários de cativos, inclusive de Lorena, ao final do século XVIII e início do XIX, que formavam a maior parcela da população livre. No referente à localidade em tela, os não-escravistas compunham 72,9% da população livre em 1797 e 73,5% em 1829 (COSTA, 1992, p. 28-29). Luna verificou para Areias e Bananal uma diminuição da participação dos não-escravistas no total de fogos de 74,2% em 1817 para 62,0% em 1829 (Cf. LUNA, 1994, p. 438). Em Taubaté, Rangel computou os seguintes percentuais equivalentes: 75,6% em 1781, 79,6% em 1798, 80,6% em 1817 e 77,9% em 1830 (Cf. RANGEL, 1990, p. 204).

O índice de Gini representa um indicador do grau de concentração da posse escrava.<sup>59</sup> A desigualdade na distribuição dos escravos mostrou um ligeiro movimento de aumento, redução e crescimento da desigualdade entre os quatro anos analisados. No primeiro ano, o índice assumiu o valor de 0,504. Em 1798, houve um pequeno crescimento para 0,527, o qual se reverteu em 1818, quando se reduziu a 0,506.<sup>60</sup> Por fim, em 1829, o índice de Gini atingiu o valor mais elevado: 0,554.

Se compararmos tais resultados com os de outras localidades do vale do Paraíba paulista percebemos um padrão divergente em Lorena. Para Taubaté, os índices de Gini mostraram-se ligeiramente inferiores aos lorensenses, à exceção da informação da segunda década do século XIX. Armênio Rangel verificou um valor de 0,495, em 1781, e de 0,502, em 1798. No início do século ocorreu um pequeno aumento da concentração na vila de Taubaté chegando o índice de Gini a 0,513 em 1817. Todavia, o índice reduziu-se, em 1830, para 0,498 (Cf. RANGEL, 1990, p. 207). Destarte, a distribuição dos cativos de Taubaté revelou um comportamento menos variável no tempo do que a de Lorena. Talvez a maior antiguidade e a menor expressão dos movimentos migratórios no caso da primeira vila influencie esta conclusão.

Francisco Vidal Luna e Iraci Costa analisaram diversas localidades de São Paulo, inclusive do vale, e calcularam os seguintes índices de Gini para 1804: em Guaratinguetá, 0,55, em Lorena (incluindo Areias e Bananal) 0,56 e, em Jacareí, 0,48 (Cf. LUNA & COSTA, 1983, p. 220). Os valores acima colocam-se em patamares próximos aos de Lorena e Taubaté.<sup>61</sup> De outro lado, segundo José Flávio Motta, o índice de Gini para Bananal assumiu valores muito superiores aos de Lorena e das demais vilas do vale, de 0,631 em 1801, 0,649 em 1817 e 0,657 em 1829 (Cf. MOTTA, 1990, p. 156-169). O grande crescimento da cafeicultura em Bananal pode ajudar no entendimento deste resultado, em função do aumento expressivo da população escrava muito superior ao ocorrido em Lorena e das posses médias dos escravistas bananalenses também serem

---

<sup>59</sup> Francisco Vidal Luna esclarece: “O índice de Gini corresponde a um coeficiente estatístico, largamente utilizado para medir concentração de renda ou riqueza. Constitui, na verdade, a relação entre áreas de um quadrado, construído de forma a representar, num dos eixos (o horizonte), a população segmentada em percentis e no outro (o vertical), a riqueza ou renda (também dividida em percentis) da coletividade estudada. (...) Dessa forma, quanto mais regularmente se distribui a renda ou riqueza, mais próximo de zero estará o valor do índice (zero no limite); correlativamente, quanto mais concentrada estiver a riqueza ou renda, maior será o valor do aludido índice que, no máximo, iguala-se à unidade.” (LUNA, 1981, p. 121). Utilizamos a variável posse de escravos como uma proxy da variável riqueza.

<sup>60</sup> Iraci Costa e Nelson Nozoe calcularam um índice de Gini da concentração da posse cativa de 0,536 para Lorena em 1801 (COSTA & NOZOE, 1989, p. 328). Deste modo, a concentração parece ter continuado até esta data, reduzindo-se posteriormente em 1818. Canabrava calculou o índice de Gini para a distribuição da posse da terra pelas 353 propriedades existentes na localidade em 1818, chegando ao valor de 0,79 (CANABRAVA, 1972, p. 99). Assim, a desigualdade da distribuição da terra superou a dos cativos, mas uma maior parcela dos domicílios possuía acesso à mesma (32,0% versus 26,5% de domicílios com escravos naquele mesmo ano).

<sup>61</sup> A inclusão por Luna e Costa de Areias e Bananal na informação de Lorena produziu um índice de Gini superior ao calculado sem estes dois povoados em 1801 e 1798.

maiores do que as dos lorenenses. Assim, novamente, coloca-se, nesse momento por meio do índice de Gini da concentração da escravaria, a distinção entre Lorena e Bananal, bem como uma diferença menor na desigualdade da distribuição dos cativos entre a primeira vila e Taubaté, especialmente na década de vinte.

No Gráfico 3.1 apresentamos as curvas de Lorenz para 1778 e 1829 da localidade em estudo. O perfil da distribuição da posse cativa para 1829 com relação à outra curva mostrou uma concentração superior, sem a ocorrência do entrecruzamento (ver, também, Gráficos AE.1, AE.2, AE.3, AE.4 e AE.5 do Apêndice Estatístico).<sup>62</sup> A partir deste quadro de crescente concentração, atentamos para a estrutura da posse escrava pelos quatro anos considerados. Descrevemos a distribuição dos cativos entre os domicílios escravistas para os anos em tela. Em 1778, os setenta e cinco proprietários lorenenses com um a quatro escravos representaram parcela significativa do conjunto dos escravistas (63,1%) e possuíam 146 cativos (25,0% do total). Por outro lado, os três escravistas (2,5% dos proprietários) com vinte ou mais elementos em seus plantéis detinham 75 cativos, ou seja, 12,8% da escravaria da localidade (Cf. Tabela 3.1).<sup>63</sup>

---

<sup>62</sup> Quando ocorre o entrecruzamento das curvas de Lorenz, não há garantia de que as hierarquias das diferentes distribuições serão as mesmas pelo índice de Gini ou, por exemplo, pelo coeficiente de variação (Ver ROSSI, 1982, p. 61). Neste caso, podemos observar duas distribuições distintas com um mesmo índice de Gini e dois coeficientes de variação distintos. Um exemplo de cruzamento das curvas de Lorenz é encontrado no trabalho de Motta (1990). Embora os índices de Gini indicassem um ligeiro crescimento, o entrecruzamento das curvas de Lorenz fez o autor descartar tal movimento e procurar analisar indicadores distintos do índice de Gini. A partir da consideração da distribuição dos escravos pelas 20 faixas ideais de igual tamanho Motta pôde observar um movimento de desconcentração da posse escrava entre os anos de 1801 a 1817 e, em seqüência, de concentração da propriedade cativa entre 1817 e 1829. Tais resultados condicionaram e foram condicionados pela expansão da própria cafeicultura, inicialmente centrado nos detentores de parques recursos e depois nos escravistas com plantéis elevados. Do mesmo modo, em Lorena, as curvas de 1778, 1798 e 1818 cruzam-se, dificultando a comparação da desigualdade entre esses anos, por meio do índice de Gini. Outros indicadores reafirmaram o quadro posto pelos índices de Gini para Lorena (ver Tabela AE.1 do Apêndice Estatístico).

<sup>63</sup> A convenção mantida neste capítulo utiliza a denominação de pequeno proprietário para os possuidores de um a quatro escravos, médio para os de cinco a dezenove e grande para os de vinte ou mais cativos, salvo menção expressa em contrário.

GRÁFICO 3.1 : CURVAS DE LORENZ (1798 e 1829)

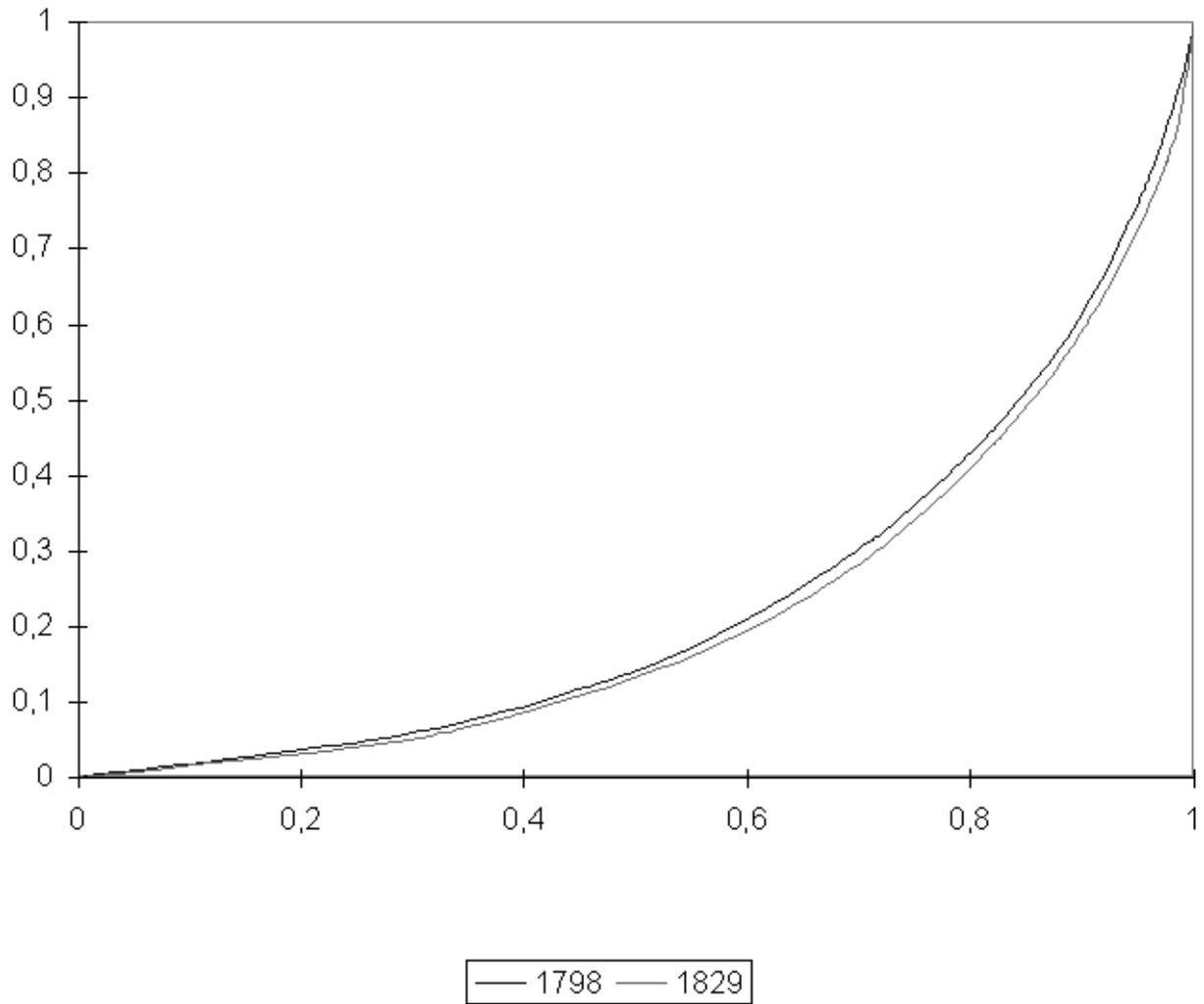


TABELA 3.1  
 ESTRUTURA DA POSSE DE CATIVOS, SEGUNDO FAIXAS DE TAMANHO DE  
 PLANTÉIS  
 (1778)

FAIXAS	Proprietários	%	Escravos	%
1	39	32,8	39	6,7
2 a 4	36	30,3	107	18,3
5 a 9	23	19,3	144	24,7
10 a 19	18	15,1	219	37,5
20 a 39	3	2,5	75	12,8
40 ou mais	0	0,0	0	0,0
<b>TOTAL</b>	<b>119</b>	<b>100,0</b>	<b>584</b>	<b>100,0</b>

Obs: Havia 250 domicílios sem escravos (67,8% do total de fogos).

O número de proprietários de escravos aumentou, em 1798, para uma centena e meia, com 770 indivíduos em seus plantéis. Os noventa e cinco pequenos escravistas (com menos de cinco cativos) representavam 63,3% do total, mantendo 23,8% do contingente escravo. Os indivíduos com plantéis intermediários, de cinco a dezenove elementos, compunham um terço do conjunto e detinham 58,2% da escravaria. Os grandes escravistas (com vinte ou mais cativos) possuíam 18,1% do total dos escravos (Cf. Tabela 3.2).

TABELA 3.2  
 ESTRUTURA DA POSSE DE CATIVOS, SEGUNDO FAIXAS DE TAMANHO DE  
 PLANTÉIS  
 (1798)

FAIXAS	Proprietários	%	Escravos	%
1	44	29,3	44	5,7
2 a 4	51	34,0	139	18,1
5 a 9	35	23,3	234	30,4
10 a 19	15	10,0	214	27,8
20 a 39	5	3,4	139	18,1
40 ou mais	0	0,0	0	0,0
<b>TOTAL</b>	<b>150</b>	<b>100,0</b>	<b>770</b>	<b>100,0</b>

Obs: Havia 443 domicílios sem escravos (74,7% do total de fogos).

A escravaria lorenense cresceu significativamente entre 1798 e 1818, atingindo 1.736 elementos no último ano (Cf. Tabela 3.3). Os menores proprietários correspondiam a 168 pessoas (57,1% do total) e possuíam 21,2% dos escravos no mesmo ano. Os doze maiores escravistas (com vinte ou mais escravos) representaram apenas 4,1% do conjunto deles, mas detinham parcela dos cativos equivalente à dos detentores de pequenos plantéis (21,6%).

TABELA 3.3  
ESTRUTURA DA POSSE DE CATIVOS, SEGUNDO FAIXAS DE TAMANHO DE  
PLANTÉIS  
(1818)

FAIXAS	Proprietários	%	Escravos	%
1	63	21,4	63	3,6
2 a 4	105	35,7	306	17,6
5 a 9	76	25,9	494	28,5
10 a 19	38	12,9	499	28,7
20 a 39	10	3,4	260	15,0
40 ou mais	2	0,7	114	6,6
TOTAL	294	100,0	1.736	100,0

Obs: Havia 814 domicílios sem escravos (73,5% do total de fogos).

No último ano (1829), a participação dos pequenos escravistas no conjunto dos proprietários sofreu um acréscimo, alcançando-se a 59,2%; contudo, sua parcela da população cativa reduziu-se para 18,8%, como pode ser visto na Tabela 3.4. Os escravistas médios, de 5 a 19 indivíduos em seus plantéis, também diminuíram sua participação no total da escravaria: de 57,2%, em 1818, para 55,6% em 1829. De outra parte, os grandes proprietários elevaram ligeiramente seu percentual entre os detentores de escravos, de 4,1% a 4,4%, mas aumentaram de forma mais do que proporcional sua parcela do contingente confinado ao cativeiro, de 21,6% a 25,6% em igual período. Destarte, a análise da distribuição dos cativos segundo faixas de tamanho de plantéis corrobora a concentração da posse escrava, especialmente entre 1818 e 1829.

TABELA 3.4  
ESTRUTURA DA POSSE DE CATIVOS, SEGUNDO FAIXAS DE TAMANHO DE  
PLANTÉIS

(1829)

FAIXAS	Proprietários	%	Escravos	%
1	108	26,3	108	4,2
2 a 4	135	32,9	375	14,6
5 a 9	90	22,0	612	23,9
10 a 19	59	14,4	811	31,7
20 a 39	12	2,9	294	11,5
40 ou mais	6	1,5	361	14,1
<b>TOTAL</b>	<b>410</b>	<b>100,0</b>	<b>2.561</b>	<b>100,0</b>

Obs: Havia 1.061 domicílios sem escravos (72,1% do total de fogos).

Em Lorena, os grandes proprietários (com 20 ou mais cativos) apresentaram uma parcela crescente da escravaria durante todo o período analisado, independentemente dos movimentos da desigualdade da posse escrava. Tal resultado aproximou-se do evidenciado para Bananal por José Flávio Motta para os maiores escravistas:

*“Verifica-se, por exemplo, a participação crescente, no total da massa escrava, dos plantéis formados por 30 ou mais cativos, inclusive entre 1801 e 1817, período que se mostra favorável à proliferação dos plantéis de menor porte, possuídos por senhores, em média, mais jovens que o verificado em 1801.”* (MOTTA, 1990, p. 200).

Como vimos no capítulo anterior, a presença de cativos do sexo masculino e de africanos nos plantéis lorenenses manteve-se menor do que em Bananal durante as três primeiras décadas do século XIX. Apesar disto, os movimentos ao longo do tempo revelaram tendências semelhantes nas duas localidades. Como, por exemplo, o crescimento da concentração da posse cativa. Entre os anos em estudo para a vila de Lorena aumentou a participação dos escravos do sexo masculino, à exceção do período 1778-1798, dos cativos em idade economicamente ativa ao trabalho (10 a 39 anos) e dos africanos (Cf. Tabela 3.5). Esta tendência da composição dos plantéis também ocorreu em Bananal (Cf. MOTTA, 1990, p. 200). A difusão cafeeira condicionou este movimento elevando a introdução de cativos no vale.

TABELA 3.5  
COMPOSIÇÃO DOS PLANTÉIS DE ESCRAVOS SEGUNDO FAIXAS DE TAMANHO  
(1778-1829) <sup>a</sup> (continua)

FAIXAS	Razão de Sexo	% de 0 a 9 anos	% de 10 a 39 anos	% de relações de parentesco <sup>b</sup>
<b>1 7 7 8</b>				
1	76	5%	65%	0%
2 a 4	139	19%	66%	16%
5 a 9	139	24%	50%	43%
10 a 19	138	32%	45%	47%
20 a 39	97	31%	51%	43%
40 ou mais	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>127</b>	<b>26%</b>	<b>52%</b>	<b>43%</b>
<b>1 7 9 8</b>				
1	96	7%	76%	2%
2 a 4	119	19%	61%	17%
5 a 9	95	27%	52%	32%
10 a 19	145	26%	56%	45%
20 a 39	178	24%	63%	48%
40 ou mais	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>123</b>	<b>24%</b>	<b>57%</b>	<b>34%</b>

a Calculamos os percentuais sobre o número total de escravos em cada faixa. Para 1778 e 1798 não havia informação da origem dos escravos.

b Incluí os casais, a prole vivendo em companhia de pelo menos um dos genitores (pai ou mãe), as mães solteiras e os (as) viúvos (as).

TABELA 3.5  
COMPOSIÇÃO DOS PLANTÉIS DE ESCRAVOS SEGUNDO FAIXAS DE TAMANHO  
(1778-1829)<sup>a</sup> (conclusão)

FAIXAS	Razão de Sexo	% de 0 a 9 anos	% de 10 a 39 anos	% de relações de parentesco <sup>b</sup>	% de africanos
<b>1818</b>					
1	121	15%	65%	7%	53%
2 a 4	134	18%	69%	11%	36%
5 a 9	129	24%	62%	21%	40%
10 a 19	161	22%	61%	19%	39%
20 a 39	192	22%	63%	20%	34%
40 ou mais	240	18%	63%	21%	42%
TOTAL	142	21%	64%	18%	39%
<b>1829</b>					
1	125	11%	76%	4%	49%
2 a 4	153	16%	73%	13%	47%
5 a 9	144	18%	68%	23%	46%
10 a 19	161	18%	71%	20%	47%
20 a 39	192	15%	76%	22%	63%
40 ou mais	240	6%	82%	30%	60%
TOTAL	165	16%	73%	21%	50%

a Calculamos os percentuais sobre o número total de escravos em cada faixa.

b Inclui os casais, a prole vivendo em companhia de pelo menos um dos genitores (pai ou mãe), as mães solteiras e os (as) viúvos (as).

Quando analisamos a composição dos plantéis segundo suas faixas de tamanho percebemos uma grande proporção de cativos em idade ativa para os detentores de um escravo. Além disto, os africanos representavam uma parcela elevada da escravaria destes escravistas. Os laços de parentesco mostraram-se muito reduzidos entre estes cativos. Como se tem corroborado na historiografia, existia uma dificuldade de constituir famílias fora do plantel em relação às oportunidades ocorridas no seu interior. Deste modo, os plantéis pequenos apresentavam uma

frequência reduzida de parentesco entre os seus cativos. A razão de sexo dos cativos pertencentes aos plantéis unitários alterou-se significativamente de 76 em 1778 para 121 em 1818 e 125 em 1829.<sup>64</sup> As oportunidades da economia cafeeira poderiam beneficiar a aquisição de escravos, inclusive para os menos abastados, os quais prefeririam os cativos em idade propícia ao trabalho e compravam mais africanos em virtude da sua maior disponibilidade. Por outro lado, os maiores possuidores de escravos mantinham elevadas razões de sexo, à exceção de 1778, e parcelas de sua escravaria compostas de africanos.<sup>65</sup> As relações de parentesco revelaram-se mais freqüentes para estes plantéis.

Ao longo do período percebemos uma tendência de diminuição da ocorrência das relações familiares entre os cativos, reduzindo o percentual da população com tais laços. Em 1778, 43% dos escravos encontravam-se nesta condição. Como vimos no capítulo anterior a elevada presença de crianças constitui uma indicação deste resultado. Todavia, a importância de relações familiares começou a se reduzir em 1798 (34%) e principalmente em 1818 (18%).<sup>66</sup> A presença de tais vínculos cresceu em 1829 (21%). José Flávio Motta observou, para Bananal, um movimento no período de seu estudo (1801 a 1829) próximo ao lorenense. Em 1801, 52,1% dos cativos mantinham laços de parentesco. No ano de 1817, o percentual diminuiu para 33,1%. Doze anos mais tarde aumentou a proporção de relações familiares entre os cativos bananalenses (34,6%, Cf. MOTTA, 1990, p. 390). A frequência das relações familiares ocorreu com intensidade maior nesta última localidade. Talvez, a concentração da posse cativa e o número médio de escravos mais elevados em Bananal expliquem este resultado. Por outro lado, a redução da ocorrência da família entre 1798 e 1818 para Lorena e entre 1801 e 1817 para Bananal pode dever-se a dois fatores principais: o aumento neste período da introdução de africanos, especialmente em idade ativa e do sexo masculino, e o comércio interno de cativos poderia dissolver os laços familiares (ver MOTTA, 1990, p. 392). Destarte, as mudanças na composição dos plantéis associaram-se ao desenvolvimento cafeeiro, mas novamente a especificidade de cada localidade interferiu na trajetória da cafeicultura e da propriedade escrava.

---

<sup>64</sup> Este resultado também ocorreu em Bananal, onde os possuidores de um cativo elevaram a razão de sexo em seus plantéis de 50 em 1801 para 344 em 1829 (Cf. MOTTA, 1990, p. 379).

<sup>65</sup> Iraci Costa & Nelson Nozoe verificaram para Lorena em 1801 os seguintes percentuais para os elementos dos plantéis unitários: 40,0% eram homens e 25,0% africanos. No caso dos escravistas com 16 a 41 cativos a participação dos escravos do sexo masculino e oriundos da África passaram a ser de 62,8% e 31,7%, respectivamente. A maior presença de africanos ocorreu nestas duas faixas (Cf. COSTA & NOZOE, 1989, p. 327 e 337). José Flávio Motta observou resultado parecido para Bananal (SP) em 1829. Nesta localidade, os escravistas com 1 a 4 cativos detinham 84,3% dos seus escravos oriundos da África e 70,6% eram homens, ou seja uma razão de sexo igual a 240 (Cf. MOTTA, 1990, p. 198). Os proprietários dos maiores plantéis (40 ou mais) de Bananal possuíam percentuais correlatos de 78,0% e 68,9%, respectivamente (Cf. MOTTA, 1990, p. 198-199).

<sup>66</sup> O percentual calculado por Iraci Costa, Robert Slenes e Stuart Schwartz para Lorena em 1801 revelou-se superior a todos os valores por nós computados (47,0%), ver COSTA *et alii* (1987, p. 250). Talvez, o registro desta informação nas listas nominativas varie no tempo, restringindo a anotação dos genitores não casados e seus filhos. A lista de 1801 parece constituir a mais completa neste sentido.

Os movimentos da estrutura da posse de escravos revelaram uma desconcentração da posse cativa de 1798 a 1818 e de concentração de 1818 a 1829. Como vimos no capítulo anterior, durante o primeiro período em questão introduziu-se a rubiácea na localidade e ocorreu um expressivo crescimento da produção de aguardente, de algodão e de bens de subsistência. De outra parte, uma parcela significativa dos escravistas ocupava-se com negócios e atividades artesanais e comerciais. Deste modo, o arrefecimento da concentração da posse cativa entre os anos de 1798 e 1818 pareceu-nos condicionante e condicionado pela introdução da rubiácea e o crescimento da produção de aguardente e de outras atividades não apenas agrícolas na localidade, que abriram oportunidades a um contingente maior da população, não restrito apenas aos grandes escravistas. No segundo momento, a inversão dos grandes escravistas na cafeicultura acentuou a desigualdade da posse escrava. Tais indivíduos originavam-se tanto da própria localidade como de outras áreas. A partir destas observações passaremos a analisar as características demográficas e as atividades econômicas desenvolvidas pelos escravistas e não-proprietários de cativos nos anos em questão.

## **II - OS ESCRAVISTAS**

Nesta seção apresentamos algumas informações demográficas e econômicas a respeito dos proprietários de cativos para os mesmos anos considerados no estudo da distribuição da posse escrava. Os indivíduos do sexo masculino compunham a ampla maioria dos escravistas. A razão de sexo cresceu de 417 em 1778 para 553 em 1818. Todavia, esta razão reduziu-se para 433 em 1829 (Cf. Tabela 3.6).

TABELA 3.6  
 CARACTERÍSTICAS DEMOGRÁFICAS DOS ESCRAVISTAS  
 (1778-1829)

INDICADOR	1778	1798	1818	1829
Razão de sexo <sup>a</sup>	417	525	553	433
Idade média	49	50	46	46
Estado conjugal:				
Casados (%)	81	79	74	70
Solteiros (%)	1	6	10	10
Viúvos (%)	18	15	16	20

a A razão de sexo define-se como sendo o número de homens por grupo de 100 mulheres.

A idade média dos proprietários de cativos diminuiu de 49 e 50 anos em 1778 e 1798, respectivamente, para 46 anos em 1818 e 1829. A redução da idade média entre 1798 e 1818 relacionou-se à participação maior dos pequenos escravistas entre os detentores de escravos, que apresentaram idades médias sempre ligeiramente inferiores às do total. Esta diferença das idades entre o segmento menos abastado e o conjunto dos proprietários manteve-se em apenas um ano durante todo o período. De outro lado, os escravistas casados reduziram a sua participação no total, de 81% em 1778 para 70% em 1829. Os solteiros detentores de escravos aumentaram sua parcela de apenas 1% em 1778 para 10% em 1818 e 1829. Como veremos adiante, o crescimento da chegada e da constituição de novos domicílios de proprietários de cativos com apoucadas posses relativamente maior do que o do restante dos escravistas provocou a elevação da representatividade dos solteiros e a redução da idade média dos escravistas entre 1798 e 1818, arrefecendo a desigualdade da posse cativa. Posteriormente, o fluxo migratório e de formação de novos domicílios escravistas aumentou e passou a incluir pessoas jovens que possuíam recursos apreciáveis, continuando a manter o percentual dos solteiros e a idade média dos escravistas nos mesmos patamares, mas acirrando a concentração da posse cativa de 1818 a 1829.<sup>67</sup>

Na Tabela 3.7 encontramos os informes da posse média cativa segundo as faixas etárias dos seus proprietários. A média de escravos do conjunto dos proprietários cresceu durante todo o período, em especial quando ocorreu a introdução da rubiácea. Os escravistas mais jovens possuíam posses médias de escravos inferiores às dos proprietários de meia idade.<sup>68</sup> Os

<sup>67</sup> Ainda podemos observar na Tabela 3.6 a predominância das viúvas entre as mulheres, com cerca de sete décimos do total, e dos casados entre os homens, com mais de oitenta por cento, ao longo de todo o período.

<sup>68</sup> Como esperado, a grande maioria da totalidade dos chefes de domicílios com idades inferiores a vinte anos não mantinha cativos, chegando a 12 pessoas nesta condição em 1818 (85,7% do total) e a 24 em 1829 (92,3%). Estes percentuais para os indivíduos na faixa etária dos 50 anos eram os seguintes: 63,3% em 1818 e 70,5% em 1829. Destarte, as pessoas mais jovens apresentavam uma maior proporção de não-escravistas do que os mais idosos.

indivíduos com idades de 20 a 39 anos detinham cerca de três escravos em média em 1778. As pessoas com 50 a 59 anos no mesmo ano apresentaram uma posse média de 6,7 cativos. Os proprietários mais idosos mantinham um número médio de escravos menor do que os de meia idade. Os escravistas com 70 ou mais anos possuíam 5,2 cativos em média nesse ano. Nos demais anos este perfil manteve-se com algumas modificações. O comportamento da posse cativa ao longo das faixas etárias dos escravistas revelou dois momentos da correlação entre as duas variáveis, um primeiro positivo e outro subsequente negativo, como proposto pela hipótese do ciclo de vida.<sup>69</sup>

TABELA 3.7  
NÚMERO MÉDIO DE ESCRAVOS SEGUNDO FAIXAS ETÁRIAS DOS PROPRIETÁRIOS  
(1778-1829)

FAIXAS ETÁRIAS	1778	1798	1818	1829
20 a 29	3,2	1,8	3,0	3,8
30 a 39	3,8	3,8	4,1	4,9
40 a 49	4,2	4,1	6,1	7,5
50 a 59	6,7	6,7	7,5	7,4
60 a 69	5,7	5,5	7,6	6,7
70 ou mais	5,2	7,7	6,3	5,8
TOTAL	4,9	5,1	5,9	6,3

Obs: Existiam alguns casos de escravistas com menos de vinte anos. Dois deles encontravam-se em 1818 com uma média de 2,5 cativos e outros dois em 1829 possuindo um escravo em média.

A partir do início do cultivo do café elevou-se o número médio de escravos dos proprietários de todas faixas etárias entre os anos de 1778/1798 e 1818/1829. A única exceção consistiu nos indivíduos mais idosos que mantinham a maior escravaria média, de 7,7 escravos em 1798. Os indivíduos com 60 a 69 anos detinham o maior plantel médio no ano de 1818 (7,6). Todavia, em 1829, a maior posse média ocorreu para as pessoas de 40 a 49 anos de idade (7,5). A faixa etária seguinte nesse ano detinha uma média próxima, de 7,4 cativos. Como esperado, as pessoas com 70 ou mais anos possuíam posses menores nesse ano (5,8). A redução das idades do pico da posse média entre 1818 e 1829 relacionou-se, possivelmente, à constituição de novos fogos de detentores de plantéis e à entrada, durante o período, de escravistas ainda jovens, mas possuidores de grande número de escravos relativamente à sua idade, contrariamente ao momento anterior. Estes indivíduos beneficiaram-se também, e talvez em intensidade maior do que os mais

<sup>69</sup> Discutimos tal hipótese com maior profundidade no apêndice referente ao ciclo de vida.

velhos, da alta rentabilidade propiciada pela cafeicultura na própria localidade (ver Apêndice do ciclo de vida).

As informações a respeito da origem dos proprietários auxiliam a percepção dos movimentos migratórios para a localidade. Infelizmente, só se encontra disponível tal informe para dois dos anos analisados (1818 e 1829). Na Tabela 3.8 apresentamos os resultados verificados segundo as faixas de tamanho de plantel. Para o período anterior, Iraci Costa e Nelson Nozoe, estudando Lorena em 1801, verificaram: “(...) *pode-se afirmar que os portugueses revelaram-se relativamente privilegiados em face do elemento brasileiro; dentre estes últimos, os lorenenses e fluminenses mostravam-se relativamente menos favorecidos.*” (COSTA & NOZOE, 1989, p. 336). Nesse ano, os autores observaram a maior participação de indivíduos de fora da localidade entre os proprietários de cativos: 53,4% (Cf. COSTA & NOZOE, 1989, p. 336).<sup>70</sup>

Em 1818 ocorreu o predomínio dos nascidos em Lorena com relação aos oriundos de outras localidades, mas especialmente entre os menores escravistas (60,5%) relativamente aos demais (52,5%). Os originários do Rio de Janeiro também apresentaram uma participação maior entre os pequenos proprietários (6,8%) do que entre os detentores de grandes plantéis (2,0%). Por outro lado, os indivíduos chegados de Minas Gerais compunham 20,2% dos maiores escravistas, mas apenas 11,1% dos pequenos. Os europeus representaram 8,4% dos menores proprietários e 11,1% dos grandes. Os paulistas, exclusive os lorenenses, compreendiam 17,2% dos escravistas com os maiores plantéis e 13,2% dos pequenos proprietários. A partir destes percentuais os mineiros revelaram-se os indivíduos mais privilegiados, seguidos pelos europeus e pelos oriundos de São Paulo, à exceção de Lorena. A posse média cativa mostrou um resultado um pouco distinto, com os maiores valores para os paulistas (exclusive os lorenenses) e mineiros (7,9 e 7,4 respectivamente). O menor plantel médio correspondia aos fluminenses com 3,7 cativos.<sup>71</sup>

---

<sup>70</sup> Na Tabela 3.8 utilizamos as mesmas faixas de tamanho de plantéis consideradas em Costa & Nozoe (1989).

<sup>71</sup> Para Bananal, José Flávio Motta verificou uma maior média para os fluminenses em 1817 (13,1). No ano de 1829, os estrangeiros e os mineiros atingiram as maiores posses médias (18,1 e 14,4, respectivamente) (Cf. MOTTA, 1990, p. 188). Como em Lorena, os nascidos na própria localidade possuíam propriedades cativas médias inferiores aos oriundos de fora de Bananal, especialmente da Europa, mineiros e fluminenses. Outro resultado interessante desta comparação era o maior patamar do número médio de cativos de Bananal em relação ao de Lorena.

TABELA 3.8  
 ORIGEM DOS ESCRAVISTAS SEGUNDO FAIXAS DE TAMANHO DE PLANTÉIS E  
 NÚMERO MÉDIO DE ESCRAVOS  
 (1818-1829)

ORIGEM	1818 <sup>a</sup>			1829		
	1 a 5	6 ou mais	Posse Média	1 a 5	6 ou mais	Posse Média
Lorena	115	52	5,5	123	70	5,8
Rio de Janeiro	13	2	3,7	15	6	5,1
São Paulo <sup>b</sup>	25	14	7,9	78	36	6,7
Minas Gerais	21	20	7,4	28	18	7,8
Europa	16	11	5,3	22	14	6,8
<b>TOTAL</b>	<b>190</b>	<b>99</b>	<b>5,8</b>	<b>266</b>	<b>144</b>	<b>6,3</b>

a Em 1818, havia três escravistas sem o informe da naturalidade, um com origem não identificada e outro originário da Guiné; este último com um cativo.

b Exclusive Lorena e inclusive o Paraná.

As diferenças das posses médias entre os escravistas segundo sua origem diminuíram em 1829. Elas oscilaram dentro do intervalo de 5,1 a 7,8 escravos. A maior média ocorreu para os mineiros (7,8), seguidos pelos europeus e paulistas oriundos de fora da localidade (6,8 e 6,7 respectivamente). Os lorenenses e fluminenses apresentaram as menores posses médias (5,1 e 5,8 respectivamente). Os nascidos no Rio de Janeiro detinham a participação de 4,2% entre os grandes escravistas e de 5,6% entre os pequenos. Os procedentes de Minas reduziram sua presença, com 12,5% para os maiores proprietários e 10,5% para os menores. Os europeus passaram a formar 9,7% dos grandes e 8,3% dos pequenos. Por fim, os paulistas elevaram significativamente seus percentuais, com 25,0% dos detentores dos maiores plantéis e 29,3% dos menores. Assim, os lorenenses e os fluminenses ainda se mantinham como o grupo dos menos privilegiados. Os nascidos em Lorena perderam participação entre os escravistas de 1818 a 1829; nesse último ano, a parcela dos lorenenses entre os grandes escravistas (48,6%) superou a dos pequenos proprietários de cativos (46,2%). O crescimento da participação dos indivíduos mais jovens possuidores de um número significativo de cativos aliou-se a um aumento da presença de pessoas de outras localidades e, em geral, com posses médias mais elevadas do que os lorenenses em 1818 e 1829. Tal comportamento evidencia a importância da chegada de grandes escravistas à localidade, buscando, principalmente, a faina cafeeira.

Os agricultores detinham a maior participação entre os escravistas. Em 1778, 82,4% dos escravistas atuaram como agricultores (89 pessoas, incluindo os que “nada colheram”). A estrutura da posse de cativos destes últimos assemelhou-se à do conjunto dos proprietários. Dos

19 proprietários que não produziam bens agrícolas, os possuidores de pequenos plantéis (de um a quatro cativos) representaram 89,5% deles e os demais eram médios proprietários.<sup>72</sup> Os agricultores mantinham a maior parcela da escravaria e suas posses cativas médias eram mais elevadas do que a dos indivíduos ocupados em outras atividades. Na Tabela 3.9 observamos a distribuição dos escravistas por suas diferentes atividades.<sup>73</sup>

TABELA 3.9  
DISTRIBUIÇÃO DOS PROPRIETÁRIOS SEGUNDO SUAS ATIVIDADES  
(1778-1829)

ATIVIDADES	1778	1798	1818	1829
Cana	14	30	41	23
Cana + Café	0	0	4	26
Café	0	0	11	95
Demais Agr.	73	85	148	111
Negócio	7	5	24	26
Eclesiásticos	2	2	4	11
Profissionais liberais	1	2	5	8
Artesãos	3	11	21	31
Taberna/Venda	6	5	7	13
Loja de Fazenda	0	3	7	16
Tropeiro	0	4	7	9
“Novo habitante”	0	1	4	15
“Nada colheu”	2	0	3	24
“Esmolas”	0	1	1	1
<b>TOTAL</b>	<b>108</b>	<b>149</b>	<b>287</b>	<b>409</b>

Obs: O número de casos sem informação atingiu 11 pessoas em 1778, 1 em 1798, 7 em 1818 e 1 em 1829.

<sup>72</sup> Um terço do total dos domicílios mantinha-se apartado do acesso à propriedade da terra ou de escravos em 1778. Tais domicílios aparecem na lista sob a designação: “possuem nada”.

<sup>73</sup> Definimos como cafeicultor todo produtor de café, independentemente das suas outras atividades, à exceção da fabricação de subprodutos da cana. Quando a cultura do café e da cana foram realizadas pelo mesmo domicílio analisamos em separado tais fogos, sob a designação de “café + cana”. Tal procedimento decorreu das características distintas deste conjunto de domicílios em relação aos outros cafeicultores (Cf. Marcondes, 1992). Consideramos ainda a designação “cana” para a fabricação de derivados de cana exclusive o cultivo do café. Os demais agricultores não realizaram nenhuma dessas atividades. Procuramos seguir a classificação das ocupações proposta por Iraci Costa e Nelson Nozoe (1987) para as demais atividades.

A posse média dos agricultores superou à dos demais escravistas em 1778 (5,8 e 2,5 elementos em seus plantéis, respectivamente). O número médio de escravos possuídos pelos agricultores manteve-se, durante todo o período, acima dos outros proprietários de cativos, alcançando 7,5 e 4,2 respectivamente em 1829. Nesse último ano, os produtores de derivados de cana e café atingiram a maior média de escravos (19,7). A grande predominância dos agricultores no conjunto dos proprietários manteve-se em 1798, 1818 e 1829, com os seguintes percentuais: 77,2%, 72,1% e 68,2%, respectivamente, embora tenha ocorrido uma diminuição de sua participação ao longo do tempo.

Quando comparamos os resultados de Lorena com os de outras povoações do vale, surge novamente um quadro heterogêneo. Para Areias e Bananal, Luna observou o domínio dos agricultores entre os escravistas (83,1% dos possuidores de plantéis em 1817 e 83,0% em 1829). Os cafeicultores aumentaram sua representação entre os indivíduos detentores de escravos com lides agrícolas de 40,9% em 1817 para 83,1% em 1829 (Cf. LUNA, 1994, p. 446 e 450). Em Bananal, houve o predomínio dos agricultores e, entre estes, dos cafeicultores. Motta observou: *“Entre os proprietários de escravos, mais da metade em 1817 e mais de três quartos em 1829 dedicavam-se, de forma mais ou menos intensa, à cafeicultura.”* (MOTTA, 1990, p. 154). A intensidade da agricultura e, especialmente, do cultivo da rubiácea mostrou-se superior em Bananal e Areias relativamente a Lorena. Nessa última área, a participação dos cafeicultores no conjunto dos proprietários de cativos e na totalidade dos agricultores detentores de escravos chegou a 29,6% e 43,4% em 1829, respectivamente. O primeiro valor aproximou-se do percentual de Taubaté (35,3% em 1830). Nessa vila, os possuidores de plantéis com ocupações agrícolas compunham 53,7% dos proprietários de cativos no mesmo ano (Cf. RANGEL, 1990, p. 262 e 400). Destarte, reafirma-se o quadro desenhado no capítulo anterior de uma distinção quanto ao povoamento e cultivo do café nas diversas áreas do vale do Paraíba, apesar da maior semelhança da localidade lorenense com Taubaté no caso das informações mencionadas acima.

A redução da participação dos agricultores no total dos escravistas de Lorena deveu-se ao crescimento de outras atividades, diversificando o espectro das lides desenvolvidas na vila, especialmente no meio urbano.<sup>74</sup> O número de artesãos e profissionais liberais elevou-se significativamente no período, de 4 em 1778 para 39 em 1829. De outro lado, os tropeiros e comerciantes de venda e loja também aumentaram sua participação, de seis casos no primeiro ano para 38 no segundo. O grande crescimento dos lojistas de fazendas secas demonstrou um certo grau de diversificação e sofisticação do padrão de vida da localidade, como ressaltado pela

---

<sup>74</sup> Alguns exemplos de ocupações encontradas na localidade foram as seguintes: oficial de alfaiate, ferreiro, carpinteiro, taberneiro, cirurgião, sapateiro, costureira, jornaleiro, alcaide, seleiro, tecelão, oleiro, fogueteiro, feitor, caldeireiro, mascate, quitandeira, caixeiro, rebocador, lavandeira, meirinho, marceneiro, parteira, tamanqueiro, contínuo da Câmara, louceira, “piloto da Câmara”, “vive de fiar e tecer”, “vive de sua escola de primeiras letras”, “tocador de tropa”, amansador de tropa e falquejador de madeira.

historiografia para outras localidades do vale. Os lorenenses que efetuavam atividades comerciais e tropeiras apresentaram idades médias inferiores às de todos os escravistas em 1829 (40 e 39 anos, respectivamente).<sup>75</sup> Enquanto em Bananal os negociantes e rentistas (inclusive os comerciantes) representavam 6,7% do total de escravistas nesse último ano (Cf. MOTTA, 1990, p. 122), em Lorena o porcentual chegou a 13,5%. A participação deste segmento em Taubaté atingiu 19,9% em 1830 (Cf. RANGEL, 1990, p. 400) e em Areias perfazia 6,2% em 1829, sem incluir os rentistas (Cf. LUNA, 1994, p. 446). De igual modo, em 1829, os artesãos representavam 12,6% dos proprietários de plantéis em Taubaté, 7,6% em Lorena, 5,8% em Areias e 2,6% em Bananal. As ocupações urbanas mostraram-se mais freqüentes para os escravistas lorenenses do que os bananalenses, mas em intensidade menor do que os taubateanos.

A designação “novos habitantes” da documentação compreende, entre outras possibilidades, dois grupos de indivíduos: os recém-chegados de outras vilas possuindo escravos e os lorenenses que passaram a constituir domicílio próprio mantendo cativos naquele ano.<sup>76</sup> O número de “novos habitantes” elevou-se de 4 casos em 1818 para 15 em 1829, o que aponta para um aumento do movimento migratório de escravistas, provavelmente atraídos pelo desenvolvimento da economia cafeeira. O seu contingente cativo aumentou de 17 em 1818 para 54 cativos em 1829 e a participação dos escravistas no conjunto dos “novos habitantes” cresceu de 8,2% para 23,1%. Entretanto, o número médio de escravos deles diminuiu no período de 4,3 para 3,6. De outro lado, a distribuição de suas posses cativas alcançou patamares mais elevados em 1829 do que em 1818, dezoito escravos no primeiro ano e sete no segundo. Em 1818, os “novos habitantes” eram em sua totalidade oriundos de fora de Lorena. Onze anos mais tarde, cinco dos quinze indivíduos nesta condição nasceram em Lorena, perfazendo um terço do total, mas sua propriedade média de cativos atingiu apenas 1,8 nesse ano contra 4,5 cativos para os nascidos fora da localidade. Eles apresentaram, para a sua totalidade, uma idade média de 34 anos em 1829, sendo em sua grande maioria do sexo masculino (80%) e casados (66,7%). Assim, os indivíduos recém-chegados à localidade com escravos naquele ano compunham-se de pessoas jovens que possuíam posses cativas significativas em relação às dos lorenenses que constituíram domicílios escravistas.

O número de produtores de derivados de cana-de-açúcar apresentou um significativo crescimento entre 1778 e 1818, bem como os demais agricultores.<sup>77</sup> Posteriormente, o aumento

---

<sup>75</sup> O comércio iniciava-se relativamente cedo na vida dos mercadores, em geral, por volta dos 15 anos atuando como caixeiro [Cf. Gorenstein (1978) e Martinho (1978)].

<sup>76</sup> As pessoas que se ausentaram por alguns anos da localidade ou que mudaram de bairro também poderiam receber esta designação.

<sup>77</sup> Eles representavam 14,3% dos escravistas nesse último ano. Em 1817, os produtores de açúcar perfaziam 4,7% dos proprietários de cativos de Areias (Cf. LUNA, 1994, p. 446 e 450), 9,1% dos de Taubaté (Cf. RANGEL, 1990, p. 397) e 4,1% dos de Bananal (Cf. MOTTA, 1990, p. 122).

mais expressivo em termos numéricos ocorreu entre os cafeicultores de 1818 a 1829. De outro lado, os produtores de derivados de cana e os demais agricultores passaram nesse momento a participar do cultivo da rubiácea (ver Marcondes, 1992). Os cafeicultores proprietários de cativos consistiam em sua grande maioria de homens (87,5%) e de pessoas casadas (76,7%) em 1829, superando os percentuais respectivos dos escravistas como um todo (ver Tabela 3.5). A idade média dos produtores de café não se mostrou distinta da correspondente aos possuidores de cativos em geral. A origem dos cultivadores da rubiácea apontou uma participação maior dos fluminenses (10%) e dos paulistas exclusive lorenenses (30,8%) do que eles apresentaram no conjunto dos proprietários de plantéis. Os nascidos na própria localidade representaram apenas 40% dos cafeicultores detentores de cativos, mas 47,3% de todos os escravistas. Desta forma, os produtores da rubiácea revelaram uma importância maior de indivíduos de outras localidades, que se deslocaram para Lorena em função das oportunidades econômicas abertas pela nova cultura. A posse média cativa dos cultivadores de café atingiu 10,2 escravos, ou seja muito superior à do conjunto dos proprietários de cativos (6,3). Assim, em 1829, os escravistas oriundos de outras localidades direcionaram-se mais à cafeicultura e detinham maior escravaria do que os lorenenses. Este resultado é reforçado pelo fluxo de recém-chegados com posses mais elevadas do que as dos lorenenses que constituíram domicílio próprio nesse ano. Embora não exclua a participação dos pequenos cafeicultores, tal afluxo acentuou a desigualdade da posse cativa nesse ano.

As evidências referidas acima permitem-nos um melhor entendimento dos movimentos demográficos e das transformações econômicas de 1798 a 1818. Este período caracterizou-se distintamente do posterior (1818 a 1829). O aumento do número de escravistas, a diminuição da sua idade média, o aumento da participação dos solteiros e o crescimento da sua média de cativos ocorreram ao mesmo tempo da introdução do café, do crescimento da produção da aguardente, do algodão e dos bens de subsistência. Devemos assinalar a importância destas ocupações para o crescimento do número de possuidores de plantéis. O cultivo da rubiácea envolveu apenas 15 proprietários de escravos em 1818, não podendo ser atribuído somente a eles o aumento do número de escravistas. Por outro lado, a produção de aguardente dobrou no período e o número de produtores realizando a atividade de feitura de derivados da cana exclusivamente cresceu em onze domicílios. Por fim, a quantidade de fogos escravistas dos “demais agricultores” elevou-se em 63 unidades. Este último fator mostrou-se mais relevante para o aumento do número de escravistas. As principais ocupações desenvolvidas por este último grupo envolveram: algodão, toucinho, cevado, fumo e bens de subsistência, que, como vimos na última seção do capítulo anterior, em geral, se praticava por pequenos escravistas. O número de negociantes, comerciantes,

tropeiros e de outros serviços urbanos que possuíam cativos também aumentou em mais de trinta domicílios entre os dois anos.<sup>78</sup>

O crescimento expressivo dos “demais agricultores” revela um certo trânsito entre os não-escravistas e os proprietários de cativos. Os primeiros constituem a grande maioria dos domicílios. A possibilidade de transformação de uma pequena parcela dos não-proprietários de cativos alocados nestas ocupações em escravistas pode ajudar no entendimento da desconcentração da posse cativa ocorrida entre 1798 e 1818.<sup>79</sup> Destarte, as oportunidades abertas nesse período não se restringiram ao café e, muito menos, tão-somente aos maiores escravistas. Alguns não-proprietários de cativos também se beneficiaram destas condições, o que permitiu alçarem-se à situação de detentores de cativos. Tal proposição deve ser tomada com cuidado em virtude da presença de movimentos migratórios, o que produziria um aumento do número de agricultores oriundos de outras regiões. O arrefecimento da desigualdade na distribuição da propriedade escrava no período em Lorena deveu-se muito menos à cultura da rubiácea do que em Bananal na mesma época. Talvez se devesse à chegada da corte portuguesa, em 1808, um crescimento da demanda de produtos locais, como, por exemplo, o fumo, algodão, toucinho e cevados. Posteriormente, a afirmação da *plantation* cafeeira em Lorena reduziu significativamente a participação relativa dos indivíduos de pequeno porte na escravaria e no conjunto da produção de café da localidade, em função do crescimento e da chegada dos indivíduos com maiores recursos.<sup>80</sup> Cabe lembrar o predomínio dos lorenenses entre os escravistas em 1818, ao contrário de 1829. De outro lado, a compreensão da importância e do comportamento dos pequenos possuidores de escravos deve condicionar-se pelo desenvolvimento dos não-escravistas.

### III - OS NÃO-PROPRIETÁRIOS DE CATIVOS

A comparação dos escravistas com os não-proprietários de cativos nos possibilitou reforçar a caracterização dos movimentos populacionais e das transformações econômicas da localidade de 1778 a 1829. Na Tabela 3.10 consideramos algumas características demográficas

---

<sup>78</sup> Cabe salientar que não podemos nos restringir às variáveis econômicas ao explicar fluxo migratórios.

<sup>79</sup> Apesar da diminuição dos índices de Gini, a curva de Lorenz cruza-se dificultando a caracterização da concentração no período (Cf. Gráfico AE.2). Entretanto, outros indicadores mostraram uma redução da desigualdade entre 1798 e 1818, como, por exemplo, o crescimento da participação dos 40% menores escravistas no conjunto da massa escrava entre esses dois anos (Cf. Tabela AE.1).

<sup>80</sup> A expansão da cafeicultura não nos pareceu excluir a possibilidade de acumulação em outras atividades pelos indivíduos com poucos recursos, mas tal ocorrência encontrou-se encoberta pelos grandes acréscimos de cativos dos cafeicultores. Um exemplo consiste da produção de derivados da cana, que continuou durante todo o século XIX. Contudo, tais ocupações dependeriam, em grande parte, do fluxo de renda gerado pela economia cafeeira.

dos chefes de domicílio não possuidores de escravos. Os não-escravistas também se compunham em sua grande maioria de pessoas do sexo masculino e as razões de sexo mantiveram-se acima de 400 em todo o período. As idades médias dos não possuidores de plantéis conservaram-se num patamar inferior ao dos escravistas, mas também apresentaram uma redução entre 1798 e 1818, de 45 anos para 40 (ver também Tabela 3.6). Tal resultado corroborou a informação da existência de um significativo crescimento populacional lorenense e de fluxos migratórios para a região, especialmente de pessoas jovens, tanto de possuidores de escravos como de não-proprietários de cativos. A maior parcela destes últimos mantinha-se casada, com participação mínima de cerca de três quartos no total. A participação dos solteiros entre os não-escravistas também cresceu significativamente no período.

TABELA 3.10  
 CARACTERÍSTICAS DEMOGRÁFICAS DOS CHEFES DE DOMICÍLIO NÃO-  
 PROPRIETÁRIOS DE CATIVOS  
 (1778-1829)

INDICADOR	1778	1798	1818	1829
Razão de sexo <sup>a</sup>	510	403	517	474
Idade média	45	45	40	40
Estado conjugal:				
Casados (%)	82	74	80	78
Solteiros (%)	2	7	8	11
Viúvos (%)	16	19	12	11

a A razão de sexo define-se como sendo o número de homens por grupo de 100 mulheres.

A origem dos não-proprietários de cativos também concentrou-se nos nascidos em Lorena, apresentando percentuais de 68,3% do total, em 1818, e 53,6%, em 1829 (Cf. Tabela 3.11). Tais valores superaram os dos detentores de plantéis. Os europeus representaram uma parcela muito pequena do total nesses dois anos (2,3% e 1,6%, respectivamente). Os paulistas, exclusive os lorenenses, constituíam 16,2% e 30,8% do conjunto de não-escravistas em 1818 e 1829. Os mineiros apresentaram percentuais equivalentes de 8,3% e 8,0%, os quais superavam os dos fluminenses (3,9% e 4,0%, respectivamente). Os africanos chegaram a representar 1,0%, em 1818, e 1,4%, em 1829, dos não-proprietários de cativos. Nesse último ano, os baianos e chineses encontravam-se entre os não-escravistas da localidade, embora com reduzida parcela do total (0,2% e 0,4%, respectivamente). Assim, os nascidos em Minas Gerais e, especialmente, na Europa, apresentaram-se relativamente mais favorecidos do que os demais, pois sua presença manteve-se mais elevada entre os possuidores de plantéis. Os lorenenses representaram parcela maior dos não-proprietários de cativos em relação aos detentores de escravos.

TABELA 3.11  
ORIGEM DOS CHEFES DE DOMICÍLIO NÃO-PROPRIETÁRIOS DE CATIVOS  
(1818-1829)

ORIGEM	1818 <sup>a</sup>		1829 <sup>b</sup>	
	Número	%	Número	%
Lorena	539	68,3	561	53,6
São Paulo <sup>c</sup>	128	16,2	322	30,8
Rio de Janeiro	31	3,9	42	4,0
Minas Gerais	65	8,3	84	8,0
Bahia	-	-	2	0,2
Europa	18	2,3	17	1,6
África	8	1,0	14	1,4
China	-	-	4	0,4
<b>TOTAL</b>	<b>789</b>	<b>100,0</b>	<b>1.046</b>	<b>100,0</b>

a Em 1818, havia doze não-escravistas sem o informe da naturalidade e outros treze com origem não identificada (incluindo um caso “do Sul”).

b Em 1829, havia quatro não-escravistas sem naturalidade e outros onze com origem não identificada (incluindo cinco crioulos)

c Exclusive Lorena e inclusive o Paraná.

As atividades desenvolvidas pelos não-proprietários de cativos compreenderam as mais diversas ocupações. O número de pessoas envolvidas nessas tarefas aumentou expressivamente no período, especialmente até 1818. Os agricultores representaram 92,3% deles em 1778, mas a partir de 1798 a participação reduziu-se para pouco mais da metade (54,4%), incluindo os que “nada colheram” (Cf. Tabela 3.12).<sup>81</sup> Nos dois anos seguintes, tal parcela atingiu 59,6% dos não-escravistas em 1818 e 50,5% em 1829.<sup>82</sup> À exceção do primeiro ano, os valores mantinham-se muito inferiores ao percentual dos escravistas. Todavia, o número de “novos habitantes” cresceu significativamente no período de 0,4% para 4,7% do total, especialmente entre 1798 e 1818. A idade média dos indivíduos recém-chegados ou que passaram a constituir domicílio independente atingiu, em 1829, 30 anos e em sua quase totalidade estavam casados (94,0%). Entre estes

<sup>81</sup> A ausência de jornaleiros na lista de 1778 pode indicar o seu registro como agricultores nesse ano.

<sup>82</sup> Iraci Costa analisou as informações de modo agregado para as localidades de Areias, Bananal, Lorena, Guaratinguetá e Taubaté em 1797/98 e 1829/30. O autor percebeu um domínio dos agricultores com 79,0% dos não-proprietários no primeiro ano e 69,9% no segundo. Os artesãos, comerciantes e jornaleiros mantinham percentuais elevados 10,8%, 5,0% e 3,0% em 1797/98 e 15,1%, 4,4% e 7,4% em 1829/30 (Cf. COSTA, 1992, p. 75-76). Se compararmos com os dados de Lorena, nota-se uma presença maior em território lorenense de artesãos em 1829 (17,2%) e de jornaleiros em ambos os anos (14,5% e 12,1%, respectivamente). Os agricultores representavam menor parcela dos não-escravistas na localidade estudada em relação ao conjunto das cinco. Em Taubaté, os agricultores de subsistência e os artesãos perfaziam 64,6% e 9,5% dos não-proprietários de cativos em 1829, respectivamente (Cf. RANGEL, 1990, p. 400).

indivíduos 44% nasceram na própria localidade. Os negociantes, profissionais liberais e artesãos compunham apenas 6,4% dos não-escravistas em 1778, mas alcançaram 23,4% em 1829. Entre os artesãos, as costureiras, as fiandeiras e as tecedeiras correspondiam a 7,6% dos domicílios sem escravos em 1829, sendo todas do sexo feminino e em sua maioria solteiras (50,6%).<sup>83</sup> Do mesmo modo, os vendeiros e taberneiros elevaram sua participação entre estes dois anos de 0,4% dos não possuidores de cativos para 4,0%. Os mendicantes chegaram a representar 4,2% dos não-proprietários de cativos em 1829. Destes últimos, os indivíduos com 50 anos ou mais compunham 59,1% e as mulheres perfaziam 63,6%.

TABELA 3.12  
DISTRIBUIÇÃO DOS CHEFES DE DOMICÍLIO NÃO-PROPRIETÁRIOS DE CATIVOS  
SEGUNDO SUAS ATIVIDADES  
(1778-1829)

ATIVIDADES	1778	1798	1818	1829
Cana	-	2	4	2
“Cana + Café”	-	-	-	2
Café	-	-	8	94
Demais Agr.	84	237	440	303
Negócio	7	9	27	56
Loja de Fazenda	0	2	1	1
Taberneiro/Vendeiro	1	10	27	42
Eclesiástico	0	0	2	4
Artesão	8	32	103	181
Profissional Liberal	0	2	0	10
Jornaleiro	0	64	57	128
Tropeiro	0	1	10	6
“Novo Habitante”	1	9	45	50
“Nada colheu”	131	2	27	131
“Esmolas”	1	73	52	44
<b>TOTAL</b>	<b>233</b>	<b>443</b>	<b>803</b>	<b>1.054</b>

Obs: O número de casos sem informação foi de 17 em 1778, 0 em 1798, 7 em 1818 e 7 em 1829. Além destes casos, em 1818 havia quatro não-proprietários de cativos com atividade não identificada.

<sup>83</sup> Em 1836, registrou-se na lista nominativa concernente a Lorena a presença de prostitutas, o que não ocorreu em 1829. Talvez, nesse último ano, entre as costureiras, fiandeiras e tecedeiras algumas atuassem como meretrizes. Para Taubaté, Armênio Rangel observou a existência de 59 nesta condição em 1803, sendo que uma delas possuía um cativo (Cf. RANGEL, 1990, p. 394). Todavia, nos demais anos considerados, o autor não verificou mais do que nove pessoas nesta atividade. As demais devem ter sido registradas numa outra ocupação.

Ao compararmos os escravistas com os não-proprietários de cativos chegamos a algumas conclusões. Os primeiros apresentaram maior idade e participação dos naturais de fora da localidade, especialmente dos oriundos da Europa e de Minas Gerais.<sup>84</sup> No referente às atividades, a cafeicultura, o cultivo da cana-de-açúcar e as lojas de fazenda seca mostraram uma importância relativa maior entre os escravistas do que entre os não-proprietários. Os resultados verificados em Lorena aproximam-se do obtidos por Iraci Costa para um território muito mais amplo ao final do século XVIII e início do XIX:

*“Em primeiro, deve-se consignar a marcante presença da agricultura, na qual reunia-se a maior parte de escravistas e não-escravistas. Tal setor era secundado por outros dois — artesanato e comércio —, os quais revelavam-se, sistematicamente, como os que congregavam expressivos contingentes de proprietários assim como de não-proprietários de escravos.*

*“Havia setores nos quais cabia dominância aos proprietários, caso da Igreja e rentistas. Em outros apareciam como predominantes os não-proprietários: artesanato, serviços em geral e jornaleiros.”* (COSTA, 1992, p. 74-75).

Em Lorena, os não-proprietários de cativos predominaram relativamente aos escravistas entre os negociantes, agricultores de subsistência, artesãos, vendeiros, jornaleiros, costureiras e mendicantes. A proporção de “novos habitantes” entre os não-escravistas superou à dos detentores de escravos. Todavia, a constituição de domicílios escravistas aumentou de 4 para 15 entre 1818 e 1829, mas a de não-proprietários elevou-se apenas de 45 para 50 entre os mesmos anos. Neste período, houve um maior crescimento do número de “novos habitantes” no segmento possuidor de cativos. O confronto das informações dos possuidores de plantéis e dos não-escravistas permitiu a percepção com maior profundidade dos movimentos acima relatados. De outro lado, tal comparação também se mostrou pertinente na análise da produção agrícola.

Em resumo, percebemos ao longo do desenvolvimento da cana-de-açúcar e, posteriormente, da cafeicultura um aumento da desigualdade da posse cativa, como ocorrido também em Bananal. A composição da massa cativa transformou-se no período, elevando a participação dos africanos, dos homens e das pessoas em idade economicamente mais ativa, principalmente para os detentores de plantéis com um cativo e vinte ou mais escravos. Os possuidores de plantéis consistiam em sua grande maioria de homens e eram casados. A hipótese do ciclo de vida revelou-se importante no entendimento das diferenças do número médio de

---

<sup>84</sup> A redução das idades dos escravistas no período também ocorreu para os não possuidores de cativos. Enquanto em 1778 as idades eram, respectivamente, 49 e 45 anos, em 1829 chegaram a 46 e 40 anos, respectivamente. Se admitirmos a hipótese do ciclo de vida (ver Apêndice específico sobre este tema), podemos supor, em geral, os mais jovens com maior dificuldade de acumular cativos do que os indivíduos na meia vida. Este relacionamento pode ajudar no entendimento destas diferenças, pois os escravistas representam-se mais intensamente nas faixas etárias mais elevadas.

cativos. Os escravistas de fora da localidade mostraram uma posse média de cativos superior à dos lorenenses, especialmente das demais áreas paulistas e de Minas. O predomínio dos cafeicultores entre os proprietários de cativos ocorreu apenas em 1829. Até então, os agricultores de subsistência formavam o maior contingente. As atividades urbanas, em especial o comércio de fazenda seca, também elevaram sua representação entre os escravistas no período. Os homens e os casados perfaziam a grande maioria dos não-proprietários de cativos. Os nascidos na localidade representavam mais da metade deles. A ocupação principal dos não possuidores de plantéis consistia na agricultura. Todavia, o jornal e o artesanato constituíam a atividade de uma grande parcela destes indivíduos. O cultivo do café chegou a envolver um expressivo número de não-escravistas em 1829.

\* \* \*

A partir do quadro exposto nesta parte podemos chegar a algumas conclusões para o início do século XIX, quando se introduziu o café na localidade. Os pioneiros no cultivo da rubiácea caracterizaram-se pela ausência da posse cativa ou pela propriedade de um pequeno número de escravos. Além dos movimentos demográficos aliados à faina cafeeira, ocorreu um forte afluxo populacional, mas pouco vinculado diretamente à produção de café. O crescimento do número de escravistas entre 1798 e 1818 concentrou-se nos indivíduos mais jovens e com poucos escravos, na maioria das vezes não ocupados com a rubiácea. Percebemos a ausência de cafeicultores entre os grandes escravistas em 1818. Além disto, nesse ano, quase a metade da produção realizou-se pelos possuidores de plantéis com um a quatro elementos e pelos não-escravistas (47,1%).<sup>85</sup> Em 1829, o quadro alterou-se profundamente, pois grande parcela da colheita efetuou-se por médios e grandes proprietários (70,6%), mas com a participação significativa dos não-proprietários e pequenos escravistas (29,4%).<sup>86</sup> Dos 18 grandes escravistas, doze cultivavam a rubiácea em 1829. A colheita destes produtores de café atingiu 5.080 arrobas (31,1% do total), ou seja uma produção média de 423 arrobas, com o emprego de 38,8% do conjunto de cativos dos cafeicultores. A modificação do porte dos cafeicultores influenciou também na alta correlação entre quantidade colhida e o número de escravos em 1829 (0,7). As diferenças entre os cafeicultores

---

<sup>85</sup> Nesse ano a parcela da produção cafeeira deste segmento em Bananal chegou a 38,2% e os detentores de 20 ou mais cativos colheram 22,1% do total de café produzido. Nesta localidade a difusão cafeeira atingia com maior profusão os grandes escravistas. O autor agradece a cessão dos dados de Bananal aos professores José Flávio Motta e Nelson Nozoe.

<sup>86</sup> Em Bananal, apenas os grandes escravistas produziram 67,9% do café e os não-proprietários e os pequenos possuidores de plantéis colheram 9,8% do total. Novamente, a produção cafeeira bananalense caracterizou-se por uma maior presença dos grandes escravistas em detrimento da participação dos cafeicultores com poucos recursos.

quanto ao seu porte refletiram significativamente no cultivo da rubiácea, utilizando como *proxy* o número de escravos possuídos. Assim, a partir do final da década de vinte cada vez mais a produção de café aliou-se à mão-de-obra escrava, especialmente para os grandes produtores. De modo parecido com o ocorrido em Lorena, embora com certas distinções, José Flávio Motta & Nelson Nozoe afirmaram com respeito a Bananal:

*“Chegava-se, pois, ao final da terceira década dos Oitocentos em Bananal com a produção cafeeira amplamente disseminada. A atividade continuava ainda a ser desenvolvida em domicílios com ou sem escravos, sem distinção, aparentemente como nos anos iniciais de sua difusão. Porém, no decurso dos anos 1820, como fruto da acumulação havida na própria cultura, bem como mediante a transferência – favorecida pelo comportamento dos preços relativos – de recursos de outras atividades, oriundos de Bananal ou alhures, a plantation impunha-se. Rapidamente, a grande lavoura passava a apresentar-se como a unidade produtiva fornecedora da maior parte da produção da rubiácea na localidade.”* (MOTTA & NOZOE, 1994, p. 307-308).

Quando os grandes proprietários começaram a cultivar a rubiácea, a rentabilidade e a viabilidade do seu cultivo já não eram mais incertos, permitindo a inversão de grande parcela de sua mão-de-obra escrava na produção de café. Nesse segundo momento, a difusão da rubiácea concentrou-se nas mãos dos indivíduos com recursos elevados. Tais bens originavam-se de atividades pretéritas efetuadas tanto na localidade quanto fora dela e, muitas vezes, de heranças recebidas (inclusive dotes). Por outro lado, a cafeicultura não impossibilitou a manutenção do cultivo dos demais bens, visto que a rubiácea ainda ocupava uma área muito reduzida da propriedade. A expansão cafeeira em Lorena encontrou uma lavoura canavieira relativamente bem desenvolvida, o que permitiu a conciliação das duas culturas. Para ilustrar tal fato podemos citar o caso de Manuel Lorenço Rosa, morador da vila de Lorena, falecido em 1818, interrompendo sua acumulação crescente na cafeicultura. No seu inventário constaram 11 escravos avaliados por quase um conto de réis, um sítio de 700 braças de testada e 2.250 braças de fundo (segundo o censo de terras) avaliado por 800 mil réis e um cafezal novo com 2.800 pés no valor de 400 mil réis. O pequeno cafezal ocupava uma ínfima parcela da propriedade (aproximadamente 0,3%) e representava metade do valor da mesma.<sup>87</sup> Além do café, Manuel Rosa fabricou derivados da cana-de-açúcar e mantinha um alambique.

Os cafeicultores mostraram-se mais favorecidos do que o conjunto dos agricultores, possuindo posses cativas mais elevadas. Por outro lado, os produtores de derivados de cana mantinham plantéis significativos. A média do número de escravos dos proprietários aumentou de 1778 a 1829. Além disto, elevou-se a participação de escravistas de outras localidades no

---

<sup>87</sup> Supomos que o cafezal ocupava uma área aproximada de 22.400 metros quadrados.

conjunto dos detentores de plantéis, especialmente de 1818 a 1829. Tais indicadores apontam para uma tendência crescente tanto em termos econômicos como populacionais. Entretanto, a desigualdade da distribuição da posse cativa e a diferença dos valores médios da produção agrícola segundo o tamanho dos plantéis aumentaram de 1778 a 1829.

O avanço da cafeicultura assumiu formas distintas de acordo com as condições específicas de cada região. O desenvolvimento prévio da cultura da cana-de-açúcar e, secundariamente, do fumo, algodão e até mesmo dos bens de subsistência condicionou de modo distinto a introdução da rubiácea na localidade *vis-à-vis* outras povoações. Lucila Herrmann apontou as diferenças do ciclo do café entre as localidades do vale do Paraíba paulista. Segundo a autora a evolução do cultivo da rubiácea variou em intensidade e duração entre os municípios de acordo com o desenvolvimento anterior da cana-de-açúcar:

*“A invasão dos cafezais e o enriquecimento demográfico não se processaram em todos os municípios do Vale com a mesma intensidade e a mesma coerência.*

*“Alguns aceitaram a substituição da cultura da cana pela do café, quase que sem reservas, abrindo à invasão dos cafezais suas terras numa intensidade surpreendente de produção como Santa Izabel, Taubaté, Vila Bela, Mogi e Bananal, no período compreendido entre 1800-1836-1854.*

*“Outros, onde a invasão dos canaviais, mais intensa, solidificara os ‘teres’ dos indivíduos e permitia à estrutura econômico-social, uma base mais sólida, hesitam ante a aceitação da invasão em massa, dos cafezais, e contemporizam a sucessão, numa substituição paulatina como Guaratinguetá, Jacareí, Lorena, Paraibuna, Pindamonhangaba, São José dos Campos, São Luiz, São Sebastião e Ubatuba, no mesmo período.” (HERRMANN, 1986, p. 114).*

A expansão cafeeira em Lorena apresentou uma invasão mais gradual e uma maior persistência da cana-de-açúcar, nos termos de Herrmann. Os grandes proprietários ocupados anteriormente na fabricação do açúcar passaram a participar da cafeicultura, mantendo a atividade antiga do mesmo modo que os produtores de aguardente.<sup>88</sup> Estes últimos detinham, em geral, menores recursos do que os demais produtores de derivados de cana. Desta forma, como vimos na Tabela 2.3, a produção destes bens continuou sendo realizada em volumes significativos ao longo da difusão do café pela localidade.

O grau de aceitação da nova cultura no vale do Paraíba variou de acordo com certas condições: climáticas, edafológicas, de povoamento, de ocupação, de posse e propriedade das terras. As áreas ocupadas mais recentemente (Areias e Bananal) mostraram uma intensidade cafeeira e populacional, especialmente cativa, superior às de povoamento antigo (Taubaté e

---

<sup>88</sup> Um caso de destaque consiste de Ventura José de Abreu (ver Apêndice referente a ele).

Guaratinguetá). Neste quadro, Lorena situava-se numa posição intermediária, tanto em termos da produção de café como de crescimento demográfico e de concentração da posse cativa.<sup>89</sup>

A afirmação da *plantation* cafeeira em Lorena não ocorreu com a mesma intensidade e desenvoltura da observada em Bananal por Motta (1990) e Motta & Nozoe (1994). A propriedade cativa e a produção de café atingiram, em média, valores superiores na região bananalense. Em Lorena, os índices de Gini mostraram-se sempre inferiores e as outras culturas, especialmente da cana-de-açúcar, e atividades, principalmente urbanas, apresentaram uma maior participação na economia local. Todavia, por razões em certa medida distintas, como a menor importância do café e a maior desenvoltura da cana e da agricultura de subsistência entre os escravistas no território lorenense, a tendência de desconcentração da posse cativa nos três primeiros lustros do século XIX ocorreu nas duas localidades. De outro lado, houve a concentração da propriedade escrava nos dois lustros posteriores para as duas áreas.

---

<sup>89</sup> A comparação dos índices de Gini lorenenses com os de Guaratinguetá e Areias não se realizou em função da falta de homogeneidade no primeiro caso e de informação no segundo.

## **SEGUNDA PARTE**

## CAPÍTULO 4

### A ACUMULAÇÃO DE CATIVOS

*“A etapa de gestação da economia cafeeira é também a de formação de uma nova classe empresária que desempenhará papel fundamental no desenvolvimento subsequente do país. Essa classe se formou inicialmente com homens da região.”* (FURTADO, 1968, p. 123).

A partir do quadro traçado na primeira parte, até a década de vinte do século XIX, procuramos examinar o período posterior. Nessa tarefa defrontamo-nos com uma dificuldade imposta pela fonte documental utilizada até esse momento. As listas nominativas de habitantes não permitem a continuidade da análise naqueles moldes, pois a lista mais completa após 1829 compreende apenas um ano da década de trinta e sua metodologia revelou-se distinta das anteriores. Desta forma, passamos a considerar uma outra base de informação: os inventários. Esta fonte não apresenta o problema de continuidade no tempo como a lista. Encontramos um expressivo e crescente número de inventários para a localidade desde a década de vinte até o final do século XIX. Entretanto, os inventariados de um ano referem-se a uma parcela da população da localidade nesse momento, e muitas vezes os moradores de uma região migram não falecendo nela. Além disto, poucas informações presentes nesta documentação também se encontram nas listas.<sup>90</sup> Os inventários registram as propriedades de uma pessoa, enquanto os recenseamentos atêm-se aos moradores, com suas características demográficas e, especialmente para os chefes de domicílios, ocupacionais. Por fim, para muitas pessoas que morriam na localidade não se realizavam inventários em virtude de seus apoucados bens (ver Apêndice Metodológico). Assim, devemos tentar estabelecer alguma forma de integração destas duas fontes.

Os inventários compreendem apenas um segmento da população, em função disto não poderemos mais centrar a discussão na consideração da localidade como um todo em alguns anos (*cross section*). O uso exclusivo desta nova fonte parece-nos provocar a abdicação de uma série de informações das listas não observadas nos inventários, principalmente os dados demográficos. Destarte, procuramos constituir uma ligação entre as duas documentações, garantindo ao menos parcialmente a utilização dos informes de ambas as bases. Nesta escolha optamos por uma análise

---

<sup>90</sup> Ao longo do século XIX os escravos dos inventariados diminuem a sua participação na riqueza (Cf. MELLO, 1985). Como veremos adiante, a aproximação permitida pelo número de cativos para o patrimônio do indivíduo apresenta certas imprecisões, especialmente para os endividados e comerciantes. A partir do final do tráfico africano o conjunto das pessoas passou a buscar formas alternativas de alocação da riqueza. Deste modo, reduz-se a relevância do número de cativos anotados nos recenseamentos como inferência da riqueza da pessoa nesse período. Assim, se houvesse listas para todo o século XIX, não garantiríamos mediante o uso do número de escravos uma *proxy* tão adequada como no início desse século para a fortuna do indivíduo.

num plano distinto do efetuado até esse momento: a trajetória de uma parcela das pessoas que viveram na localidade. Decidimos por uma amostra formada com os chefes de domicílios presentes no recenseamento de 1829 para os quais localizamos os seus inventários.<sup>91</sup> A temática desenvolvida até o momento deve alterar-se. Agora, atentaremos para os mecanismos de enriquecimento dos moradores de Lorena na gestação da economia cafeeira iniciada nos anos vinte do século XIX, sendo o ponto de partida os informes das listas nominativas para os indivíduos da amostra e o encerramento com o seu patrimônio inventariado. O acompanhamento no tempo das pessoas permitiu um entendimento mais apurado das formas de acumulação em cativos e da própria riqueza. Devemos notar que nos restringimos a apenas uma parcela da população, a qual não representa, necessariamente, o seu conjunto.

Nesta parte iniciamos a abordagem nova mediante a análise da posse cativa dos indivíduos selecionados neste capítulo. Pautamos a discussão pelos resultados já vistos para a totalidade dos habitantes da localidade. A comparação realizou-se, principalmente, para o ano de 1829, quando possuímos ambas informações, para o conjunto da população lorenense e para toda amostra. Posteriormente, avançamos alguns informes para o período anterior a esse ano, compreendendo a propriedade de terras e as formas de aquisição de cativos. Ademais, apresentamos a distribuição dos cativos dos escravistas e as características da massa escrava no momento dos inventários. Ao final descrevemos os movimentos no tempo da escravaria média das gerações.

No próximo capítulo discutimos a distribuição da riqueza alcançada pelos membros de nossa amostra, não nos restringindo mais aos cativos. Destacamos alguns condicionantes do patrimônio dos inventariados, não apenas os daquele momento, mas também numa fase anterior à do inventário (1829). Estudamos as mudanças das condições entre esses dois momentos, especialmente para as atividades. A partir disto elegemos duas ocupações que mantinham uma importância elevada para uma análise mais profunda: a cafeicultura e a faina canavieira. No último capítulo, consideramos duas outras atividades relevantes para a economia da localidade: o comércio e o fornecimento de crédito. Para o entendimento dos comerciantes devemos atentar para os seus diferentes tipos. O financiamento da cafeicultura transformou-se significativamente ao longo do período em estudo e, por isso, realizamos um apanhado da literatura a respeito para compreender, posteriormente, o comportamento dos principais credores da localidade.

Empreendemos, neste capítulo, o exame da propriedade escrava dos indivíduos presentes em nossa amostra em cinco seções, baseados não apenas nas listas nominativas de habitantes

---

<sup>91</sup> Um procedimento alternativo seria a consideração de forma agregada da totalidade dos inventários sem o vínculo individual com as listas nominativas. O exame do evoluir no tempo do número total de inventários e da riqueza registrada neles poderia constituir uma outra opção de trabalho, mas tal alternativa não permitiria a análise das formas de obtenção da riqueza inventariada dos indivíduos, já que cada um só apareceria uma vez no conjunto das informações. O inventário consiste de um dado isolado (estático) não permitindo a inclusão na análise das atividades desempenhadas pelo indivíduo anteriormente à sua morte e, de modo análogo, do momento de acumulação dos bens.

como também nos seus inventários. Na primeira procuramos apresentar as características demográficas e econômicas mais gerais das pessoas selecionadas em 1829 com relação à totalidade dos moradores da localidade nesse ano. Na seção seguinte buscamos comparar a dinâmica da posse cativa dos proprietários de terras em 1818 *vis-à-vis* os demais escravistas. Na terceira analisamos as diferentes formas de aquisição dos escravos pelos indivíduos da amostra, seja por compra/venda, herança/doação ou mediante o crescimento vegetativo da população cativa. Na quarta discutimos a posse cativa e a composição dos plantéis no momento dos inventários, que ocorreu posteriormente a 1829. Por fim, na última seção, destacamos o evoluir da posse escrava ao longo do tempo, tomando cada geração em separado e levando em conta a atividade econômica realizada.

## I - CARACTERÍSTICAS DA AMOSTRA SELECIONADA

Realizamos, de início, a caracterização demográfica e econômica dos 187 indivíduos selecionados com relação ao conjunto dos chefes de domicílios da localidade em 1829. No primeiro aspecto concentramos a análise nos informes de sexo, idade, estado conjugal e origem. Posteriormente, observamos a estrutura da posse de cativos possuídos por eles e o comportamento do número médio de escravos no período anterior a 1829. No final da seção descrevemos as atividades desenvolvidas pelas pessoas da amostra e a composição dos seus plantéis.

Os indivíduos selecionados representavam 12,7% da totalidade dos chefes de domicílios de 1829. A sua escravaria equivalia a 59,4% de todos os escravos desse ano. Em nossa amostra houve o predomínio do elemento masculino, com 169 indivíduos (90,4% do total).<sup>92</sup> Entre os homens, a maioria era casada em 1829 (85,8%), havendo sete viúvos (4,1%) e dezesseis solteiros (10,1%). Das dezoito mulheres selecionadas dezesseis eram viúvas e duas solteiras em 1829.<sup>93</sup> Em comparação com a totalidade dos escravistas em 1829, a amostra apresentava uma maior presença dos homens e uma menor participação dos viúvos (ver Capítulo 3).

O local de nascimento das pessoas selecionadas concentrou-se na própria localidade (46,5%). Por outro lado, os nascidos nas Minas Gerais representaram expressiva parcela (8,6%),

---

<sup>92</sup> Todos os indivíduos da amostra eram, com uma única exceção, chefes de domicílio em 1829: Francisco Barbosa Ortiz encontrava-se nessa data no fogo do irmão Bento Barbosa Ortiz.

<sup>93</sup> As mulheres detinham 8,8% da escravaria da amostra em 1829, embora elas representassem 9,6% dos 187 indivíduos. A sua massa escrava reduziu-se de 134 escravos em 1829 para 119 cativos no período dos inventários (1830/79). Deste modo, houve uma diminuição da participação dos cativos de escravistas do sexo feminino na totalidade da escravaria da amostra, chegando a 5,1% no momento dos inventários. A elevada presença de viúvas e idade avançada pode ajudar a explicar este resultado. A idade média das mulheres alcançou 51 anos em 1829, enquanto a dos homens atingiu apenas 45 anos.

que se aproximou das atinentes aos naturais das cidades paulistas vizinhas de Guaratinguetá (10,7%) e Cunha (5,9%). Os oriundos de outras localidades paulistas exclusive Lorena e as duas vilas citadas acima corresponderam a 12,8%. Os europeus também apresentaram participação importante (8,6%). Por fim, os fluminenses contribuíram com apenas 5,3% dos indivíduos em tela. De outra parte, os nascidos na localidade que mantinham plantéis em 1829 participaram de forma semelhante da amostra (46,3%) e do conjunto dos escravistas da localidade (47,1%). Como para o conjunto da população lorenense, na amostra, os oriundos de outras povoações detinham uma posse média de cativos (11,1) superior à dos naturais da própria povoação em estudo (7,6).<sup>94</sup>

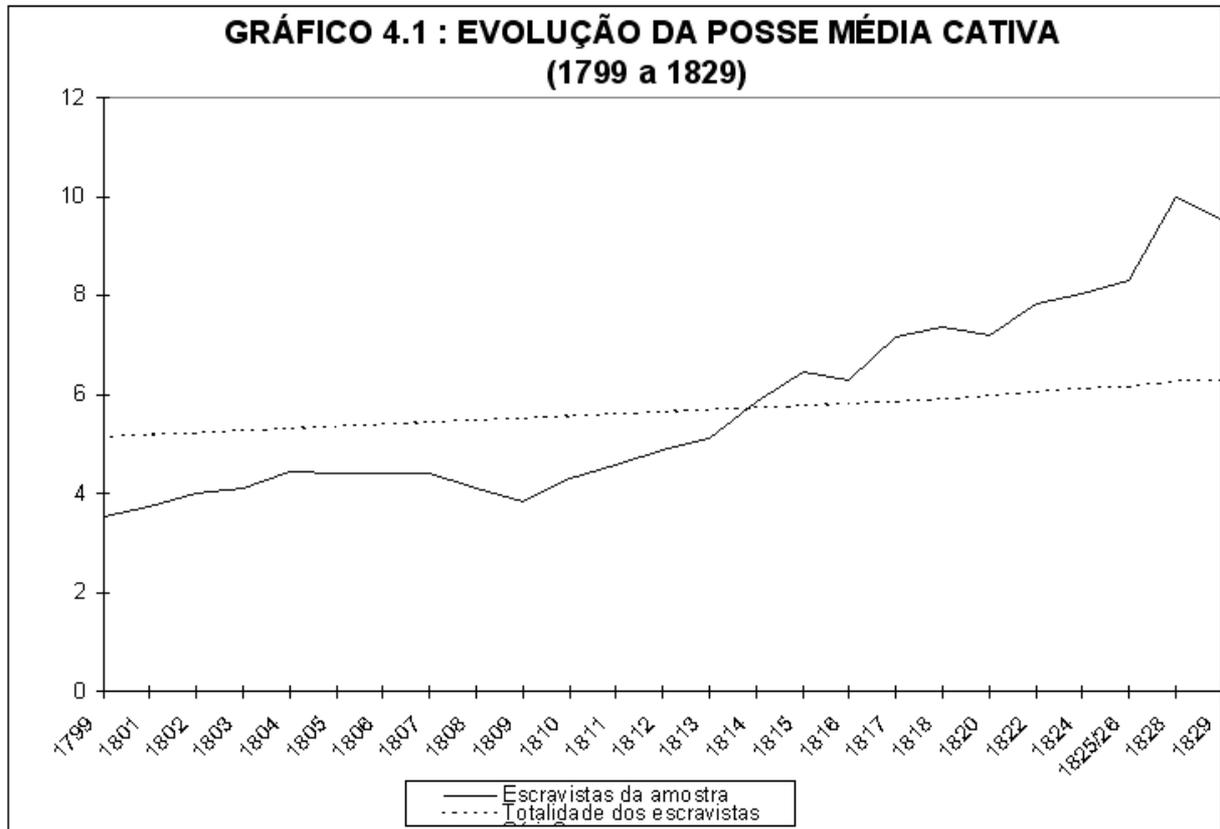
A evolução da posse média de cativos no tempo apresentou-se crescente para os indivíduos selecionados (Cf. Gráfico 4.1).<sup>95</sup> Em 1799, eles somavam apenas quinze pessoas e detinham cinquenta e três escravos, com uma média de 3,5 cativos. Dez anos depois o número de escravistas alçou-se a 40, que possuíam 186 indivíduos em seus plantéis. A posse média elevou-se ligeiramente, chegando a 3,8 escravos. Em 1818, o conjunto dos proprietários alcançou o número de 86 pessoas com 633 cativos e uma média de 7,4 escravos. Por fim, em 1829, os 160 escravistas mantinham 1.521 escravos, com uma média de 9,5 elementos. Quando comparamos este movimento com o da totalidade dos escravistas da localidade, percebemos uma alteração mais significativa para os da amostra, os quais iniciaram o período com uma posse média inferior à do conjunto dos proprietários de plantéis e terminaram com um número médio de escravos superior ao do outro contingente. Destarte, o crescimento da posse escrava média para os indivíduos selecionados ocorreu com intensidade maior em função dos seus poucos recursos no início de suas vidas. Eles encontravam-se, em sua grande maioria, no momento inicial do ciclo de vida e relativamente poucos estavam no auge do ciclo nos primeiros lustros do século XIX (ver Apêndice referente a esta hipótese). No ano de 1829, a idade média dos indivíduos selecionados que possuíam plantéis mostrou-se idêntica à dos escravistas como um todo (46 anos). Todavia, em 1818, a idade média do primeiro contingente (41 anos) foi inferior à do outro (46 anos). Esta diferença decorreu da forma utilizada para definirmos a amostra. Como esperado, as pessoas mais idosas em 1818 morreram relativamente mais do que as mais jovens no período 1818-1829. Portanto, as primeiras não chegaram a integrar a amostra em proporção semelhante às segundas. Assim, quando nos aproximamos do início do século XIX as idades médias tendem a reduzir-se para os indivíduos selecionados. A acumulação deles neste momento não reflete a da localidade como um todo. Devemos atentar para as suas idades ao considerarmos o patrimônio e o evoluir do número de cativos destas pessoas. De modo análogo, devemos esperar um ritmo de

---

<sup>94</sup> Os mineiros mantinham os maiores plantéis: 14,6 escravos em média.

<sup>95</sup> Como só dispomos da informação da posse média cativa da totalidade dos escravistas para 1778, 1798, 1818 e 1829 utilizamos a interpolação destes dados para realizar a comparação nos demais anos com os da amostra no Gráfico 4.1.

crescimento do número de cativos da amostra inferior ao do conjunto dos escravistas a partir de 1829, mas infelizmente não possuímos esta informação para a localidade como um todo e, deste modo, não podemos comprovar tal proposição.



Se tomarmos os escravistas selecionados, verificamos uma certa distinção com relação à totalidade dos proprietários de cativos de 1818 e 1829, mas *grosso modo* o perfil da distribuição da propriedade cativa mantém-se nos dois contingentes. A concentração da posse cativa mostrou-se menor para as pessoas selecionadas em comparação com o conjunto dos habitantes da localidade que possuíam escravos. No ano de 1818, computamos um índice de Gini de 0,416 para os indivíduos selecionados, mas o valor do índice para o conjunto dos escravistas alcançou 0,506, como vimos no capítulo 3. O índice de Gini calculado para a amostra chegou a 0,510 em 1829 e o Gini da totalidade dos detentores de cativos da vila atingiu 0,554 no mesmo ano (Cf. Capítulo 3). Como vimos acima, à medida que recuamos no tempo diminuem as idades e as posses cativas médias dos indivíduos da amostra em termos absolutos e relativamente à população como um todo.<sup>96</sup> Por esta razão, ocorre uma tendência de redução da desigualdade à medida que retornamos aos anos iniciais do século com a amostra. O índice de Gini revelou-se inferior para as pessoas selecionadas em comparação à totalidade dos escravistas. Esta diferença mostrou-se superior em 1818 com relação a 1829. Entretanto, a tendência do movimento dos índices de Gini entre indivíduos de nossa amostra aproximaram-se do verificado em termos da população total. Deste modo, devemos utilizar com muito cuidado a concentração dos plantéis das pessoas selecionadas como um indicador da tendência para a totalidade dos escravistas.

De outra parte, os não-proprietários de cativos representaram 72,2% dos domicílios em 1829. Entretanto, na amostra, eles formavam apenas 14,4% do total. Como esperado, observamos relativamente uma menor participação dos indivíduos com poucos recursos na amostra. O elevado custo de um inventário dificultava a sua feitura para os indivíduos com poucos recursos (Cf. Apêndice Metodológico). Se o falecido for um “despossuído”, não há porque abrir um inventário. Na amostra, os pequenos proprietários de escravos, com até quatro elementos em seus plantéis, constituíam 37,5% dos escravistas, mas detinham apenas 9,8% do contingente cativo. Se comparamos com os resultados do capítulo 3, percebemos uma menor participação desta faixa de detentores de cativos relativamente ao conjunto deles na localidade. Por outro lado, os escravistas com vinte ou mais escravos eram apenas 8,8% do total, todavia possuíam 36,4% da população cativa (Cf. Tabela 4.1). Como contrapartida da representatividade menor dos pequenos, a parcela dos grandes proprietários foi superior, na amostra, à calculada para o total dos possuidores de escravos. Os escravistas da amostra representavam, em sua totalidade, 39,0% dos proprietários de cativos em 1829 e possuíam 59,4% dos escravos no mesmo ano. Novamente, os indivíduos selecionados revelaram uma participação maior de pessoas com maiores recursos do que o conjunto da população da localidade, subestimando a representação das pessoas com poucos

---

<sup>96</sup> Além da redução do número médio de escravos da amostra para os anos iniciais do século XIX, ocorre um crescimento da presença de não-escravistas.

bens. Este resultado também ajuda a explicar o menor índice de Gini da amostra com relação à totalidade dos escravistas em 1829, pois se reduziu a diferença entre os indivíduos. A base da pirâmide de estrutura da posse de cativos tornou-se menor e o topo maior.

TABELA 4.1  
ESTRUTURA DA POSSE DE CATIVOS DOS INDIVÍDUOS DA AMOSTRA  
(1829)

FAIXAS	Proprietários	%	Escravos	%
1	16	10,0	16	1,1
2 a 4	44	27,5	132	8,7
5 a 9	52	32,5	358	23,5
10 a 19	34	21,2	461	30,3
20 a 39	8	5,0	193	12,7
40 ou mais	6	3,8	361	23,7
<b>TOTAL</b>	<b>160</b>	<b>100,0</b>	<b>1.521</b>	<b>100,0</b>

Obs: Havia 27 pessoas sem escravos (14,4% do total).

No ano de 1829, a faina cafeeira já ocupava lugar de destaque entre os indivíduos selecionados, como apresentado na Tabela 4.2. Os sessenta e cinco cafeicultores representavam 35,4% do total de pessoas para as quais possuímos a informação de ocupação, sendo quinze atuando juntamente com o preparo de derivados da cana.<sup>97</sup> A maior parcela do contingente cativo encontrava-se alocada em domicílios onde o café era produzido em 1829 (52,7%), com a presença da cana ou não. Este resultado aponta para a consolidação do predomínio da cafeicultura entre as diversas atividades da localidade. A cana continuava a ser cultivada sem o consórcio da rubiácea por 17 indivíduos, os quais possuíam 11,9% dos escravos. Os demais agricultores constituíam 27,7% em 1829, mas detinham apenas 16,8% da escravaria. Entre as demais atividades destacavam-se os treze tropeiros e negociantes e os dez lojistas de fazendas secas. Por outro lado, os cafeicultores que mantinham a produção de derivados da cana apresentaram a maior posse média de cativos. Os demais indivíduos com propriedade média de escravos elevada consistiram nos seguintes: produtores de derivados de cana que não cultivavam a rubiácea, cafeicultores que não fabricavam subprodutos da cana, lojistas, tropeiros e negociantes. O maior porte econômico das pessoas selecionadas refletiu-se em suas atividades. A cafeicultura, o cultivo da cana e as lojas de fazenda seca representavam uma parcela superior dos escravistas da amostra do que entre a totalidade deles em 1829 (52,2% *versus* 39,1%, respectivamente). De outro lado,

<sup>97</sup> Mantemos aqui o tratamento dado às atividades no capítulo três.

os demais agricultores perfaziam 27,1% do conjunto dos proprietários de cativos e apenas 24,5% dos da amostra. Destarte, a agricultura compunha uma maior proporção dos escravistas da amostra do que da totalidade deles (70,4% *versus* 62,3%, respectivamente).

TABELA 4.2  
POSSE MÉDIA DE CATIVOS POR ATIVIDADE  
(1829)<sup>a</sup>

ATIVIDADES	Nº	%	Nº de Prop.	Escravos	%	Média
Café	50	27,2%	42	406	27,8%	9,7
Café + Cana	15	8,2%	14	364	24,9%	26,0
Cana	17	9,2%	17	174	11,9%	10,2
Demais agr.	51	27,7%	39	246	16,8%	6,3
Fazenda Seca	10	5,4%	10	80	5,5%	8,0
Taberneiro	5	2,7%	4	21	1,4%	5,3
Ferreiro	5	2,7%	5	26	1,8%	5,2
Vive de bens	6	3,3%	6	42	2,9%	7,0
Tropeiro/Neg.	13	7,1%	11	81	5,5%	7,4
Eclesiástico	5	2,7%	5	12	0,8%	2,4
Outras	7	3,8%	6	10	0,7%	1,7
<b>TOTAL</b>	<b>184</b>	<b>100%</b>	<b>159</b>	<b>1.462</b>	<b>100%</b>	<b>9,2</b>

Obs: Nº de Prop. = número de escravistas. A média de escravos não considera os não-proprietários.

<sup>a</sup> Existem três casos sem informação.

Um dos fatores marcantes do perfil de acumulação dos indivíduos consiste na sua idade. Na Tabela 4.3, a distribuição da posse escrava por faixas etárias dos escravistas mostrou, em 1829, o comportamento já esperado. A média de escravos por proprietário cresceu de 5,6, na primeira faixa, até 11,7, para os proprietários com idades entre 50 e 59 anos, reduzindo-se nas faixas seguintes e atingindo 8,5 cativos para os escravistas com setenta anos ou mais. Por outro lado, a posse cativa média foi maior para os indivíduos da amostra (9,5) em comparação com a totalidade dos escravistas em 1829 (6,3). Todas as faixas etárias apresentaram um número médio de escravos superior ao da totalidade da população (ver Tabela 3.7). Os altos desvios-padrão e coeficientes de variação, principalmente das idades de quarenta a sessenta e nove anos, apontam para a existência de outros condicionantes importantes da propriedade cativa entre indivíduos de uma mesma geração, tais como a atividade econômica e os montantes iniciais de cativos (inclusive heranças e dotes).

TABELA 4.3  
DISTRIBUIÇÃO DA POSSE CATIVA SEGUNDO FAIXAS ETÁRIAS DOS ESCRAVISTAS  
(1829)

FAIXAS	Proprietários	Escravos	Média de Escravos	Desvio- Padrão	Coefficiente de Variação
20 a 29	15	84	5,6	4,5	0,8
30 a 39	32	227	7,1	7,9	1,1
40 a 49	53	576	10,9	14,4	1,3
50 a 59	29	338	11,7	13,8	1,2
60 a 69	23	228	9,9	11,4	1,2
70 ou mais	8	68	8,5	4,8	0,6
<b>TOTAL</b>	<b>160</b>	<b>1.521</b>	<b>9,5</b>	<b>11,8</b>	<b>1,2</b>

Obs: Havia 27 indivíduos sem cativos. Todos com menos de sessenta anos.

Apesar de não realizarmos uma análise ao longo do tempo nesta tabela, percebemos um comportamento da distribuição cativa segundo as idades de seus proprietários reproduzindo o ciclo de vida, como relatado no Apêndice sobre tal questão. Poderíamos supor a existência de distinções entre as condições dos indivíduos de duas faixas etárias. As gerações mais novas em 1829 não devem ter iniciado seu ciclo de vida com o mesmo patamar de escravos das demais. Possivelmente, o desenvolvimento da cafeicultura e até da cana-de-açúcar intensificou a atração de pessoas com maiores recursos e acelerou o enriquecimento dos mais jovens, que se mostraram mais propensos a beneficiar-se das novas oportunidades criadas.<sup>98</sup> Na última seção deste capítulo estudamos a acumulação em cativos das várias gerações em separado, procurando perceber a ocorrência de dinâmicas diferenciadas entre as faixas etárias.<sup>99</sup>

Além da posse cativa, a composição dos plantéis mostrou uma significativa alteração ao longo das faixas etárias dos indivíduos, como vemos na Tabela 4.4. A menor razão de sexo dos escravos ocorreu para os escravistas mais jovens (115). De outro lado, a participação das relações de parentesco dos cativos assumiu os seus maiores valores na meia idade e ao final da vida dos seus proprietários. Por fim, os escravistas de 30 a 49 anos apresentaram uma maior presença relativa dos africanos, provavelmente em virtude de estarem, como veremos na terceira seção, num momento de aquisição de cativos por meio de compras. Os indivíduos mais velhos possuíam

<sup>98</sup> As heranças e dotes recebidos poderiam contribuir para tal processo, especialmente se os doadores já houvessem iniciado tais atividades.

<sup>99</sup> Em nosso estudo, utilizamos a denominação de geração para os indivíduos com idades de 20 a 29 anos, 30 a 39 anos, 40 a 49 anos, 50 a 59 anos, 60 a 69 anos ou 70 ou mais anos em 1829.

a escravaria com participação maior dos escravos de 40 ou mais anos (28%) e a mais baixa frequência de africanos (37%).

Como proposto na hipótese do ciclo de vida, as compras de escravos concentraram-se na meia vida do indivíduo. Nesse momento verificamos uma presença maior de africanos e de pessoas nos plantéis com 10 a 39 anos de idade. O aumento dos oriundos da África para essas idades resultou, provavelmente, das compras que ocorreram com maior frequência nestas faixas etárias. A ocorrência de nascimentos de cativos para estes indivíduos contribuiu para o crescimento das relações de parentesco, mas foi principalmente para os escravistas mais idosos que essa forma de incremento do plantel teve maior importância. Nesse sentido, talvez, a baixa razão de sexo dos escravos de proprietários com 20 a 29 anos decorra, em parte, das heranças recebidas em maior intensidade nesse momento, especialmente dos dotes, que compreendiam uma elevada participação de mulheres cativas.<sup>100</sup>

TABELA 4.4  
COMPOSIÇÃO DOS PLANTÉIS SEGUNDO FAIXAS ETÁRIAS DOS ESCRAVISTAS  
(1829)

FAIXAS	Razão de Sexo	% de 0 a 9 anos	% de 10 a 39 anos	% de relações de parentesco <sup>a</sup>	% de africanos
20 a 29	115	19%	73%	19%	45%
30 a 39	173	16%	77%	23%	62%
40 a 49	199	11%	81%	18%	58%
50 a 59	168	19%	69%	29%	48%
60 a 69	175	12%	74%	27%	53%
70 ou mais	209	12%	60%	29%	37%
<b>TOTAL</b>	<b>178</b>	<b>14%</b>	<b>75%</b>	<b>23%</b>	<b>54%</b>

a Inclui os casais, a prole vivendo em companhia de pelo menos um dos genitores (pai ou mãe), as mães solteiras e os (as) viúvos (as).

A Tabela 4.5 mostra a composição dos plantéis de acordo com o número de escravos possuídos no ano de 1829. Podemos supor uma composição ótima dos plantéis desejada pelos

<sup>100</sup> Muriel Nazzari estudou a composição dos dotes paulistas do século XVII ao XIX e observou: “A tendência que começara no século XVIII, privilegiando as escravas (e não os escravos) no caso do dote, continuou no século XIX (...) Essa tendência pode ser considerada como uma mudança na utilização dos escravos — da produção para o trabalho pessoal (consumo). Pode ser encarada também do ponto de vista de que, ao dar uma escrava para a filha, seria ela quem provavelmente manteria o controle sobre a escrava, e não seu marido.” (NAZZARI, 1988/89, p. 93).

escravistas independente do número de elementos em seu plantel, com a maior representatividade dos homens, africanos e indivíduos com idades de 10 a 39 anos (Cf. MOTTA, 1990, p. 197-198). Nesta Tabela observamos a maior presença dos homens relativamente às mulheres e dos africanos em comparação com o total na faixa dos plantéis unitários e dos maiores escravistas. Em 1829, os detentores de plantéis unitários mantinham uma razão de sexo de 300 e 75% dos seus escravos provinham da África. Para os proprietários de 40 ou mais cativos, a razão de sexo atingiu 244 e os africanos representaram 62% da escravaria.

TABELA 4.5  
COMPOSIÇÃO DA ESCRAVARIA SEGUNDO FAIXAS DE TAMANHO DE PLANTEL  
(1829)

FAIXAS	Razão de Sexo	% de 0 a 9 anos	% de 10 a 39 anos	% de relações de parentesco <sup>a</sup>	% de africanos
1	300	6%	81%	0%	75%
2 a 4	174	16%	77%	12%	46%
5 a 9	167	17%	73%	23%	51%
10 a 19	151	18%	71%	20%	48%
20 a 39	169	15%	76%	29%	62%
40 ou mais	244	6%	81%	30%	62%
<b>TOTAL</b>	<b>178</b>	<b>14%</b>	<b>75%</b>	<b>23%</b>	<b>54%</b>

a Incluí os casais, a prole vivendo em companhia de pelo menos um dos genitores (pai ou mãe), as mães solteiras e os (as) viúvos (as).

A maior participação dos escravos em idade mais propícia ao trabalho (10 a 39 anos) ocorreu para as faixas com 1 e 40 ou mais cativos nesse ano (com 81% em cada uma). Assim, a composição ótima de plantel apresentou uma maior ocorrência entre os pequenos e grandes escravistas. Apesar desta conformação da escravaria, as relações de parentesco cresceram, em nosso estudo, à medida do aumento do número de escravos, atingindo 25,2% dos cativos dos proprietários com 10 ou mais elementos em seus plantéis em 1829.<sup>101</sup> Com relação à totalidade da população cativa da localidade, percebemos uma razão de sexo, uma parcela dos escravos em

<sup>101</sup> José Flávio Motta estudou a família escrava em Bananal para esse ano, verificando a maior incidência de relações familiares na escravaria entre os escravistas com 10 ou mais escravos, representando 35,2% (Cf. MOTTA, 1990, p. 398-399). Em Bananal, ele mostrou que a participação dos escravos, com idade entre 15 e 59 anos, atingia percentuais de 77,7% para os proprietários de 1 a 4 cativos e 79,8% para os possuidores de plantéis com 40 ou mais elementos (Cf. MOTTA, 1990, p. 199).

idade ativa, uma proporção de relações de parentesco e de africanos superior na amostra (ver Tabela 3.5). A composição dos plantéis unitários dos indivíduos selecionados revelou-se distinta do conjunto da população cativa dos escravistas com um cativo. A partir destas comparações entre a amostra e a população da localidade podemos avançar no entendimento dos condicionantes da acumulação de cativos. Iniciamos o estudo com a análise da influência da propriedade de terras em 1818 na acumulação de cativos ao longo do tempo. Posteriormente, discutimos as formas de aquisição de cativos utilizadas pelas pessoas selecionadas até 1829.

## II - DINÂMICAS DIFERENCIADAS DA ACUMULAÇÃO EM ESCRAVOS SEGUNDO A PROPRIEDADE DE TERRAS

Antes de considerarmos a dinâmica de acumulação dos proprietários de terras com relação aos demais membros da amostra, caracterizamos a distribuição desse ativo pela totalidade dos chefes de domicílio em 1818. A discussão desse outro elemento da riqueza, em termos da população como um todo, releva-se importante para a análise desenvolvida no capítulo seguinte, principalmente na consideração da alocação das fortunas entre os diversos ativos. A propriedade de terras restringia-se a uma parcela pequena do conjunto dos domicílios em 1818 (32,0%). A posse cativa alcançava uma participação ainda menor dos fogos (26,5%). Todavia, nem todos os escravistas possuíam terras e vice-versa. Dos 355 proprietários de terras apenas 162 mantinham escravos (45,6%).<sup>102</sup> Por outro lado, entre os 294 escravistas nesse ano pouco mais da metade detinha alguma propriedade rural (55,1%). As pessoas que tinham um ou os dois ativos (escravos, terras ou ambos) eram 487 (44,0% dos domicílios em 1818).<sup>103</sup> A relativa dissociação das duas propriedades refletiu-se no baixo índice de correlação entre os dois ativos, que atingiu apenas 0,34 para o conjunto dos detentores de terras.

Na Tabela 4.6 apresentamos a distribuição da propriedade escrava entre os proprietários de terras em 1818 segundo o inventário de bens rústicos. A concentração da propriedade das terras mostrou-se mais elevada do que a de cativos. O índice de Gini calculado para tais informes atingiu 0,757, enquanto o mesmo indicador para a posse cativa chegou a 0,506.<sup>104</sup> O corte em

---

<sup>102</sup> Alice Canabrava analisou a mesma documentação. O número de proprietários era, segundo ela, de 353 e seus proprietários possuíam cerca de 300 alqueires a mais do que os 355 indivíduos por nós encontrados (CANABRAVA, 1972, p. 121). O autor agradece ao professor Nelson Nozoe a cessão dos dados de Lorena do inventário de bens rústicos.

<sup>103</sup> Para o restante da população, não conseguimos determinar suas propriedades. Devemos ressaltar que tal contingente incluiria os não-escravistas detentores de terrenos e casas urbanas ou posses rurais, em função da sua não consideração no inventário dos bens rústicos de 1818.

<sup>104</sup> Armênio Rangel também observou, para Taubaté no ano de 1817, uma difusão maior da posse de terras do que de cativos e um índice de Gini para o primeiro ativo mais concentrado: “(...) a repartição da riqueza em terras parecia estar menos concentrada [mais difundida / RLM] do que a propriedade em escravos, ao permitir um maior acesso a essa forma de riqueza: em relação à posse de cativos, apenas 19,4% dos domicílios eram

*cross section* revelou um elevado número de propriedades com menos de 40 alqueires de área (194), ou seja 54,7% do total, embora tenham apenas uma pequena participação no espaço recenseado (5,1%). A faixa intermediária de 40 a 200 alqueires também congregou uma parcela significativa do conjunto (27,3%), que representava 17,6% da área. Por fim, as maiores propriedades, com 200 ou mais alqueires, corresponderam a 18,0% dos proprietários, mas atingiram 77,3% da extensão das terras.

TABELA 4.6  
DISTRIBUIÇÃO DA POSSE ESCRAVA ENTRE OS PROPRIETÁRIOS DE TERRAS  
(1818)

FAIXAS (em alqueires)	Nº de Prop. de Terras	Área (alqueires)	Nº de Prop. de Escravos	Nº de Escravos	Média de Escravos por Escravista	Nº de não Prop. de Escravos
1 a 39	194	2.555,2	47	174	3,7	147
40 a 199	97	8.842,7	62	358	5,8	35
200 ou mais	64	38.910,9	53	607	11,5	11
TOTAL	355	50.308,8	162	1.139	7,0	193

Obs: A medida de área consiste no alqueire paulista (24.200 metros quadrados) como utilizado por CANABRAVA (1972, p. 81).

Quando consideramos apenas os escravistas entre os proprietários de terras percebemos uma certa relação positiva da posse de terras e de escravos. O índice de correlação elevou-se para 0,41. A média de escravos dos pequenos detentores de terras era de apenas 3,7 cativos. Todavia, a posse média dos possuidores das maiores áreas atingiu 11,5 escravos. O conjunto dos proprietários de terras e escravos apresentou uma média de cativos superior à totalidade dos escravistas (7,0 e 5,9 escravos por proprietário respectivamente). Além disto, tais proprietários representaram apenas 39,5% dos escravistas, mas mantinham 65,6% dos escravos e 72,0% da área das terras.

Na Tabela 4.7 apresentamos o acompanhamento no tempo da propriedade escrava dos proprietários de terras em 1818 de nossa amostra, segundo as faixas de extensão dos terrenos, *vis-à-vis* ao conjunto dos escravistas selecionados naquele ano, inclusive os detentores de terras. A análise da evolução no tempo da posse cativa dos proprietários de terras em 1818 mostrou um

---

*possuidores, enquanto que, em relação à posse de terras, os possuidores elevavam-se a aproximadamente a 32,0%. Contudo, sua repartição entre os possuidores caracterizava-se por uma concentração bem mais elevada, relativamente à posse de escravos: concentração de 0,86 para a riqueza em terras, e 0,51 em escravos.”* (RANGEL, 1990, p. 233).

crescimento do número médio de escravos para todas as faixas de tamanho das propriedades entre 1818 e 1829. Os grandes proprietários, com 200 ou mais alqueires, apresentaram o maior crescimento da posse cativa (97%), enquanto para os médios e os menores detentores de terras o aumento atingiu 72% e 76% em suas médias de escravos, respectivamente.

TABELA 4.7  
EVOLUÇÃO DA POSSE CATIVA DOS PROPRIETÁRIOS DE TERRAS EM 1818 *VIS-À-VIS*  
O CONJUNTO DOS ESCRAVISTAS DA AMOSTRA

FAIXAS (em alqueires)	1 8 1 8			1 8 2 9			Variação da Média de Escravos de 1818 a 1829 (%)
	Nº	Escravos	Média	Nº	Escravos	Média	
Prop. de terras e cativos em 1818							
1 a 39	10	41	4,1 <sup>a</sup>	11	79	7,2 <sup>b</sup>	76%
40 a 199	13	114	8,8 <sup>c</sup>	14	212	15,1	72%
200 ou mais	19	232	12,2 <sup>c</sup>	20	480	24,0	97%
TOTAL (1)	42	387	9,2	45	771	17,1	86%
Conjunto dos escravistas em 1818 (2)	86	633	7,4 <sup>d</sup>	100	1.141	11,4 <sup>e</sup>	54%
% (1)/(2)	48,8%	61,1%	-	45,0%	67,6%	-	-

Obs: O número de escravos em 1818 foi calculado na lista nominativa desse ano.

a Existiam ainda cinco não-proprietários de escravos.

b Existiam ainda quatro não-proprietários de escravos.

c Existia ainda um não-proprietário de escravos.

d Existiam ainda vinte e cinco não-proprietários de escravos.

e Existiam ainda onze não-proprietários de escravos.

Quando comparamos os proprietários dos dois bens com o conjunto dos escravistas da amostra percebemos um dinamismo maior por parte dos primeiros, com um aumento de 86% contra 54% dos últimos. Ao longo do tempo (1818 a 1829) a parcela dos escravos possuída pelos detentores dos dois ativos elevou-se de 61,1% para 67,6% e a participação deles no total dos escravistas reduziu-se de 48,8% para 45,0%. Assim, no período, ocorreu um aumento da

propriedade escrava para os proprietários de terras e cativos superior ao do conjunto dos escravistas, especialmente para os detentores das maiores áreas.<sup>105</sup>

Dos 49 detentores de terras em 1818 (escravistas ou não), onze cultivavam a cana-de-açúcar, sendo quatro deles em conjunto com o café. A produção de aguardente destes indivíduos chegou a 706 barris (88,1% do total da amostra). A colheita da rubiácea efetuada por estes quatro produtores de derivados de cana e mais um cafeicultor (sem cana) totalizou 230 arrobas (52,5% do total). Entre os proprietários de terras havia ainda 23 indivíduos ocupados com os demais bens de subsistência, inclusive os produtores de algodão e fumo (1), cevados (6), gado vacum (3) e porcos (3).<sup>106</sup> As atividades dos sessenta e dois indivíduos selecionados que não detinham terrenos em 1818 (inclusive os não-escravistas) eram as seguintes: 4 fabricavam derivados de cana (exclusive a rubiácea) e 5 produziam café (sem cana). Os quatro primeiros fabricaram 95 barris de aguardente (11,9% do total) e os cinco últimos colheram 208 arrobas nesse ano (47,5%). Os agricultores apenas de subsistência perfaziam 29 pessoas (46,8%). Ademais, havia três ferreiros, seis negociantes, quatro vendeiros, três lojistas de fazenda seca, dois padres, um tropeiro, um jornaleiro, um tabelião e um madeireiro.<sup>107</sup>

Em 1829, o número de cafeicultores entre os proprietários de terras de 1818 elevou-se a vinte e dois (33,8% do total de produtores de café) e, seis anos mais tarde, cinco outros passaram a atuar nesta faina. A colheita chegou a 4.615 arrobas em 1829 (61,6% da produção total). Nesse ano, sete destes indivíduos mantinham a produção de derivados de cana sem a de café. Catorze pessoas com terras em 1818 ocupavam-se da colheita de bens subsistência nesse ano. Ademais, dois indivíduos viviam dos seus bens, um era vendeiro, outro tropeiro e uma viúva vivia de suas costuras.<sup>108</sup> Do grupo dos não relacionados no censo de terras em 1818, mas presentes na localidade nesse ano, dezessete eram cafeicultores em 1829 (26,2% do total). A colheita destes indivíduos atingiu apenas 982 arrobas (13,1% da colheita nesse ano). Neste grupo ainda verificamos a presença de oito produtores de derivados de cana e outros treze de bens de subsistência. Além destes, existiam três ferreiros, dois negociantes, três vendeiros, quatro lojistas

---

<sup>105</sup> Realizamos análise semelhante para os indivíduos inventariados de 1830 a 1850 que eram escravistas em 1818. As pessoas que tinham propriedades de terras e cativos em 1818 atingiram maior média de escravos no período de 1830 a 1850 (19,3) do que o conjunto dos escravistas da amostra em 1818, tomados no período de seus inventários (14,1). Houve uma ligeira redução da desigualdade entre os dois grupos ao final de suas vidas. Os detentores de terras em 1818 apresentaram um crescimento da escravaria média de 13% entre 1829 e 1830/50 e os demais um aumento de 24%. A idade média do primeiro grupo superou ligeiramente a do segundo em 1829 (56 anos e 54 anos, respectivamente). Ao que tudo indica, o momento de arrefecimento e redução da acumulação já se colocava de forma mais intensa para os possuidores de terrenos.

<sup>106</sup> Havia ainda catorze indivíduos sem informe de ocupação. Algumas destas pessoas já mantinham a propriedade de terras na região, mas ainda não moravam nela. Num desses casos, um parente residia na localidade antes da instalação do proprietário do terreno.

<sup>107</sup> Havia ainda um indivíduo sem informe de ocupação e um novo morador.

<sup>108</sup> Havia ainda um indivíduo sem informe de ocupação.

de fazenda seca, quatro tropeiros, dois padres, três viviam dos seus bens, uma costureira e um carpinteiro.<sup>109</sup> Deste modo, a presença da agricultura de subsistência mostrou-se maior entre os não relacionados no censo de 1818. Os indivíduos que se encontravam listados neste documento reduziram sua participação no período 1818-1829. A partir desta análise percebemos uma maior intensidade, proporcionalmente ao número de indivíduos, da produção de café e, especialmente, de derivados de cana entre os detentores de terras do que entre os não proprietários de terrenos em 1818.

Os vinte detentores das maiores extensões de terras (200 ou mais alqueires) também apresentaram um significativo crescimento da cultura da rubiácea. Em 1818, apenas três indivíduos colhiam 122 arrobas de café (53,0% da produção de café dos possuidores de terrenos). Dois deles em associação com a fabricação da aguardente.<sup>110</sup> Onze anos depois o número de cafeicultores chegou a oito, que produziam 2.844 arrobas (61,6% do total). No ano de 1836 duas outras pessoas passaram a colher a rubiácea. A produção de derivados de cana envolvia seis indivíduos em 1818, que fabricavam 430 barris de aguardente.<sup>111</sup> Em 1829, três indivíduos mantinham atividades vinculadas à cana, sendo dois com o cultivo do cafeeiro, com a produção de 130 arrobas de açúcar e 200 barris de aguardente. Apesar do crescimento da cafeicultura e da continuidade da produção de subprodutos da cana, a participação da economia de subsistência mantinha-se elevada. Em 1818, sete indivíduos atuavam nesta economia. Depois de onze anos, oito continuavam a manter tais atividades de subsistência, com a venda principalmente de cevados, capados, fumo, algodão e, talvez, de gado vacum. Estes indivíduos apresentaram uma retração do número médio de escravos, que diminuiu de 9,5 em 1818 para 8,5 em 1829. Embora o conjunto dos grandes detentores de terras aumente seu contingente cativo à maiores taxas, um subconjunto dele mostrou um comportamento distinto.

A partir do exame efetuado nesta seção percebemos que a posse de terrenos constituiu um dos fatores a condicionar a acumulação de escravos. Entretanto, a distribuição das terras para a totalidade da população da localidade apresentou uma concentração superior à dos escravos. De outro lado, os detentores de terras e cativos mantinham grande parcela dos escravos e uma posse média mais elevada do que a do conjunto dos escravistas. Além de concentrarem os dois ativos em 1818, os proprietários destes bens mostraram, por meio da análise dos indivíduos da amostra, uma evolução de sua posse média de cativos superior ao conjunto dos escravistas entre 1818 e 1829, principalmente os grandes possuidores de terras. O desenvolvimento da cafeicultura entre estas pessoas constituiu um dos condicionantes mais importantes deste comportamento. Destarte, em geral, os proprietários de terras em 1818 percorreram uma trajetória de acumulação em

---

<sup>109</sup> Havia ainda um indivíduo sem informe de ocupação.

<sup>110</sup> Havia ainda cinco indivíduos sem informe de ocupação.

<sup>111</sup> Dois deles cultivavam café.

cativos mais intensa do que os demais membros de nossa amostra desse ano. Eles beneficiaram-se de um patamar de riqueza maior em 1818, percebido por meio da posse cativa média e pela propriedade de terrenos. Os indivíduos mais ricos acumularam um número de escravos superior aos demais, favorecendo a concentração das fortunas. A posse de terrenos revelou-se um elemento condicionante da acumulação, mas também condicionado pelo próprio enriquecimento. Analisando o período anterior a 1829, podemos observar os diferentes meios de obtenção de escravos utilizados pelos indivíduos selecionados.

### **III - FORMAS DE AQUISIÇÃO DE CATIVOS**

Um escravista conseguia formar seu plantel de três formas principais: compra, herança recebida (inclusive doações e dotes) e pela reprodução natural de seus escravos. Por outro lado, o indivíduo poderia ter seu plantel diminuído em decorrência de vendas, concessão de doações ou de dotes e morte dos cativos. O saldo líquido destas três formas permitiria determinar qual a contribuição de cada uma delas no conjunto do crescimento do plantel. Infelizmente, a documentação compulsada só informa de modo parcial os modos de obtenção de cativos e para um período específico (1799 a 1822). Adicionamos, a estes informes, alguns dados pontuais dos inventários até 1829, dotes e heranças recebidas dos pais ou sogros ou compras de escravos em arrematações. Assim, os dados apresentados na Tabela 4.8 são parciais, especialmente para o período 1822-1829, mas permitem alguma indicação das formas de aquisição dos escravos pelos membros de nossa amostra.

Durante o período em consideração (1799 a 1829) o número de escravistas da amostra cresceu de 15 para 160 pessoas e a posse escrava de 53 para 1.521 cativos. Desta forma ocorreu um aumento do número de pessoas de 145 indivíduos livres proprietários de cativos e 1.468 escravos. Contudo, dois destes proprietários, que se ausentaram circunstancialmente em 1799 e estavam presentes em 1829, detinham um estoque de 13 escravos no ano anterior a 1799. Assim, o efetivo crescimento da amostra foi de 143 escravistas (de 17 para 160) e da posse escrava de 1.455 (de 66 para 1.521). Por fim, estes indivíduos incorporados à amostra iniciaram sua trajetória de acumulação com um estoque de 474 cativos no primeiro ano de sua presença na lista, como integrantes de domicílios independentes. Não possuímos informações a respeito dos modos de obtenção deste montante de escravos. Por este motivo não os consideramos na análise desta seção. Há quatro exceções a tal proposição, em virtude de indivíduos que, ao se casarem, receberam como dotes vinte e quatro escravos de seus sogros residentes na localidade. Estes cativos recebidos no seu primeiro ano em Lorena acresceram o número dos elementos dos plantéis oriundos de heranças, não sendo incluídos no estoque dos escravos no ano de ingresso na

localidade. Desta forma, o número de cativos nesta última condição atingiu 450. Das 143 pessoas que passaram a possuir escravos entre 1799 e 1829, a maioria incorporou-se à amostra em seu primeiro ano com pelo menos um cativo (68,5%).

TABELA 4.8  
CRESCIMENTO DO NÚMERO DE ESCRAVOS SEGUNDO O MODO DE AQUISIÇÃO  
(1799-1829)

INFORMES DA FORMA DE AQUISIÇÃO DOS CATIVOS					TOTAL	
NÚMERO DOS ESCRAVOS EM 1829					1.521	
NÚMERO DE ESCRAVOS EM 1799					-53	
NÚMERO DE ESCRAVOS DOS AUSENTES EM 1799					-13	
CRESCIMENTO DO NÚMERO DE ESCRAVOS NO PERÍODO					1.455	
ESTOQUE DE CATIVOS NO ANO DE INGRESSO NA LOCALIDADE					-450	
CRESCIMENTO DO NÚMERO DE ESCRAVOS NA LOCALIDADE					1.005	
CRESCIMENTO DO NÚMERO DE ESCRAVOS EXPLICADO					-217	
CRESCIMENTO NÃO EXPLICADO DO NÚMERO DE ESCRAVOS					788	
Nascimentos	79	Compras	149	Herança recebida	89	317
Mortes	44	Vendas	40	Doação concedida	16	100
Saldo líquido	35		109		73	217

A parcela do crescimento cativo explicada pelas informações da própria documentação representou somente 21,6% do total (217 de 1.005 escravos). Deste montante, a importância do saldo líquido das compras/vendas, de 109 escravos (50,2%), superou as demais formas, mas os nascimentos/mortes, com 35 escravos (16,1%), e heranças/doações, com 73 cativos (33,6%),

também mostraram sua relevância.<sup>112</sup> Como veremos adiante, o destaque deste último fator na acumulação de cativos aponta para um quadro de tentativa de manutenção da propriedade cativa pelas famílias dos maiores escravistas e, por isso, de dificuldade maior de ascensão pelas detentoras de poucos recursos.

Se considerarmos apenas os oito indivíduos na faixa etária dos 70 ou mais anos em 1829 a parte explicada elevou-se para 47,5%. O crescimento total no período passou de cinco para sessenta e oito escravos. Três indivíduos entraram depois de 1799 com um estoque inicial de 23 cativos. Então, o aumento verificado para esta geração chegou a quarenta cativos. Deste modo, o saldo líquido das formas de aquisição atingiu 19 elementos, com os nascimentos superando as mortes em cinco casos (26,3%) e as compras predominaram sobre as vendas em catorze escravos (73,7%). Estes indivíduos permaneceram mais na localidade em relação aos demais, especialmente para o período em que existe a informação. Isto permitiu o melhor acompanhamento deles em relação aos outros. No caso dos oito proprietários analisados conseguimos acompanhá-los por pelo menos vinte anos, durante os quais parece ter ocorrido uma certa estabilidade dos plantéis e o desenvolvimento de relações familiares entre os escravos. O momento analisado de suas vidas compreendeu o período de aumento da escravaria. Assim, o saldo líquido das compras e vendas e o crescimento vegetativo dos cativos nesta geração assumiram uma importância maior do que na amostra como um todo.

Iraci Costa & Nelson Nozoe, estudando Lorena em 1801, analisaram as vendas e compras de escravos. A maior frequência destas transações ocorreu entre os indivíduos com até nove escravos. Segundo os autores:

*“(...) infere-se que apenas 10,7% das compras [30 no total] e 26,7% das vendas [28 no seu conjunto] disseram respeito a plantéis com dez ou mais cativos; esta modesta presença no mercado de compra e venda de escravos dos detentores de plantéis maiores fica ainda mais reforçada se lembrarmos que os mesmos representavam 16,7% dos proprietários e detinham 53,4% dos escravos.” (COSTA & NOZOE, 1989, p. 332).*

Tal resultado pode decorrer apenas do menor registro dessas informações para os grandes escravistas. Por outro lado, poderia indicar, como esperado pela hipótese do ciclo de vida, uma presença maior das compras, nascimentos e heranças recebidas na meia vida do indivíduo, quando o seu processo de acumulação ocorre em maior intensidade.

José Flávio Motta verificou um resultado distinto em Bananal nos anos de 1801, 1817 e 1829. A participação dos detentores de 10 ou mais cativos no conjunto das compras foi,

---

<sup>112</sup> Stanley Julian Stein estudou o desenvolvimento da economia cafeeira em Vassouras (RJ) durante o século XIX. O autor observou a existência de um caso com informações da forma de aquisição dos cativos, nos seguintes termos: “Quando Lúcio Soares da Costa registrou, de acordo com as exigências da lei de 1872, seus cinquenta e quatro escravos, somente os 40% deles se haviam criado na fazenda ao passo que os 14% provinham de herança ou de dote, e os 46% tinham sido comprados.” (STEIN, 1961, p. 95).

respectivamente para estes anos, de 72,0%, 97,0% e 60,7% (Cf. MOTTA, 1990, p. 455-456). Todavia, estes escravistas mantinham 78,3%, 71,3% e 76,1% da massa escrava para os mesmos anos dos percentuais acima (Cf. MOTTA, 1990, p. 398). Talvez, a existência de maiores plantéis em Bananal dificulte a observação da maior ocorrência de compras entre os pequenos e médios escravistas, pois o corte de 10 escravos não inclui a totalidade dos proprietários desta grandeza nessa localidade. Quando modificamos o corte de grandes escravistas percebemos um resultado distinto em Bananal. A parcela dos proprietários com vinte ou mais cativos nas compras passou a ser, para os mesmos anos, de 16,0%, 52,6% e 50%.

Em nossa amostra, as oitenta e cinco transações de compra envolveram 149 cativos entre os anos de 1799 e 1829. A média de cativos comercializados por operação atingiu apenas 1,8.<sup>113</sup> Destes negócios, os escravistas que possuíam menos de 10 escravos realizaram sessenta e duas operações (72,9%), compreendendo 100 cativos (67,1%).<sup>114</sup> Os proprietários de plantéis com 10 ou mais elementos efetuaram vinte e três negócios (27,1%), envolvendo 49 escravos (32,9%). Os grandes escravistas efetuaram compras com um número um pouco maior de cativos (2,1 escravos em média). As vinte e duas vendas incluíram 40 cativos. Os detentores de 1 a 9 escravos realizaram dezessete alienações (77,3%), abarcando 23 cativos (57,5%). Os maiores escravistas executaram cinco transações (22,7%), vendendo 17 escravos (42,5%). Estes últimos respondiam relativamente mais pelos escravos vendidos do que os comprados.

Observamos alguns casos interessantes de aquisição de escravos. Por exemplo, Anacleto da Costa Lima foi, em 1801, aos 35 anos, registrado pela primeira vez na lista nominativa de Lorena. Nesse ano, ele possuía dois cativos e chegaria a ter onze em 1829. Ele realizou compras nos anos de 1804, 1805, 1807, 1809, sempre de um cativo, e a venda de um escravo em 1806. Além disto, Anacleto recebeu de herança dois cativos no ano de 1813 e mais dois em 1817. Certamente, ele realizou outras aquisições das quais não temos informações. Contudo, as transações conhecidas do indivíduo em foco concentraram-se entre os seus 38 e 43 anos de idade.

115

A frequência das compras concentrou-se, como esperado, na meia vida dos indivíduos. As pessoas com 20 a 29 anos de idade compraram 15 cativos (10,1%). Os escravistas da faixa etária

---

<sup>113</sup> Pedro Carvalho de Mello ao estudar 986 escrituras de vendas de escravos em Vassouras (RJ) de 1861 a 1886 observou uma média de cativos transacionados de 2,3 (Cf. MELLO, 1984, p. 136).

<sup>114</sup> Para termos uma idéia da representatividade dos possuidores de até nove cativos no conjunto dos escravistas no período anterior a 1829, calculamos sua participação no total para o ano de 1818 (73,3%). Apesar de constituírem a grande maioria do contingente detentor de plantéis, eles mantinham apenas 46,9% dos escravos. Destarte, os escravistas com até nove cativos apresentavam uma parcela das aquisições maior do que a participação deles no total dos escravos.

<sup>115</sup> Horácio Gutiérrez Gallardo utilizou também as listas nominativas ao estudar a escravidão no Paraná. Segundo ele: “(...) os principais compradores de escravos eram os pequenos proprietários (...) Na amostra de Castro de 1803-1806, na qual se pôde conhecer o número de cativos possuídos de 62 compradores, 41 dentre eles, que correspondiam a 66,1% do total, detinham quatro ou menos escravos.” (GALLARDO, 1986, p. 96).

de 30 a 39 anos realizaram o maior número de aquisições, 66 (44,3%), e os da faixa seguinte realizaram 51 compras (34,2%). As duas gerações subseqüentes (com 50 a 59 anos e 60 a 69 anos de idade) adquiriram oito escravos cada, totalizando dezesseis (10,7%). Por fim, os indivíduos com 70 ou mais anos compraram apenas um cativo (0,7%). Destarte, as compras realizavam-se predominantemente no primeiro momento do ciclo de vida, quando as posses cativas ainda eram reduzidas.<sup>116</sup> Contudo, a própria montagem da amostra favoreceu este resultado, pois no período 1799 a 1829 houve a concentração das pessoas selecionadas nessas idades.<sup>117</sup>

Das quarenta vendas de cativos registradas, vinte e sete ocorreram entre proprietários na faixa etária dos 40 a 49 anos de idade (67,5% do total). Os escravistas com 20 a 39 anos venderam dez escravos (25,0%) e os mais idosos três (7,5%). Embora os mais jovens também realizem alienações de cativos, o número absoluto de escravos vendidos por eles e sua participação no total das vendas manteve-se muito inferior ao das compras.<sup>118</sup>

Os nascimentos de escravos também ocorreram com maior intensidade nos plantéis de proprietários com menos de 10 cativos (63,3% do total). As mortes de escravos também concentraram nos plantéis destas pessoas, com 31 casos (70,5% do seu conjunto). Além disto, estes indivíduos receberam na forma de heranças e de dotes 39 escravos (43,8% dos casos registrados). Por último, as suas doações de cativos para outras pessoas envolveram 12 elementos de seus plantéis (75,0% do total de doações). De outro lado, nas escravarias possuídas por escravistas com idades entre 20 e 29 anos verificaram-se 15,2% dos nascimentos, 4,6% das mortes, 25,8% das heranças recebidas e nenhuma doação concedida. A faixa etária seguinte apresentou os seguintes percentuais correlatos: 36,7%, 50,0%, 49,4% e 18,8%. Assim, as heranças recebidas ocorreram com maior intensidade na fase inicial de acumulação.<sup>119</sup> Da mesma forma que para as compras, os nascimentos de escravos revelaram uma freqüência menor neste momento da vida dos indivíduos. Os acréscimos aos plantéis decorrentes de compra e de nascimento concentraram-se mais na meia vida das pessoas (dos 30 aos 49 anos). De outro lado, as mortes de cativos também apresentaram este comportamento. Por fim, as doações concedidas

---

<sup>116</sup> Em Bananal, os escravistas com até 49 anos adquiriram 80% dos escravos comprados em 1801, 73,7% em 1817 e 85,7% em 1829.

<sup>117</sup> Em 1818, a participação das pessoas com 20 a 29 anos de idade no conjunto da amostra chegou a 11,1%, mas elas detinham apenas 5,2% da escravaria. As faixas subseqüentes mantinham as seguintes parcelas da população cativa nesse ano: 25,3%, 29,2%, 30,3%, 7,7% e 0,6%.

<sup>118</sup> Pode estar ocorrendo um processo de substituição de escravos mais baratos por cativos melhores (mais caros e adequados ao trabalho). De início, os indivíduos poderiam inclinar-se pela compra de elementos para os seus plantéis mais baratos e à medida do avanço de seus processos de acumulação vendê-los e adquirir escravos melhores para a tarefa requerida (sendo as compras em maior número do que as vendas). Dos 17 vendedores de cativos em nossa amostra, doze também realizaram aquisições ao longo do período 1799-1829 (70,6%). Estes últimos venderam trinta e seis cativos, mas compraram cinquenta e dois escravos.

<sup>119</sup> Na localidade de Bananal, três escravistas com até 39 anos receberam 33 dos 34 escravos herdados em 1829, mas apenas um deles beneficiou-se de 31 elementos em seu plantel.

de escravos tornaram-se expressivas somente para os escravistas com 40 ou mais anos. Apesar dos problemas com as informações podemos perceber uma certa corroboração da hipótese do ciclo de vida e da proposta do ciclo da família escrava de Gutman (Cf. Apêndice: a hipótese do ciclo de vida).

Embora referente ao período posterior a 1829, ao contrário das informações apresentadas nesta seção, consultamos um precioso livro particular de registro de cativos de Joaquim José Moreira Lima, nascido em 1807 e falecido em 1879. Este documento pode ajudar-nos no entendimento das formas de obtenção de escravos. Infelizmente, não havia, na maioria dos casos, a data de aquisição e das alterações na situação do cativo. A Tabela 4.9 mostra as formas de obtenção e a condição dos escravos que passaram pela casa de Moreira Lima até meados dos anos setenta. Dos 171 escravos registrados entre as décadas de trinta e setenta do século XIX, 106 foram comprados (62,0%). Os seus cativos também se originavam de heranças (8) e arrematações em praça pública (21), com a participação no total de 4,7% e 12,3% respectivamente. Ademais, os nascimentos contribuíram com 34 elementos para o seu plantel (19,9%). Destes últimos, onze já tinham falecido e dois suicidaram-se até os anos setenta.

TABELA 4.9  
FORMAS DE AQUISIÇÃO E A SITUAÇÃO DOS ESCRAVOS DE JOAQUIM JOSÉ  
MOREIRA LIMA

AQUISIÇÃO	Nº	SITUAÇÃO (na década de 70)	Nº
Compra	106	Falecido	49
Herança	8	Em atividade	89
Arrematação	21	Vendido	21
Nascimento	34	Trocado	1
		Doado	6
Sem informação	2	Suicidou-se	5
TOTAL	171	TOTAL	171

Em meados dos anos setenta do século XIX, 49 escravos já tinham falecido (28,7%) e 5 se suicidado (2,9%). A grande maioria continuava em atividade (89), representando 52,0% dos escravos registrados. As vendas, trocas e doações alcançaram vinte e oito elementos (16,4%).<sup>120</sup>

<sup>120</sup> No mês de setembro de 1874, Moreira Lima, por intermédio do seu filho Joaquim José Moreira Lima Júnior (futuro Conde de Moreira Lima), doou um escravo não incluído no cálculo acima a um casal residente em Silveiras. Na doação constavam os seguintes termos: “(...) um escravo de nome Constantino, idade 32 anos, preto, solteiro, crioulo, serviço de lavoura, com a condição de não ser esse escravo tirado por dívida alguma do casal,

Após a Lei do Ventre Livre (1871) dois filhos de seus escravos beneficiaram-se com a emancipação. Não nos foi possível identificar as alterações nas formas de aquisição ao longo da vida de Moreira Lima, em função da ausência de informação. Todavia, as datas de nascimento foram geralmente anotadas. De um total de trinta e quatro, 25 nascimentos ocorreram entre os anos de 1847 e 1859 e apenas três entre 1835 e 1840. A ocorrência destes nascimentos concentrou-se na meia-idade de Moreira Lima, iniciando aos seus 28 anos e terminando, os casos com informação, aos 52 anos. O período de maior prole cativa ocorreu quando Moreira Lima tinha de 40 a 52 anos de idade. Provavelmente, os outros seis casos devem ter ocorrido na parte final de sua vida, na década de sessenta. Assim, apesar das informações incompletas de um escravista, parece-nos patente a esperada existência de uma relação entre os modos de obtenção dos escravos e a faixa etária de seus detentores.

Além das formas de aquisição dos cativos, a composição dos plantéis poderia ser influenciada de modo distinto no curso de vida dos indivíduos selecionados. Observamos o mútuo condicionamento entre os modos de obtenção e as características sócio-demográficas dos escravos. Por exemplo, a ocorrência de relações de parentesco e a presença de crianças e de crioulos são indicadores de uma possibilidade maior de nascimentos. De outra parte, uma participação expressiva de africanos e homens em idade produtiva mostram, provavelmente, uma maior frequência de compras de cativos. Na seção seguinte procuramos verificar a distribuição da posse cativa no momento dos inventários, os condicionantes da acumulação de escravos e as mudanças na composição dos plantéis.

#### **IV - ACUMULAÇÃO DE CATIVOS DOS INDIVÍDUOS SEGUNDO SUAS CONDIÇÕES EM 1829**

A inclusão dos informes dos inventários provocou a necessidade de incorporarmos na análise um largo intervalo temporal (1830/79) e uma série de informações sobre os bens dos inventariados. De início, realizamos, nesta seção, uma primeira aproximação nesse sentido por meio da consideração dos movimentos da propriedade escrava das pessoas da amostra entre 1829 e quando se efetuaram os seus inventários. Utilizamos as atividades dos escravistas em 1829 como condicionante deste processo. Efetuamos também um recorte temporal procurando observar mudanças expressivas em subperíodos, pois o intervalo de tempo dos inventários compreende meio século. Além disto, discutimos as alterações na composição dos plantéis no período. No

---

*não alienando-o e nem vendendo-o, e por morte da mesma D. Maria (...) passará o escravo a seus filhos com as mesmas condições estipuladas.”* (Livro nº 4 de notas de escravos - 1º Cartório de Notas de Cachoeira Paulista).

próximo capítulo ampliamos o estudo abrangendo de forma mais completa os inventários, não apenas em termos de condicionantes distintos das ocupações em 1829 como também de outro indicador mais apropriado para inferir as propriedades dos indivíduos, qual seja, a própria riqueza inventariada.

A Tabela 4.10 expressa a estrutura da posse de cativos dos indivíduos nos inventários. Na comparação das Tabelas 4.1 e 4.10, analisamos o grupo de pessoas selecionadas nesses dois momentos distintos. Esta comparação permitiu-nos verificar um significativo movimento de concentração da propriedade cativa. O número de não-escravistas aumentou na amostra de 27 para 31 indivíduos entre os dois momentos, atingindo 16,6% do total. A participação dos proprietários de vinte ou mais escravos no conjunto da escravaria elevou-se expressivamente de 36,4% para 61,2% no período. A parcela dos detentores dos menores plantéis (até 4 cativos) reduziu-se de 9,8% em 1829 para 4,3% no momento dos seus inventários. Por outro lado, os pequenos escravistas compunham 30,2% dos proprietários entre 1830 e 1879 (*vis-à-vis* 37,5% em 1829). Por fim, o índice de Gini assumiu o valor de 0,596, superando o de 1829 (0,510).<sup>121</sup> O desenvolvimento da economia cafeeira na localidade parece ter privilegiado, no que respeita à acumulação de cativos, os grandes escravistas. Assim, estes indivíduos conseguiram, em geral, os maiores acréscimos em termos absolutos para os seus plantéis. A partir desta constatação procuramos caracterizar os condicionantes da acumulação em cativos.

---

<sup>121</sup> No subperíodo 1830/49 o índice de Gini atingiu 0,581. Entre os anos 1850/79 este número cresceu para 0,601. A tendência de crescimento da concentração em termos da propriedade cativa também pode ser verificada para a cidade de São Paulo. Zélia Maria Cardoso de Mello calculou os seguintes valores do índice de Gini: 0,671 nos anos de 1845 a 1850 e de 0,880 para o período de 1872 a 1880 (Cf. MELLO, 1985, p. 110).

TABELA 4.10  
ESTRUTURA DA POSSE DE CATIVOS DOS INDIVÍDUOS DA AMOSTRA  
(1830-1879)

FAIXAS	Proprietários	%	Escravos	%
1	21	13,5	21	0,9
2 a 4	26	16,7	78	3,4
5 a 9	42	26,9	291	12,5
10 a 19	39	25,0	513	22,0
20 a 39	17	10,9	490	21,0
40 ou mais	11	7,0	936	40,2
<b>TOTAL</b>	<b>156</b>	<b>100,0</b>	<b>2.329</b>	<b>100,0</b>

Obs: Havia 31 indivíduos sem escravos (16,6% do total).

Ao considerarmos a evolução da posse média de cativos dos indivíduos entre 1829 e o momento dos inventários devemos incorporar na análise diversos condicionantes. Um dos mais importantes consiste na atividade desempenhada por eles durante suas vidas. Todavia, a percepção desta contribuição não pode ser facilmente observada. Além dos problemas de classificação das atividades em função das múltiplas ocupações efetuadas pelas pessoas, incorporamos nesta parte outra dificuldade adicional à compreensão do papel desse fator na acumulação em cativos. Os escravistas mostraram uma grande mobilidade entre as diversas atividades no tempo. Quando consideramos o ano de 1829 “tiramos uma fotografia” da condição ocupacional dos indivíduos. Nesse momento, certas pessoas mantinham atividades que não continuaram a apresentar a mesma importância nos anos posteriores. Como veremos no capítulo seguinte, alguns agricultores de subsistência e outros indivíduos passaram a cultivar a rubiácea depois de 1829. Assim, tais pessoas apresentaram um processo de variação de sua posse cativa não vinculado tanto à atividade desempenhada nesse ano, mas principalmente à cafeicultura efetuada posteriormente. O contrário também pode ser válido. Desse modo, ao observarmos as informações descritas atentaremos para tais questões, especialmente destacando casos particulares que podem afetar os resultados.<sup>122</sup>

O dinamismo da propriedade escrava dos indivíduos que atuavam em cada uma destas atividades em 1829 mostrou-se distinto (Cf. Tabela 4.11). Os agricultores que não produziam café ou cana apresentaram um crescimento de sua posse média em 98%. Sem a inclusão do Padre

<sup>122</sup> No próximo capítulo, realizamos um procedimento alternativo de analisar a posse cativa em função das atividades no momento do inventário.

Joaquim Ferreira da Cunha a taxa reduzir-se-ia a 18%.<sup>123</sup> Entre os produtores dos demais bens agrícolas, o número de não-proprietários aumentou de treze para quinze no período. Valter Martins estudando os pequenos agricultores de subsistência em Campinas na primeira metade do século XIX percebeu vários casos de acumulação de recursos ao longo do tempo:

*“Mesmo inserida em uma realidade econômica empenhada na exportação, a agricultura de alimentos, que precedeu e depois conviveu com a chamada grande lavoura, continuou ocupando importante espaço social e econômico. E mais que isso, ficou evidente que os pequenos agricultores, ou pelo menos parte deles, não ficaram isolados e indiferentes em seus sítios, enquanto o açúcar fazia novos ricos e a vila se transformava em cidade. Estimulados pelas façanhas do açúcar ou não, parte dos agricultores que produziam alimentos acumulou capital, partindo de sua própria atividade agrícola.”* (MARTINS, 1996, p. 166).

Os cafeicultores apresentaram o maior crescimento entre os agricultores, 40% para os produtores de café exclusive cana e 52% para os que cultivavam os dois bens.<sup>124</sup> Os lojistas de fazendas secas e os tropeiros e negociantes revelaram um aumento ainda maior (101% e 104% respectivamente). Destarte, o aumento da escravaria entre os dois marcos cronológicos de forma diferenciada pelas atividades não alterou significativamente o padrão de distribuição dos cativos existente em 1829. Ao contrário, nos inventários o contingente cativo continuou concentrado nas mãos dos cafeicultores e dos lojistas de fazenda seca. Os indivíduos que mantinham outras ocupações distintas das mencionadas acima revelaram uma posse média inferior a dez cativos. Todavia, o dinamismo destes segmentos, embora algumas vezes elevado, resultou freqüentemente de pequenas alterações em termos absolutos da escravaria.

---

<sup>123</sup> O Padre Joaquim Ferreira da Cunha foi excluído do cálculo em razão do seu porte extraordinário, pois mantinha cerca de duas centenas de escravos quando ocorreu o seu falecimento em 1879 (ver MACHADO, 1994, p. 46-51). O seu padrão de acumulação de cativos decorreu de ocupações distintas da eclesiástica e da agricultura de subsistência, compreendendo inclusive a usura. Ele passou a colher café na década de trinta. Consideramos sua vida em particular no capítulo 6. Assim, procuramos destacar sua presença nos cálculos realizados.

<sup>124</sup> A presença de não-escravistas poderia influir nestas taxas. Se ocorresse um aumento do seu número ao longo do tempo em virtude de uma parcela dos menores detentores de cativos ter abandonado o segmento escravocrata, haveria um aumento do número médio de escravos sem haver uma elevação efetiva das escravarias dos possuidores de plantéis. O contrário também seria possível, ou seja uma redução da freqüência dos não-escravistas diminuiria a posse média dos escravistas. Quando realizamos o cálculo das médias incluindo os não proprietários de cativos percebemos os seguintes crescimentos da média de escravos para as dez classes da Tabela 4.11 entre 1829 e 1830/79: 37%, 52%, 5%, 88%, 82%, 0%, -12%, 26%, 142%, 17% e 87%, respectivamente. No caso do total dos 184 indivíduos a variação da posse cativa mudaria de 58% para 52%. De fato, verificamos as alterações mais significativas para os casos em que o número de detentores de plantéis era reduzido em proporção ao montante de não-escravistas.

TABELA 4.11  
EVOLUÇÃO DA POSSE MÉDIA DE CATIVOS POR ATIVIDADE EM 1829  
(1829 a 1830/79) <sup>a</sup>

ATIVIDADES EM 1829	1 8 2 9			1 8 3 0 / 7 9		Variação da Média de Escravos de 1829 a 1830/79 (%)
	Nº	Nº de Prop.	Média	Nº de Prop.	Média	
Café	50	42	9,7	41	13,6 <sup>b</sup>	40
Café + Cana	15	14	26,0	14	39,5 <sup>c</sup>	52
Cana	17	17	10,2	16	11,4 <sup>c</sup>	12
Demais agr.	51	39	6,3	37	12,5 <sup>d</sup>	98
Fazenda Seca	10	10	8,0	9	16,1 <sup>c</sup>	101
Taberneiro	5	4	5,3	4	5,3 <sup>c</sup>	0
Ferreiro	5	5	5,2	4	5,8 <sup>c</sup>	12
Vive de bens	6	6	7,0	6	8,8	26
Tropeiro/Neg.	13	11	7,4	13	15,1	104
Eclesiástico	5	5	2,4	3	3,3 <sup>e</sup>	38
Outras	7	6	1,7	6	2,8 <sup>c</sup>	65
<b>TOTAL</b>	<b>184</b>	<b>159</b>	<b>9,2</b>	<b>153</b>	<b>14,5</b>	<b>58</b>

Obs: Nº de Prop. = número de escravistas. A média de escravos não considera os não-proprietários.

a Existem três casos sem informação.

b Existiam ainda oito não-proprietários de cativos em 1830/79.

c Existia um não-proprietário de cativos.

d Existiam quinze não-proprietários de cativos.

e Existiam dois não-proprietários de cativos.

Para os tropeiros, Bento Barbosa Ortiz elevou a sua média. Se desconsiderarmos sua presença a média reduz-se para 5,7 em 1829 e 8,6 entre 1830/79, ou seja uma variação de 50%. Em 1825 registrou-se, pela primeira vez, a presença de Bento Ortiz na localidade com os seus 31 anos de idade. Nesse ano ele detinha 24 cativos e era Senhor de Engenho de aguardente e açúcar, criador de animais e tinha tropa de 4 lotes de bestas arreadas no caminho. A fabricação de açúcar alcançou apenas trinta arrobas e a de rapaduras 200.000 unidades. Em 1829, a renda proveniente da tropa atingiu o valor de um conto de réis. Nesse ano, ele ainda possuía 24 escravos, 30 animais cavалares e 24 muares. Em 1836, Bento Ortiz era mencionado na lista nominativa como Fazendeiro de Café e Engenho, pois colheu quinhentas arrobas de café e fabricou cento e vinte barris de aguardente, mantendo agora 58 escravos. No seu inventário de 1844 suas posses

alçaram, aos cinquenta anos, a 93 cativos, 68 muares, 42 animais cavalares e 60 mil pés de café. A diversificação das suas atividades e o crescimento da cafeicultura mostraram um perfil distinto dos demais tropeiros, em geral com poucos escravos.

De forma similar ao caso de Bento Ortiz, a inclusão do Padre Manuel Theotônio de Castro entre os tropeiros e negociantes enviesa a comparação, pois ele já era cafeicultor em 1835 e recebeu, em 1847, uma grande herança do seu pai, o capitão-mor Manoel Pereira de Castro, que consistiu em oito escravos, seis animais e um dezoito avos das dívidas ativas. Além disto, em 1835, o Padre Manuel Theotônio produzia setenta arrobas de café com doze cativos. O acúmulo de bens pelo Padre já ocorria antes da herança, pois o número de escravos mantidos por ele era de apenas quatro em 1829. O aumento da escravaria entre 1829 e 1835 pode ser ilustrado pela compra de um escravo de Nação com 40 anos na arrematação dos bens de Francisco Barbosa do Passo em 1833 por 404\$000 réis. No período posterior ao falecimento do pai, o tamanho do seu plantel atingiu seu máximo com 25 cativos em 1850. Ele ainda comprou uma chácara e uma sorte de terras em 1852, segundo o registro de terras de 1856. O Padre faleceu aos 70 anos com um número de escravos menor (18), os quais foram alforriados. O seu patrimônio ainda compreendia 30 mil pés de café entre novos e velhos, um engenho de cana e alambique em 1872.<sup>125</sup> O Padre Manoel Theotônio de Castro teve ainda uma ativa participação no movimento liberal de 1842, chegando a liderar a revolta na região (ver QUEIROZ, 1969, p. 79-80). Desconsiderando estas duas últimas pessoas, a posse média dos tropeiros e negociantes cresceria 24% no período em questão. Estes casos ressaltam a importância de outros condicionantes para o acúmulo de cativos distintos do referente às ocupações em 1829, como, por exemplo, a própria atividade desempenhada pelos indivíduos em outro momento.

Podemos analisar em separado os indivíduos inventariados entre 1851 e 1879 para eventualmente percebermos alguma alteração dos resultados encontrados acima. Durante esse período verificou-se o auge da produção cafeeira na localidade. A Tabela 4.12 descreve as dinâmicas diferenciadas para os indivíduos com atividades distintas em 1829 inventariados a partir de 1850. Os cafeicultores com a produção de derivados de cana apresentaram um grande crescimento da posse média de cativos entre os agricultores (161%). De outra parte, os cultivadores exclusivos da rubiácea revelaram um aumento menor da média (80%). Entretanto, a maior elevação ocorreu para os agricultores que não produziram nenhum dos dois bens (203%).<sup>126</sup> Este resultado decorreu da inclusão do Padre Joaquim Ferreira da Cunha. Sem ele o crescimento reduz-se a 31%. Os lojistas de fazendas secas também mostraram um acréscimo bastante elevado

---

<sup>125</sup> A construção do engenho parece ter ocorrido por volta da década de quarenta. Nessa década ele entrou (em 1841) com um libelo cível contra Manoel Ribeiro Mendes, em função deste último não ter realizado os serviços de carpintaria necessários à feitura do engenho (nº 200 1º Ofício - Arquivo Municipal de Lorena).

<sup>126</sup> Alguns destes agricultores chegaram a colher café num momento posterior a 1829, como veremos no capítulo seguinte.

(156%). A presença de Joaquim José Moreira Lima foi responsável em grande parte por este aumento; sem a sua inclusão a variação seria de apenas 8%.<sup>127</sup> Os produtores especializados na feitura de derivados de cana revelaram um aumento relativamente pequeno da média de escravos (29%). O dinamismo da produção de derivados de cana nesse momento chegou a elevar-se ligeiramente em relação ao período de 1829 a 1830/79. Os tropeiros e negociantes possuíam uma média de cativos elevada em 1829, mas apresentaram uma redução desta propriedade de 8% no período. No seu conjunto, os indivíduos inventariados no período de 1851 a 1879 mostraram um acúmulo superior à totalidade da amostra (107% *versus* 57%). Tal resultado decorreu em parte da presença de dois indivíduos com comportamento extraordinário (o Padre e Joaquim José Moreira Lima). Sem eles o crescimento no período 1851/79 atingiria apenas 60%, enquanto o acréscimo da amostra como um todo chegaria a 41%. Talvez, tal fato vincule-se ao recorte adotado que considerou os indivíduos em idade mais avançada do que antes. Por outro lado, as diferenças entre as diversas atividades econômicas observadas na tabela anterior aumentaram nesta. Os cafeicultores falecidos entre 1851 e 1879 apresentaram uma intensidade de acumulação em escravos superior aos dos produtores da rubiácea que morreram até 1850. Assim, no período do apogeu da economia cafeeira na região no terceiro quarto do século XIX, os seus benefícios concentraram-se ainda mais nas mãos de alguns cafeicultores e lojistas. Para tais pessoas o porte inicial (em 1829) mostrou-se também fundamental para o número de escravos atingido no inventário, embora em outros casos esta proposição não seja relevante, como, por exemplo, para os tropeiros e negociantes.

---

<sup>127</sup> O caso de Moreira Lima será considerado no capítulo seis.

TABELA 4.12  
EVOLUÇÃO DA POSSE MÉDIA DE CATIVOS POR ATIVIDADE EM 1829 DOS  
INDIVÍDUOS INVENTARIADOS DE 1851 A 1879 <sup>a</sup>

ATIVIDADES EM 1829	1 8 2 9			1 8 5 1 / 1 8 7 9			Variação da Média de Escravos de 1829 a 1851/79 (%)
	Nº de Prop.	Nº de Escravos	Média de Escravos	Nº de Prop.	Nº de Escravos	Média de Escravos	
Café	12	137	11,4 <sup>b</sup>	11	225	20,5 <sup>c</sup>	80
Café + Cana	3	58	19,3	3	151	50,3	161
Cana	9	84	9,3	8	96	12,0 <sup>d</sup>	29
Demais agricult.	18	116	6,4 <sup>e</sup>	17	329	19,4 <sup>f</sup>	203
Fazenda Seca	4	32	8,0	4	82	20,5	156
Tropeiro/Negoc.	3	39	13,0 <sup>d</sup>	4	48	12,0	-8
Outras	9	39	4,3 <sup>d</sup>	8	61	7,6 <sup>g</sup>	77
<b>TOTAL</b>	<b>58</b>	<b>505</b>	<b>8,7</b>	<b>55</b>	<b>992</b>	<b>18,0</b>	<b>107</b>

Obs: Nº de Prop. = número de escravistas.

a Não incluímos dois casos por falta de informações.

b Existiam ainda quatro não-proprietários de cativos.

c Existiam ainda cinco não-proprietários de cativos.

d Existia ainda um não-proprietário de cativos.

e Existiam ainda seis não-proprietários de cativos.

f Existiam ainda sete não-proprietários de cativos.

g Existiam ainda dois não-proprietários de cativos.

A propriedade cativa dos indivíduos selecionados evoluiu não apenas em seu número, mas também em sua composição. Durante o período de 1829 a 1830/1879 percebemos algumas modificações nas características demográficas e econômicas dos plantéis. Tais alterações influíram no processo de acumulação dos indivíduos e na forma de sua realização. Na Tabela 4.13, apresentamos alguns indicadores dos escravos possuídos pelas pessoas de nossa amostra. Entre os anos de 1829 a 1830/49, houve uma tendência de um pequeno aumento da razão de sexo dos cativos e de redução da parcela dos escravos com 10 a 39 anos no total. Aparentemente, as relações de parentesco eram registradas com maior freqüência nas listas do que nos inventários. No caso da última documentação freqüentemente só se informava o sexo dos cativos e o valor da avaliação. <sup>128</sup> As idades e a origem dos cativos consistiam em informes mais comuns do que as

<sup>128</sup> Não estamos considerando as avaliações de escravos em grupos de dois ou mais cativos — freqüentes nos casos de mães com filhos recém-nascidos ou com poucos anos de vida — no cômputo dos preços.

relações familiares. A partir do final do tráfico oriundo da África as transformações tornaram-se mais expressivas, a razão de sexo e a participação de africanos no conjunto dos cativos diminuiram.<sup>129</sup> O alcance das relações de parentesco atingiram uma representação ligeiramente maior no terceiro quarto do século XIX em relação ao período anterior. A participação de pessoas com 10 a 39 anos nos plantéis reduziu-se novamente. De outra parte, o preço médio dos escravos elevou-se expressivamente, de 359\$446 réis em 1830/49 a 771\$377 réis no período 1850/79.<sup>130</sup>

TABELA 4.13  
EVOLUÇÃO DA COMPOSIÇÃO DO PLANTEL  
(1829-1830/79)<sup>a</sup>

Anos	Nº de Cativos	Razão de Sexo	% de 0 a 9 anos	% de 10 a 39 anos	% de relações de parentesco <sup>b</sup>	% de africanos	Preço Médio (réis)
1829	1.521	178	14%	75%	23%	54%	-
1830/49	1.254	182	18%	60%	17%	51%	359\$446
1850/79	841	158	18%	53%	19%	30%	771\$377

a Não incluídos, por falta de informações, os escravos do Padre Joaquim Ferreira da Cunha e de Vicente José Luna no período de 1850/79.

b Inclui os casais, a prole vivendo em companhia de pelo menos um dos genitores (pai ou mãe), as mães solteiras e os (as) viúvos (as).

Os preços médios dos cativos mostraram-se mais elevados para os homens em relação às mulheres nos dois períodos (381\$937 e 317\$872 réis de 1830/49 e 802\$816 e 719\$122 réis de 1850/79, respectivamente). Os indivíduos com 10 a 39 anos apresentaram os maiores preços médios entre o conjunto dos cativos com informe de suas idades (436\$208 no primeiro período e 1:032\$065 réis no segundo).<sup>131</sup> No caso da origem dos escravos a relação inverteu-se. No primeiro momento apreciaram-se os africanos por um preço médio superior aos coloniais (393\$786 e 338\$654 réis). Posteriormente, os nascidos no Brasil receberam maior avaliação do que os oriundos da África (765\$531 e 581\$326 réis). Com o fim do tráfico, o último contingente tornou-se ainda mais idoso do que o primeiro, visto que as respectivas idades médias alcançaram

<sup>129</sup> João Fragoso observou uma redução da participação de africanos nos plantéis de Paraíba do Sul (RJ) de 55,0% em 1830/40 para 18,7% em 1880/85 (Cf. FRAGOSO, 1990, p. 620). A razão de sexo dos escravos retraiu-se de 198 para 148 no período (Idem, p. 604).

<sup>130</sup> A discussão a respeito da inflação nesse período encontra-se no Apêndice Metodológico.

<sup>131</sup> Maria Luiza Marcílio estudou as escrituras de compras e vendas de cativos da freguesia do Pilar da cidade de Salvador entre 1838 e 1882. Os resultados mostraram: “(...) *uma valorização maior do homem em relação à mulher exatamente nas idades ativas 15-24 e 25-34. A mentalidade imediatista por sua vez levaria à valorização maior do escravo em plena idade de trabalho 25-34 onde os preços eram os mais elevados (...)*” (MARCÍLIO *et alii*, 1973, p. 193). Lelio Luiz de Oliveira também verificou, em geral, ao analisar os preços dos escravos nos inventários de Franca (SP) para 1822-30 e 1875-85, valores médios maiores para homens e as pessoas na faixa etária dos 16 aos 40 anos (Cf. OLIVEIRA, 1995, p. 129, 132 e 149).

32 anos para os africanos e 20 anos para os coloniais.<sup>132</sup> Deste modo, o menor preço dos escravos da África nesse momento decorre da presença maior de indivíduos com mais de 40 anos (43,0%), enquanto entre os nascidos no Brasil a participação mostrou-se inferior (15,0%).

Apresentamos a composição dos plantéis de acordo com o número de escravos possuídos no momento da abertura dos inventários (Cf. Tabela 4.14). Podemos supor uma composição ótima dos plantéis desejada pelos escravistas independente do número de elementos em seu plantel, com a maior representatividade dos homens, africanos e indivíduos com idades de 10 a 39 anos (Cf. MOTTA, 1990, p. 197-198). Nesta tabela, observamos a maior presença dos homens relativamente às mulheres e dos africanos para as faixas dos plantéis unitários e dos maiores escravistas. Em 1829, os detentores de plantéis unitários mantinham uma razão de sexo de 300 e 75% dos seus escravos provinham da África. Para os proprietários de 40 ou mais cativos, a razão de sexo atingiu 244 e os africanos representaram 62% da sua escravaria.

TABELA 4.14  
COMPOSIÇÃO DA ESCRAVARIA SEGUNDO FAIXAS DE TAMANHO DE PLANTEL  
(1830/79)<sup>a</sup>

FAIXAS	Razão de Sexo	% de 0 a 9 anos	% de 10 a 39 anos	% de relações de parentesco	% de africanos	Preço Médio (réis)	
						1830/49	1850/79
1	325	0%	73%	9%	59%	380\$769	628\$571 <sup>b</sup>
2 a 4	225	14%	59%	12%	46%	335\$874	537\$647
5 a 9	173	19%	59%	10%	41%	330\$979	767\$673
10 a 19	147	18%	58%	14%	35%	327\$567	691\$022
20 a 39	132	24%	58%	20%	37%	350\$929	822\$888
40 ou mais	213	14%	55%	23%	54%	394\$257	814\$203
<b>TOTAL</b>	<b>171</b>	<b>18%</b>	<b>57%</b>	<b>18%</b>	<b>43%</b>	<b>359\$446</b>	<b>771\$377</b>

a Não incluímos, por falta de informações, os escravos do Padre Joaquim Ferreira da Cunha e Vicente José Luna.

b Esta faixa apresenta um baixo número de informações.

Na Tabela 4.14, a menor razão de sexo dos escravos de 1830/79 ocorreu para os escravistas com 20 a 39 elementos em seus plantéis (132). Talvez, a maior presença de crianças (24%) e uma reduzida participação dos africanos (37%) corrobore tal comportamento. Os

<sup>132</sup> No primeiro período, a idade média dos africanos também superava a dos coloniais (26 e 16 anos, respectivamente). A pequena expressividade de escravos da África com menos de 10 anos elucida tal resultado, pois seus filhos nasciam em geral no Brasil.

pequenos plantéis possuíam elevadas razões de sexo e significativos percentuais de africanos. O preço médio dos cativos alcançou seus maiores valores para os grandes escravistas, à exceção dos proprietários de 20 a 39 elementos em seus plantéis em 1830/49. Provavelmente, a maior representatividade dos escravos com até 9 anos explique o menor preço médio desta faixa de tamanho de plantel.

Apesar do menor número de informações, os plantéis unitários mantinham participação elevada dos homens, africanos e escravos em idade produtiva. De outro lado, os escravistas detentores de 40 ou mais cativos apresentavam parcelas inferiores de escravos nestas condições. Embora os escravistas com um cativo apresentassem uma composição mais próxima da ótima, o preço médio dos seus escravos não atingiu o maior valor.<sup>133</sup> Por fim, a possibilidade da família escrava crescia à medida do aumento da posse escrava, pois se tornava mais fácil encontrar um cônjuge.<sup>134</sup>

Deste modo, percebemos, nesta seção, um aumento da concentração da posse cativa entre 1829 e o momento dos inventários. As atividades econômicas em 1829 ajudaram a explicar a acumulação de escravos em montantes distintos pelos indivíduos selecionados durante o período 1829-1830/79. Por fim, a composição dos plantéis alterou-se ao longo do tempo e revelou-se marcada pelo tamanho das posses cativas. Cabe agora, tentar observar as diferenças de dinamismo da posse cativa de acordo com as idades dos escravistas, ou seja suas gerações.<sup>135</sup>

## V - EVOLUÇÃO DA POSSE CATIVA PELAS GERAÇÕES

O evoluir da posse cativa média das diferentes gerações encontra-se expresso no Gráfico 4.2.<sup>136</sup> Todas as faixas etárias consideradas apresentaram, em algum momento, um

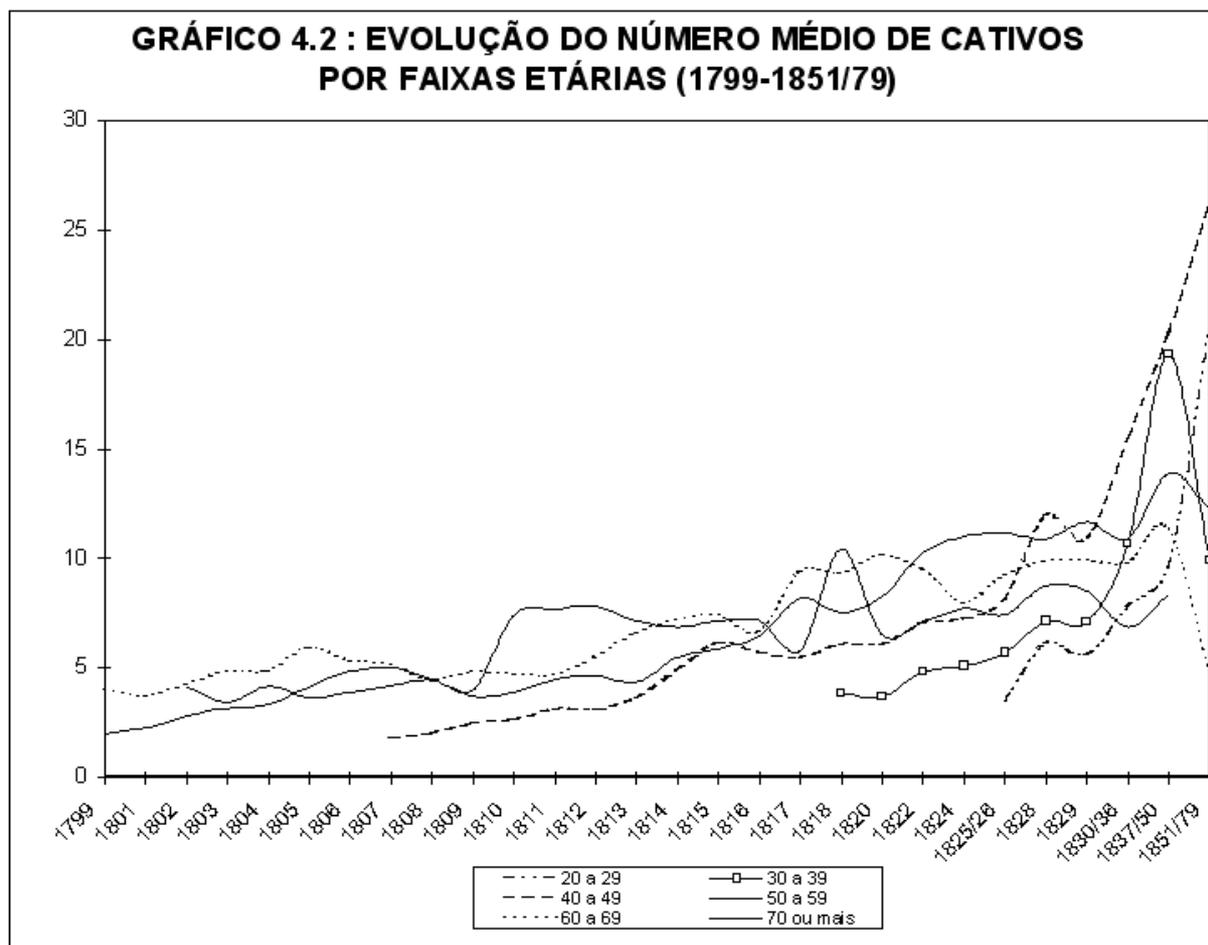
---

<sup>133</sup> Talvez, como aventado anteriormente, os detentores de pequenos plantéis buscassem, inicialmente, escravos mais baratos. Embora nesta procura eles preferissem, em geral, os homens africanos em idade produtiva. O preço médio dos cativos dos pequenos escravistas chegou a 344\$211 réis no período 1830/49 e a 564\$167 em 1850/79. Estes valores situam-se abaixo da média de todos os proprietários de cativos (ver Tabela 4.13), embora os detentores dos plantéis unitários mantivessem os escravos com o segundo maior preço médio em 1830/49.

<sup>134</sup> José Flávio Motta também observou tal resultado para Bananal (Cf. MOTTA, 1990, p. 385).

<sup>135</sup> Definimos geração como o conjunto de indivíduos presentes numa determinada faixa etária em 1829. Tal conceito aproxima-se da noção de coorte utilizada em demografia.

<sup>136</sup> Acrescentamos ao Gráfico 4.2 três informações correspondentes aos períodos de 1830/36, 1837/50 e 1851/79. Tais dados reúnem os informes das listas nominativas disponíveis para os anos de 1835, 1836 e 1850 e os dos inventários das pessoas que faleceram de 1830 a 1879. Por exemplo, se uma pessoa faleceu em 1835, computamos os seus escravos no período 1830/36 juntamente com os informes das listas. Assim, nesse primeiro momento encontramos 141 indivíduos que possuíam 1.658 escravos, com uma média de 11,8 cativos. Destes, trinta e quatro faleceram entre 1830 e 1836 (24,1%). No período seguinte (1837/50), consideramos 80 pessoas com 1.273 elementos em seus plantéis e uma posse média de 15,9. Dos 80, sessenta e cinco morreram nesse período (81,3%). Finalmente, no último momento (1851/79) os 57 inventariados mantinham 1.064 escravos, ou seja uma média de 18,7 cativos.



comportamento crescente ao longo do tempo, com intensidade maior a partir da década de vinte, quando houve o desenvolvimento da economia cafeeira. A hipótese do ciclo de vida pode ser observada para as diversas gerações, sendo os mais idosos os primeiros a passarem pelas suas diferentes fases.<sup>137</sup> No início do século XIX, eles começaram o ciclo possuindo, em média, cerca de dois escravos e estabilizaram num patamar entre seis a nove cativos, em média, a partir de 1810. Os indivíduos na faixa etária dos sessenta anos aumentaram sua posse cativa logo após 1810, portanto, posteriormente aos mais velhos. Contudo, tais indivíduos iniciaram o ciclo com

<sup>137</sup> Para maiores informações a respeito da hipótese do ciclo de vida e a literatura a seu respeito ver o Apêndice referente a este assunto. Apenas cinco indivíduos selecionados morreram antes dos 40 anos (2,7% do total). Além da idade de falecimento elevada, a análise do perfil de acumulação das diversas faixas etárias ao morrer ficaria prejudicada em decorrência da presença de pessoas que viveram em diferentes momentos numa faixa etária, como, por exemplo, de indivíduos que faleceram aos quarenta anos em 1835 e 1865 (ver Tabela AE.2 do Apêndice Estatístico). Em função disto, quando apresentamos os resultados segundo as suas idades, utilizamos as idades em 1829. A idade média de falecimento chegou a 65 anos, com um desvio-padrão de 14.

um número médio de escravos mais elevado em 1799 (4,0) e atingiram, em 1837/50, sua posse cativa média mais alta (11,4), muito superior à da geração anterior.<sup>138</sup>

Os vinte e quatro escravistas dessas duas gerações possuíam 221 cativos em 1820 (35,3% da escravaria). Havia cinco cafeicultores entre os indivíduos destas gerações (20,8%), colhendo 241 arrobas da rubiácea (55,4% da produção total de café nesse ano). De outro lado, dos vinte e quatro escravistas nesse ano, sete produziam derivados de cana (29,2%) e seis bens de subsistência (25,0%). Ademais, entre eles, observamos dois ferreiros, dois negociantes, um vendeiro e um detentor de cativos que vivia dos jornais de seus escravos. Nove anos mais tarde, os trinta e um proprietários de escravos com 60 anos ou mais detinham 296 cativos (19,5% da escravaria). O número de cafeicultores detentores de plantéis elevou-se a onze em 1829 (possuindo 31,1% do total de escravos destas faixas etárias), que colheram 466 arrobas (apenas 6,2% da produção da rubiácea desse ano). Existiam ainda três produtores de derivados de cana (9,7%) e dez de gêneros de subsistência (32,3%), que mantinham plantéis. Por fim, os escravistas das duas gerações apresentaram, adicionalmente, em 1829, as seguintes ocupações: ferreiro (2), negociante (1), vendeiro (1) e “viviam dos jornais de seus escravos” (2).<sup>139</sup> Assim, estas duas gerações não conseguiram acompanhar o dinamismo vivenciado pela amostra como um todo tanto em termos da propriedade cativa como da faina cafeeira.

Para as pessoas com idades de 50 a 59 anos em 1829, o acréscimo na média de escravos ocorreu a partir de 1813. No início de seu processo de acumulação, a posse cativa média mantinha-se num patamar de quase cinco cativos. Em 1820, esta geração mantinha 173 escravos (27,6% da escravaria), com uma posse cativa média de 8,2. Dos vinte e um escravistas nesse ano, sete produziam derivados de cana (33,3% dos indivíduos), dois 136 arrobas de café (9,5% das pessoas) e nove colhiam bens de subsistência (42,9% dos detentores de escravos). Ademais, havia ainda um ferreiro, um negociante e um vendeiro. Em 1829, a propriedade média de escravos alçou-se a 11,7 e, em 1837/50, atingiu 13,9 (o número mais elevado). Nesse ano de 1829, os escravistas desta geração detinham 338 cativos (22,2% da escravaria). As atividades agrícolas desenvolvidas pelos 29 possuidores de plantéis foram as seguintes: nove produziam derivados de cana (31,0%), sendo quatro deles em associação com o café, sete restringiram-se à rubiácea, sem plantarem cana (24,1%) e sete colhiam bens de subsistência (24,1%). Os demais escravistas atuaram como vendeiros (2), negociante (1), profissionais liberais e artesãos (2) e um vivia dos jornais de seus escravos. A produção de café em 1829 alcançou 1.474 arrobas (19,6% do total

---

<sup>138</sup> Entre 1820 e 1824 parece ter ocorrido a fase descendente do ciclo, mas nos anos seguintes reverteu-se tal tendência. A expansão cafeeira pode ter contribuído para tal fato, pois em 1820 a produção de café desta geração chegava a apenas 41 arrobas, realizada por apenas três pessoas, e, em 1828, atingia 880 arrobas, com a participação de oito indivíduos. No ano de 1829, a produção reduziu-se a 248 arrobas em sete domicílios. Destarte, a nova atividade abriu novas oportunidades de acumulação auxiliando a recuperação de uma tendência decrescente.

<sup>139</sup> Existia mais um caso sem informação de atividade econômica em 1829.

desse ano). Nos anos vinte, esta geração conseguiu aumentar sua escravaria e o cultivo do café com uma profusão maior do que as duas faixas etárias mais idosas, mas ainda não tão elevada quanto às mais jovens. Como esperado, a desenvoltura destes indivíduos atenuou-se a partir de 1829, chegando a apresentar uma redução da escravaria média na segunda metade do século XIX.

Os indivíduos mais jovens não apresentaram o ciclo por completo. As três faixas das pessoas mais novas em 1829 mostraram, especialmente para a geração mais nova, uma tendência crescente do número médio de escravos, à exceção dos com idades de 30 a 39 anos no período posterior a 1850. Duas das três gerações não revelaram um momento decrescente do ciclo de vida. O advento da economia cafeeira deslocou o perfil de acumulação de cativos destes indivíduos com intensidade superior aos demais. No ano de 1820 registraram-se 42 escravistas com menos de cinquenta anos em 1829, que possuíam 232 escravos (37,1% da escravaria) e apenas um produzia café (50 arrobas, que correspondia a 11,5% do total). Destes 42, seis produziam derivados de cana (14,3%) e vinte e quatro bens de subsistência (57,1%). Existiam ainda dois ferreiros, três negociantes, dois padres, dois lojistas de fazendas secas e dois vendeiros.

Nove anos mais tarde a situação alterou-se significativamente. O número de indivíduos destas três gerações mantendo plantéis elevou-se a 100 (60,5% do total); adicionalmente, aqueles que constituíam novos domicílios na localidade, oriundos de outros locais ou não, possuíam recursos expressivos. A posse escrava alçou-se a 887 cativos e a produção de café a 5.459 arrobas no ano de 1829 (58,3% da escravaria e 72,4% da produção total da rubiácea).<sup>140</sup> O número de cafeicultores elevou-se a trinta e quatro nesse ano (60,7% dos produtores de café que mantinham plantéis). Ademais, havia vinte e dois produtores de subsistência (22,0%) e nove de derivados de cana (9,0%), dez lojistas de fazendas secas (10,0%), um vendeiro (1,0%), oito tropeiros (8,0%), seis padres (6,0%), três viviam dos jornais dos seus escravos (3,0%), duas costureiras (2,0%), três ferreiros (3,0%), um negociante (1,0%) e um sapateiro (1,0%). O grande número de lojistas de fazendas secas e tropeiros evidenciaram o desenvolvimento de novas oportunidades decorrentes da expansão da cafeicultura, especialmente, neste caso, para os mais jovens, pois não havia nenhum escravista atuando nestas atividades com 50 ou mais anos. Em 1830/36, a propriedade escrava alçou-se a 1.086 elementos em 84 plantéis (65,5% da escravaria). A colheita da rubiácea

---

<sup>140</sup> Dois componentes foram fundamentais para tamanho crescimento: de um lado, a chegada de pessoas de outras localidades ou a constituição de novas famílias descendentes da população local detendo recursos elevados e, de outro, as próprias pessoas presentes em 1820 modificaram o perfil de suas inversões em favor da cafeicultura. O primeiro lustro dos anos vinte foram propícios pelas condições do mercado cafeeiro. O preço médio do café na localidade subiu de 1\$700 réis por arroba no ano de 1817 para 3\$000 em 1818. Ao longo da década de vinte, houve uma redução dos preços, iniciando o período num patamar de 2\$400 réis no ano de 1820 e 2\$880 réis em 1822 e encerrando-o na faixa de 1\$120 réis no ano de 1828 e 1\$200 réis em 1829 (Cf. MARCONDES, 1992, p. 113-118). As flutuações do mercado de café produziram repercussões significativas nos processos de acumulação dos indivíduos. Destarte, os diferentes momentos de início da colheita do café podem condicionar o ritmo de acumulação de cativos do cafeicultor, como veremos no capítulo seguinte.

atingiu 12.276 arrobas em 37 domicílios com cativos (86,6% da produção e 26,2% dos escravistas). A associação entre a expansão cafeeira e a posse cativa parece-nos muito forte nesse momento. As atividades distintas da cafeicultura também contribuíram para tal evolução. De fato, o crescimento da produção de café ampliou as possibilidades de acumulação na economia cafeeira. Assim, os patamares máximos da posse cativa média destas gerações foram superiores aos das anteriores. Eles não passaram, em seu conjunto, por uma fase decrescente do número médio de escravos, embora alguns indivíduos tenham falecido com idades superiores a setenta anos, principalmente os da geração dos quarenta a quarenta e nove anos em 1829. Como esperado, o maior afluxo de escravistas ocorreu nestas gerações. Cinquenta e oito indivíduos chegaram à localidade ou constituíram domicílio entre 1820 e 1829 com idades inferiores a 50 anos nesse último ano (79,5% dos escravistas nesta condição).

As informações fornecidas acima permitem-nos afirmar uma evolução em termos da propriedade cativa superior dos indivíduos mais novos em 1829 com relação aos demais. Tal resultado decorreu, principalmente, do desenvolvimento da economia cafeeira na localidade. A intensidade do envolvimento com o cultivo da rubiácea e com atividades subsidiárias daquele desenvolvimento foi maior para os mais jovens. De outro lado, a chegada de pessoas à localidade e a constituição de novos domicílios ao longo dos anos anteriores a 1829 possuindo um número elevado de cativos também contribuíram para tal fato. Provavelmente, os oriundos de fora da localidade deslocaram-se para Lorena atraídos pelas oportunidades propiciadas pela lavoura cafeeira. Assim, o ciclo de vida destes indivíduos alterou-se significativamente pelo marco de um novo padrão de desenvolvimento que produziu um grande dinamismo econômico.

Destacamos as pessoas que faleceram entre 1850 e 1879 a fim de acompanhá-las em sua totalidade entre 1829 e o momento dos seus inventários. Estes indivíduos poderiam apresentar um comportamento distinto dos demais, influenciado, por exemplo, pelo final do tráfico africano. Nesta análise aprofundamos o estudo das três gerações mais novas, que se encontram mais representadas nesse período. Assim, na Tabela 4.15, consideramos a evolução da riqueza em cativos dos indivíduos inventariados após 1850, comparando o patrimônio em escravos das pessoas que morreram na segunda metade dos oitocentos em relação ao seu contingente cativo em 1829.<sup>141</sup>

TABELA 4.15  
EVOLUÇÃO DA POSSE MÉDIA DE CATIVOS DOS ESCRAVISTAS INVENTARIADOS  
DE 1851 A 1879 SEGUNDO FAIXAS ETÁRIAS EM 1829

---

<sup>141</sup> A idade média destes indivíduos alcançou 42 anos em 1829. O recorte utilizado permitiu uma redução dos diferenciais das idades ao morrer relativamente à amostra como um todo. A idade média ao morrer destas pessoas chegou a 72 anos, com desvio-padrão de 11,0.

FAIXAS	1 8 2 9			1 8 5 1 / 1 8 7 9			Variação da Média de Escravos de 1829 a 1851/79 (%)
	Nº de Prop.	Nº de Escravos	Média de Escravos	Nº de Prop.	Nº de Escravos	Média de Escravos	
20 a 29	8	46	5,8 <sup>a</sup>	8	164	20,5 <sup>a</sup>	254
30 a 39	14	72	5,1 <sup>b</sup>	11	109	9,9 <sup>c</sup>	94
40 a 49	24	278	11,6 <sup>e</sup>	26	681	26,2 <sup>d</sup>	126
50 a 59	7	82	11,7 <sup>a</sup>	7	86	12,3 <sup>a</sup>	5
60 a 69	5	27	5,4	5	24	4,8	-11
<b>TOTAL</b>	<b>58</b>	<b>505</b>	<b>8,7</b>	<b>57</b>	<b>1.064</b>	<b>18,7</b>	<b>115</b>

Obs: Nº de Prop. = número de escravistas.

a Existiam ainda dois não-proprietários de cativos.

b Existiam ainda quatro não-proprietários de cativos.

c Existiam ainda sete não-proprietários de cativos.

d Existiam ainda três não-proprietários de cativos.

e Existiam ainda cinco não-proprietários de cativos.

Os indivíduos das três primeiras faixas etárias apresentaram o maior crescimento da média de cativos, especialmente a geração mais nova (254%). Os habitantes incluídos na amostra com idades entre 29 e 40 anos em 1829 mostraram um aumento da posse média de escravos inferior ao das pessoas da faixa subsequente (94% e 126% respectivamente). Sem a inclusão do Padre Joaquim Ferreira da Cunha a variação diminuiria para 65% entre 1829 e 1851/79 para a faixa dos 40 anos. Para as pessoas com idades de 50 a 59 anos o aumento chegou a apenas 5%. Na última faixa a variação tornou-se negativa (-11%). As diferentes condições de acumulação entre os indivíduos tanto de uma mesma geração quanto de distintas faixas etárias também se refletiram nestes resultados. Como pode ser visto no Apêndice da hipótese do ciclo de vida, uma nova atividade pode modificar os perfis esperados de acumulação de ativos. Quando existem diferentes ocupações, comportamentos e montantes de recursos, há uma dificuldade ainda maior na análise.

Em suma, ao caracterizar a amostra com relação à totalidade da população em 1829, percebemos uma estrutura da posse cativa menos desigual para as pessoas selecionadas, mas um maior número médio de escravos. A análise dos indivíduos da amostra revelou uma crescente concentração da propriedade cativa entre 1829 e o ano de seus inventários. A sua acumulação de cativos pareceu condicionada por diversos motivos. A atividade desenvolvida por eles mostrou-se um fator condicionante do processo de acumulação de cativos, bem como a propriedade de terras. A forma mais comum de aquisição de escravos consistiu, segundo nossas informações parciais, na compra, mas a reprodução natural e as heranças recebidas também se apresentaram como

relevantes. Estas formas variaram ao longo do curso da vida dos escravistas, inicialmente concentrada quase exclusivamente nas heranças recebidas e nas compras e, posteriormente, com uma participação maior dos nascimentos. Ademais, a composição dos plantéis também apresentou alterações de acordo com o seu tamanho e a faixa etária dos seus proprietários. Tais resultados aproximaram-se de um lado da hipótese do ciclo de vida e de outro dos momentos de construção e destruição da família escrava propostos por Gutman (ver Apêndice referente aos temas). Devemos atentar também para a importância da idade no perfil da evolução do número de cativos destas pessoas. No próximo capítulo, centraremos a discussão a respeito do patrimônio alcançado pelos indivíduos ao fim de suas vidas e seus diversos condicionantes.

## CAPÍTULO 5

### A DISTRIBUIÇÃO DA RIQUEZA

*“A economia cafeeira formou-se em condições distintas [da economia açucareira]. Desde o começo, sua vanguarda esteve formada por homens com experiência comercial. Em toda a etapa da gestação os interesses da produção e do comércio estiveram entrelaçados.”*  
(FURTADO, 1968, p. 124).

A partir dos resultados obtidos até esse momento iniciamos o exame da amostra sobre a perspectiva das fortunas alcançadas pelos seus membros. Neste capítulo analisamos os patrimônios atingidos pelos indivíduos selecionados ao final de suas vidas, quando se realizaram os seus inventários. Na primeira seção mostramos a distribuição e a composição da riqueza auferida pelas pessoas. Na seguinte evidenciamos a importância das condições distintas dos indivíduos no ano de 1829, em termos de faixa etária, atividade e de propriedade cativa, como condicionantes da riqueza atingida nos inventários. Destacamos na terceira seção o patrimônio alcançado pelos inventariados segundo suas condições no momento da feitura do inventário. Ainda nesta seção discutimos conjuntamente as ocupações dos indivíduos em 1829 e quando ocorreu a abertura dos inventários. Por último, centramos o estudo na análise de dois contingentes populacionais, os cafeicultores e os produtores de derivados de cana. Os primeiros representavam uma grande parcela da riqueza e a principal atividade agrícola. Os segundos congregavam um elevado número de agricultores e uma parte expressiva dos patrimônios. Nessas duas últimas seções citamos alguns casos, ilustrando o comportamento do grupo.

#### **I - DISTRIBUIÇÃO E COMPOSIÇÃO DO PATRIMÔNIO POR FAIXAS DE RIQUEZA**

A distribuição da riqueza, tomada agora em sua totalidade, mostrou uma elevada desigualdade, tal como visto no capítulo anterior para dois de seus elementos, os escravos e as terras. Os 186 indivíduos considerados na Tabela 5.1 detinham um patrimônio de 788.704 libras inglesas.<sup>142</sup> A riqueza concentrava-se nas mãos dos trinta e um indivíduos mais ricos (possuindo

---

<sup>142</sup> O valor da riqueza utilizada neste capítulo foi obtido por meio da subtração ao patrimônio bruto (monte-mor) das dívidas passivas e custas do inventário, a qual convertemos em libras pela taxa de câmbio implícita. Destarte, cinco pessoas passaram a ter riqueza negativa em função deste procedimento. A discussão a respeito da inflação ocorrida

2.000 ou mais libras em seu inventário), que representavam 16,7% da amostra, mas mantinham 89,5% dos montes. Por outro lado, os 93 inventários com menos de quinhentas libras representavam 50,0% do conjunto, todavia detinham apenas 2,1% da riqueza total. Se excluirmos Joaquim José Moreira Lima, possuidor de um montante inventariado superior a quatrocentas mil libras, e o Padre Joaquim Ferreira da Cunha, com uma riqueza de cerca de sessenta mil libras, a soma total dos patrimônios atingiria o valor de quase trezentas mil libras. Analisaremos estes dois indivíduos em separado no capítulo seis.

TABELA 5.1  
DISTRIBUIÇÃO DA RIQUEZA POR FAIXAS  
(1830/79) <sup>a</sup>

FAIXAS	Nº	%	Riqueza	%
Menor de 500	93	50,0	16.920	2,1
500 a 1.999	62	33,3	65.899	8,4
2.000 ou mais	31	16,7	705.885	89,5
<b>TOTAL</b>	<b>186</b>	<b>100,0</b>	<b>788.704</b>	<b>100,0</b>

Obs: Riqueza em libras.

a Vicente José Luna possuía 34 escravos quando faleceu, mas não temos a informação do seu patrimônio.

O índice de Gini calculado para a riqueza inventariada dos indivíduos chegou a 0,888. <sup>143</sup> Se desconsiderarmos o maior patrimônio encontrado, de Joaquim José Moreira Lima, com 58,4% da riqueza total do conjunto dos inventários, o índice diminuiria para 0,748. Todavia, em ambos os casos, os valores ainda seriam superiores aos da propriedade cativa em 1829 (0,510) e nos inventários de 1830 a 1879 (0,596). Como vimos no capítulo anterior, houve um crescimento da desigualdade dos plantéis nesse período, que se refletiu nos índices de Gini para a riqueza. Assim, a concentração da riqueza revelou-se maior do que a da posse de cativos. Certamente, a desigualdade da propriedade dos imóveis contribuiu para tal resultado, pois, em 1818, o índice de

---

no período encontra-se no Apêndice Metodológico. Verificamos duas alternativas razoáveis para a questão: utilizar a taxa de câmbio implícita ou o índice de preços de Buescu para retirar a componente inflacionária dos preços. Optamos pelo primeiro critério em função da grande alteração ao longo do período considerado no número de bens usados para a construção do segundo indicador e da possibilidade maior de comparação dos dados com a historiografia quando nos servimos da taxa de câmbio.

<sup>143</sup> Desconsideramos cinco informes de patrimônio negativo e um não disponível. Para o subperíodo 1830/49 o valor calculado chegou a 0,694. Nos anos 1850/79 a concentração aumentou para 0,914. Sem Joaquim José Moreira Lima, este último número alterar-se-ia para 0,768.

Gini para a totalidade dos proprietários de terras (0,757) superava em muito o do conjunto da posse cativa naquele ano (0,506).<sup>144</sup>

Na Tabela 5.2 relacionamos a riqueza dos proprietários de cativos e dos não-escravistas em dois subperíodos 1830/49 e 1850/79. As fortunas concentraram-se no segundo intervalo temporal, à exceção dos não-proprietários de cativos. As trinta e uma pessoas nesta última condição possuíam uma pequena parcela da riqueza. A quase totalidade deles possuía um patrimônio menor do que 500 libras (96,8%). Tais indivíduos detinham apenas 0,5% da riqueza inventariada, embora fossem 16,6% da amostra. Por fim, o número de não-proprietários de cativos entre 1829 e o período dos inventários (1830/79) cresceu de 27 para 31 pessoas. Dos 27 indivíduos nesta condição em 1829, vinte e um continuavam sendo não-proprietários em seus inventários (77,8%). Dez pequenos escravistas em 1829 deixaram de ter escravos em seus inventários. Seis não possuidores de cativos nesse primeiro ano passaram a manter plantéis em 1830/79, sendo dois deles favorecidos por heranças e dotes (ver Apêndice referente aos não-escravistas em 1829).

TABELA 5.2  
RIQUEZA DE ESCRAVISTAS E DE NÃO-PROPRIETÁRIOS DE CATIVOS  
(1830/49 e 1850/79)

PERÍODO	Proprietários de Cativos				Não-proprietários		
	Nº	Escravos	Riqueza	% Riqueza	Nº	Riqueza	%Riqueza
1830/49	96	1.218	130.372	16,6	15	2.623	61,1
1850/79	59	1.077	654.041	83,4 <sup>a</sup>	16	1.668	38,9
<b>TOTAL</b>	<b>155</b>	<b>2.295</b>	<b>784.413</b>	<b>100,0</b>	<b>31</b>	<b>4.291</b>	<b>100,0</b>

Obs: Riqueza em libras.

a Por falta de informação excluímos Vicente José Luna.

O número médio de escravos aumentou entre os dois períodos da Tabela 5.2, de 12,7 entre 1830/49 para 18,3 cativos no período 1850/79. Por outro lado, a riqueza média cresceu entre os dois momentos de 1.358 para 11.085 libras. Todavia, se excluirmos o Padre Joaquim Ferreira da Cunha e Joaquim José Moreira Lima do segundo período a escravaria média diminuiria para 14,4

<sup>144</sup> Dora Paiva da Costa verificou, para Campinas, um crescimento da riqueza média dos indivíduos e da sua concentração entre 1795-1820 e 1820-1850. Os escravistas com 40 ou mais cativos aumentaram sua parcela do patrimônio total de 38,3% no primeiro período para 62,3% no segundo (Cf. COSTA, 1997, p. 97). Em nossa amostra, a participação dos grandes escravistas na riqueza total aumentou de 36,6% em 1830/49 para 85,6% em 1850/79.

escravos e a riqueza para 2.332 libras. Destarte, neste último caso, o crescimento do patrimônio médio entre os dois momentos chegou a 71,7%, apontando para um aumento da riqueza média das pessoas independente dos dois indivíduos mais ricos. Como vimos no capítulo anterior, os membros da amostra, analisados de 1829 até o terceiro quarto do século XIX, beneficiaram-se mais das condições econômicas criadas pelo desenvolvimento da economia cafeeira, acumulando um número superior de cativos do que as pessoas selecionadas que faleceram até a primeira metade desse século.

Como esperado, os informes da riqueza alcançada pelos indivíduos em seus inventários revelaram-se significativamente relacionados ao número de escravos possuídos nesse momento, principalmente para os agricultores (ver Apêndice Metodológico). A correlação entre a posse cativa e o patrimônio alcançado mostrou-se mais significativa entre 1830/49 (0,55) do que entre 1850/79 (0,41), sem incluir Joaquim José Moreira Lima. A utilização dos cativos como *proxy* da riqueza revelou-se mais satisfatória no primeiro período do que no segundo, em função da percepção da crescente proximidade do final da escravatura no Brasil ao longo desse último momento. A relação entre fortunas e escravos pode ser percebida também pela média de escravos ao longo das faixas de patrimônio, que cresceu de 3,8 na menor para 44,9 cativos na maior faixa (Cf. Tabela 5.3).<sup>145</sup>

TABELA 5.3  
POSSE ESCRAVA POR FAIXA DE RIQUEZA DOS INVENTARIADOS  
(1830/79)<sup>a</sup>

FAIXAS (em libras)	Nº de Prop.	Escravos Possuídos	Parcela da Escravidão (%)	Média de Escravos	Participação na Riqueza Total (%) <sup>b</sup>
Menor de 500	63	240	10,5	3,8	1,8
500 a 1.999	61	664	28,9	10,9	8,2
2.000 ou mais	31	1.391	60,6	44,9	90,0
<b>TOTAL</b>	<b>155</b>	<b>2.295</b>	<b>100,0</b>	<b>14,8</b>	<b>100,0</b>

Obs: Nº de Prop. = número de escravistas.

a Por falta de informação excluímos Vicente José Luna.

b Porcentagem calculadas sobre o total da riqueza possuída por inventariados escravistas.

<sup>145</sup> Durante esse período a diferença das escravarias médias dos indivíduos mais ricos com relação aos menos afortunados diminuiu. Em 1830/49, os primeiros mantinham em média 55 escravos e os segundos 3,9. No intervalo 1850/79, a distinção entre os dois contingentes detentores de plantéis reduziu-se (39,3 e 5,3). Embora a desigualdade da riqueza aumente entre esses anos, a diferença do número médio de escravos das pessoas com as maiores fortunas com relação às possuidoras das menores decresceu de cerca de 14 vezes para 7.

Os 31 escravistas com patrimônio de duas mil ou mais libras detinham 60,6% dos escravos e 90,0% da riqueza do conjunto dos detentores de plantéis.<sup>146</sup> De outra parte, os inventariados possuidores de cativos com patrimônio inferior a quinhentas libras mantinham 10,5% da escravaria e apenas 1,8% da riqueza total dos escravistas. Destarte, a distribuição do número de cativos não acompanhava *pari passu* a da riqueza. Os mais ricos detinham proporcionalmente mais riqueza do que escravos e os demais mantinham relativamente menos fortuna que propriedade cativa, à exceção dos não-escravistas.

A composição da riqueza inventariada concentrou-se nas dívidas, escravos e imóveis. As dívidas ativas correspondiam a 67,6% do patrimônio total das pessoas selecionadas e as passivas a 5,2% no período 1830/79. Os cativos representaram 13,8% dos patrimônios. Os imóveis compunham 14,7% da riqueza. Os animais, os móveis e o dinheiro perfizeram 1,3%, 1,9% e 0,6% do total, respectivamente. Deste modo, as dívidas ativas, os imóveis e os cativos consistiram nas principais formas de alocação da riqueza. A preponderância da primeira sobre a segunda e terceira ocorreu apenas a partir de 1850. A participação das dívidas ativas na riqueza cresceu de 22,1% em 1830/49 para 73,7% em 1850/79. Sem Joaquim José Moreira Lima, o último porcentual reduzir-se-ia a 24,6%. De outro lado, as passivas diminuíram sua parcela de 11,5% para 3,0% para períodos análogos. No período de 1830 a 1849, os escravos representaram 27,8% da riqueza e os bens de raiz 31,1%. No terceiro quarto do século XIX, os imóveis reduziram sua participação para 11,2% e os cativos para 9,2%.<sup>147</sup> Neste último período, as dívidas ativas consistiam no principal elemento das fortunas dos indivíduos da amostra, seguida pelos imóveis e escravos. De outra parte, a parcela da riqueza alocada em dinheiro cresceu entre os dois períodos de 0,2% para 0,7% e em animais reduziu-se de 2,8% para 0,9% no mesmo interregno.<sup>148</sup> Zélia Cardoso de Mello também verificou este resultado para São Paulo de 1845-95. Ela observou “ *a progressiva eliminação dos escravos como forma de riqueza. (...) [e uma nova forma baseada / RLM] na riqueza nova, imóveis e ações.*” (MELLO, 1985, p. 137). Assim, a autora concluiu sua análise da distribuição da riqueza nos inventários compulsados pelos diversos

---

<sup>146</sup> Sem Joaquim José Moreira Lima os percentuais calculados atingiriam os seguintes números: 59,7% e 74,8%, respectivamente.

<sup>147</sup> João Fragoso verificou um crescimento da participação do valor dos escravos no monte dos inventariados de Paraíba do Sul de 34,7% em 1830/40 para 52,7% em 1855/60. Todavia, este percentual reduziu-se a 34,9% em 1880/85. Os bens de raiz também diminuíram sua parcela da riqueza de 40,5% para 38,8% entre os anos extremos. De outro lado, as dívidas ativas e o dinheiro aumentaram sua participação no período de 6,7% para 7,9% no caso das primeiras e de 0,7% para 7,8% no caso do último (Cf. FRAGOSO, 1990, p. 601). Lorena apresentava uma importância maior das dívidas ativas do que essa localidade do vale do Paraíba fluminense.

<sup>148</sup> Lelio Luiz de Oliveira percebeu os seguintes percentuais de participação dos escravos, imóveis, semoventes, bens móveis e dívidas ativas na riqueza em Franca de 1822 a 1830: 37,1%, 33,0%, 13,7%, 6,0% e 10,2%. No período 1875/85, os cativos reduziram sua participação para 26,7% e os bens de raiz aumentaram a sua para 53,4% (Cf. OLIVEIRA, 1995, p. 99). Lucila Reis Brioschi *et alii* também verificaram a preponderância dos imóveis e escravos na riqueza para o sertão do rio Pardo (Cf. BRIOSCHI *et alii*, 1991, p. 231). Observamos uma parcela maior da riqueza dos indivíduos alocada em animais no nordeste paulista do que em Lorena.

ativos, que “*indicam movimento de diversificação de riqueza e investimentos e, por consequência, das fontes de rendimento.*” (MELLO, 1985, p. 138).

Para facilitar a comparação da importância dos elementos da riqueza em Lorena com os informes da historiografia efetuamos as Tabelas 5.4 e 5.5, não descontando as dívidas passivas e os custos do inventário das fortunas no cálculo da sua composição. No primeiro destes quadros apresentamos a participação dos diversos ativos na totalidade do patrimônio bruto (monte-mor) dos indivíduos segundo faixas de tamanho das fortunas. Os imóveis diminuíram sua participação na riqueza bruta à medida que a pessoa era mais rica, passando de 37,2% a 14,7%. A parcela dos escravos apresentou um crescimento entre a primeira e a segunda faixa, de 27,8% a 33,6%, reduzindo para a terceira (10,6%). As dívidas ativas revelaram um grande crescimento de sua representatividade na riqueza bruta ao longo das faixas de tamanho, aumentando de 4,0% entre os possuidores de até 500 libras para 72,4% do total entre os detentores de 2.000 ou mais libras. Se excluirmos a presença de Joaquim José Moreira Lima os percentuais calculados para a categoria dos mais ricos atingiriam os seguintes valores: 28,5%, 26,7%, 2,4%, 3,7%, 1,6%, 30,3%, 6,5% e 0,3%, respectivamente. Como esperado, as dívidas passivas mostraram uma participação maior no patrimônio bruto dos indivíduos menos abastados (21,2%) em relação aos mais ricos (2,6%).

TABELA 5.4  
COMPOSIÇÃO DA RIQUEZA BRUTA POR FAIXAS  
(1830/79)<sup>a</sup>

ATIVOS	Menor de 500 libras	500 a 1.999 libras	2.000 ou mais libras	TOTAL
Imóveis	37,2%	33,0%	11,3%	14,7%
Escravos	27,8%	33,6%	10,6%	13,8%
Animais	4,3%	2,8%	0,9%	1,3%
Móveis	5,5%	4,3%	1,5%	2,0%
Dinheiro	0,0%	0,8%	0,6%	0,6%
Dívida Ativa	4,0%	9,5%	72,4%	62,7%
Dívida Passiva	21,2%	16,0%	2,6%	4,8%
Outros	0,0%	0,0%	0,1%	0,1%
<b>TOTAL</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>

a Nesta Tabela utilizamos o patrimônio bruto dos indivíduos (monte-mor) para o cômputo dos percentuais.

Na Tabela 5.5 apresentamos a participação em cada ativo das pessoas segundo faixas de tamanho de patrimônio. Os indivíduos mais ricos concentraram as maiores parcelas dos recursos

alocados nos elementos da riqueza. Os inventariados com fortunas de duas mil ou mais libras controlavam a quase totalidade das dívidas ativas (98,0%), consistindo no item dos patrimônios mais concentrado nos inventários das pessoas mais ricas.<sup>149</sup> Estes indivíduos ainda mantinham quase dois terços das quantias alocadas nos imóveis, escravos, animais e móveis. De outro lado, apenas 45,6% das dívidas passivas referiam-se aos indivíduos mais abastados. Os inventariados menos afortunados detinham seus maiores percentuais para os seguintes itens da riqueza: dívida passiva (16,5%), animais (12,5%), móveis (10,7%), imóveis (9,4%) e escravos (7,5%). Assim, 87,2% da riqueza bruta encontrava-se nas mãos das pessoas mais opulentas. Por fim, os possuidores de um patrimônio de 500 a 1.999 libras mantinham 9,8% e os menos abastados 3,0%.

TABELA 5.5  
COMPOSIÇÃO DA RIQUEZA BRUTA POR FAIXAS  
(1830/79)<sup>a</sup>

ATIVOS	Menor de 500 libras	500 a 1.999 libras	2.000 ou mais libras	TOTAL
Imóveis	9,4%	25,5%	65,1%	100,0%
Escravos	7,5%	27,7%	64,8%	100,0%
Animais	12,5%	24,8%	62,7%	100,0%
Móveis	10,7%	25,2%	64,1%	100,0%
Dinheiro	0,1%	15,0%	84,9%	100,0%
Dívida Ativa	0,3%	1,7%	98,0%	100,0%
Dívida Passiva	16,5%	37,9%	45,6%	100,0%
Outros	0,0%	0,0%	100,0%	100,0%
<b>TOTAL</b>	<b>3,0%</b>	<b>9,8%</b>	<b>87,2%</b>	<b>100,0%</b>

a Nesta Tabela utilizamos o patrimônio bruto dos indivíduos (monte-mor) para o cômputo dos percentuais.

Este quadro reafirma uma grande relevância do capital mercantil em Lorena. Quando comparamos com as outras localidades também percebemos tal fato. Em Paraíba do Sul (RJ) e em Franca (SP) as dívidas ativas não ultrapassaram dez por cento da riqueza (FRAGOSO, 1990, p. 601, e OLIVEIRA, 1995, p. 99). Como veremos no próximo capítulo, a quase totalidade das dívidas ativas concentravam-se nas mãos de poucos habitantes. A riqueza possuída pelos indivíduos mostrou uma desigualdade elevada, que se relaciona com as suas próprias condições econômicas de vida. Alguns destes condicionantes serão analisados nas duas próximas seções,

<sup>149</sup> Sem Joaquim José Moreira Lima este percentual reduzir-se-ia a 89,2%.

divididas de acordo com o momento temporal das informações (1829 e o período dos inventários). Na última destas seções realizamos um exame, incorporando os informes de atividades para esses dois momentos.

## **II - PATRIMÔNIO ALCANÇADO PELOS INDIVÍDUOS SEGUNDO SUAS CONDIÇÕES EM 1829**

Nos inventários, observamos a riqueza detida pelas pessoas da amostra no final de suas vidas. Diversos fatores condicionam o montante acumulado, como, por exemplo, as condições materiais iniciais (inclusive em função de dotes e heranças), atividade desenvolvida, faixa etária, empenho, astúcia etc. Nesta seção evidenciamos a importância de alguns destes condicionantes do patrimônio alcançado nos inventários pelos indivíduos selecionados, os quais podem ajudar a explicar os diferentes ritmos de acumulação.

A Tabela 5.6 apresenta a distribuição da riqueza acumulada pelas pessoas segundo suas faixas etárias em 1829. Os indivíduos mais jovens conseguiram obter uma média de patrimônio e de escravaria superior à dos com idades maiores que sessenta anos. As pessoas mais jovens e de meia idade, especialmente os com trinta a cinquenta anos em 1829, atingiram as médias mais altas. Todavia, sem a presença de Joaquim José Moreira Lima, a riqueza média dos indivíduos mais jovens reduz-se para 981 libras. Talvez esses habitantes tiveram a possibilidade de se beneficiarem por mais tempo da economia cafeeira do que os mais velhos. O advento da cafeicultura deslocou o padrão de acumulação em relação ao momento anterior, especialmente dos indivíduos que residiram na localidade dos anos 20 até o terceiro quarto do século XIX, como vimos no capítulo anterior.<sup>150</sup> Todavia, as diferenças entre os padrões de acumulação dos indivíduos deve-se também às condições específicas de cada um deles, como o número de escravos possuídos no início (inclusive heranças e dotes) e a atividade desenvolvida.

TABELA 5.6  
RIQUEZA ACUMULADA SEGUNDO FAIXAS ETÁRIAS EM 1829

---

<sup>150</sup> O momento do óbito na vida do indivíduo poderia interferir em tal proposição. Todavia, os indivíduos morreram a partir dos 40 anos, à exceção de cinco casos. Na amostra como um todo, entre 1829 e 1837, faleceram 34 indivíduos (18,2%). De 1837 a 1850, morreram 77 pessoas (41,2% do total). Por fim, entre 1850 e 1880, o óbito atingiu 72 indivíduos (38,5%). Deste modo, apesar das possíveis diferenças nas idades de falecimento, a análise do conjunto dos indivíduos não parece apresentar tais diferenciais em montantes suficientes para alterar a conclusão acima (ver Tabela AE.2 do Apêndice Estatístico).

(1830/79) <sup>a</sup>

FAIXAS EM						Riqueza	Escravidia
1829	Nº	Nº de Prop.	Riqueza	Escravos		Média	Média
20 a 29	19	15	478.245	209		25.171	13,9
30 a 39	39	28	65.011	422		1.667	15,1
40 a 49	59	52	177.601	1.028		3.010	19,8
50 a 59	37	29	45.978	378		1.243	13,0
60 a 69	23	23	15.847	202		689	8,8
70 ou mais	8	8	5.789	56		724	7,0
TOTAL	185	155	788.471	2.295		4.262	14,8

Obs: Riqueza em libras (Nº de Prop. = número de escravistas).

a Não incluímos Vicente José Luna por falta de informações. Havia ainda um não-proprietário de cativo com menos de 20 anos em 1829 não considerado na tabela.

Se compararmos a Tabela 4.3 com a Tabela 5.6, percebemos o dinamismo da posse cativa média das diversas faixas etárias, reproduzindo o comportamento esperado pelo ciclo de vida, entre 1829 e o momento dos inventários. Os maiores acréscimos do número de escravos ocorreram para os indivíduos mais jovens, decrescendo de acordo com o aumento das idades até tornar-se negativo. Os indivíduos da faixa etária de 20 a 29 anos apresentaram um aumento de 148% no período. As pessoas com idades de 30 a 39 anos mostraram uma elevação um pouco menor (113%). O acréscimo da faixa etária subsequente atingiu um crescimento ainda menor (82%). <sup>151</sup> Por fim, nas três faixas seguintes os percentuais reduziram-se a 11%, -11% e -18% no período, respectivamente. Embora estes últimos indivíduos possuíssem posses cativas elevadas em 1829, eles mostraram um dinamismo pequeno ou até negativo entre esse ano e seus inventários. <sup>152</sup>

O número de escravos possuídos em 1829 revelou-se uma forte evidência do patrimônio a ser alcançado pelo indivíduo no seu inventário (Cf. Tabela 5.7). <sup>153</sup> Em geral, quanto maior o plantel da pessoa em 1829 mais elevada seria a riqueza obtida ao fim de sua vida. <sup>154</sup> Os

<sup>151</sup> Se desconsiderarmos o Padre Joaquim Ferreira da Cunha da faixa etária dos 40 a 49 anos o crescimento diminuiria ainda mais, chegando a 48%.

<sup>152</sup> Das 68 pessoas com cinquenta anos ou mais em 1829, vinte e cinco morreram na década de 30 (36,8%).

<sup>153</sup> Em alguns casos a pessoa faleceu logo após o recenseamento de 1829. Entre 1829 e 1837, o óbito ocorreu para 34 indivíduos proprietários de cativos de nossa amostra. A idade média ao morrer destes habitantes atingiu 54 anos no momento do seus inventários. As variações do número de escravos entre esse ano e o momento do inventário alcançaram montantes pequenos. No seu conjunto, houve uma redução do número dos seus cativos de seis elementos.

<sup>154</sup> Se excluíssemos Joaquim José Moreira Lima do conjunto dos escravistas de 5 a 9 cativos, a riqueza média atingiria 1.011 libras, menor do que a faixa subsequente e maior que a anterior.

proprietários de um cativo nesse ano detinham em média pouco mais de duzentas libras nos seus inventários. Por outro lado, os seis escravistas com quarenta ou mais escravos no ano de 1829 alcançaram em média mais de dez mil libras de patrimônio entre 1830 e 1879. A riqueza medida pela escravaria possuída em 1829 mostrou-se um fator importante no condicionamento do patrimônio dos indivíduos em seus inventários. Certamente, os indivíduos com as maiores posses cativas em 1829 já mantinham um patrimônio elevado nesse ano e mantiveram-no quando se realizaram os inventários. Entretanto, todas as faixas de tamanho de plantéis beneficiaram-se das oportunidades abertas entre os dois marcos cronológicos, com um aumento das posses médias de cativos. A apropriação dos maiores acréscimos, em termos absolutos, do número de cativos ocorreu entre as faixas com as mais elevadas escravarias. Por sua vez, o maior crescimento da escravaria média entre 1829 e 1830/79 ocorreu para os detentores de plantéis unitários nesse primeiro ano. Os demais escravistas apresentaram aumentos de 47% a 73% nesse período, à exceção dos possuidores de 40 ou mais cativos que elevaram seu número médio de escravos em 27%. Desta forma, percebemos um significativo aumento das posses médias de todas as faixas, mas não houve a possibilidade do conjunto dos pequenos proprietários em 1829 ascender às faixas com um número mais elevado de cativos.

TABELA 5.7  
DISTRIBUIÇÃO DA RIQUEZA ACUMULADA POR FAIXAS DE TAMANHO DE PLANTEL  
EM 1829  
(1830/79) <sup>a</sup>

FAIXAS EM 1829	Nº	Nº de Prop.	Riqueza	Escravos	Riqueza Média	Escravaria Média
1	16	13	3.675	35	230	2,7
2 a 4	44	38	16.326	189	371	5,0
5 a 9	52	51	512.174	517	9.850	10,1
10 a 19	34	34	133.784	710	3.935	20,9
20 a 39	8	8	50.258	333	6.282	41,6
40 ou mais	6	6	64.079	457	10.680	76,2
<b>TOTAL</b>	<b>160</b>	<b>150</b>	<b>780.296</b>	<b>2.241</b>	<b>4.877</b>	<b>14,9</b>

Obs: Riqueza em libras (Nº de Prop. = número de escravistas).

a Não incluímos Vicente José Luna por falta de informações e os escravistas em 1829 que tornaram-se não-proprietários de cativos em seus inventários no cálculo da escravaria média.

Dos sessenta pequenos escravistas de 1829, trinta e dois mantinham-se como pequenos proprietários em seus inventários (53,3%), nove passaram à condição de não detentores de cativos (15,0%) e dezenove alçaram-se à posição de possuidores de plantéis médios (31,7%). Sessenta

dos oitenta e seis médios escravistas de 1829 continuavam detendo 5 a 19 cativos de 1830 a 1879 (69,8%). Entre os demais, doze tornaram-se pequenos proprietários de cativos (13,9%), treze grandes (15,1%) e um não mantinha plantel em seu inventário (1,2%). De outro lado, dos catorze grandes escravistas de 1829 treze prosseguiram nesta condição no período 1830/79 (92,9%). Um possuidor de vinte ou mais escravos em 1829 passou a ser proprietário médio (7,1%). Assim, a mobilidade entre as faixas de tamanho de plantel mostrou-se superior para os detentores de um número reduzido de cativos em relação aos que conservavam grandes escravarias. Entretanto, nenhum pequeno escravista alcançou a condição de grande proprietário. A permanência dos mesmos indivíduos como detentores dos maiores plantéis revelou a manutenção de uma hierarquia econômica, com poucas possibilidades de ascensão para os menos afortunados, à exceção dos favorecidos em virtude de relações familiares (como, por exemplo, heranças e dotes), amizade ou habilidade para os negócios.

De outro lado, a atividade desenvolvida pelos indivíduos também condicionou o acúmulo de riqueza. Uma primeira aproximação a este condicionamento pode ser observada por meio da ocupação em 1829, a qual permite algumas inferências, apesar de as pessoas dificilmente se manterem numa única atividade a vida toda. Em geral, os cafeicultores desse ano apresentaram patrimônios médios elevados em seus inventários, sendo de quatro mil e setecentas libras para os associados ao cultivo da cana e de quase mil e quinhentas libras para os que não fabricavam derivados de cana. Os fabricantes de derivados de cana alcançaram uma riqueza média de quase mil e setecentas libras, superando os cafeicultores que não se associaram à produção de subprodutos de cana. Como veremos na próxima seção, os produtores de café de 1829 também revelaram uma grande divergência entre eles, chegando alguns deles abandonar o seu cultivo no momento do inventário. Os demais agricultores de 1829 também atingiram um patamar médio de fortuna maior do que o dos cafeicultores não ocupados com a cana. De outro lado, muitos desses agricultores passaram a cultivar a rubiácea segundo seus inventários, como, por exemplo, o Padre Joaquim Ferreira da Cunha. Sem ele, o patrimônio médio dos demais agricultores chegaria a 666 libras e o seu número médio de cativos a 7,3. Os lojistas de fazendas secas de 1829 assumiram o maior monte entre as diversas atividades, com uma riqueza média de quase cinquenta mil libras (Cf. Tabela 5.8). Novamente, se desconsiderarmos a presença de Joaquim José Moreira Lima, a média deste segmento chegaria a 3.400 libras, que ainda representaria um montante elevado. A atividade comercial de loja propiciava a formação de patrimônios expressivos. Entre as demais atividades destacou-se a dos tropeiros e negociantes com uma riqueza média de quase mil e duzentas libras e uma escravaria de 196 cativos.<sup>155</sup>

---

<sup>155</sup> Devemos ressaltar o comentário realizado no capítulo anterior, no qual a presença de Bento Barbosa Ortiz elevou a posse média de cativos das pessoas com essas ocupações, pois sua atuação profissional não se restringiu à atividade de tropeiro, mas passou mais tarde pela cafeicultura também. Sem a sua inclusão o patrimônio médio dos

TABELA 5.8  
RIQUEZA ACUMULADA SEGUNDO ATIVIDADE EM 1829  
(1830/79) <sup>a</sup>

ATIVIDADES EM 1829	Nº	Nº de Prop.	Riqueza	Escravos	Riqueza Média	Escravaria Média
Café	50	41	72.410	556	1.448	13,6
Café + Cana	15	14	71.168	553	4.745	39,5
Cana	17	16	28.829	182	1.696	11,4
Demais agr.	51	37	93.849	462	1.840	12,5
Fazenda Seca	10	9	491.197	145	49.120	16,1
Taberneiro	5	4	1.152	21	230	5,3
Ferreiro	5	4	1.618	23	324	5,8
Vive de bens	6	6	3.812	53	635	8,8
Tropeiro/Neg.	13	13	15.371	196	1.182	15,1
Eclesiástico	5	3	2.555	10	511	3,3
Outras	7	6	1.275	17	182	2,8
<b>TOTAL</b>	<b>184</b>	<b>153</b>	<b>783.236</b>	<b>2.218</b>	<b>4.257</b>	<b>14,5</b>

Obs: Riqueza em libras (Nº de Prop. = número de escravistas).

a Não incluímos Vicente José Luna, Francisco Barbosa Ortiz e Joaquim Pinto de Castilho por falta de informações.

Embora os cafeicultores também dedicados à produção de derivados de cana e os lojistas possuíssem patrimônios médios elevados, os primeiros detinham uma escravaria média de 39,5, que superava a dos segundos (16,1). A diferença entre os cafeicultores e os lojistas mostrou-se mais significativa com relação à posse escrava, pois os comerciantes de fazendas secas possuíam pequena escravaria relativamente à riqueza, que se constituíam principalmente pelas dívidas ativas, como veremos no capítulo seis. A atividade comercial não necessitava de tanta mão-de-obra cativa quanto a agrícola. Assim, os mercadores de fazenda seca poderiam ter um patrimônio superior ao do agricultor com igual número de escravos.

### III - PATRIMÔNIO ALCANÇADO PELOS INDIVÍDUOS NOS INVENTÁRIOS

tropeiros e negociantes reduzir-se-ia a pouco mais de seiscentas libras, ou seja muito inferior ao dos cafeicultores e, até, dos demais agricultores.

A riqueza inventariada também variou de acordo com a atividade desempenhada pelos indivíduos ao final de suas vidas. Esta segunda aproximação ainda insuficiente para o entendimento mais completo das ocupações dos indivíduos avança alguns pontos interessantes. Na Tabela 5.9 apresentamos a distribuição das pessoas selecionadas segundo a sua ocupação quando ocorreu seu falecimento.<sup>156</sup> O número de cafeicultores aumentou de 65 para 86 entre 1829 e o momento dos inventários. Os seus escravos representavam 72,6% do total da escravaria em 1830/79. Eles mantinham a maior riqueza média entre os agricultores. Os produtores de café e cana detinham uma escravaria e um patrimônio médio ligeiramente superior ao dos cafeicultores não associados à cana (23,3 e 22,0 escravos e 3.021 e 2.603 libras, respectivamente). O número de pessoas envolvidas com a fabricação de derivados da cana sem o cultivo da rubiácea elevou-se de 17 para 41 no período 1829-1830/79. De outro lado, a presença dos demais agricultores diminuiu de 51 para 15. Os agricultores de subsistência em 1829 passaram a cultivar o café e/ou a cana no inventário. Entretanto, esta mudança pode decorrer também dos métodos distintos de classificação que utilizamos para a lista nominativa e o inventário, em função da diferença de informações presentes em cada documentação. Desta forma, podemos ter classificado um agricultor que não produziu derivados de cana como fabricante destes bens só em virtude de possuir um engenho ou alambique sem uso.

TABELA 5.9  
RIQUEZA ACUMULADA SEGUNDO ATIVIDADE NO INVENTÁRIO  
(1830/79)

ATIVIDADES	N°	N° de Prop.	Riqueza	Escravos	Riqueza Média	Escravaria Média
------------	----	-------------	---------	----------	---------------	------------------

<sup>156</sup> Como raramente havia a anotação da produção ou ocupação da pessoa inventariada, só conseguimos informações de forma indireta. Inferimos a atividade do indivíduo a partir da presença de cafezais, canaviais, alambique, animais, dívidas, bens móveis específicos e outros indicadores no inventário. Assim, a classificação ocupacional efetuada para as listas difere da dos inventários. Parece-nos haver nesta última taxonomia uma subestimação dos demais agricultores, em função da pouca frequência da anotação de roças destes bens.

Café	59	44	153.562	969	2.603	22,0
Café + Cana	27	27	81.559	630	3.021	23,3
Cana	41	35	45.405	370	1.107	10,6
Demais Agr.	15	11	3.986	45	266	4,1
Fazenda Seca/Usura	7	6	487.989	107	69.713	17,8
Taberneiro	5	4	1.158	18	232	4,5
Ferreiro	3	3	2.445	20	815	6,7
Tropeiro/Negociante	7	7	3.830	38	547	5,4
Eclesiástico	4	2	1.871	2	468	1,0
Músico	1	1	124	4	124	4,0
<b>TOTAL</b>	<b>169</b>	<b>140</b>	<b>781.929</b>	<b>2.203</b>	<b>4.627</b>	<b>15,7</b>

Obs: Riqueza em libras (Nº de Prop. = número de escravistas).

A escravaria e o patrimônio médio alcançado pelos produtores de derivados de cana que não produziam café revelaram-se inferiores aos dos cafeicultores (10,6 cativos e 1.107 libras). Os demais agricultores atingiram uma posse cativa e uma riqueza média ainda menores (4,1 escravos e 266 libras). Os agricultores em seu conjunto aumentaram sua participação na totalidade dos indivíduos selecionados de 70,4% para 84,0%. Novamente, a diferença de classificação interferiu neste resultado, pois a definição de uma ocupação não agrícola mostrou-se mais difícil do que as ocupações rurais. Entre as atividades urbanas destacou-se a dos lojistas de fazenda seca e usurários. A riqueza média deles superou a dos demais, mesmo quando excluímos Joaquim José Moreira Lima do cálculo. Neste caso, o patrimônio médio dos lojistas e usurários chegou a 4.566 libras e o número médio de cativos a 10,6. Com relação às demais atividades, a riqueza média atingida mostrou-se pequena: 815 libras para os ferreiros, 547 libras para os tropeiros e negociantes, 468 libras para os eclesiásticos, 232 libras para os taberneiros e 124 libras para o músico.

Ao compararmos as informações de ocupações das listas nominativas e dos inventários percebemos uma certa mudança de funções dos indivíduos selecionados no período (ver Tabela 5.10). Esta união das fontes permitiu uma análise mais apurada das atividades dos indivíduos do que a conseguida pelas duas aproximações anteriores.

TABELA 5.10  
RIQUEZA ACUMULADA SEGUNDO ATIVIDADE EM 1829 E NO INVENTÁRIO  
(1829 e 1830/79)

ATIVIDADES 1829/Inventário	Nº	Nº de Prop.	Riqueza	Escravos	Riqueza Média	Escravaria Média
-------------------------------	----	-------------	---------	----------	------------------	---------------------

Café/Café	31	24	61.121	432	1.972	18,0
Café/Café+Cana	7	7	7.052	74	1.007	10,6
Café/Cana	6	4	1.478	21	246	5,3
Café/Negócio	2	2	2.471	18	1.236	9,0
Café+Cana/Café+Cana	7	7	42.414	290	6.059	41,4
Café+Cana/Café	3	3	18.499	189	6.166	63,0
Café+Cana/Cana	4	4	10.256	74	2.564	18,5
Cana/Cana	10	10	21.174	138	2.117	13,8
Cana/Café + Cana	3	3	5.705	28	1.902	9,3
Cana/Café	1	1	759	6	759	6,0
Cana/Demais Agr.	3	2	1.191	10	397	5,0
Demais Agr./Demais Agr.	8	6	1.593	21	199	3,5
Demais Agr./Café+Cana	6	6	12.403	76	2.067	12,7
Demais Agr./Café	17	10	68.773	274	4.046	27,4
Demais Agr./Cana	14	10	7.641	76	546	7,6
Demais Agr./Negócio	2	2	882	5	441	2,5
Fazenda S./Fazenda S.	6	5	486.820	101	81.137	20,2
Fazenda S./Cana+Café	1	1	1.355	18	1.355	18,0
Fazenda S./Cana	2	2	1.436	17	718	8,5
Fazenda S./Ferreiro	1	1	1.586	9	1.586	9,0
Taberneiro/Taberneiro	4	3	1.040	17	260	5,7
Ferreiro/Ferreiro	2	2	859	11	430	5,5
Ferreiro/Cana	1	1	431	6	431	6,0
Ferreiro/Demais Agr.	2	1	328	3	164	3,0
Vive de bens/Café	1	1	634	17	634	17,0
Vive de bens/Cana	1	1	752	14	752	14,0
Tropeiro/Tropeiro	2	2	688	10	344	5,0
Tropeiro/Café+Cana	2	2	8.749	106	4.375	53,0
Tropeiro/Café	2	2	2.596	24	1.298	12,0
Tropeiro/Cana	3	3	2.237	24	746	8,0
Negociante/Café	1	1	148	18	148	18,0
Padre/Padre	4	2	1.871	2	468	1,0
Padre/Café	1	1	684	8	684	8,0
Jornaleiro/Café	1	0	233	0	233	0,0
“Novo habitante”/Café	1	1	115	1	115	1,0

Obs: Riqueza em libras (Nº de Prop. = número de escravistas).

Os cafeicultores em 1829 que mantiveram esta ocupação em 1830/79 apresentaram uma riqueza média superior à dos que abandonaram a rubiácea entre os dois momentos.<sup>157</sup> A maioria

<sup>157</sup> A existência de alguma divisão dos bens anterior ao inventário pode explicar este fato, como, por exemplo, o pai ter transferido o cafezal para os filhos e/ou genros cuidarem antes do seu falecimento. Isto também pode ter ocorrido com outras ocupações.

destas últimas pessoas passaram a atuar como produtores de derivados de cana (83,3%). Como veremos na próxima seção, embora dominante, a faina cafeeira não se realizou de forma contínua pela totalidade de seus empreendedores. Os cafeicultores com as menores posses deixaram relativamente mais o cultivo da rubiácea do que os demais.<sup>158</sup> A própria dificuldade de manter-se na atividade cafeeira limitava o seu patrimônio. Eles não conseguiam permanecer ocupados com a rubiácea em razão, talvez, de seus poucos recursos e, por isso, não atingiam fortunas maiores.

Por outro lado, trinta e sete indivíduos ocupados em atividades distintas da cafeeira em 1829 transferiram-se para a cafeicultura no momento dos seus inventários.<sup>159</sup> Destes, destacam-se os demais agricultores com 23 casos e os tropeiros e produtores de derivados de cana não associados à rubiácea com 4 pessoas cada. Quando os indivíduos que se tornaram cafeicultores em 1830/79 alcançaram a produção conjunta de café e de derivados de cana, a sua riqueza média superou à dos que passaram a cultivar apenas rubiácea. Os produtores de derivados de cana tanto em 1829 como no momento do inventário conseguiram uma fortuna média ligeiramente superior à dos cafeicultores que não produziam subprodutos de cana em condição análoga (2.117 libras e 1.972 libras, respectivamente). A necessidade de maiores recursos para a feitura de derivados de cana em conjunto com o cultivo da rubiácea pode ajudar a explicar este resultado. Por fim, os lojistas de fazenda seca atingiram o maior patrimônio médio (81.137 libras). Sem Joaquim José Moreira Lima, o valor médio reduz-se a 5.245 libras, mas ainda representa a terceira maior riqueza média, só menor do que a dos produtores de cana e café em 1829 que continuavam na faina cafeeira com ou sem a cana nos seus inventários.

Antes de ater-nos aos contingentes ocupados em algumas atividades, discutimos a estrutura da posse cativa e a composição dos plantéis dos indivíduos inventariados. Na Tabela 5.11 apresentamos a riqueza acumulada pelos indivíduos selecionados segundo as faixas de tamanho de plantel. Como esperado, a riqueza em termos absolutos e em média cresceu de acordo com a maior escravaria das pessoas. Sem Joaquim José Moreira Lima, a faixa dos plantéis com 40 ou mais cativos ainda revelaria o maior patrimônio médio com 14.736 libras. Assim, a associação entre escravos e fortuna mostrou-se ainda muito forte no momento dos inventários, apesar das qualificações já referidas quanto aos indivíduos que mantinham patrimônio em montante desproporcional ao seu número de escravos. De outro lado, indivíduos com dívidas passivas

---

<sup>158</sup> Nelson Nozoe & José Flávio Motta efetuaram o estudo específico da categoria dos cafeicultores de Bananal que abandonaram o seu cultivo ao longo do tempo (NOZOE & MOTTA, 1996, p. 1831-62). Os indivíduos que deixaram a faina cafeeira até 1828 consistiram dos indivíduos menos favorecidos em termos econômicos em relação aos cafeicultores que continuavam a produzir café em 1829, já que a participação dos não-proprietários de escravos e a produção média de café dos primeiros eram inferiores a dos últimos para um ano idêntico.

<sup>159</sup> Havia mais uma pessoa que passou a cultivar café no inventário, mas não temos o informe de sua ocupação em 1829.

também elevadas poderiam possuir, especialmente os agricultores, grandes escravarias e pequena riqueza, como veremos adiante.

TABELA 5.11  
RIQUEZA ACUMULADA SEGUNDO FAIXAS DE TAMANHO DE PLANTEL  
(1830/79)<sup>a</sup>

FAIXAS	Proprietários	Riqueza	Escravos	Riqueza Média	Escravaria Média
1	21	3.139	21	150	1,0
2 a 4	26	9.711	78	374	3,0
5 a 9	42	31.474	291	749	6,9
10 a 19	39	48.922	513	1.254	13,2
20 a 39	16	83.208	456	5.201	28,5
40 ou mais	11	607.959	936	55.269	85,1
<b>TOTAL</b>	<b>155</b>	<b>784.413</b>	<b>2.295</b>	<b>5.061</b>	<b>14,8</b>

Obs: Riqueza em libras (Nº de Prop. = número de escravistas).

a Por falta de informação excluímos Vicente José Luna.

A composição dos plantéis não variou tão significativamente entre os patamares de riqueza quanto entre as faixas de tamanho de plantel (ver Tabela 5.12 e 4.14). Houve um pequeno crescimento da razão de sexo dos escravos das pessoas que possuíam um patrimônio igual ou superior a 2.000 libras em relação aos demais. De outro lado, a participação das crianças na escravaria diminuiu para os mais ricos. Entretanto, como visto entre faixas de tamanho de plantel, a incidência de relações de parentesco e a presença de africanos entre os cativos ocorreu com maior frequência para os mais afortunados. O preço médio dos escravos aumentou de acordo com a maior riqueza.

TABELA 5.12  
COMPOSIÇÃO DOS PLANTÉIS SEGUNDO FAIXAS DE RIQUEZA  
(1830/79)<sup>a</sup>

FAIXAS (em libras)	Razão de Sexo	% de 0 a 9 anos	% de 10 a 39 anos	% de relações de parentesco <sup>b</sup>	% de africanos	Preço Médio (réis)	
						1830/49	1850/79
Menor de 500	166	20%	63%	10%	40%	306\$233	591\$389
500 a 1.999	166	19%	56%	15%	40%	337\$588	676\$257
2.000 ou mais	176	16%	57%	21%	46%	392\$587	815\$561
<b>TOTAL</b>	<b>171</b>	<b>18%</b>	<b>57%</b>	<b>18%</b>	<b>43%</b>	<b>359\$446</b>	<b>771\$377</b>

a Não incluímos, por falta de informações, os escravos do Padre Joaquim Ferreira da Cunha e Vicente José Luna.

b Inclui os casais, a prole vivendo em companhia de pelo menos um dos genitores (pai ou mãe), as mães solteiras e os (as) viúvos (as).

A maior parcela do patrimônio total dos indivíduos concentrou-se nas mãos dos cafeicultores e lojistas de fazenda seca e usurários (92,5%). A produção de derivados de cana envolvia um elevado número de pessoas com uma riqueza significativa (5,8% do total). Além disto, os indivíduos atuantes nestas três ocupações mantinham 94,2% dos escravos no momento de seus inventários. Todavia, essas pessoas não se ocuparam continuamente nestas atividades, como vimos na Tabela 5.10. Existiam mudanças de atividade durante a vida do indivíduo. Ao longo do período em estudo cresceu a presença dos cafeicultores, mas contrariando esta tendência alguns indivíduos abandonaram o cultivo da rubiácea. Destacamos esses contingentes para estudo em separado. Na próxima seção centramos a análise nas pessoas que produziram café em 1829 e/ou no momento do inventário. Posteriormente, salientamos o comportamento no tempo dos produtores de derivados de cana e, no capítulo seguinte, estudamos os comerciantes e usurários.

#### IV - A RIQUEZA DOS CAFEICULTORES

Os cafeicultores desempenharam um papel fundamental na evolução patrimonial da localidade e da nossa amostra. Os cento e três indivíduos que em 1829 produziram café e/ou no momento do inventário cultivavam a rubiácea possuíam 31,6% da riqueza total e 74,0% dos escravos inventariados. Se excluirmos Joaquim José Moreira Lima do cômputo, o porcentual do patrimônio total destas pessoas crescerá para 76,1%.<sup>160</sup> Todavia, apesar de constituir uma das

<sup>160</sup> Devemos notar a importância de outras atividades desenvolvidas juntamente com a cafeeira para o desempenho desses indivíduos, como, por exemplo, a cana. A associação das duas culturas pode ser ilustrada pela significativa participação das pessoas que produziam derivados de cana no total dos cafeicultores em 1829 (20,3%). Nesse ano, a parcela da escravaria dos cafeicultores envolvidos com a faina canavieira representava 41,6% do total dos escravos dos cento e três produtores de café.

atividades mais importantes e envolver um grande número de habitantes da localidade, esta ocupação nem sempre realizou-se de modo contínuo por seus membros.

Na Tabela 5.13 dividimos os cafeicultores de acordo com a produção de café em 1829 e/ou o cultivo da rubiácea no momento dos inventários. Dos três grupos considerados, o primeiro inclui as pessoas ocupadas com a faina cafeeira em 1829 e no momento dos inventários. O segundo conjunto compreende os cafeicultores que colhiam café em 1829, mas não o faziam em 1830/79. O terceiro abarca os cultivadores da rubiácea no momento dos inventários que não produziam café em 1829.<sup>161</sup> Dos quarenta e oito indivíduos do primeiro grupo apenas trinta encontravam-se em 1822, detendo 260 cativos, com uma média de 10,4 escravos.<sup>162</sup> Todavia, apenas onze produziam café, totalizando 946 arrobas. Os cafeicultores deste grupo que já atuavam nesta ocupação em 1822 detinham uma escravaria média menor (7,7) do que a das pessoas que ainda não eram cafeicultores nesse ano (12,2). Estes últimos atuavam como produtores de derivados de cana (5 casos) e dos demais bens agrícolas (12 pessoas). Em 1829, a propriedade cativa deste grupo elevou-se a 648 elementos (65,8% da escravaria dos cafeicultores) e a colheita de café alcançou 6.747 arrobas (89,4% da produção total). Em seu conjunto os quarenta e oito mantinham uma média de escravos de 15,4 nesse ano. Neste grupo, os cultivadores da rubiácea tanto em 1822 como em 1829 mantinham uma média de 12,1 cativos e os que passaram a colher o café nesse último ano de 22,3. No período dos inventários a média cresceu em comparação com 1829 para os dois contingentes desse grupo (19,3 e 29,2 respectivamente). O dinamismo em termos da evolução do número de cativos mostrou-se superior para os primeiros em relação aos segundos, com variação de 151% contra 139% entre 1822 e o momento dos inventários. Provavelmente, a entrada mais tardia dos grandes escravistas na faina cafeeira explique as maiores posses dos indivíduos que começaram a cultivar café mais tarde do que os outros, mas a continuidade na faina cafeeira pelos primeiros permitiu a eles um dinamismo superior.<sup>163</sup>

---

<sup>161</sup> Dois membros deste grupo colheram 39 arrobas de café em 1822, mas não o fizeram em 1829.

<sup>162</sup> Havia cinco não-proprietários de cativos nesse ano para este grupo, seis em 1829, quatro em 1835/36 e sete no momento dos seus inventários.

<sup>163</sup> A entrada tardia dos grandes escravistas pode ser ilustrada por Ventura José de Abreu, que embora não pertença à nossa amostra por falecer em 1827, foi o maior cafeicultor dos anos vinte na região (Ver Apêndice referente a ele). Como vimos anteriormente, outros autores também observaram a importância dos grandes escravistas num segundo momento do desenvolvimento cafeeiro: Motta (1990), Marcondes (1992) e Motta & Nozoe (1994).



TABELA 5.13  
EVOLUÇÃO DOS CAFEICULTORES EM 1829 E NO MOMENTO DOS INVENTÁRIOS  
(1822 a 1830/79)

Cafeicultores em	1822			1829			1835/36			1830/79				
	Nº	Escravos	Café	Nº	Escravos	Café	Nº	Escravos	Café	Nº	Escravos	Riq. Total	Riq. Média	Esc. Média
1829 e 1830/79	30 <sup>a</sup>	260	946	48	648	6.747	34 <sup>b</sup>	707	11.297	48	985	129.086	2.689	24,0
1829 apenas	10 <sup>c</sup>	47	303	17	122	797	11 <sup>d</sup>	64	100	17	124	14.492	853	8,9
1830/79 apenas	17 <sup>e</sup>	105	39	38	215	0	24 <sup>f</sup>	221	1.970	38	614	106.035	2.790	20,5
<b>TOTAL</b>	<b>57</b>	<b>412</b>	<b>1.288</b>	<b>103</b>	<b>985</b>	<b>7.544</b>	<b>69</b>	<b>992</b>	<b>13.367</b>	<b>103</b>	<b>1.723</b>	<b>249.613</b>	<b>2.423</b>	<b>20,3</b>

Obs: Café em arrobas e riqueza em libras.

a Destes, apenas onze produziam café em 1822.

b Destes, apenas vinte e nove produziam café em 1835/36.

c Destes, apenas três produziam café em 1822.

d Destes, apenas dois produziam café em 1835/36.

e Destes, apenas dois produziam café em 1822.

f Destes, apenas catorze produziam café em 1835/36.

O crescimento do primeiro grupo como um todo chegou a apenas 131% no período 1822-1830/79, pois os indivíduos que passaram a integrar esse contingente entre 1822 e 1829 apresentaram um dinamismo menor, mas uma posse média elevada no momento dos inventários (20,5). Em 1835/36, apenas vinte e nove dos quarenta e oito cafeicultores de 1829 continuavam a produzir café. A produção total da rubiácea deles chegou a 11.297 arrobas (84,5%). A escravaria deste grupo representava 71,3% do total de escravos em 1835/36. O patrimônio médio alcançado pelo grupo atingiu quase duas mil e setecentas libras nos seus inventários. Nesse momento a sua massa escrava perfazia 57,2% dos cativos, embora o número pessoas deste grupo representasse apenas 46,6% do total de indivíduos analisados nesta tabela. Assim, destaca-se a dominância deste grupo no conjunto da colheita de café e da escravaria.

Alguns cafeicultores em 1829 não cultivavam a rubiácea no momento do inventário. Eles formaram o segundo grupo em estudo. Dos dezessete indivíduos deste grupo, dez já se encontravam na localidade em 1822, possuindo uma escravaria inferior à do primeiro grupo nesse ano (47 cativos). Eles ocupavam-se com as seguintes atividades nesse ano: cana (2), subsistência (4) e ferreiro (2). Ainda em 1822, três deles colheram 303 arrobas de café (23,5%).<sup>164</sup> Em 1829, a propriedade cativa deste grupo elevou-se a 122, mas a partir desse ano o acréscimo foi reduzido, chegando a 124 escravos em 1830/79. O pequeno dinamismo da posse cativa relacionou-se ao abandono da cafeicultura. A produção deste bem chegou a 797 arrobas em 1829 (10,6% do total desse ano), envolvendo os dezessete membros do grupo. Entretanto, o montante colhido atingiu apenas 100 arrobas em 1835/36 (0,8%), compreendendo somente dois indivíduos. A sua escravaria média aumentou de 6,7 em 1822 para 8,7 em 1829 e a 8,9 no momento dos inventários.<sup>165</sup> O dinamismo da posse cativa durante todo o período alcançou apenas 33% para os membros desse grupo. Destas pessoas, dez passaram a se ocupar com a atividade canavieira e duas com negócios no momento dos inventários.<sup>166</sup> A riqueza média somou apenas 853 libras. Eles aproveitaram um momento muito favorável à faina cafeeira. Quando os preços do café atingiram patamares elevados no final da década de dez e início da década de vinte, tais pessoas iniciaram seu plantio, chegando a colhê-lo durante a década de vinte. Entretanto, os preços do produto reduziram-se no final da década de vinte, diminuindo a rentabilidade cafeeira e aumentando relativamente a da cana. Muitas vezes os locais de plantio também não se mostravam adequados ao cultivo da rubiácea, gerando a procura por outras atividades.<sup>167</sup> A menor

---

<sup>164</sup> Existia mais dois casos sem informe de atividade em 1822.

<sup>165</sup> Além dos escravistas, havia três não-proprietários de cativos nesses três anos.

<sup>166</sup> Não conseguimos inferir a ocupação para cinco casos no momento dos inventários.

<sup>167</sup> A idade média deste grupo superou a do conjunto dos cento e três cafeicultores em 1829 (50 anos e 44 anos, respectivamente). Talvez, esta diferença ajude a explicar o pequeno dinamismo da posse cativa média do segundo grupo. Além disto, 82,4% dos indivíduos que abandonaram o café faleceram até 1849, enquanto para o conjunto

disponibilidade de recursos observada por meio da posse cativa pode também ajudar a explicar a não continuidade na faina cafeeira. Após o abandono da rubiácea cresce a dificuldade de alcançar-se a um patamar mais elevado de riqueza. Na próxima seção discutimos um caso deste grupo.

Apesar dos indivíduos que abandonaram a cafeicultura, no período dos inventários, um maior número de indivíduos atuava no cultivo da rubiácea, alguns sem terem se ocupado com a sua colheita em 1829. Entre esses anos aumentou o interesse pela faina cafeeira. Os cafeicultores do terceiro grupo mantinham uma escravaria média próxima ao do segundo tanto em 1822 como em 1829 (7,0 e 7,7 escravos respectivamente). Todavia, a partir desse último ano os membros desse contingente apresentaram um grande crescimento da posse cativa média simultaneamente à entrada na faina cafeeira, chegando a 20,5 cativos no período dos inventários. Sem o Padre Joaquim Ferreira da Cunha, o número reduzir-se-ia 14,3 cativos. Entre 1822 e o período dos inventários, os cafeicultores que não produziam café em 1829 revelaram um dinamismo maior da propriedade cativa do que os do segundo grupo (104%).<sup>168</sup> Os não-escravistas mantinham uma forte presença entre este grupo com dois casos em 1822, dez em 1829 e oito no momento dos inventários. Além disto os indivíduos deste grupo atingiram uma riqueza média de 1.230 libras, sem incluir o Padre. Entre 1822 e 1829, o contingente acresceu-se de vinte e um indivíduos, os quais chegaram à localidade ou passaram a constituir domicílio próprio nesse período, à exceção de dois casos que já moravam na vila antes de 1822, mas se ausentaram dela nesse ano. Desses vinte e um, treze mantinham escravos no primeiro ano em que residiram na localidade com fogo próprio, possuindo em média 6,5 cativos. Tais indivíduos contribuíram para o crescimento do número médio de cativos do grupo.

Dois indivíduos do terceiro contingente produziram 39 arrobas de café em 1822, representando 3,0% do total desse ano. A colheita do grupo chegou a 1.970 arrobas em 1835/36 (14,7% do conjunto da produção). Assim, os cafeicultores que persistiram nesta atividade mostraram, em geral, uma riqueza e uma posse cativa média superiores à dos que a abandonaram ou iniciaram mais tarde o cultivo da rubiácea. Ademais, o próprio dinamismo de acumulação de cativos também ocorreu de forma mais intensa para os membros do primeiro grupo. Os anos vinte do século XIX revelaram-se favoráveis à participação de grandes escravistas na faina cafeeira, embora os não-escravistas continuassem presentes durante todo o período. Os cafeicultores do primeiro grupo e, em menor proporção, do terceiro beneficiaram-se da maior propriedade cativa inicial e da incorporação de pessoas com elevado número de escravos. Os maiores montantes

---

dos cafeicultores somente 61,2% morreram até esse ano. Possivelmente, nas décadas de trinta e quarenta as alternativas de cultivo distintas da rubiácea mantinham um atrativo maior do que nas décadas seguintes.

<sup>168</sup> A idade média deste grupo chegou a 40 anos em 1829, sendo a menor entre todos eles. Tal fato favoreceu, relativamente, a sua acumulação de cativos.

investidos na cultura da rubiácea permitiram aproveitar mais intensamente a rentabilidade da cafeicultura naquele momento.<sup>169</sup>

Na Tabela 5.14, selecionamos as vinte pessoas com os maiores acréscimos nos seus plantéis entre 1829 e 1830/79. Dos vinte indivíduos presentes na Tabela, todos participaram em algum momento e com variados graus de intensidade da faina cafeeira.<sup>170</sup> Somente três deles apresentaram idades superiores a cinquenta anos em 1829, mas menores do que sessenta. A maioria possuía entre 30 e 46 anos, passando pela fase ascendente do ciclo de vida, ou seja mais propícia à acumulação de bens. No momento dos inventários, estas pessoas detinham 45,2% da escravaria e 78,8% da riqueza. A quase totalidade do crescimento do número de cativos entre 1829 e 1830/79 deveu-se a estes vinte indivíduos (91,8%).<sup>171</sup> O maior crescimento ocorreu entre os cativos do Padre Joaquim Ferreira da Cunha, cafeeicultor e capitalista, com uma variação de cento e noventa escravos entre 1829 e 1879, analisado no capítulo seguinte. O capitão Antonio Dias Teles de Castro apresentou o segundo maior acréscimo, no montante de 78 pessoas em seu plantel de 1829 a 1854. Como o Padre, Joaquim José Moreira Lima será tratado no próximo capítulo e Manoel Pereira de Castro na seção seguinte a esta.<sup>172</sup>

---

<sup>169</sup> O Barão von Tschudi em sua viagem ao sul do país durante a década de sessenta do século XIX observou a rentabilidade cafeeira numa região de ocupação mais recente: “Fazendeiros instruídos e que costumam manter um registro escrupuloso e racional de suas transações, o que é bastante raro, me asseveraram que com os atuais preços do café, dos gêneros alimentícios e dos escravos, ainda se conseguia numa fazenda do distrito de Cantagalo [RJ] um lucro médio e líquido de 9%. Tal lucro não se deve tomar como norma para todas fazendas do distrito, pois as condições climáticas e geognósticas, que não são iguais em todas as zonas, influem muito no resultado final. (...) Se um lucro de 9% nos parece considerável, principalmente em comparação com a agricultura européia, não devemos perder de vista os grandes riscos e oscilações a que está exposto. (...) o fazendeiro tem que pagar de 10 a 12% ao ano [de juros] (às vezes de 2 a 3% ao mês, então devemos considerar que o lucro de 9% não é exagerado).” (TSCHUDI, 1980, p. 55). C. F. Van Delden Laerne analisou informes de nove grandes fazendas da região (com mais de cem cativos cada uma delas) de 1873 a 1884. O rendimento líquido médio foi de 17%, sendo o inferior de 12% e o mais alto de 22% (Cf. LAERNE, 1885, p. 330-331).

<sup>170</sup> Até Joaquim José Moreira Lima, lojista de fazenda seca e capitalista, analisado no capítulo seguinte, chegou a produzir café em 1860 na localidade de Areias, provavelmente como resultado da execução de algum devedor (Cf. PEREIRA, 1977, p. 66).

<sup>171</sup> Devemos lembrar que cinquenta e oito indivíduos (31,0% do total) apresentaram redução de sua posse cativa nesse período no montante de 224 escravos. Destes, trinta apresentavam idades iguais ou superiores a cinquenta anos e apenas quatro enquadravam-se na faixa etária dos vinte anos. Assim, as pessoas que desaccumularam cativos encontravam-se relativamente mais presentes na fase descendente do ciclo de vida (ver Apêndice referente a este assunto).

<sup>172</sup> Já analisamos o caso de Bento Barbosa Ortiz no capítulo anterior. Consideraremos Antonio Gonçalves França e Francisco Barbosa Ortiz no Apêndice referente aos não-escravistas em 1829.



TABELA 5.14  
PLANTÉIS COM OS MAIORES ACRÉSCIMOS DE CATIVOS  
(1829 a 1830/79)

N O M E	1829			1835/36		1830/79				
	Idade	Esc(1)	Café	Escravos	Café	Idade	Esc(2)	ΔEsc(2-1)	Cafezal	Riqueza
Padre Joaquim Ferreira da Cunha	40	10	0	26	200	90	200	190	Sim	60.528
Antonio Dias Teles de Castro	40	40	500	91	800	65	118	78	Sim	20.422
Bento Barbosa Ortiz	35	21	0	58	500	50	93	72	Sim	7.613
Joaquim José Moreira Lima	22	6	0	10	0	72	54	48	Não	460.595 <sup>a</sup>
Manoel Pereira de Castro	53	56	100	57	0	70	103	47	Sim	9.858
João Rodrigues Ramos	46	17	120	21	400	63	59	42	Sim	6.158
Francisco Barbosa Ortiz	22	0	0	10	280	44	38	38	Sim	3.881
Francisco Xavier de Oliveira	49	5	150	13	200	85	35	30	Sim	3.422
Manoel José da Silveira	35	27	200	36	1.000	48	57	30	Sim	7.394
Francisco Godoi Bueno	38	31	430	37	1.000	56	55	24	Sim	3.179
Antonio Rodrigues de Souza	45	12	250	16	800	75	33	21	Sim	7.426
Victoriano da Silva Morais	39	6	40	6	0	70	24	18	Não	5.911
Francisco Lescura Banher	44	23	500	33	500	62	38	15	Sim	5.389
Crispim José Gomes	26	18	0	23	200	55	32	14	Sim	8.074
Manoel Pereira de Carvalho	51	14	0 <sup>b</sup>	9	0	80	28	14	Não	5.899
Manoel Theotônio de Castro	27	4	0	12	70	70	18	14	Sim	148
Antonio Gonçalves França	30	0	0	2	100	61	13	13	Sim	2.041
Manoel José de Almeida	59	7	0 <sup>c</sup>	9	0	84	19	12	Não	2.067
Antonio José dos Santos	42	8	150	11	0	59	19	11	Sim	997
Brigida Francisca de Jesus	40	6	0 <sup>d</sup>	-	-	60	17	11	Sim	634
<b>TOTAL</b>	-	311	2.440	480	6.050	-	1.053	742	-	621.636

Obs: Café em arrobas e a riqueza em libras.

a Teve produção de café em 1860.

b Teve produção de café em 1825/26, 1820 e 1818 e de aguardente nos anos recentes.

c Teve produção de café em 1825/26 e era senhor de engenho.

d Teve produção de café e de aguardente em 1828, vivia dos bens em 1829.

Antonio Dias Teles de Castro chegou de Minas Gerais no início da década de vinte, quando se casou com Maria Inácia, filha do Capitão Joaquim Pinto de Castilho, recebendo em dote oito contos de réis entre bens e dinheiro. Em 1822, ele consta da lista nominativa de habitantes com onze escravos e exercendo a atividade de negociante, na qual “*lucra anualmente*” 800\$000 réis. Três anos depois, o plantel aumentou para trinta cativos e ele possuía vinte mil pés de café, dos quais foram colhidas 180 arrobas. Em 1829, a produção da rubiácea alcançou 500 arrobas e Antonio de Castro foi descrito como Senhor de Engenho, mesmo sem realizar nenhuma produção de derivados de cana. O rendimento da fazenda de café atingiu 2:400\$000 réis com 800 arrobas do produto vendidas para o Rio em 1835. A receita com a cana neste ano chegou a apenas 150\$000 réis, auferidos mediante a venda na terra de 20 arrobas de açúcar. Depois da morte da primeira esposa no início dos anos trinta, Antonio de Castro casou-se em segundas núpcias com a viúva de Joaquim Ferreira da Silva, que recebeu do seu primeiro marido uma herança de 42 contos de réis, constando de 37 escravos, três cafezais e um engenho em 1836.

Em face da morte do sogro, pai da primeira esposa, a herança de dez contos de réis dos seus filhos ficou, em parte, sob posse de Antonio de Castro, mas contando juros de 20% ao ano. Ao falecer em 1854 com 65 anos, o monte-mor alcançou duzentos e catorze contos de réis. Todavia, se descontarmos as dívidas passivas de 27 contos, custas e disposições testamentárias a riqueza atingiu 177 contos (20.422 libras). No inventário computaram-se quase 130 mil pés de café, que foram avaliados por 22:284\$800 réis. Na ocasião da avaliação aproximava-se a colheita, em função disto os frutos nos pés também passaram a ser considerados. As três mil arrobas foram avaliadas em 4:806\$400 réis, que representava uma produtividade por mil pés de 43,3 arrobas. Entre 1825 e o momento do inventário a posse cativa cresceu de 30 para 118 escravos, ou seja um aumento de 293%. Em período análogo, o número de pés de café elevou-se em cerca de 550%. Assim, parece ter ocorrido uma concentração dos seus esforços na faina cafeeira.

As heranças recebidas por Antonio de Castro contribuíram decisivamente para o seu acúmulo de escravos e riqueza. No período final da sua vida, as dívidas começaram a assumir valores elevados, chegando o próprio inventariado a declarar em seu testamento: “(...) *não tenho podido pagar todas* [as obrigações / RLM].” (nº 330 2º Ofício - Arquivo Municipal de Lorena). O elevado patrimônio do testador encontrava-se imobilizado em terras, cafezais e escravos, os quais produziam um rendimento insuficiente para o pagamento das dívidas e seus serviços.

Na Tabela 5.14, os sete indivíduos com acréscimos nos seus plantéis de 21 a 47 elementos entre 1829 e o ano de seus inventários produziram, em conjunto, quantidades significativas de café no ano de 1829 (1.250 arrobas). A colheita do grupo aumentou para 3.680 arrobas em 1835/36. Além do café, três destes indivíduos produziram derivados de cana em 1829. Três deles mantinham tropa em que exportavam, principalmente, o café, destinado ao Rio de Janeiro. Um exemplo de acréscimo intermediário do número de escravos pode ser percebido no caso de

Manoel José da Silveira. Ele nasceu em Guaratinguetá e chegou à localidade em 1818, com apenas um cativo. Depois de dois anos em Lorena, o seu pai também residente nesta localidade faleceu, deixando de herança um cativo e uma sorte de terras com 240 braças. A primeira produção de café ocorreu em 1822, com a quantidade de 50 arrobas. Três anos mais tarde, a colheita em seus 4.000 pés da rubiácea aumentou para 100 arrobas, que foram comercializadas no Rio de Janeiro. No ano de 1828, o número de escravos atingiu vinte e sete elementos e a produção de café somou 200 arrobas, as quais foram "*exportadas em sua tropa*". Em 1829, ele exportou, com a ajuda de 27 escravos, 200 arrobas de café para o Rio de Janeiro em sua tropa. Sete anos mais tarde, o número de cativos elevou-se para 36 e o rendimento com a rubiácea atingiu dois contos de réis. Entre os escravos do seu plantel, havia cinco oriundos da herança materna de 1835, quando sua mãe Ana Francisca da Silveira morreu. Segundo Carlota Pereira de Queiroz (1969, p. 79-80), Manoel da Silveira foi assassinado cruelmente por se opor à revolta liberal em 1842. O falecimento brutal interrompeu um processo de acumulação de cativos em proporções elevadas. No seu inventário contabilizaram-se 57 escravos e uma armação de loja e venda, como veremos no capítulo seguinte. O seu patrimônio somou sessenta e seis contos de réis (7.394 libras).

As nove pessoas que apresentaram aumentos de 11 a 18 cativos entre 1829 e 1830/79 não mostraram, em geral, um interesse pela cafeicultura tão elevado quanto os do grupo anterior. Quando desempenhavam esta atividade, a intensidade não se realizava em patamar semelhante, em termos de anos de produção do bem e de seu volume, à exceção de Francisco Lescura Banher. A colheita de café totalizou 690 arrobas em 1829 e 870 arrobas em 1835/36. As outras atividades mostraram uma importância maior neste grupo do que no anterior. Sete dos nove envolveram-se com a cana em algum momento de suas vidas.<sup>173</sup> A propriedade de tropa ocorreu para apenas dois indivíduos. Crispim José Gomes, por exemplo, atingiu o maior patrimônio entre estes indivíduos. Em 1829, ele foi, aos 26 anos, registrado pela primeira vez na localidade, possuindo 18 cativos. Crispim casou-se em meados da década de vinte com uma filha do capitão-mor Manoel Pereira de Castro. O dote recebido compreendeu três escravos, já incluídos no seu plantel em 1829, 1 cavalo e 200\$000 réis em dinheiro. Além destes bens, ele recebeu quando casou um sítio no Passa Quatro (situado na margem esquerda do Paraíba, ver Apêndice Metodológico), avaliado no inventário do sogro em 1847 por 900\$000 réis. O valor total do dote atingiu 2:432\$000 réis nesse ano. Em 1835, havia 23 escravos em seu domicílio. A produção agrícola era diversificada, sendo exportadas 200 arrobas de café e 100 de fumo. O rendimento nesse ano auferido pela venda do café, fumo e "*parte dos gêneros*" alcançou 800\$000 réis. Ademais, nesse ano, anotou-se vinte cevados, dez bezerros e cinco potros. Em 1847, Crispim recebeu a herança

---

<sup>173</sup> Analisaremos dois indivíduos deste grupo na seção seguinte a respeito dos produtores de derivados de cana.

do sogro, que constou de outros três escravos, sete animais, a nona parte das dívidas ativas e um sítio no Embaú Mirim. A sua parte na herança totalizou, incluindo o meio dote, 5:368\$859 réis.

No registro de terras de 1856, ele possuía um sítio de terras de cultivo com 213 braças de testada na Pedra Branca (Embaú), formado pela herança do sogro Manoel Pereira de Castro (150 braças) e pela compra de Antonio Dias dos Santos (63 braças). Além desta propriedade, havia uma fazenda de terras de cultura no bairro de Passa Quatro, sendo algumas partes compradas e outras por doação do sogro. Por fim, Crispim recebeu de herança do pai uma parte do sítio em Passa Quatro. A primeira propriedade foi, em 1858, inventariada com um todo da seguinte forma: "(...) 213 braças de terras de testada com meia légua de fundo mais ou menos no Embaú Mirim" avaliada por três contos de réis (nº 369 2º Ofício - Arquivo Municipal de Lorena).<sup>174</sup> Entre o inventário do sogro e o do próprio Crispim, o valor do sítio no Embaú cresceu 66,7%, enquanto a área aumentou apenas 42%. Talvez, tal diferença possa ser atribuída não apenas a avaliações distintas, mas também à ocorrência de uma elevação do valor das terras de 1847 a 1858. As demais sortes de terras apreciaram-se em 24 contos de réis.

O patrimônio atingido nesse ano alçou-se a setenta e cinco contos de réis (8.074 libras). As dívidas ativas perfizeram 6:566\$000 réis e as passivas 4:000\$000 réis, esta última referente a uma compra de mais terras no Embaú do comerciante local João José Antunes Guimarães.<sup>175</sup> O comprovante segue adiante:

*“Devo que pagarei ao Sr. João José Antunes Guimarães a quantia de 4:000\$000 réis dinheiro em moedas por mim recebido, cuja quantia de 4:000\$000 pagarei a ele dito Sr. ou a sua ordem da data deste a dois anos, em dois pagamentos iguais, sendo o primeiro, pelo prazo de um ano, e o segundo no seu vencimento o que me obrigo a cumprir e na falta pagar-lhe-ei mais o prêmio de 1% ao mês. Por tudo o referido ser Verdade mandei passar o presente que firmo. Lorena 14 de setembro de 1857.”* (nº 369 2º Ofício - Arquivo Municipal de Lorena).

O seu falecimento logo após tal transação nos permitiu observar que a dívida deve ter sido contraída para a compra do sítio e, provavelmente, Crispim Gomes não tinha chegado a receber os quatro contos de réis em “dinheiro em moedas”, mas apenas a propriedade. Este procedimento deve obrigar o devedor a pagar sua dívida em moeda corrente.<sup>176</sup> No seu inventário constavam

---

<sup>174</sup> Ernesta Zamboni observou processos parecidos de formação de propriedades fundiárias em Ribeirão Preto (SP) de 1874 a 1900 (ver ZAMBONI, 1978). A reunião de diversas pequenas extensões de terras também ocorreu em Valença (RJ) durante o século XIX, segundo Célia Muniz (1979).

<sup>175</sup> Não incluímos João José Antunes Guimarães em nossa amostra em razão da falta de informações. Ele foi compadre de Joaquim José Moreira Lima e seu filho João José Antunes Guimarães Júnior casou-se com uma filha do primeiro.

<sup>176</sup> Além disto, o procedimento acima relatado pode possibilitar aos detentores do crédito local uma maior facilidade de venda de ativos e por preços mais elevados, pois havia o financiamento da compra. Desta forma, a remuneração do prestador poderia ultrapassar a observada pela taxa de juros.

32 escravos, avaliados por 28 contos de réis, e 19 mil pés de café, apreciados por 1:940\$000 réis. Ademais, havia quinhentas arrobas de café, dois quartéis de cana, um engenho e 87 animais entre os seus bens.

Os indivíduos que detinham os patrimônios mais elevados apresentaram os maiores crescimentos do número de cativos. Quando tal fato não ocorria, isto se devia ao valor elevado das dívidas passivas ou à alforria dos escravos. O alferes Francisco Godoi Bueno enquadra-se nesta situação, em função de possuir um patrimônio relativamente pequeno em comparação com a sua escravaria. A sua primeira atividade desenvolvida na localidade consistiu em dizimeiro em 1814, possuindo ainda dois escravos. Ele casou-se com Rosa, filha do capitão-mor Manuel Domingues Salgueiro, do qual recebeu três escravos de dote em 1815. Dois anos mais tarde transformara-se em agricultor com onze cativos e no ano seguinte fabricou 50 barris de aguardente. Ele colheu café pela primeira vez em 1824, com cinquenta arrobas vendidas no Rio de Janeiro por 3\$500 réis cada. Neste ano ele comprou sete escravos e seu plantel alcançou vinte e dois elementos. Em 1828, Francisco Bueno colheu 800 arrobas nos seus 30 mil pés de café, no qual “*lucrou*” 1:200\$000 réis. No ano subsequente a escravaria atingiu 31 cativos e a produção de café diminuiu para 430 arrobas e “*saiu livre*” 1:008\$000 réis. Em 1835, a colheita de café foi de 1.000 arrobas, que lhe renderam dois contos de réis na venda para o Rio. No seu inventário em 1847 registraram-se 55 escravos e 60.000 pés de café entre novos e velhos. Ademais, ele ainda mantinha uma loja de fazenda seca e créditos decorrentes dela, que analisaremos no próximo capítulo. O monte-mor somou 65:666\$229 réis, mas as dívidas passivas alcançaram a cifra de 38:422\$387 réis. Desta forma, o patrimônio atingiu 27:243\$842 réis (3.179 libras).

O Padre Manoel Theotônio de Castro também revela uma situação parecida. Além das informações já mencionadas no capítulo anterior, ele alforriou os seus dezoito escravos em seu testamento. Os escravos alforriados pelo Padre receberam o direito de cuidar do cafezal para pagar as dívidas do inventariado, avaliadas em mais de nove contos. A resposta dos escravos segue abaixo redigida pelo escrivão:

*“Dizem os pretos Felix, Silvestre, Roza, Lucas, Vicente, Lucia, Angelo, Valerio, Manoel, Justino, Rafael, Liverata, Paula, Francisca, Balbina, Diolinda, Ana, Clara, escravos que foram do falecido Padre Manoel Theotônio de Castro que tendo este em verba de seu testamento legado aos suplicantes a fazenda do Bonito com a condição de ali trabalharem e pagarem as dívidas passivas e depois gozarem de suas liberdades, e achando-se os mesmos suplicantes gozando da mesma liberdade e não lhes convindo tomar o encargo de trabalhar na referida fazenda e pagar as dívidas, por isso desistem como desistiram dos direitos que sobre a mesma tem para que ela possa ser vendida e com seu produto serem pagas as mesmas dívidas. Lorena, 14 de junho de 1873.”* (nº 796 1º Ofício - Arquivo Municipal de Lorena).

Sem eles, o monte-mor do Padre alcançou apenas os vinte e três contos de réis.<sup>177</sup> As dívidas passivas somaram vinte e um contos, restando no patrimônio aproximadamente um conto e meio de réis (148 libras). De fato, não se computaram o valor dos escravos no monte-mor e as dívidas passivas reduziram a riqueza do Padre. Destarte, os indivíduos com acréscimos significativos em seus plantéis e, relativamente, pequeno patrimônio possuíam dívidas expressivas com relação a sua fortuna. No entanto, a maioria das pessoas que conseguiram acumular um número significativo de escravos entre 1829 e o momento dos inventários alcançaram riqueza considerável. A cafeicultura contribuiu de maneira importante para tais acúmulos. Por outro lado, os indivíduos ocupados com a lida canavieira também integravam esse contingente com grandes acréscimos em seus plantéis.

## **V - OS PRODUTORES DE DERIVADOS DE CANA**

Os produtores de derivados de cana mantinham um patrimônio considerável, mas como ocorreu também com os cafeicultores, a presença de outras atividades (especialmente o café) favoreceu o enriquecimento destes indivíduos. Provavelmente, eles beneficiaram-se de forma mais intensa do que os produtores de café dessas outras ocupações.<sup>178</sup> Muitas vezes, a cana consistia numa atividade marginal das pessoas, como vimos no caso de Antonio de Castro.

A atividade canavieira envolveu, em 1829 e/ou 1830/79, 76 indivíduos (Cf. Tabela 5.15). Eles possuíam uma escravaria de 838 elementos em 1829 e de 1.205 cativos no momento dos inventários. A sua posse escrava média aumentou de 12,7 para 17,7 nesse período. O dinamismo em termos do número médio de escravos dos produtores de derivados de cana em 1829 e/ou no momento dos inventários atingiu 39% entre esses anos, enquanto para os cafeicultores vistos na seção anterior o crescimento chegou a 74% nesse intervalo de tempo. Estes últimos iniciaram o

---

<sup>177</sup> Embora tivessem sido avaliados por apenas dez contos, a fazenda e seus cafezais foram arrematados em praça pública por cerca de quinze contos, com o pagamento de parte do valor a prazo.

<sup>178</sup> Em 1829, vinte e oito dos setenta e seis indivíduos envolvidos com a cana colheram café (36,8%). Este percentual superou o dos cafeicultores com a faina canavieira (20,3%). A escravaria das pessoas que se ocupavam com o café e a cana representava, nesse ano, 55,1% dos escravos dos setenta e seis produtores de derivados de cana.



TABELA 5.15

EVOLUÇÃO DOS PRODUTORES DE DERIVADOS DE CANA EM 1829 E NO MOMENTO DOS INVENTÁRIOS  
(1822 a 1830/79)

Cana em	1822		1829		1835/36		1830/79							
	Nº	Cativos	Aguard.	Nº	Cativos	Aguard.	Nº	Cativos	Aguard.	Nº	Cativos	Riq. Total	Riq. Média	Esc. Média
1829 e 1830/79	18 <sup>a</sup>	171	339	24	353	680	19 <sup>b</sup>	317	3.000	24	530	79.549	3.315	22,1
1829 apenas	7 <sup>c</sup>	84	260	8	185	350	8 <sup>d</sup>	198	380	8	205	20.448	2.556	34,2
1830/79 apenas	26 <sup>e</sup>	143	100	44	300	0	33 <sup>f</sup>	285	730	44	470	47.415	1.078	12,4
TOTAL	51	398	699	76	838	1.030	60	800	4.110	76	1.205	147.412	1.940	17,7

Obs: Aguardente em barris e riqueza em libras.

a Destes, apenas seis produziam aguardente e dois rapadura em 1822.

b Destes, apenas onze produziam aguardente, um rapadura e um açúcar em 1835/36. Ainda havia a produção de 120 canadas.

c Destes, apenas dois produziam aguardente em 1822.

d Destes, apenas quatro produziam aguardente e um açúcar em 1835/36. Ainda havia a produção de 100 canadas.

e Destes, apenas dois produziam aguardente em 1822.

f Destes, apenas oito produziam aguardente em 1835/36. Ainda havia a produção de 100 canadas.

período com uma média menor (11,7), mas em 1830/79 apresentaram um número maior (20,3).

<sup>179</sup> Destarte, a análise do número médio de escravos apontou um crescimento da posse cativa média superior para os cafeicultores em relação aos produtores de derivados de cana.

A riqueza média dos produtores de café também superou a dos fabricantes de derivados de cana (2.423 e 1.940 libras). Na Tabela 5.15 dividimos estes últimos indivíduos em três grupos. O primeiro compreende as pessoas ocupadas com a cana em 1829 e no momento dos inventários. O segundo compõe-se das que produziam derivados de cana em 1829, mas abandonaram esta atividade depois desse ano. O último grupo incluiu os indivíduos que atuavam na faina canavieira no momento dos inventários sem a terem efetuado em 1829. <sup>180</sup>

Dos vinte e quatro membros do primeiro grupo dezoito encontravam-se em 1822. Destes, oito ocupavam-se com atividades já vinculadas à cana, dois com a cafeicultura e seis com a produção dos demais bens agrícolas. A posse cativa média nesse ano atingiu 9,5. Nos inventários, a sua média alçou-se a 22,1 escravos. O crescimento no período 1829-1830/79 alcançou 133%, superando ligeiramente o aumento dos cafeicultores do primeiro grupo (131%). O primeiro grupo revelou a maior riqueza média dos três (3.315 libras), que superou a dos cafeicultores tanto em 1829 como em 1830/79 (2.689 libras). Nesse momento, os membros deste grupo mantinham 44,0% dos escravos. A cafeicultura envolvia dez pessoas desse contingente (41,6% dos seus membros). Um indicador da intensidade da produção de derivados de cana do grupo consiste na fabricação da aguardente. Em 1835/36, onze pessoas produziram 3.000 barris de aguardente (73,0% do total desse ano). A produção média chegou a 273 barris.

O segundo grupo compreendeu oito pessoas, das quais sete figuraram da lista de 1822, possuindo uma média expressiva de 16,8 cativos. Elas atuavam como: cafeicultoras (2), produtoras de derivados de cana (2) e dos demais bens agrícolas (3). <sup>181</sup> Em 1835/36, quatro mantinham a produção de aguardente, a qual atingia em média 95 barris. No momento dos inventários, a escravaria média deles chegou a 34,2. O dinamismo do número médio de cativos mostrou-se menor do que o do primeiro grupo entre 1822 e o período dos inventários (104%). Dos oito indivíduos do segundo grupo quatro tornaram-se cafeicultores (50,0%) e três produtores dos demais bens de subsistência (37,5%). <sup>182</sup> Apesar do número médio de cativos mais elevado, a

---

<sup>179</sup> A presença de não-escravistas também ocorreu com maior frequência para os cento e três cafeicultores do que os setenta e seis indivíduos ocupados com a faina canavieira no momento dos inventários (17,5% e 10,5%, respectivamente). Assim, o café difundiu-se mais entre os não-proprietários de cativos do que a produção de derivados de cana, provavelmente em função dos recursos expressivos necessários para a atuação nessa última atividade. Dos vinte e seis não-escravistas em 1829 apenas um se envolveu com a cana nesse ano. No momento dos inventários, nove deles ocupavam-se com a faina canavieira e dezesseis com a cafeicultura (ver Apêndice referente a eles).

<sup>180</sup> Dois membros desse grupo produziram, cada um, 50 arrobas de aguardente em 1822, mas não o fizeram em 1829.

<sup>181</sup> Havia mais uma pessoa sem o informe de sua ocupação.

<sup>182</sup> Havia mais uma pessoa sem o informe de sua ocupação.

fortuna média deste grupo foi menor do que a do anterior (2.556 libras). O número de pessoas que abandonaram a cana revelou-se relativamente inferior ao da cafeicultura (10,5% dos ocupados com a cana e 16,5% dos com o café). O investimento mais elevado para a entrada na produção de derivados de cana dificultava também o seu abandono, pois a experimentação desta atividade custava caro ao contrário do café.

Dezoito dos quarenta e quatro indivíduos que atuavam na faina canavieira quando se realizaram seus inventários sem a terem feito em 1829 detinham uma posse cativa média de 7,9 em 1822. Os membros do terceiro grupo ocupavam-se, no ano de 1829, como: cafeicultores (13), produtores dos demais bens de subsistência (20), tropeiros (5), lojistas de fazenda seca (3), ferreiro (1) e vive dos seus bens (1).<sup>183</sup> A propriedade escrava média deles alçou-se a 12,4 no momento dos inventários. O seu crescimento no período 1822-1830/79 atingiu apenas 57%. O patrimônio médio deles revelou-se inferior ao dos demais grupos (1.078 libras). A presença da cafeicultura entre eles também foi a menor, abarcando dezessete pessoas (38,6% do total do grupo). A produção da aguardente totalizou, em 1835/36, apenas 730 barris, fabricados por oito pessoas, ou seja uma média de somente 91 barris por pessoa. Destarte, além da menor participação da faina cafeeira entre os membros deste grupo, a própria atividade canavieira desenvolvia-se em menor proporção no terceiro grupo em virtude dos seus menores recursos relativamente aos demais.

A partir da Tabela 5.14 discutiremos alguns casos de produtores de derivados de cana que alcançaram acréscimos expressivos dos seus plantéis entre 1829 e a ocorrência dos seus inventários. Dos vinte indivíduos relacionados naquela tabela, dez envolveram-se com a cana em um desses dois momentos. No período dos inventários, entre estes dez, três atuavam tanto na atividade canaveira quanto cafeeira e seis apenas na primeira ocupação. Um deles abandonou a cana em favor do café (Manoel Pereira de Castro). Como já analisamos Antonio de Castro e Bento Ortiz, passamos a descrever outros casos de produtores de derivados de cana com grande acréscimo no número de cativos entre esses anos.

Manoel Pereira de Castro nasceu na localidade de Lorena em 1777, filho de Manuel Domingos Salgueiro, que seria o primeiro capitão-mor da vila. Em 1797, Manoel de Castro apareceu a primeira vez em seu domicílio próprio, sendo capitão agregado do Regimento de Cunha. Nesse ano, ele não possuía qualquer escravo, mas mantinha casa na vila. Dois anos mais tarde, Manoel Pereira de Castro mantinha um sítio com sete cativos e 12 cabeças de gado vacum e duas de cavalari.<sup>184</sup> A produção agrícola nessa época restringiu-se aos bens de subsistência:

---

<sup>183</sup> Havia mais uma pessoa sem o informe de sua ocupação.

<sup>184</sup> O seu pai mantinha, em 1801, dezesseis cativos e produzia 60 arrobas de açúcar.

milho, feijão, arroz e farinha de mandioca.<sup>185</sup> Ele foi promovido a capitão em 1805 e no ano seguinte exerceu o cargo de juiz ordinário da vila. Em 1814, a sua propriedade escrava chegou a dezoito cativos e o número de animais vacuns atingiu 22 e os cavaleiros a 3. Ele já fabricava 30 barris de aguardente e colheu 10 arrobas de algodão. Entre 1810 e 1814, Manoel de Castro comprou nove cativos. No ano de 1820, o seu plantel compreendia 25 elementos. A produção de aguardente aumentou para 1.000 barris e iniciou a feitura de açúcar com 200 arrobas. A colheita de café só ocorreu em 1824, com 30 arrobas vendidas para o Rio de Janeiro. No ano seguinte, o cafezal compreendia 2.000 pés. Em 1829, tal produção cresceu para 100 arrobas e de açúcar e aguardente alcançaram os seguintes montantes: 60 arrobas e 150 barris. A sua escravaria somou 56 cativos nesse ano. Seis anos mais tarde, ele possuía um plantel de 57 escravos e um rendimento de sua fazenda de dois contos de réis. Quando se realizou seu inventário em 1847, o número de cativos chegou a 103 e a sua riqueza a oitenta e sete contos de réis (9.858 libras). Nesse momento, não havia a indicação de atividade canavieira, mas ele detinha 40.000 pés da rubiácea e 87 animais entre vacuns, cavaleiros e muareis. Como veremos no próximo capítulo, Manoel Pereira de Castro mantinha uma grande quantia de seu patrimônio em créditos.

O caso de Victoriano da Silva Morais revelou um caminho contrário, partindo da cafeicultura para a cana. Ele era filho de Joaquim da Silva Morais. Em 1824, Victoriano colheu suas primeiras cinquenta arrobas de café com ajuda de dois cativos, que comercializou no Rio de Janeiro. Em 1829, a produção deste bem atingiu 40 arrobas e de aguardente 30 barris. Nesse ano, o número de seus escravos alcançou seis elementos. Sete anos mais tarde, ainda possuindo seis cativos, ele deixou de colher café e fabricou 200 barris de aguardente. Nesta lista, encontramos o seguinte registro: “*Agricultor, engenho de aguardente e lavoura. Vende a aguardente e parte dos mantimentos e consome o mais. Sabe ler, escrever. Rendimento de 500\$000*”. Não havia mais menção a cafeicultura. Ele beneficiou-se da herança do pai em 1832 no valor de 403\$817 réis, incluindo uma parte das terras do Tabuão. No seu inventário também não consta, em 1860, nenhuma indicação do cultivo da rubiácea, apenas da cana (canaviais, alambique, pipa, caixa de garapa grande e casas de engenho). O patrimônio atingiu quase cinquenta e cinco contos de réis (5.911 libras), incluindo vinte e quatro cativos e vinte e oito animais entre vacuns, muareis e cavaleiros.

Outro caso de abandono da cafeicultura em favor da cana ocorreu com Manoel Pereira de Carvalho. Ele figurou a primeira vez nas listas de Lorena em 1807, possuindo três escravos. Em 1814, mantendo cinco cativos, a sua produção restringiu-se aos bens de subsistência (o milho e o

---

<sup>185</sup> Ele mantinha loja de fazenda seca no ano de 1799. Um comprovante de dívida publicado por Carlota Pereira de Queiroz informa: “*Devo que pagarei ao senhor Capitão Manoel Pereira de Castro a quantia de 10\$830 réis procedidos de fazenda que comprei em sua loja e recebi a meu contento tanto em preço como em bondade (...)*” (QUEIROZ, 1969, p. 286).

arroz), dos quais comercializava parte da colheita. No ano seguinte, ele passou a fabricar aguardente, tendo 40 barris vendidos na terra a 2\$000 réis cada. Além da faina canavieira, havia seis animais vacuns e igual número de escravos. Em 1822, Manoel de Carvalho colheu 40 arrobas de café e fabricou 90.000 rapaduras com o auxílio de doze cativos. Três anos depois, ele mantinha treze escravos e dois mil pés de café. Estes últimos possibilitaram a colheita de 20 arrobas de café. Ele ainda produziu, nesse ano, 50 arrobas de açúcar. Depois desse ano não encontramos mais nenhum sinal de sua atividade cafeeira. Em 1829, ele mantinha catorze cativos e recebeu a anotação de Senhor de Engenho, mas não fabricou nesse ano. Sete anos mais tarde, Manoel de Carvalho detinha apenas nove cativos e produziu 100 barris de aguardente, que renderam 200\$000 réis. A sua escravaria atingiu vinte e dois elementos em 1850 e, no seu inventário de 1858, vinte e oito escravos. Nesse último momento, existiam entre os seus bens: dois canaviais (um maduro e outro novo); engenho de moer cana, casas do mesmo, corredor de alambique (de cobre); pipas, coxo de esfriar açúcar e grade para fazer rapaduras. A sua riqueza alcançou cinqüenta e cinco contos de réis (5.899 libras). Havia ainda vinte e cinco animais entre vacuns, muares e cavalares.

Os dois últimos indivíduos relatados apesar de apresentarem um elevado crescimento dos seus plantéis entre 1829 e 1830/79 e uma riqueza também grande não continuaram na faina cafeeira, da qual já tinham participado nos anos vinte do século XIX. Eles passaram a se concentrar na produção de derivados de cana, abandonando a cafeicultura. Assim, reforça-se o quadro da importância de outras atividades agrícolas distintas do cultivo da rubiácea desempenhadas ao longo do período de formação e auge da economia cafeeira. Além desta, as atividades comerciais também revelaram um papel expressivo nesse momento, como veremos adiante.

Em suma, a riqueza apresentou uma desigualdade mais elevada do que a dos cativos, os quais também compunham as fortunas. A distribuição relativamente mais concentrada da propriedade de terras e de outros ativos (principalmente dívidas ativas) pelas pessoas da amostra ajudou a explicar este resultado. Diversos fatores condicionaram o patrimônio alcançado ao final da vida dos indivíduos selecionados. A faixa etária e o número de escravos possuídos em 1829 mostraram-se relevantes para a riqueza atingida pelas pessoas nos inventários. Embora existisse certa mobilidade entre as faixas de tamanho de plantel, principalmente entre os pequenos escravistas, as possibilidades de ascensão à condição de grande proprietário de cativos mostraram-se reduzidas para os detentores de poucos recursos, à exceção dos que se beneficiaram de heranças e dotes. A cafeicultura e a produção de derivados de cana representaram dois importantes meios no processo de acumulação de riqueza, e não apenas de escravos. O momento do cultivo da rubiácea e a sua continuidade poderiam interferir nos montantes acumulados de cativos. Contudo, alguns cafeicultores chegaram a abandonar esta atividade, às vezes em favor da

cana. De modo semelhante aos produtores de café, as pessoas ocupadas com a faina canavieira também alcançaram patamares elevados de fortuna e escravaria, mas em geral inferiores aos dos primeiros. Ademais, os comerciantes, especialmente os de fazenda seca, também conseguiram se favorecer da economia cafeeira, alcançando uma riqueza expressiva. No capítulo subsequente, concentraremos nosso foco nos vários tipos de mercadores e no sistema de crédito adotado como forma de financiamento das atividades, incluindo os principais fornecedores de empréstimos da localidade, os capitalistas.

## CAPÍTULO 6

### O COMÉRCIO E O CRÉDITO

*“A honestidade então fazia o crédito e com honra todos conseguiam viver.”* (MOTTA SOBRINHO, 1968, p. 38).

Destacamos neste capítulo o papel fundamental dos comerciantes na formação da economia cafeeira em Lorena durante o século XIX. Na primeira seção descrevemos as várias tipologias de comerciantes presentes na historiografia e a partir delas procuramos classificar os mercadores de nossa amostra, citando alguns casos.<sup>186</sup> Em seguida, mostramos a importância do crédito para o desenvolvimento da cafeicultura na historiografia e entre os indivíduos selecionados para estudo nesta parte da tese. A rápida expansão cafeeira contou com o auxílio de indivíduos que forneciam recursos às pessoas interessadas no cultivo da rubiácea. Esta foi uma das formas de financiamento dos cafeicultores. Adicionalmente, procuramos discutir a origem dos recursos utilizados nos empréstimos locais para a totalidade da localidade no último quarto de século anterior à abolição. No final do capítulo centramos a análise nos emprestadores mais preeminentes, de grande relevância local e regional.

#### I - OS TIPOS DE COMÉRCIO

A discussão a respeito dos tipos de comércio recebeu pouco destaque na historiografia. No entanto, mais recentemente, a literatura tem se preocupado com esta questão. A dificuldade de classificação dos comerciantes segundo determinadas nomenclaturas decorre do fato de suas atividades serem itinerantes e/ou passarem por transformações ao longo de suas vidas, como, por exemplo, a mudança de caixeiro a dono de casa comercial.<sup>187</sup> Júnia Ferreira Furtado estudou os

---

<sup>186</sup> Em virtude da existência de comerciantes de variados tipos e o número reduzido de casos, decidimos realizar uma análise mais individual e não procuramos definir grupos entre eles, como ocorreu para os cafeicultores e produtores de derivados de cana. Entre os cinco taberneiros de 1829, um deles deixou esta ocupação e outro passou a integrá-la em 1830/79. Dos dez comerciantes de fazendas em 1829, quatro deixaram de atuar nessa atividade no momento dos inventários. Um tropeiro nesse primeiro ano passou a se ocupar com este comércio.

<sup>187</sup> A situação de caixeiro representava uma fase inicial até a constituição da própria loja. Como Sheila Faria faz referência: *“A trajetória de portugueses pobres parece ter passado, via de regra, pela ocupação como caixeiro. (...) constata-se a relativa baixa idade dos que se dedicavam a esta ocupação, em 100% dos casos jovens portugueses com vinte anos em média.”* (FARIA, 1994, p. 113). Após tal momento estes indivíduos transformavam-se em proprietários de lojas. Para maiores informações a respeito da organização e relações dos comerciantes ver Gorenstein (1978) e Martinho (1978).

homens de negócio das Minas Gerais no século XVIII por meio de inventários, testamentos e devassas eclesiásticas. Segundo a autora devemos ter cuidado com tais classificações:

*“A análise desta documentação mostrou as dificuldades de classificar esses comerciantes em grupos ou categorias estáticas, pois o comércio nas Minas era atividade tão diversificada quanto os homens que o empreendiam. As características que marcaram os comerciantes mineiros foram a heterogeneidade, a instabilidade e a fluidez entre os diversos tipos de atividades a que se dedicavam. A grosso modo, pôde-se perceber de um lado a existência de uma camada de homens, portugueses, brancos e livres que se esforçava por se identificar com a elite local e diversificava seu investimento em terras, escravos e lavras, procurando os símbolos de dignificação. De outro, um grupo mais heterogêneo de homens e mulheres, muitos negros e pardos, escravos ou forros, geralmente vendeiros nos morros ou volantes, que por sua característica marginal, ameaçava a ordem e era sempre perseguido.”* (FURTADO, 1996, p. 332).

Os dois grupos percebidos por Júnia Furtado mantinham transações usurárias, especialmente os primeiros. Os lojistas alcançaram os maiores patrimônios em relação aos vendeiros. Uma parcela destes últimos e dos viandantes e mascates era financiada pelos maiores comerciantes e até por pessoas de outras atividades.<sup>188</sup>

Esta distinção parece corroborada pela conclusão de Katia Maria Abud ao examinar as maiores riquezas paulistanas ao final do século XVIII: *“Os três grupos de comerciantes - homens de negócio, mercadores e negociantes de animais - detinham a maior parte da riqueza entre os comerciantes como um todo. Abaixo deles havia os vendeiros, os taberneiros e os que viviam de suas agências e quitandas.”* (ABUD, 1978, p. 49).

Maurício Martins Alves, ao estudar a localidade de Taubaté do final do século XVII e início do XVIII, verificou a existência de diferentes formas de comércio: *“(...) itinerante, mascate, (...) uma rede de distribuição estruturada (...) e três lojas, vendendo principalmente uma grande variedade de tecidos.”* (ALVES, 1995, p. 54). No primeiro caso, um exemplo citado

---

<sup>188</sup> Diversas características poderiam marcar as distinções entre comerciantes, como, por exemplo, estabelecimento fixo, raio de ação do comércio etc. Se adotássemos o último elemento definidor, como Luis Lisanti Filho em sua tese de doutorado a respeito de Campinas, Itu e Porto Feliz (1798-1829), reuniríamos os comerciantes de loja e venda, como o próprio autor afirmou: *“Os comerciantes não são todos do mesmo ‘tipo’, e tentamos na medida do possível os diferentes ramos. Inicialmente aqueles que nos parecem possuir um raio de ação limitado. Sem dúvida o proprietário de ‘venda’ era caracteristicamente um pequeno comerciante vivendo do comércio local de alguns produtos da terra e, creio, sobretudo da aguardente e fumo. Aproxima-mo-los dos taberneiros e assim também os que declaram vender ‘molhados’. A estes do mesmo modo, com um âmbito possivelmente restrito de ação cremos poder aproximar os que se declaravam proprietários de armazém ou ‘negócio de fazenda seca’. Enfim, tipicamente local a atividade dos ‘quitandeiros’.”* (LISANTI FILHO, 1962, p. 103). A outra categoria compreenderia os negociantes, com maior amplitude de ação, transacionando animais, “escravos novos” e, possivelmente, açúcar (Cf. LISANTI FILHO, 1962, p. 103-104).

consistiu em Roque Vieira, que vendeu vinho, espelhos e fios de rosários; no seu inventário, em 1703, não se registrou nenhum imóvel (Cf. ALVES, 1995, p. 57).<sup>189</sup>

Nossa classificação dos comerciantes seguiu a adotada por Sheila Faria para Campos no Rio de Janeiro para o século XVIII. A autora detectou três tipos de mercadores: “pequenos comerciantes” (vendedores, mascates, pequenos lojistas etc.), negociantes de fazendas/usurários e usurários exclusivos (FARIA, 1994, p. 109-110). Os dois últimos grupos apresentaram os maiores patrimônios. Entre os “pequenos comerciantes” a autora citou o caso de José Martins Leite, falecido em 1792. As mercadorias vendidas foram de baixo valor:

*“(...) miudezas que iam de objetos de armarinho a agulhas, linhas e botões, passando por pentes, frascos, tinteiros, cachimbos e candeeiros, até especiarias, vinho e aguardente. Todo o material de sua venda, contando 65 itens, somava 99\$260, o que não dava para comprar um bom escravo adulto. O total do valor que lhe deviam em contas de livro somava a irrisória quantia de 7\$695. Por outro lado, devia 171\$461, 72% a mais do que possuía em bens. Grande parte da dívida, 88\$461, era com Manoel Ribeiro de Castro, grande comerciante da região.”* (FARIA, 1994, p. 110).

Dividimos os comerciantes de nossa amostra segundo a taxonomia utilizada por Sheila Faria com algumas adaptações. Incluímos os indivíduos que exerciam outras atividades em conjunto com a comercial, embora esta última ocupação fosse secundária em alguns casos. De outra parte, consideramos pessoas que atuaram pouco tempo na área mercantil, transferindo-se para outras ocupações. Por fim, devemos notar a existência de indivíduos atuando pelo menos uma parte importante de sua vida de negócio preponderantemente em atividades usurárias, mas que também mantinham comércio e outras ocupações.<sup>190</sup>

Os taberneiros e vendedores em 1829 enquadraram-se no primeiro grupo de Sheila Faria. Dos cinco casos observados apenas um referia-se a um comerciante português. Tais pessoas viviam de sua venda de molhados da terra e de fora. Quatro vendas localizaram-se na primeira companhia, que correspondia à da vila e concentrava a vida urbana. Os produtos principais foram a aguardente, cereais, vinho, bacalhau, azeite, sal e especiarias. Muitas vezes praticaram, de forma complementar, a agricultura de subsistência, vendendo os excedentes na própria venda. A propriedade escrava mantinha-se reduzida e a riqueza atingida foi relativamente pequena, 230 libras (Cf. Tabela 5.8). Todos mantinham algum imóvel, urbano e/ou rural. Por exemplo, Antonio José Pereira possuía, no seu inventário em 1849, “*uma morada de casas de três lanços cobertas a sapé com armação de venda um pequeno puxado e cozinha*” e “*um rancho coberto de sapé de 2*

---

<sup>189</sup> Luiz R. B. Mott percebeu, além dos ambulantes (“negras de tabuleiro”), a existência de dois tipos de pequenos mercadores: o comércio estabelecido em lojas e a venda ao ar livre, em geral na praça (Cf. MOTT, 1976, p. 81-106).

<sup>190</sup> Tais indivíduos são denominados capitalistas na documentação compulsada.

*lanços e diante da casa de morada*”, que totalizaram 85\$000 réis (nº 283 2º Ofício - Arquivo Municipal de Lorena). As dívidas passivas corresponderam a montantes apreciáveis. O mesmo Antonio Pereira devia a um comerciante de maior porte da localidade 154\$138 réis pela compra de fazendas, correndo a taxa de juros de 1% ao mês. Por outro lado, as dívidas ativas deste grupo de mercadores assumiram valores relativamente reduzidos. Uma ilustração pode ser tomada do caso de Joaquim Vaz Cardoso, inventariado em 1833. Os seus trinta e cinco créditos somaram 229\$640 réis, ou seja, em média 6\$561 réis em cada empréstimo, que em sua grande maioria foram contas de livro ou rol.<sup>191</sup>

Elisbão Alves da Silva, natural de Taubaté (SP), possuiu o maior plantel entre os taberneiros e vendeiros, dez cativos em 1829 e no seu inventário de 1839. Ele morou na localidade vizinha de Areias em 1814 e detinha 1.600 pés de café, que produziram dezoito arrobas comercializadas na terra, talvez em seu próprio rancho ou loja. No ano seguinte passou a ter engenho, no qual fabricou 12 canadas vendidas na terra por 3\$200 réis cada. Um ano mais tarde a produção da rubiácea atingiu quarenta arrobas e a da aguardente 30 barris. Ambos os bens foram vendidos na terra por 1\$600 réis cada unidade. O número de escravos possuídos alcançou cinco elementos. Em 1824, já residente em Lorena, mantinha dez cativos. No ano posterior registrou-se a seguinte ocupação: “*vive de sua venda de molhados da terra*”. A partir de 1829 a atividade de comerciante ocorreu atrelada à agricultura de subsistência. Em 1835, Elisbão Alves voltou a produzir café com seus dez escravos e deixou a atividade de taberneiro. A colheita totalizou vinte arrobas, que renderam 100\$000 réis. Quando ocorreu o seu falecimento em 1839, a riqueza somou pouco mais de três contos de réis (402 libras), mas cerca da metade deste montante formou a legítima da mulher e filhos, inclusive cinco escravos. No inventário havia indício da atividade de comerciante (garrafas e barricas) e de atividades agrícolas (foices, enxadas e uma chácara), mas apenas dois créditos totalizando 270\$810 réis.

A atividade de comércio de molhados poderia contar com a ajuda de um agricultor, em geral de porte significativo, por meio, por exemplo, do arrendamento de um pedaço de terra para o estabelecimento da venda, provavelmente um rancho de beira de estrada.<sup>192</sup> Este foi o caso de

---

<sup>191</sup> Segundo Luiz R. B. Mott, o comércio a prazo era comum no período colonial: “*Relacionado diretamente ao problema da falta de moeda está o costume amplamente praticado na Colônia, e que apresenta reflexos bastante pronunciados ainda em nossos dias, que é o crédito [...] Pelo visto, o fiado era praticado em todas as Capitânicas: em Pernambuco, na Bahia, nas Minas Gerais, em São Paulo.*” (MOTT, 1976, p. 104-105). Ver também Maria Bárbara Levy (LEVY, 1979, p. 88).

<sup>192</sup> Maria Sylvia de Carvalho Franco observou as diversas possibilidades de associação entre o fazendeiro e os donos de ranchos e vendas. Em alguns casos ocorre a unidade das três atividades: “*Esses casos são raros, ocorrendo em geral em propriedades pequenas, dedicadas a culturas de subsistência. Tais estabelecimentos combinam, de maneira imediata e em escala modesta, a exploração da terra e a colocação de seus produtos: a pequena fazenda fornece a mercadoria; o rancho mais a venda atraem seu provável comprador e possibilitam as transações. São assim, fazenda, rancho e venda, elementos cuja importância é equivalente no circuito completo da atividade da mesma pessoa, que enfeixa a posse de todos três.*” (FRANCO, 1974, p.68-69).

João de Souza Rocha, produtor de aguardente, que arrendou um terreno para Claro Francisco de Oliveira para o estabelecimento de um rancho. Todavia, o negócio não prosperou e, por isso, resultou num processo de cobrança do valor do arrendamento. O arrendatário, em sua defesa, afirmou :

*“O primeiro negócio havido entre o embargado e embargante fora sobre o arrendamento de um terreno no lugar do Alegre, com umas casinhas para por uma venda, com rancho, e uma roça de milho com obrigação do embargante vender ali do embargado alguns barris de aguardente, isto se prova com o papel, que para este fim foi passado em data de 11/1/1835 [por 100\$000 réis durante um ano - RLM] (...) Deste dia em diante seguia-se o trato estipulado no papel, foi o embargante recebendo as aguardentes vendendo, e dando dinheiro ao embargado, e no dia 20/10 do mesmo ano juntaram suas contas; e por que se achasse o embargante alcançado na quantia de 99\$000 réis, por isso lhe passa nessa ocasião um crédito de sua própria letra, e a assinou (...) [prêmio de 25% ao ano - RLM]” (nº 117 1º Ofício - Arquivo Municipal de Lorena).*

Em 1842, a dívida alçava-se a 235\$000 réis; todavia, o réu ainda não tinha pago. E uma testemunha declarou: *“(...) o réu não era de boa conduta sobre seus tratos e que via algumas pessoas se queixando dele que costuma a fazer negócios e ao depois negar o que devia, e que isto é público e todos no bairro sabem (...)” (nº 222 1º Ofício - Arquivo Municipal de Lorena).*

Segundo Maria Sylvia de Carvalho Franco, os vendeiros relacionavam-se tanto com os maiores proprietários e comerciantes como com os detentores de pequenas posses. Todavia, para a sua sobrevivência neste ambiente era necessário explorar as oportunidades abertas na ligação da produção de subsistência, às vezes efetuada por eles mesmos, e a atividade mercantil, em especial com o endividamento dos seus clientes, que incluíam até escravos. As palavras da própria autora esclarecem de modo ímpar a situação destes indivíduos:

*“Em resumo, a posição do vendeiro, incerta e oscilante, se localizava nos intervalos dos grupos componentes do sistema social. Sua atividade transcorria na interseção dos planos em que se desdobrava a economia – o mercantil e o de subsistência. Seu comportamento reúne características tanto dos estratos superiores, com a exploração hábil dos esquemas de dominação, quanto das camadas pobres, participando de sua moralidade. Estas condições de sua existência foram sintetizadas na técnica competitiva que foi sua, por excelência: a astúcia e a malícia para criar e exaurir as oportunidades de formar pecúlio num meio em que o dinheiro era escasso.” (FRANCO, 1974, p. 77).*

Os pequenos comerciantes de fazenda seca revelaram uma situação próxima à do grupo dos pequenos mercadores. Em nossa amostra encontramos dois casos em 1829 intermediários a eles: Florentino Moreira da Silva e Joaquim dos Reis Guimarães. O primeiro, natural de Guaratinguetá, desenvolveu inicialmente em Lorena a atividade de carpinteiro, de 1803 a 1811,

sem o auxílio de cativos. Em 1812, ele passou a viver de sua venda, que dois anos mais tarde se especificaram como de molhados. Os seus produtos não se restringiram aos locais, chegando, em 1817, a receber a seguinte anotação na lista nominativa deste ano: “*conserva uma venda de molhados em que no presente ano dispôs do Reino: aguardente 4 barris a 8\$000 réis, vinho 20 barris a 4\$000 réis, vinagre 4 barris a 4\$000 réis, azeite 4 medidas a 1\$600 réis.*” Em 1820, Florentino adquiriu seu primeiro escravo e a receita dos produtos importados alcançou 166\$400 réis. Seis anos mais tarde o sal passou a constar da lista de bens vendidos, com 100 alqueires, e a receita atingiu 800\$000 réis. No ano de 1828, a venda transformou-se em loja de fazenda seca, embora nada tenha “metido” além de 150 alqueires de sal por 300\$000 réis. No ano anterior Florentino contraíra uma dívida com os herdeiros de Ventura José de Abreu (ver Apêndice), provavelmente comprando a loja do falecido, que morreu em 1827. Os termos do negócio foram os seguintes:

*“Devo que pagarei aos senhores Capitão José Ventura de Abreu e o Tenente Anacleto Ferreira Pinto, a quantia de 3:237\$951 réis procedidos de fazenda seca e molhados e dívidas em livro cuja quantia recebi ao fazer deste em ditas oferta a minha satisfação em preço e bondade sem constrangimento algum cuja quantia de 3:237\$951 réis pagarei aos ditos senhores ou quem esta me apresentar da fatura deste a um ano em dois pagamentos iguais, e na falta de ditos pagamentos lhe pagarei os juros da lei (...) Bairro das Minhocas 12 de agosto de 1827. [segue a assinatura de Florentino - RLM] (...) Abono o crédito acima como fiador e principal pagador José Vicente de Azevedo”. (nº 84 1º Ofício - Arquivo Municipal de Lorena).*

No ano de 1829, a propriedade cativa de Florentino elevou-se a três escravos. No inventário de 1834, o seu plantel compreendeu quatro elementos e seu patrimônio somou pouco mais de seis contos de réis (604 libras), desconsideradas as dívidas passivas. Nesse momento ainda restava 868\$988 réis da dívida com os herdeiros de Ventura, devidos agora a Francisco Lescura Banher, que deles comprou a dívida. Ademais, as outras dívidas passivas somaram pouco mais de um conto e meio de réis, em sua maior parte devidas a dois comerciantes de fazendas secas do Rio de Janeiro. As dívidas ativas totalizaram 3:357\$370 réis (54,3% dos bens inventariados). Todavia, as 18 dívidas por crédito corresponderam a 1:520\$260 réis (42,2% das dívidas ativas). O valor médio dos empréstimos nesta condição chegou a 84\$459 réis, enquanto para as 129 dívidas ativas por conta de rol (vendas a prazo) a quantia média atingiu 10\$658 réis. Dois devedores nesta última situação foram Jacinta, escrava do Tenente Antonio Luis Domingues Bastos, devendo 1\$520 réis, e Antonia, cativa de José Maria Saraiva, 1\$240 réis. A condição de escravo não impediu a obtenção de crédito na loja de Florentino. Entre os produtos inventariados da loja, destacaram-se vários tipos e formas de tecidos, lenços, xales, chapéus, meias, linhas,

pentes, facas etc. Assim, a atividade de lojista de fazenda seca ocorreu na fase final da vida de Florentino e implicou a aceitação de uma vultosa dívida.

O outro caso de pequeno comércio de fazendas foi o de Joaquim dos Reis Guimarães, natural de Cunha, que encontramos pela primeira vez na lista nominativa de 1829. Nesse ano, ele mantinha sua loja de fazenda e dois escravos. Os bens comercializados consistiram nos seguintes: 10 peças de baetas, 8 peças de pano, 50 peças de algodão e drogas vendidas por 150\$000 réis. No seu inventário de 1846, as dívidas passivas somaram 255\$400 réis, sendo 160\$000 réis com duas pessoas do Rio de Janeiro, uma delas era negociante matriculado de fazenda seca na praça do Rio de Janeiro. O enterro custou ainda 52\$300 réis e as custas do inventário 19\$351 réis. Entretanto, os bens foram avaliados em apenas 152\$810. A arrematação em praça pública permitiu a obtenção de 64\$660 réis para objetos apreciados por 52\$390 réis. As custas do inventário e dos autos de arrematação foram pagas em dinheiro somando 36\$285 réis. Os demais credores dividiram o resto do dinheiro e dos bens existentes. Todavia, o patrimônio do inventariado foi negativo em 142\$620 réis (-15 libras). As fazendas vendidas na loja consistiram, segundo o inventário, em xales, lenços, meias, tesouras, fivelas, pentes, botões, linhas, miçangas, colchetes, cadarços, rendas, luvas, suspensórios, lápis etc. Apesar da ausência em seu inventário de loja com casa própria, dificilmente poderíamos classificá-lo como caixeiro ou praticante de um comércio itinerante.<sup>193</sup> A ausência de escravos e de imóveis no inventário apontou para um processo de decadência ou insucesso ao desempenhar esta atividade.

Encontramos também o segundo grupo de comerciantes identificado por Sheila Faria em nossa amostra. Os mercadores de fazenda seca realizaram empréstimos como decorrência da sua ocupação. Como vimos no caso de Florentino da Silva, as contas de livro ou rol e os créditos constituíram parte integrante do exercício da atividade comercial. Para os indivíduos mais abastados e bem-sucedidos as dívidas por crédito assumiram uma importância vital. Sheila Faria, por meio da análise do inventário de Manoel Luiz Lessa (1760), observou:

*“A maior parte da fortuna estava nas ‘dívidas de crédito a juros’, de 6:053\$571, 44% do total. As dívidas de ‘rol’, em alguns inventários referidas como ‘contas de livro’, eram em bem menor proporção. Estas dívidas significavam a compra de mercadoria por pessoas que as pagavam posteriormente, sendo anotadas em livros, e perfaziam 15% do total (2:011\$992). Em suma, 59% do valor inventariado compunha-se de dívidas. As mercadorias da loja representavam 34% do montante final (...)”* (FARIA, 1994, p. 116).

Maurício Alves apresentou o caso de Bernardo Bonfilho, inventariado em 1681 na localidade de Taubaté. O comércio de fazendas permitiu a Bernardo a obtenção de um monte de:

---

<sup>193</sup> Os seus bens móveis consistiram de seis tamboretas, três mesas, um armário, dois catres, três caixas, um selim, um presépio, um terno de medir e um moinho de ferro pequeno.

“(...) 2:850\$780 réis, sendo 4,88% deste correspondente às mercadorias comercializadas, 50,66% correspondente às dívidas ativas e 37,13% correspondem às dívidas passivas.” (ALVES, 1995, p. 54).

Em nosso estudo, seis comerciantes de fazendas secas, de porte diferenciado dos dois vistos anteriormente, enquadraram-se neste grupo no ano de 1829.<sup>194</sup> Eles mantinham um patrimônio bruto de mais de oitenta e seis contos de réis em seus inventários (9.431 libras). Deste total, as dívidas ativas formavam 11:338\$635 réis (1.289 libras) e as passivas 18:108\$302 réis (1.988 libras), representando 13,7% e 21,1% do monte-mor, respectivamente. A soma da riqueza destes indivíduos chegou a 67:762\$783 réis (7.373 libras). O patrimônio médio deles somou mais de onze contos (1.229 libras), valor muito superior ao dos “pequenos comerciantes”. José Geraldo Evangelista estudando Lorena no século XIX chegou a afirmar com respeito à primeira companhia no ano de 1825: “*Para entrar no ‘negócio de loja de fazendas’ era preciso, porém, capital não pequeno; dos 10 comerciantes, somente 2 movimentavam, por ano, menos de 1:000\$000 réis, enquanto nas quatro ‘vendas’ nenhuma chegava a isto.*” (EVANGELISTA, 1978, p. 99). A manutenção do indivíduo como mercador de fazendas secas implicou a aceitação de certos riscos, como, por exemplo, as dívidas com os comerciantes atacadistas do Rio de Janeiro e as dificuldades de recebimento das contas de rol e créditos. Talvez em função deste quadro, quando se realizaram os inventários dos seis comerciantes de fazenda seca em 1829 três pessoas tinham abandonado a atividade mercantil.

Todos os três indivíduos que abandonaram o comércio de fazendas passaram a ter engenho, terras, canaviais, mas apenas um deles possuía cafezal. Em 1836, dois deles mantinham loja e lavoura com rendimento de 224\$000 réis e 300\$000 réis. O patrimônio alcançado pelos três atingiu mais de dezessete contos de réis. Duas ilustrações foram os casos de Inácio Pinto Barbosa e José Ribeiro dos Santos. O primeiro mantinha atividades agrícolas desde 1825. A atividade comercial começou em 1829 com a venda de fazendas secas no valor de 100\$000 réis. Nesse ano ele possuía três cativos. A loja ainda perdurou até 1842, quando faleceu a primeira esposa. No inventário dela havia 2.000 pés de café, seis escravos e um sítio na Bocaina. As mercadorias da loja foram apreciadas por 232\$160 réis. A meação do viúvo compreendeu as fazendas secas, as duas dívidas ativas e quatro escravos. Em 1850, Inácio Barbosa foi descrito como agricultor e detinha oito cativos. No cadastro de terras de 1856, ele tinha várias propriedades, inclusive o sítio da Bocaina, que comprou em sua primeira parte em 1838. Quando houve o seu falecimento, ele mantinha dez cativos, várias extensões de terras e engenho, os quais foram avaliados por 14:796\$666 réis em 1872. O patrimônio alcançou 15:840\$760 réis (1.139 libras), descontando as dívidas passivas que atingiram 4:877\$760 réis (30,8% do total dos bens inventariados).

---

<sup>194</sup> Trataremos de José Vicente de Azevedo e Joaquim José Moreira Lima na última seção.

O segundo, José Ribeiro dos Santos, também abandonou o comércio, que iniciara em 1817 com o auxílio de três escravos. Em 1828, a receita (provavelmente líquida) da loja chegou a 790\$000 réis.<sup>195</sup> No ano posterior, as mercadorias vendidas foram as seguintes: 10 peças de baetas, 100 peças de algodão e 300\$000 réis em drogas. Ele mantinha sete cativos nesse ano (1829). Entretanto, o promissor negócio foi abandonado em benefício da lavoura, com retorno de 40\$000 réis em 1836. No seu inventário de 1843, ele detinha seus sete escravos, casa na vila, terras, engenho, 10 muares, dois cavalos e duas juntas de bois, os quais foram apreciados por pouco mais de cinco contos de réis. De outra parte, as dívidas passivas atingiram a soma de 3:303\$990 réis (54,0% da riqueza inventariada). O elevado grau de endividamento poderia explicar o abandono da atividade mercantil. Destes empréstimos, um deles foi tomado junto a um comerciante do Rio de Janeiro, no valor de um conto de réis. Outros dois contos ele contraiu com residentes na localidade para a compra de fazendas e passaram a ser pagos com os barris de aguardente do engenho. O primeiro crédito desta última quantia foi de janeiro de 1827, no valor de 371\$769 réis, quando o inventariado ainda mantinha a loja. Assim, as dificuldades de crédito provavelmente impossibilitaram a manutenção da atividade comercial.

No conjunto os três indivíduos que abandonaram o comércio possuíam vinte escravos em 1829 e 35 cativos nos seus inventários de 1837, 1843 e 1872. Apenas dois comerciantes de fazendas em 1829 dos três que permaneceram nesta atividade apresentaram acréscimos significativos em seus plantéis. Porém, os 27 cativos possuídos pelos três no ano de 1829 diminuíram para 23 escravos no momento de seus inventários. A redução deve-se a um deles apenas, Fortunato José do Rego, que chegou a ter 16 cativos em 1829 e mantinha apenas nove em seu inventário.<sup>196</sup> Sem considerar Fortunato, o número de escravos elevar-se-ia de onze para quatorze elementos. Tais pessoas não apresentaram atividades rurais permanentes nas informações colhidas e residiram na primeira companhia da vila. Em seu conjunto elas chegaram a possuir mais de trinta e dois contos de réis.

Analisamos ainda mais dois lojistas: Rodrigo Antonio de Oliveira Leite e Antonio Luis Domingues Bastos. No caso do primeiro, as fazendas secas não alcançaram valores expressivos, as quais foram avaliadas, em 1848, da seguinte forma: “*as fazendas secas mais utensílios pertencentes a loja que sendo tudo balanceado pelas receitas do Rio de Janeiro, importou segundo anos na receita na quantia de 3:852\$431 réis*”; todavia “*segundo a receita do Rio de Janeiro declaram [os avaliadores] rebaterem 50% da mesma receita que adiante se junta visto*

---

<sup>195</sup> A receita das lojas reduziu-se significativamente de 1825/26 para 1828. Esta diminuição nos pareceu decorrer de uma mudança de registro, deixando de anotar a importação para registrar o rendimento da loja.

<sup>196</sup> Em 1829, houve o falecimento da primeira esposa, em função disto realizou-se o inventário e partilha dos bens (nº 64 2º Ofício - Arquivo Municipal de Lorena). No ano de 1835, existiam apenas 13 escravos e o rendimento da loja foi de um conto e seiscentos mil réis. Quando ocorreu o inventário de Fortunato em 1866, falecido aos 68 anos, o número de cativos reduziu-se ao número referido acima.

*que parte das fazendas se acham deterioradas, e tem sido compradas a alguns tantos anos (...)*” (nº 362 1º Ofício - Arquivo Municipal de Lorena). Apesar da desvalorização, a rentabilidade pareceu ser elevada. Em 1836, o rendimento da loja atingiu um conto de réis. Contudo, as dívidas passivas perfizeram valores elevados (15,3%) e ele muitas vezes não conseguia receber seus créditos.<sup>197</sup>

O português Antonio Luis Domingues Bastos iniciou seu negócio com fazendas secas em 1811, na primeira companhia da vila e sem a ajuda de escravos. Nos anos de 1814 e 1815, ele chegou a fabricar 60 arrobas de açúcar mascavado em seu engenho com o auxílio de cinco cativos. Entretanto, Antonio Bastos não voltou a produzir mais açúcar. Em 1816, as mercadorias vendidas consistiram em molhados de fora: 12 barris de vinho, 4 barris de aguardente do Reino, 4 barris de vinagre, somando a importância de 136\$800 réis. Quatro anos mais tarde, a loja vendeu 100 panos de algodão, 6 dúzias de meias, 12 dúzias de chapéus, 33 pares de Chitas. No ano de 1826, ocorreu um elevado crescimento das vendas, que compreenderam 950 panos de algodão, 150 pares de chitas e mais diversos tecidos e bens. O total da receita importada atingiu doze contos de réis.<sup>198</sup> Dois anos depois, a receita (provavelmente líquida) alcançava 1:448\$000 réis. Em 1828, ele mantinha o título de Tenente de Milícias e seis escravos. No ano seguinte, o número de cativos elevou-se a sete.

No inventário de Antonio Bastos constou, em 1857, uma morada de casas de sobrado na rua do Comércio, avaliada em seis contos, e uma chácara na rua da estalagem, apreciada por sete contos de réis. O total de escravos chegou a nove, avaliados em 9:450\$000 réis. Tal número de cativos foi pouco expressivo com relação a um patrimônio de mais de 21 contos (2.382 libras). As dívidas ativas somaram 4:715\$216 réis, das quais a grande maioria compunha-se de contas de rol, mas tais empréstimos totalizaram apenas 1:796\$095 (38,1% das dívidas). O valor médio dos 197 empréstimos nesta condição chegou a apenas 9\$117 réis, enquanto os doze créditos a juros corresponderam a cerca de três contos, com uma média de pouco mais de um quarto de conto de réis. Por outro lado, as dívidas passivas totalizaram 6:258\$776 réis, que foram pagas com a arrematação da chácara. Como ocorreu freqüentemente, as dívidas ativas não serviram para o pagamento das passivas, pois provavelmente os prazos de vencimento e as dificuldades de

---

<sup>197</sup> Quando havia dívidas passivas a serem saldadas no inventário, em geral elas eram pagas seguindo esta ordem de preferência: dinheiro, escravos, animais, terras e demais bens móveis. As dívidas ativas constituíam a última alternativa de pagamento aos credores. A transformação dos escravos e dos animais em dinheiro (liquidez) ou mesmo o interesse dos credores nestes bens mostrava-se mais fácil ou maior do que o conjunto das dívidas ativas do devedor. Na partilha, cada um dos créditos positivos do inventariado era dividido entre os herdeiros em partes proporcionais ao seu quinhão. Isto reflete uma grande preocupação com a dificuldade de recebimento dos créditos, que deveria variar de acordo com o devedor.

<sup>198</sup> A loja de Antonio Bastos era a maior da localidade como um todo nesse ano. A segunda casa em importância consistia na de José Vicente de Azevedo, como veremos adiante, então com apenas 24 anos, com um giro de sete contos e a terceira pertenceu a José Ribeiro dos Santos, com pouco mais de seis contos de faturamento (Cf. EVANGELISTA, 1978, p. 99).

cobrança e execução impossibilitavam a sua transformação em dinheiro de forma rápida. A maior liquidez dos imóveis e, principalmente, dos escravos atraía os credores. Antonio Bastos contraiu a maioria das dívidas passivas com comerciantes e empresas de comércio de fazendas no Rio de Janeiro, em geral atacadistas.<sup>199</sup> Entre elas, destacaram-se a Rocha & Lemos e a Sales & Machado. As duas empresas mantinham armazéns de vinho e gêneros pertencentes ao comércio de molhados por atacado. A primeira também detinha loja de secos e molhados e era consignatária, recebendo café e outros gêneros à comissão (Cf. LAEMMERT, 1859, p. 570, 590 e 608).

Além destes seis comerciantes, dois agricultores de vulto também realizaram atividades comerciais, mas marginalmente. Tais indivíduos não podem ser considerados como comerciantes. Destarte, analisamos em separado o comércio desenvolvido pelos dois, pois não era a atividade principal deles. Podemos citar o caso de Manoel José da Silveira, grande cafeicultor e possuidor de loja. Em 1836, ele detinha 36 cativos e tropa e exportou mil arrobas de café por dois contos de réis. Quando houve o seu falecimento em 1842 registrou-se em seu inventário: *“uma morada de casas térreas na mesma vila e junto as de sobrado, forradas, com armação de loja, e venda, com dois catres e uma marquesa”*, avaliados por 1:008\$000 réis (nº 101 1º Ofício - Arquivo Municipal de Lorena). Além dos mais de cinquenta escravos, como vimos no capítulo anterior, ele possuía cerca de onze contos de dívidas ativas (16,7% do total de bens inventariados).<sup>200</sup> Entre estas existiram 156 empréstimos por conta de rol no valor de quase dois contos e meio de réis (22,3% das dívidas). A quantia média emprestada sob esta condição atingiu apenas 15\$870 réis. As 26 dívidas por crédito somaram mais de três quartos do conjunto delas e apresentaram o valor médio de 330\$434 réis.

Outro caso de cafeicultor com loja de fazendas secas foi Francisco Godoi Bueno, já visto no capítulo anterior. Embora sem a informação de quando ele iniciou a atividade mercantil, a primeira colheita de café ocorreu em 1824. Em 1835, o rendimento consistiu apenas em mil arrobas de café, vendidas por 2:000\$000 réis para o Rio. O patrimônio alcançado em 1847 constituiu-se de mais de 65 contos de réis. No inventário constava uma *“loja de fazendas secas e tudo o mais pertencentes a mesma loja o que tudo sendo visto segundo o balanço junto foi avaliado a vista do mesmo balanço com o rebate de 30%, sobre o mesmo balanço, visto achar-se alguns gêneros da loja deteriorados 3:334\$909 réis.”* (nº 242 2º Ofício - Arquivo Municipal de Lorena). Para o pagamento de trinta e oito contos em dívidas passivas, a loja foi arrematada por 2:658\$915 réis. A fazenda com suas terras, 60.000 pés de café e mais de trinta escravos também foram arrematados em praça pública para o pagamento dos empréstimos. As dívidas com

---

<sup>199</sup> Não foi possível precisar os valores pagos pelas dívidas em função da contestação apresentada pelo filho Rodrigo.

<sup>200</sup> As dívidas passivas somaram quatro contos e meio de réis, entre as quais se destacou a devida ao Padre Joaquim Ferreira da Cunha (quase dois contos de réis).

comerciantes do Rio de Janeiro somaram pouco mais de dez contos de réis e com os moradores de Guaratinguetá, Cunha e Parati quase dezoito contos. Os comerciantes e capitalistas da localidade ainda mantinham créditos de mais de sete contos. Entre eles, Joaquim José Moreira Lima que se casou com uma de suas sobrinhas detinha uma dívida de quatro contos a prêmio de 18% ao ano. As palavras do próprio Francisco Godoi Bueno a um comerciante do Rio de Janeiro às vésperas do seu falecimento mostram a situação financeira delicada em que se encontrava:

*“Lorena, 14 de junho de 1846*

*Amigo e Sr.*

*Acuso o recebimento das fazendas que me remeteu conforme o meu pedido, e agradeço-lhe a prontidão com que me serviu, eu empregarei todos os meios a fim de fazer-lhe alguma remessa de dinheiro, o que não me tem sido possível fazer até agora.*

*Eu vou melhorando, e espero que logo me restabelecerei.”* (nº 242 2º Ofício - Arquivo Municipal de Lorena).

Outros indivíduos passaram a atuar como comerciantes. O tropeiro Joaquim Guedes de Castilho alcançou o rendimento de 400\$000 réis em 1828. Nesta atividade, ele contou com os seus oito escravos. Em 1835, Joaquim Castilho iniciou o cultivo do café e colheu dez arrobas do produto. Todavia, tal cultura não foi adiante e, na lista de moradores de 1850, recebeu a designação de negociante na lista de moradores, sem especificação. No seu inventário de 1858, as fazendas secas constantes do balanço somaram 1:731\$325, mas os avaliadores descontaram 30% pelo estado das mercadorias, as quais foram reavaliadas em 1:211\$928 réis (11,0% da sua riqueza). Os demais bens consistiram na casa de sobrado onde morava, avaliada por três contos, e nos pastos e terras de cultura, apreciados por três contos e meio. Os seis escravos foram avaliados por 8:300\$000 réis. Os três animais de tropa foram apreciados por pouco mais de cem mil réis. O seu patrimônio alcançou os onze contos de réis (1.169 libras). Por outro lado, as dívidas passivas chegaram a 5:722\$007, especialmente com comerciantes de fazendas do Rio de Janeiro. Um comprovante de débito informava o seguinte negócio: *“Rio de Janeiro, 7 de novembro de 1857, Sr. Joaquim Guedes de Castilho a Rodrigues Sampaio comprou um prazo de 12 meses e na falta juros de 1% importância da fatura original desta data 1:112\$135 réis (...)”* e outro *“(...) pela importância de fazendas compradas neste mês [janeiro de 1857] com (...) a conta entregue que ficou em seu poder 1:797\$077 réis (...)”* (nº 370 2º Ofício - Arquivo Municipal de Lorena). O total da dívida com Rodrigues Sampaio atingiu quase três contos quando ocorreu a realização do inventário. Joaquim José Moreira Lima também foi credor do inventariado na quantia de 412\$216 réis, resultante de saldo de contas, crédito e prêmios junto a Moreira Lima até esse ano.

A classificação utilizada nesta seção permitiu a compreensão dos “pequenos comerciantes” e negociantes de fazendas/agricultores/usurários presentes em nossa amostra. Os mercadores dividiram-se basicamente entre a venda de molhados e de fazendas secas. Os últimos

mostraram-se mais ricos que os primeiros. O crédito apresentou uma grande relevância tanto na venda como na compra de mercadorias. O comércio de fazendas secas implicou a contração de dívidas com os comerciantes atacadistas do Rio de Janeiro, em função do fluxo de mercadorias desta praça. Algumas vezes houve dificuldades na manutenção desta atividade em função do endividamento. De outro lado, a cobrança das dívidas por rol ou livro era de complicada execução. Por fim, o crédito e os mais destacados usuários serão analisados nas duas próximas seções do capítulo.

## II - O CRÉDITO NA GESTAÇÃO DA ECONOMIA CAFEIEIRA

O crédito assumiu um papel fundamental na formação da economia cafeeira no vale do Paraíba durante o século XIX. Tais empréstimos constituíram complemento essencial para os recursos advindos de heranças, dotes, outras atividades e localidades para expansão cafeeira. Os empréstimos permitiam aos cafeicultores um significativo acréscimo nas suas inversões para a produção de café. As dívidas representavam a maior parcela da riqueza para o conjunto dos indivíduos selecionados. Entretanto, a inexistência de um sistema bancário desenvolvido abriu oportunidades para as pessoas com disponibilidade de recursos realizar esse financiamento. Destarte, a expectativa da continuidade das condições propícias à cafeicultura e a reduzida oferta de créditos resultaram em empréstimos efetuados a taxas de juros elevadas e a prazos curtos. A análise empreendida nesta seção divide-se em três partes: a primeira refere-se ao papel dos capitalistas e comissários enquanto financiadores da cafeicultura e, posteriormente, discute a introdução do financiamento bancário, por meio de hipotecas. A segunda trata da origem dos créditos, seja local ou de outra região, e as relações de dependência decorrentes entre as diferentes áreas. No final da seção apresentamos os dados concernentes ao nosso estudo.

Stanley Julian Stein, ao estudar a localidade de Vassouras (RJ) durante o século XIX, observou a importância dos créditos para a cafeicultura:

*“Existiam também fazendeiros das vizinhanças dispostos a emprestar dinheiro a juros, e alguns deles amealharam fortunas consideráveis fazendo empréstimos judiciosos. Na impossibilidade de recorrerem a essas fontes de crédito, ou desejando suplementá-las, podiam ainda recorrer aos capitalistas da localidade como, por exemplo, os membros da família Teixeira Leite. Durante quase quarenta anos essa família desempenhou importante papel suprimindo as necessidades de crédito do Município de Vassouras. (...) Mais importante ainda, talvez, tenha sido o fato dessa família contar desde o início com o apoio financeiro de parentes de Minas Gerais.”* (STEIN, 1961, p. 20-21).

Os empréstimos a juros destes capitalistas envolviam garantias a respeito do pagamento futuro. Além do papel passado pelo próprio punho do devedor, assumindo a dívida, ocorria o comprometimento dos bens presentes e futuros com o credor. A cobrança dos títulos sempre fora muito onerosa e demorada. Os Teixeira Leite procuraram manter contato com os comissários dos cafeicultores que lhes deviam.<sup>201</sup> Segundo Stein as garantias e as relações de amizade e parentesco constituíam fundamentos essenciais para o sucesso destes capitalistas:

*“Os empréstimos feitos por estes capitalistas eram garantidos por hipotecas. A execução desses títulos por falta de pagamento envolvia muitos membros da família do credor em transações imobiliárias, conquanto nem Francisco José nem seus irmãos houvessem jamais administrado por muito tempo qualquer fazenda importante. A maneira mais segura de cobrar uma dívida era fazê-lo pelo intermédio do comissário do fazendeiro, no Rio. Mantinham os Teixeira Leite contatos íntimos com os grupos comerciais da capital, onde membros da família tinham participação nas casas comissárias.”* (STEIN, 1961, p. 21-22).

Stein relacionou ainda uma outra fonte de crédito: as casas comissárias do Rio de Janeiro.<sup>202</sup> Porém tais recursos só se intensificaram ao longo do desenvolvimento da economia cafeeira e, em geral, destinados aos maiores proprietários.<sup>203</sup> Estes créditos

---

<sup>201</sup> Francisco José Teixeira Leite, Barão de Vassouras, foi mencionado por Taunay como “*capitalista e banqueiro, morreu barão com grandeza*” (TAUNAY, 1939, v. 5, t. II, p. 171). Os Teixeira Leite estabeleceram-se em Vassouras no início do século XIX, oriundos de Minas. O pai, Barão de Itambé, expandiu suas atividades de crédito de São João del Rei para a região fluminense: “*Ora era a noiva filha de um capitalista de S. João del Rei que conforme o mesmo livro de assentos tinha nessa época [1827] em mãos de fazendeiros de Vassouras e Valença 312 contos de réis, emprestados por intermédio de seus dois filhos mais velhos, o que representava valores na importância de mais de 45.000 libras esterlinas e uma fortuna certamente de mais de o dobro desta soma.*” (TAUNAY, 1939, v. 5, t. II, p. 213). Em 1850, faleceu a esposa do Barão de Vassouras, no inventário o patrimônio somou 1.126 contos de réis. Deste total, 184 contos correspondiam à fazenda (16,3%), suas terras, cafezais e 162 escravos. O restante de sua riqueza estava alocada em 198 empréstimos, quase todos a fazendeiros, totalizando cerca de mil contos. Entre os devedores destaca-se o Barão de Pati do Alferes com 107 contos (Cf. TAUNAY, 1939, v. 5, t. II, p. 208).

<sup>202</sup> Podemos adicionar mais uma: as Irmandades e as Confrarias. Rae Flory ao estudar a Bahia de 1698 a 1715, verificou a elevada participação destas instituições na concessão do crédito (45,3% do total). Os comerciantes e senhores de engenho participaram com 33,5% das dívidas (*Apud* SCHWARTZ, 1988, p.181). Segundo Stuart Schwartz, a parcela das Irmandades no crédito reduziu-se ao longo do século XVIII e a maioria dos seus empréstimos concentraram-se nas mãos dos Senhores de Engenho abastados, com juros reduzidos. Lelio Luiz de Oliveira em sua dissertação a respeito de Franca (SP) no século XIX verificou no seu primeiro período de estudo (1822/1830): “*Outros credores sempre lembrados são as Confrarias, Ordens e Irmandades religiosas, sediadas ou não em Franca.*” (OLIVEIRA, 1995, p. 195). Em nosso estudo, as Irmandades do Santíssimo Sacramento e de N. S. da Piedade apresentaram uns poucos empréstimos com valores baixos, não representando nem 1% do total. Nestes casos parece-nos, possivelmente, cobrança de suas anuidades atrasadas. Para Maria Bárbara Levy as confrarias religiosas e os mercadores constituíam as únicas fontes de crédito disponíveis durante o século XVII (LEVY, 1979, p. 85-86).

<sup>203</sup> A união de investimentos em diversas áreas, agrícolas, comerciais e creditícias, ocorria muitas vezes, principalmente para os grandes cafeicultores. Joseph Earl Sweigart, estudando as formas de financiamento e comercialização do café no Rio de Janeiro durante a segunda metade do século XIX, afirmou a esse respeito: “ (...)

assumiram a forma de adiantamentos sobre os quais se cobravam juros, geralmente financiamentos de curto prazo. Mais tarde, os cafeicultores passaram a depender dos empréstimos fornecidos pelas casas bancárias, em geral intermediados pelas casas comissárias. Nas palavras do autor:

*“De 1850 a 1864, época do fastígio cafeeiro do município, os comissários do Rio faziam adiantamentos a seus clientes de Vassouras mediante garantia das safras futuras, aos juros anuais de 12 a 18%. Não obstante, as condições financeiras na praça do Rio não garantiam a independência e a prosperidade das casas comissárias. Ao entrar em declínio o município, tornaram-se os fazendeiros de Vassouras gradativamente dependentes de uma nova instituição de cunho menos individual: as casas bancárias.”* (STEIN, 1961, p. 22-23).

A partir de 1850 a situação econômica e financeira dos cafeicultores começava a mostrar sinais de deterioração, como, por exemplo, no caso dos Lacerda Werneck que mantinham fazenda de café em Vassouras. Eduardo Silva, ao estudar esta família, verificou a dificuldade do Barão de Pati do Alferes em honrar débitos utilizados para a compra de uma fazenda. Nas palavras do próprio Barão, numa carta ao final da década de cinquenta, as seguidas safras ruins impossibilitaram a realização dos pagamentos em dia:

*“Deu causa ao atraso deste pagamento não ter tido café em cinco safras consecutivas fazendo a perda por um terreno médio a diferença de 400 e tantos contos, (...) as safras de 50 a 60 mil arrobas passaram a 16 e a 18!!! (...) as estações mudaram, e entorpeceram a produção, e o produtor fica de braços cruzados sem poder ressarcir o seu crédito! Há muito devia eu estar quite de dívidas mas não o pude conseguir.”* (Apud SILVA, 1984, p. 173). Em uma outra carta de 1858: *“Desta forma meu amigo não há homem de bem, nem quem tenha palavra. Este ano só duas fazendas têm alguma fruta as outras estão vazias, de forma que pouco passará de trinta mil arrobas.”* (Apud SILVA, 1984, p. 174).

A queda da produção e da produtividade aliada às elevadas dívidas amarguraram o Barão. Em 1859, ele devia vinte e quatro contos ao seu comissário, sem o cômputo de juros. Como este comissário retornou a Portugal, o Barão contratou outro agente que assumiu a dívida, mas passou a pagar o prêmio de 9% ao ano. No segundo semestre de 1860 as dívidas com o comissário já somaram trinta e oito contos. Eduardo Silva em face desta nova realidade afirmou:

*“As dívidas se acumulam, os cafezais se mostram deteriorados, o escravismo periclitante, mas, apesar desses prenúncios de crise, a empresa crescera e as gerações*

---

*often it was difficult to differentiate planter from factor. Coffee planters were both general and silent partners in many Rio factorage houses. The linkage evolved in two directions: planters established factorage houses, and merchants acquired coffee plantations.”* (SWEIGART, 1980, p. 226).

*futuras continuariam no mesmo caminho ... 'a vaca embora esteja cheia de lepra, há de dar leite que chegue para todos!!!', como disse o Barão.” (SILVA, 1984, p. 175).*

Em São Paulo as formas de financiamento mostraram-se parecidas às relatadas por Stein. Flávio Azevedo Marques de Saes estudou o crédito e os bancos paulistas durante a segunda metade do século XIX. As três fontes principais de empréstimos foram os comerciantes, comissários e capitalistas. Todavia, o crédito fornecido pelo comissário e comerciante mostraram-se limitados e o dos capitalistas muito caro:

*“O crédito do comissário não podia oferecer tais condições de prazo: quando muito podia esperar a época da safra para cobrar os adiantamentos realizados. O crédito a longo prazo, portanto, era raro e quando disponível implicava em elevadas taxas de juro. Aliás, as queixas da lavoura contra a taxa de juro são constantes e referem-se tanto ao nível quantitativo dos juros, quanto ao seu significado econômico.” (SAES, 1986, p. 67).*

As elevadas taxas de juros implicaram constantes reclamações dos agricultores e habitantes de diversas localidades. Havia uma pressão dos cafeicultores por formas de financiamento menos onerosas e a mais longo prazo. Flávio Saes observou: *“o nível vigente da taxa de juros no intervalo de 12 a 18% ao ano.” (SAES, 1986, p. 68)* A partir do desenvolvimento dos bancos e, especialmente, da lei hipotecária de 1864, houve a possibilidade de introdução das casas bancárias como uma fonte alternativa de recursos, pois a legislação permitiu a redução dos riscos dos empréstimos. As taxas de juros das instituições que atuavam deste modo eram atraentes. O Banco do Brasil e do Banco de Crédito Real financiavam a uma taxa de juros de 6% ao ano com prazo de 20 anos no primeiro caso; 8% ao ano para prazos de 5 a 10 anos e 9% para 15 a 20 anos no segundo caso. Tais hipotecas atraíram os cafeicultores e modificaram as suas formas de financiamento. Joseph Earl Sweigart, ao estudar o financiamento da cafeicultura em Vassouras durante a segunda metade do século XIX, mostrou a alteração do sistema de crédito da economia cafeeira com a introdução das hipotecas:

*“A new era in agricultural finance in Brazil arrived with the conversion of the Banco do Brasil and the Banco Predial into mortgage institutions. The war with Paraguay had been won, and high coffee prices were propitious for the mortgage banks envisioned in the legislation of 1864 and 1865. (...) Companies would amass large amounts of capital to invest in plantations for long terms, under the improved credit conditions created by the clear registration of collateral: land and slaves. With risk diminished, planters would pay interest rates at or below the discount rate, thus eliminating the profit of the middleman.” (SWEIGART, 1980, p. 140).*

O crédito bancário mostrou-se vantajoso para os agricultores em relação ao fornecido pelos comissários e capitalistas. Todavia, a dificuldade de obtenção de garantias seguras para o

credor limitou a sua extensão, beneficiando uma parcela reduzida dos cafeicultores. John Schulz analisando a crise financeira da abolição destacou este aspecto nos anos antecedentes à república:

*“Embora os comissários resolvessem as necessidades financeiras de curto prazo dos agricultores, o financiamento de longo prazo mostrou-se mais difícil. As hipotecas sobre a terra afiguravam-se impraticáveis por diversas razões. Nas áreas de fronteira, a terra não tinha mercado e representava pequeno custo para o agricultor. (...) Mesmo nas regiões da antiga colonização, o título sobre a terra freqüentemente permanecia vago, tornando a execução das hipotecas problemática. Lá também existia uma lei que exigia que as hipotecas não ultrapassassem metade do valor da terra. Para executar a hipoteca, o credor teria de pagar ao fazendeiro uma soma equivalente ao seu empréstimo original. Essa medida, tomado para proteger os agricultores, tornou as hipotecas sobre a terra impossíveis.”* (SCHULZ, 1996, p. 50).

Os escravos constituiriam a forma mais usual de garantir os empréstimos. Mas, nem estes ativos asseguravam melhores condições de recebimento dos créditos fornecidos. Havia a possibilidade de morrerem, machucarem-se ou fugirem. Quando ocorreu a expansão do financiamento bancário mediante o uso das hipotecas, a perspectiva da abolição parcial ou total já ameaçava o uso deste ativo como garantia. Desta forma, a oferta de crédito a longo prazo e a juros baixos para os cafeicultores do vale do Paraíba não representavam um bom investimento, em função da existência de alternativas com rentabilidade próxima e risco menor, como, por exemplo, a dívida pública.<sup>204</sup>

Afonso de Escagnolle Taunay apontou um grande crescimento das hipotecas imobiliárias entre 1859 e 1864. Os recursos emprestados concentraram-se nas três províncias cafeeiras (RJ, MG e SP), que mantinham cerca de três quartos do total em 1859. Cinco anos mais tarde o volume dos compromissos chegaram a dobrar, atingindo o valor de quarenta mil contos de réis (Cf. TAUNAY, 1939, v. 4, t. II, p. 155). A oferta de crédito hipotecário não se restringiu aos bancos, sendo que os capitalistas também passaram a fornecê-lo. Taunay, citando Van Delden Laerne, mostrou, para 1883, o alto grau de endividamento da cafeicultura no vale do Paraíba. Das mais de mil fazendas hipotecadas com o Banco do Brasil, Predial, Crédito Real de São Paulo em quatro províncias, 409 foram de áreas de café do vale paulista e fluminense (39,8% do total). Em Lorena, encontraram-se hipotecadas apenas três fazendas, que tinham mais de três mil hectares, 791.000 pés de café e apenas trinta escravos. Os empréstimos para as três fazendas foram de 174 contos de réis, dos quais ainda restavam pagar 168 contos (*Apud* TAUNAY, 1939, v. 7, t. V, p. 383-393). O próprio Stanley Stein verificou nos inventários de Vassouras um quadro de crescente endividamento:

---

<sup>204</sup> Os títulos públicos da época pagavam, em geral, juros de 6% ao ano (Cf. CALÓGERAS, 1960, p. 66).

*“Documentos dos arquivos dos cartórios de Vassouras e relatórios publicados (...) davam aos representantes dos banqueiros a impressão da crescente precariedade das condições agrícolas locais. Frases tais como ‘sobrecarregado de enorme dívida’, ‘a fazenda não pode saldar seus compromissos’, e ‘minha dívida é tão vultuosa que sua cobrança consumiria toda a herança’ eram comuns nas décadas de 50, 60 e 70. Durante essas décadas, os fazendeiros não saldavam seus compromissos, conquanto alguns evitassem a falência fundindo diversas dívidas num único compromisso mais importante. Um relatório da década de 80 declarava que ‘muitos poucos’ fazendeiros estavam isentos de dívidas.” (STEIN, 1961, p. 291-292).*

João Fragoso em sua tese de doutoramento procurou mostrar uma relação de dependência entre a *plantation* cafeeira e o capital mercantil residente no Rio de Janeiro durante o século XIX. A primeira representada pelos cafeicultores de Paraíba do Sul (RJ) e o segundo pelos comerciantes de grosso trato da praça do Rio de Janeiro. O elo de ligação dos dois grupos seria o crédito fornecido pelos últimos aos primeiros para a criação e reprodução da *plantation* naquela região. As palavras do autor evidenciam tal posição:

*“(...) nota-se que, em geral, o custeio da agricultura em Paraíba do Sul majoritariamente é feito por um capital proveniente da praça mercantil do Rio de Janeiro. Isso implica em afirmar que tal sistema, no seu processo de reprodução, alimenta uma acumulação mercantil que lhe é exterior. A sua reprodução representa transferência de parte de seu sobretrabalho, via circulação, para outra região, para a acumulação mercantil aí situada. Desse modo, a agricultura cafeeira estaria subordinada a um capital mercantil carioca.” (FRAGOSO, 1990, p. 374).*

Todavia, em outra passagem de sua tese, percebemos apenas uma ligeira superioridade do capital residente na praça carioca em relação aos recursos oriundos de pessoas de Paraíba do Sul no período 1840-1885, sendo 51,3% dos créditos provinham do primeiro e 48,7% do segundo (Cf. FRAGOSO, 1990, p. 653). De fato, a importância do crédito local rivalizava com os empréstimos do município do Rio de Janeiro. Isto ocorria numa localidade muito mais próxima e com maior influência da capital do Império. Ademais, o cultivo da rubiácea em Paraíba do Sul começou em momento posterior àquele por nós estudado, permitindo a maior participação de comissários e de bancos sediados no Rio de Janeiro.

Maurício Alves verificou a origem dos créditos em Taubaté de 1680 a 1729. Segundo o autor, tanto as dívidas passivas como as ativas estavam na grande maioria das vezes em mãos de residentes locais:

*“Em todo o período estudado a participação de capitais externos à vila de Taubaté corresponde ao máximo de aproximadamente um quinto das dívidas. O maior valor das dívidas passivas externas (empréstimos tomados de moradores de outras localidades) é de*

20,54%, na década de 1680. (...) A cadeia de adiantamento-endividamento dá-se majoritariamente com capital residente, indicando uma capacidade interna de autofinanciamento. A montagem de um sistema agro-exportador no século XVIII, nos moldes preconizados por Caio Prado Jr. (latifúndio, monocultura e escravidão negra), faz-se por recursos endógenos à vila de Taubaté.” (ALVES, 1995, p. 62-63).

Júnia Furtado percebeu a importância do financiamento local para os negociantes mineiros no século XVIII. Embora não realize uma quantificação da origem dos recursos, a autora chegou a afirmar: “Os grandes atacadistas estabelecidos nas Minas tornaram-se importante linha de crédito interno, o que fez com que o pequeno comércio recorresse a esses em busca de financiamento.” (FURTADO, 1996, p. 143). Havia ainda a participação de pessoas do Rio de Janeiro, Bahia e, em alguns casos, de Portugal.

Sheila Faria também observou, em Campos no século XVIII, o isolamento das transações de crédito entre os agricultores e os moradores do Rio de Janeiro nesse momento. A autora chegou a afirmar:

“Esclarecedor, neste sentido, foi o fato de que de 154 produtores rurais, somente quatro tiveram dívidas passivas com pessoas do Rio de Janeiro, o que demonstra uma relação direta eventual com este mercado, ao mesmo tempo em que se coloca praticamente todo o financiamento no circuito mercantil local.” (FARIA, 1994, p. 124).

Os comerciantes de fazenda e os usurários mantinham quase dois terços de suas dívidas passivas com moradores no Rio de Janeiro, o que poderia indicar a intermediação deles entre o capital carioca e a *plantation*. Todavia, os empréstimos tomados corresponderam a uma pequena parcela do patrimônio dos mercadores (cerca de 13% do total). Os pequenos comerciantes não detinham dívidas com os cariocas. Entretanto, os créditos assumidos com moradores da região representavam 50,8% da riqueza dos menores mercadores. Uma pequena elite residente em Campos concentrava o monopólio do crédito local: “A liquidez do mercado regional estava nas mãos de um grupo restrito: usurários e comerciantes de fazendas, e eram eles que bancavam a manutenção e reprodução da lavoura e da indústria açucareira e atividades criatórias, através do empréstimo ou investido, eles próprios, em bens agrários.” (FARIA, 1994, p. 124-125). Destarte, estes últimos autores apontaram para uma dependência das economias estudadas em relação ao capital residente na praça mercantil do Rio de Janeiro muito menor do que a enfatizada por João Fragoso.<sup>205</sup> No interior do Brasil, as relações de financiamento fora da órbita local ou

---

<sup>205</sup> Lelio Luiz de Oliveira, ao estudar Franca durante o século XIX por meio de inventários, percebeu o domínio das dívidas ativas dos indivíduos analisados em relação às passivas. As primeiras representavam 10,2% da riqueza total entre 1822 e 1830 e 3,8% do patrimônio conjunto das pessoas analisadas de 1875 a 1885. As dívidas passivas correspondiam a 6,8% da riqueza no primeiro período e a 1,2% no segundo momento (Cf. OLIVEIRA, 1995, p. 189-191). Assim, os inventariados em Franca detinham créditos em maior valor do que os seus débitos, embora a importância dos empréstimos tenha se reduzido entre os dois períodos.

regional mostraram-se relativamente reduzidas até meados do século XIX. Assim, nessa época, os movimentos de capitais além da esfera regional revelaram-se marcados pela migração conjunta dos próprios proprietários ou de seus familiares ou amigos, como ocorreu com os Teixeira Leite de Minas para Vassouras.

Uma rede de financiamento parece ter sido constituída. De um lado, a população como um todo tomava, inclusive alguns escravos, pequenos empréstimos dos comerciantes locais para a compra dos seus produtos, contas de livro ou rol.<sup>206</sup> Por outro lado, os negociantes de grosso trato da cidade do Rio de Janeiro detinham, em geral, dívidas ativas com os comerciantes locais, principalmente lojistas de fazenda seca, em função do comércio atacadista, à exceção da elite mercantil da região. Os grandes financiadores da região controlavam o crédito para a produção agrícola e, parcialmente, para o comércio local. A expansão das casas comerciais e, posteriormente, bancárias permitiu o crescimento do crédito de fora da órbita dos municípios para a cafeicultura. Paralelamente, o desenvolvimento do sistema bancário e das ferrovias ajudou, também, no deslocamento dos recursos locais para novos investimentos além da esfera regional, especialmente títulos públicos, casas comerciais e bancárias, ações etc. De fato, ao longo do terceiro quarto do século XIX, houve uma mudança na alocação de riqueza dos indivíduos, especialmente para os detentores das maiores fortunas.

Um dos inventários selecionados por Zélia Cardoso de Mello em seu estudo sobre São Paulo constitui um exemplo da procura de diversificação dos investimentos nesse período. O Barão de Itapetininga (Joaquim José dos Santos Silva) faleceu em 1877. Os almanaques referem-se a ele como proprietário e capitalista. Entre suas atividades destacam-se a de diretor da Caixa Filial do Banco do Brasil em São Paulo. As suas propriedades compreendiam: 2.143 ações da Companhia paulista, 140 da Ituana, 125 do Banco do Brasil, 100 do Banco Mercantil de Santos, 522 apólices públicas, 184 letras hipotecárias do Banco do Brasil, 32 casas em São Paulo, 3 fazendas, 398.000 pés de café e mais de 200 escravos. A fortuna do Barão atingiu 7.011 contos de réis. Os imóveis representavam 19,3% do conjunto dos bens avaliados e os escravos correspondiam a apenas 4,7% do total. A riqueza ainda incluía dinheiro (6,3%), ações (25,7%) e dívidas ativas (17,8%) (Cf. MELLO, 1985, p. 135 e 164).

Outra ilustração poderia ser verificada no inventário de Antonio Clemente Pinto, primeiro Barão de Nova Friburgo. Joseph Sweigart, estudando sua vida, percebeu uma passagem de comerciante, talvez traficante de escravos, para agricultor. No seu inventário de 1869, aberto no Rio de Janeiro, a riqueza avaliada incluiu 14 fazendas, mais de dois mil escravos, a mansão do

---

<sup>206</sup> Júnia Furtado analisou as devassas eclesiásticas em Minas Gerais e percebeu o grande número de acusações de usura contra os comerciantes (45% dos mercadores processados sofreram tal acusação). Até mesmo três padres foram processados por este motivo. As acusações chegaram a imputar a um destes comerciantes a cobrança de taxas de juros de 20% ao ano (Cf. FURTADO, 1996, p. 149-150).

Catete (futura residência oficial do Presidente da República), numerosas casas, 14 outras construções e um grande número de ações do Banco do Brasil, de companhias de seguros e de apólices públicas. A fortuna alcançou 6.909 contos de réis, sendo cerca de mil contos em dinheiro e créditos (14,3% do total) (Cf. SWEIGART, 1980, p. 78-80). John Schulz, em seu trabalho a respeito da crise financeira da abolição, mostrou a preocupação dos cafeicultores no Congresso Agrícola de 1878 com o desvio dos recursos disponíveis para outros ativos:

*“Os fazendeiros do congresso de 1878 culpavam a dívida interna por suas dificuldades em obter empréstimos. Essa impressão parece ser incorreta. A maioria dos cafeicultores do Vale do Paraíba constituía um risco insatisfatório. Um investidor que não quisesse adquirir apólice tinha outras oportunidades às quais destinar seus fundos: bônus das ferrovias, depósitos remunerados em bancos locais, bônus ou letras de câmbio estrangeiras e bens imóveis urbanos. A disponibilidade dessas alternativas tornou improvável que os investidores aceitassem o risco de fazendeiros ilíquidos, cujas terras não poderiam ser executadas. Além disto, a dívida pública tinha um propósito em si. Se os investidores não adquirissem seus bônus, o governo teria de recorrer à emissão, aumentar impostos, reduzir os gastos ou tomar emprestado dinheiro do exterior (...)”* (SCHULZ, 1996, p. 56).

A diversificação das opções de investimento dos mais afortunados contrastava com a condição dos demais indivíduos da região. Os detentores de grandes patrimônios passaram a investir fora da esfera regional, enquanto os fazendeiros endividados de maior porte ou *status* social conseguiram ter sua situação remediada com os empréstimos a condições facilitadas do Banco do Brasil. As pessoas que não se enquadravam em nenhuma das duas categorias viram-se cada vez mais oprimidas por uma situação financeira desfavorável (Cf. SCHULZ, 1996, p. 57).

No vale do Paraíba paulista também verificamos a presença de usurários. Carlos Eugênio Marcondes de Moura estudou a vida do Visconde de Guaratinguetá, Francisco de Assis e Oliveira Borges (1806-1879). Ele atuava como negociante de fazenda seca e cafeicultor em 1829, colhendo 30 arrobas. Ainda possuía nesse ano nove escravos. Sete anos mais tarde, o futuro Visconde detinha vinte cativos e produzia 700 arrobas de café, que renderam dois contos. Além de cafeicultor, ele mantinha atividades de empréstimos de dinheiro a prêmio. Quando a sua mulher faleceu em 1856, o monte-mor do casal atingiu 542 contos de réis. O número de escravos chegou a 309, representando 52% do total dos bens. As dívidas ativas perfaziam apenas 6%. Na ocasião do seu inventário em 1879, o monte-mor somou 1.047 contos. Ele detinha 266 cativos e 550 mil pés de café. Só em apólices públicas havia 257 contos (24,6% do total). Cada vez mais, as pessoas mais abastadas do vale procuravam novas formas de aplicação dos seus recursos distintas dos cativos e empréstimos locais:

*“Os investimentos em papéis da dívida pública nacional, aplicação corrente entre os fazendeiros da época, representavam 25% do valor do monte e expressavam confiança na política financeira do governo. Em certos inventários de fazendeiros do vale do Paraíba percebemos como esse tipo de investimento alcançou níveis impressionantes. O riquíssimo comendador Manuel de Aguiar Valim, dono da fazenda Resgate, cujo inventário correu em Bananal em 1878, deixou, entre numerosos bens, nada menos do que mil apólices da dívida pública brasileira no valor de um conto cada, 245 mil dólares em títulos da dívida dos Estados Unidos de 1867, e mais 16.500 libras esterlinas, correspondentes a títulos da dívida do empréstimo brasileiro.” (MARCONDES DE MOURA, 1976, p. 99).<sup>207</sup>*

Constituímos o grupo dos usurários em nossa amostra não apenas com os comerciantes e capitalistas, mas com alguns agricultores, em geral de grande porte, que participaram desta elite.<sup>208</sup> Por exemplo, o capitão-mor Manoel Pereira de Castro possuía 56 escravos e engenho em 1829. Quando houve o seu inventário em 1847, o patrimônio chegou a oitenta e sete contos de réis (9.858 libras).<sup>209</sup> Todavia, no seu inventário constaram ainda 70 dívidas ativas, sendo seis dos próprios herdeiros. Os demais financiamentos somaram seis contos e meio de réis. Os 23 empréstimos por crédito (a juros) representaram 87,3% do total das dívidas ativas. Por outro lado, os empréstimos “sem crédito” (provavelmente de cobrança duvidosa) compunham 12,7% do conjunto. Assim, parcela significativa da sua riqueza encontrava-se alocada em dívidas. Tais créditos deveriam gerar algum retorno, aumentando a rentabilidade do seu patrimônio.<sup>210</sup>

As dívidas ativas e passivas apresentaram uma importância significativa nos inventários por nós compulsados. O total das primeiras alcançou 533.087 libras (67,6% do conjunto dos patrimônios) e as segundas 40.747 libras (5,2% da riqueza total). Houve o amplo predomínio dos

---

<sup>207</sup> O comendador Manoel de Aguiar Vallim faleceu em 1878 em Bananal. Entre seus bens havia 650 escravos, 710 alqueires de terras e 1.213.700 pés de café. Todavia, os bens relacionados acima correspondiam apenas a cerca de 30% de sua riqueza. A sua fortuna atingiu 2.847 contos de réis. Como nos dois casos acima ele possuía um grande número de apólices públicas, avaliadas por mais de 1.500 contos de réis (52,7%) (Cf. FRAGOSO & RIOS, 1995, p. 199-200). A viúva do Comendador recusou, em 1884, uma oferta de uma fazenda de café e seus escravos sob a alegação de que “ninguém mais quer este tipo de negócio” (Apud FRAGOSO & RIOS, 1995, p. 220). O sogro de Aguiar Vallim, o Comendador Luciano José de Almeida, deixou fortuna ainda maior quando ocorreu o seu falecimento em 1854, sendo dez por cento em letras, hipotecas e créditos. A sogra, D. Maria Joaquina Sampaio de Almeida, faleceu em 1882, deixando mais de quinhentos contos de réis em apólices da dívida pública (Cf. FRAGOSO & RIOS, 1995, p. 200, e FREITAS, 1981, p. 100-120).

<sup>208</sup> O próprio João Fragoso verificou a existência de tais atividades mútuas, denominadas de categoria fazendeiro-capitalista. Para ele as ações usurárias corresponderiam a operações de curta duração e subordinadas à manutenção de uma posição hierárquica, por meio da propriedade de terras e escravos e não mediante a fornecimento de crédito (Cf. FRAGOSO, 1990, p. 455-461).

<sup>209</sup> Ele recebeu a nomeação de Oficial da Ordem da Rosa em 1846, prestando juramento por procuração em função de sua doença (Cf. QUEIROZ, 1969, p. 48).

<sup>210</sup> Outro exemplo poderia ser João Gonçalves Barros, que mantinha atividades agrícolas. Durante os anos vinte do século XIX cultivou o milho, feijão, arroz, farinha e café. No seu inventário de 1832 constavam 9.000 pés de café, engenho e dez cativos. Todavia, ainda possuía 236 dívidas, sendo a totalidade das mesmas identificadas como de crédito. O valor das dívidas ativas chegou a seis contos de réis, cerca da metade do patrimônio.

créditos ativos das pessoas de nossa amostra. Além disto, grande parcela dos débitos compreenderam indivíduos da própria localidade. As dívidas passivas com moradores da província do Rio de Janeiro atingiram o valor de quase seis mil libras (14,7% do total), as quais foram contraídas quase em sua totalidade por comerciantes de fazenda seca.<sup>211</sup> De outro lado, os empréstimos junto a habitantes de Minas Gerais chegaram a 225 libras (0,6% do conjunto), que consistiram especialmente em transações com animais, aguardente e outros bens. Por fim, os créditos fornecidos por indivíduos de outras localidades paulistas somaram 3.848 libras (9,4% das dívidas), compreendendo desde dinheiro a juros a vendas de animais. O total das dívidas passivas com moradores de outras localidades distintas de Lorena atingiu pouco mais de dez mil libras, representando apenas de um quarto do conjunto delas (24,7%).<sup>212</sup> Destarte, em Lorena, a presença e a subordinação dos agricultores ao capital mercantil carioca ocorreu em escala menor do que em Paraíba do Sul e nem ao menos passou pela intermediação dos comerciantes locais, pois a quase totalidade das dívidas concentravam-se nas mãos de uma elite local e independente do financiamento do Rio de Janeiro.

As taxas de juros calculadas a partir dos informes constantes dos inventários revelaram-se elevadas, conforme a Tabela 6.1.<sup>213</sup> De 1830 a 1850 a taxa média de juros atingiu cerca de 20% ao ano.<sup>214</sup> Nas duas décadas seguintes, os prêmios reduziram-se a 15,9% e 17,1% ao ano, respectivamente. Talvez o fim do tráfico tenha provocado um aumento na oferta de recursos. Ademais, apesar das crises do final dos anos 50 e início dos 60, a nova forma de financiamento por meio de hipotecas atuou também no sentido da redução da taxa de juros dos créditos. De outro lado, os empréstimos apresentaram uma assimetria nas taxas de juros cobradas dos pequenos e grandes créditos. Os maiores valores emprestados pagaram prêmios menores do que os pequenos financiamentos. Os 93 créditos inferiores a duzentas libras possuíram em média uma taxa de juros de 19,1% ao ano. Por outro lado, os empréstimos de duzentas ou mais libras apresentaram taxas médias de juros de 14,3% ao ano.<sup>215</sup> As casas bancárias também requeriam

---

<sup>211</sup> Nesse último cômputo incluímos Francisco Godoy Bueno, que era cafeicultor, mas mantinha loja de fazendas secas.

<sup>212</sup> Em vários casos, interpretamos a ausência de identificação da origem do devedor como sinal de ser morador da localidade, pois os indivíduos de outras regiões declaravam tal informação.

<sup>213</sup> Sérgio Buarque de Holanda no prefácio ao livro *O Barão de Iguape* de Maria Thereza Schorer Petrone procurou explicar: “*Como os negócios a crédito eram de uso amplo naquelas minas [de Cuiabá] e os devedores não tinham, em geral, muita pressa em saldar débitos, quando os saldavam, é de supor que resultariam em grandes lucros para quem se sujeitava a tamanhos riscos.*” (PETRONE, 1976, p. XVIII).

<sup>214</sup> Em nossa amostra, a quase totalidade das pessoas possuía alguma dívida passiva, em função disto considerada na análise realizada a seguir, à exceção da elite mercantil. Assim, as atividades desenvolvidas pelos devedores consistem das mesmas ocupações dos indivíduos selecionados.

<sup>215</sup> Os pequenos devedores, que eram cafeicultores, ainda estavam sujeitos as diferenças de preços do café segundo a sua forma de comercialização, vendido “na terra” (na localidade) e no Rio de Janeiro. Os produtores de café de menor porte vendiam predominantemente seu café “na terra” e recebiam um preço inferior ao dos cafeicultores com maiores recursos que comercializavam diretamente com o Rio. Tal diferença não se devia apenas aos custos

um nível mínimo de riqueza para o empréstimo hipotecário. O Banco do Brasil limitava seus financiamentos de 10 a 120 contos de réis. Como o banco só emprestava a metade do valor das propriedades hipotecadas, o patrimônio mínimo exigido chegava a 20 contos (Cf. SWEIGART, 1980, p. 133). Assim, os cafeicultores detentores de poucos recursos viam-se desfavorecidos no sistema de crédito.

TABELA 6.1  
EVOLUÇÃO DO CRÉDITO E DA TAXA DE JUROS (1830-1872)

PERÍODO	Número de créditos	Taxa média de juros (ao ano)	Valor médio dos créditos	Total
1830-39	14	21,1	478	6.691
1840-49	50	19,5	183	9.155
1850-59	26	15,9	219	5.681
1860-72	31	17,1	234	7.239
<b>TOTAL</b>	<b>121</b>	<b>18,2</b>	<b>238</b>	<b>28.766</b>

Obs: Valores em libras. Só consideramos os créditos ativos e passivos dos indivíduos de nossa amostra com a informação da taxa de juros

Essas taxas devem ser consideradas em relação ao quadro de opções disponíveis para investimento à época. Na ausência de informações a respeito das taxas de juros vigentes para a economia brasileira no período 1830-1872 lançamos mão das informações concernentes a um momento subsequente, que será considerado no exame das hipotecas de Lorena.<sup>216</sup> Pedro Carvalho de Mello estudou o mercado financeiro e de capitais de 1870 a 1888. Nesse período, abriram-se novas oportunidades de investimento dos recursos. Para ele, as taxas consultadas apresentaram níveis elevados. Segundo o autor: “*Os bancos comerciais remuneravam, com taxas de juros, os depósitos à vista. Talvez esta fosse a menor taxa de retorno que poderia ser obtida ao se investir (ou depositar) seu dinheiro. Em média, as taxas de juros dos depósitos à vista, em termos reais, variavam na faixa de 4,5% a 5% [de 1870 a 1879].*” (MELLO, 1984, p. 226). Os títulos comerciais (Letras) de curto prazo (até um ano) pagavam taxas situadas entre 7% e 8% ao ano de 1876 a 1888. As apólices públicas propiciavam não apenas os juros, mas também ganhos de capital. A soma das duas remunerações permitia um retorno entre 4,5% e 6% ao ano entre

---

de transporte, comissão e guia, mas também uma maior rentabilidade com a venda do café para o Rio conseguida pelos maiores cafeicultores (Cf. MOTTA & MARCONDES, 1997).

<sup>216</sup> Mencionamos também alguns informes esparsos ao longo desta seção. Os dados mais comuns referem-se a taxas de 12% a 18% ao ano (Cf. SAES, 1986, p. 68).

1874 e 1888. Por fim, as debêntures emitidas de estradas de ferro e carris de ferro de 1882-85 garantiu uma rentabilidade na faixa de 7% a 8% anuais, incluindo os ganhos de capital.

As ações de sociedades anônimas negociadas na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro possibilitavam uma oportunidade adicional de investimento. Pedro Carvalho de Mello calculou as taxas médias de rentabilidade das mesmas nos anos de 1877, 1878 e 1882, as quais se situavam de 11% a 12% ao ano. O panorama geral do mercado financeiro e de capitais poderia ser definido deste modo:

*“(...) as taxas de retorno estimadas para oportunidades de investimento de curto prazo, e com um risco relativamente bem pequeno, tais como depósitos à vista em bancos comerciais e aplicações em títulos governamentais, variavam entre 4% e 6%. As taxas obtidas na aplicação em títulos privados, como debêntures e letras comerciais, variavam de 7% a 9%. Para os investimentos de longo prazo e com um risco relativamente alto, tais como aplicações em sociedades anônimas (e numa amostra que privilegiou aquelas de maior sucesso), as taxas de retorno variavam entre 9% e 11%, ou mesmo alcançavam 12%.” (MELLO, 1984, p. 238).*

No referente ao crédito dos cafeicultores, o próprio autor enfatiza a imperfeição do mercado, os problemas de comunicações e transportes e as crises econômicas explicariam as taxas de juros mais altas cobradas dos fazendeiros. Nas décadas de 70 e 80 a escassez de financiamento agrícola reduziu-se com a melhoria nos meios de transporte e comunicação. Além disto, a partir de 1867, a intervenção do governo por meio do Banco do Brasil considerando pedidos de hipotecas permitiu um financiamento a prazo mais longo e com taxas de juros mais reduzidas (fixadas em 6% e as amortizações em 5% anuais). Pedro Carvalho de Mello utiliza o trabalho de Joseph Sweigart baseado em Vassouras para reafirmar tal quadro:

*“(...) os fazendeiros de café obtinham cerca de 40% de suas necessidades de capital das fontes locais. A maior parte desses emprestadores eram outros fazendeiros ou então comerciantes da cidade. Os empréstimos tinham por garantia hipotecas das propriedades rurais, o prazo era em geral de 2 a 4 anos e a taxa de juros oscilava entre 10% e 12%.” (MELLO, 1984, p. 244).*

Joseph Sweigart analisou 235 empréstimos garantidos por hipotecas às fazendas de café, registrados em Vassouras de 1873-84 no valor de 4.441 contos de réis. Os credores denominados tradicionais eram os comissários de café (20,1% dos empréstimos), fazendeiros e outros indivíduos da região (35,3% das dívidas) e os comerciantes locais (5,6% do total). Estes empréstimos deveriam ser amortizados em três anos em média e previam taxas de juros médias de 10,8%. Os bancos hipotecários detinham 39,0% dos créditos, sendo apenas o Banco do Brasil com 33,7%. Estas instituições emprestavam a taxas de juros de 6,9% e amortizáveis em 13,1 anos (Cf. SWEIGART, 1980, p. 148). Assim, o crédito local ainda dominava o financiamento da

cafeicultura, mas paulatinamente diminuía sua participação. Os cafeicultores pagavam as mais elevadas taxas de juros, em virtude do risco que representavam. Como veremos adiante, o financiamento hipotecário lorenense apresentou taxas próximas às de Sweigart. O crédito local para os agricultores revelou retornos similares aos dos investimentos de longo prazo e risco alto relatados por Mello, mas os prazos dos produtores agrícolas eram menores. A diferença nas taxas e nos prazos permitiu às pessoas que recebiam os prêmios um processo de acumulação de riqueza muito superior aos demais indivíduos selecionados. Os emprestadores apropriavam-se de parte do retorno esperado pelos tomadores em suas atividades, mas assumiam riscos elevados.

Hebe Castro estudou as condições de financiamento existentes em Capivary (RJ) durante a segunda metade do século XIX. A autora percebeu uma certa independência das relações de crédito locais com relação às praças comerciais de fora da região: “*O crédito fornecido por elementos de fora do município estudado representou apenas 26,2% do montante negociado até 1870.*” (CASTRO, 1987, p. 63). Por outro lado, o crédito mantinha um papel fundamental no funcionamento da economia, chegando a totalizar 462 contos no período.<sup>217</sup> A maior parcela deste valor chegou a ser negociado até 1870 (74,3%). A partir desse ano o volume de crédito reduz-se e a presença de relações financeiras com pessoas e firmas de fora do município aumenta, atingindo 53,7% do total. Nestes casos, as taxas de juros transacionadas variavam de 1% a 2% ao mês, parecidas com as de Lorena. Apesar do crescimento do crédito de fora, houve uma busca de novos investimentos pela elite local: “*Na década de 80, o montante declarado em dinheiro em espécie e principalmente títulos e apólices da dívida pública nos processos analisados somou mais de 50% do total de todas as fortunas inventariadas, representando em alguns casos mais de 80% do total.*” (CASTRO, 1987, p. 66).

Nas Tabelas 6.2 e 6.3 apresentamos os financiamentos por meio de hipotecas realizados na localidade em estudo de 1866 a 1879 e de 1880 a 1887.<sup>218</sup> No primeiro período ocorreram 211 hipotecas envolvendo 1.418 contos de réis, com uma taxa de juros média de 11,8% ao ano e por um prazo médio de dois anos.<sup>219</sup> No momento posterior, o número de hipotecas reduziu-se a 130, mas os valores alçaram-se a 2.269 contos de réis. Contrataram-se, nesse período, taxas de juros em média menores (10,0% ao ano) e os prazos maiores (3,7 anos).<sup>220</sup> Esta mudança decorreu, especialmente, da maior influência do crédito bancário a partir de 1879, não apenas com seus financiamentos, mas também repercutindo sobre o comportamento dos demais emprestadores.

---

<sup>217</sup> Tal valor representava 10,4% do negociado em Vassouras num período menor de anos.

<sup>218</sup> Como consideramos basicamente as participações relativas dos valores hipotecados num período de cerca de vinte anos não os transformamos em libras.

<sup>219</sup> A grande maioria dos devedores residiam na localidade e mantinham atividades agrícolas (93,3%). Entre as garantias incluíram-se 1.122 escravos. Se em 1872 registraram-se 4.176 cativos em Lorena, parcela expressiva deve ter sido envolvida nas hipotecas (cerca de um quarto nesses anos).

<sup>220</sup> Nesse momento, também a quase totalidade dos devedores moravam na localidade e detinham ocupações agrícolas (91,5%). O total de escravos envolvidos como garantia das hipotecas atingiu 2.065.

Nesse ano realizou-se o primeiro empréstimo deste tipo na localidade. O Banco do Brasil financiou "54:000\$000 réis que será pago por anuidades sucessivas de 5:863\$660 réis compreendendo além das amortizações, juros [6% ao ano] e 0,2% de porcentagem de administração pagas por semestre vencido" (Livro nº 2 de hipotecas - Cartório de Imóveis de Lorena). O prazo do empréstimo chegou a 14 anos, muito acima da média das demais hipotecas e a taxa de juros também foi abaixo a usual à época, embora em caso de mora subisse para 12% ao ano. A propriedade hipotecada consistia na fazenda da Cachoeira, com 675 hectares, 111.000 pés de café, casa de morada assobradada e trinta escravos.

TABELA 6.2  
DISTRIBUIÇÃO DAS HIPOTECAS REGISTRADAS SEGUNDO A ORIGEM DO CREDOR  
(1866-1879)

ORIGEM	Nº	Valor		Taxa de juros % média (ao ano)	Prazo médio (em anos)	
		Médio	Total			
Lorena	161	5:522\$788	889:168\$939	62,9	12,4	1,7
São Paulo <sup>a</sup>	25	5:763\$251	144:081\$278	10,2	9,2	5,0
Minas Gerais	2	10:292\$300	20:584\$600	1,4	10,5	1,5
Rio de Janeiro <sup>b</sup>	9	9:379\$940	84:419\$464	6,0	11,4	2,6
Capital	13	17:072\$672	221:944\$737	15,7	10,9	2,8
Banco do Brasil	1	54:000\$000	54:000\$000	3,8	6,0	14,0
<b>TOTAL</b>	<b>211</b>	<b>6:702\$365</b>	<b>1.414:199\$018</b>	<b>100,0</b>	<b>11,8</b>	<b>2,0</b>

Obs: Valores em réis.

a Exclusive Lorena.

b Sem a capital do Império.

TABELA 6.3  
DISTRIBUIÇÃO DAS HIPOTECAS REGISTRADAS SEGUNDO A ORIGEM DO CREDOR  
(1880-1887)

ORIGEM	Nº	Valor		Taxa de juros % média (ao ano)	Prazo médio (em anos)	
		Médio	Total			
Lorena	85	14:724\$936	1.251:619\$526	55,2	10,4	3,1
São Paulo <sup>a</sup>	15	8:080\$000	121:200\$000	5,3	9,5	3,6
Minas Gerais	1	6:000\$000	6:000\$000	0,3	10,0	-
Rio de Janeiro <sup>b</sup>	3	66:038\$333	198:115\$000	8,7	8,3	3,7
Capital	19	16:295\$811	309:620\$409	13,6	9,1	2,1

Banco do Brasil	1	120:000\$000	120:000\$000	5,3	6,0	14,0
Outros bancos <sup>c</sup>	6	43:833\$333	263:000\$000	11,6	9,3	13,2
<b>TOTAL</b>	<b>130</b>	<b>17:458\$115</b>	<b>2.269:554\$935</b>	<b>100,0</b>	<b>10,0</b>	<b>3,7</b>

Obs: Valores em réis.

a Exclusive Lorena.

b Sem a capital do Império.

c Inclusive o Banco de Crédito Real de São Paulo.

Houve o predomínio dos capitais oriundos do próprio município no conjunto dos créditos, num primeiro momento com 62,9% e, no segundo período, representando 55,2% do total. Todavia, os valores médios emprestados por estes indivíduos mantiveram-se inferiores aos dos demais credores, principalmente dos fluminenses e dos bancos. Os moradores de municípios próximos a Lorena também participavam significativamente do fornecimento de crédito, inclusive os do vale do Paraíba fluminense e de Minas Gerais.<sup>221</sup> Assim, mesmo no início da década de oitenta do século XIX, os capitais residentes na localidade mantinham o domínio da atividade de financiamento.<sup>222</sup>

A diminuição da produtividade dos cafezais, a partir de meados do século XIX, agravou a situação dos cafeicultores endividados, aumentando os riscos dos fornecedores de crédito. Célia Muniz notou as dificuldades crescentes dos cafeicultores do vale do Paraíba em face das formas de financiamento existentes. Eles conseguiam saldar seus débitos apesar dos juros elevados e dos prazos curtos graças a alta rentabilidade cafeeira. Quando a produtividade se reduziu, o crédito também se mostrou mais difícil. Como vimos no caso do Barão de Pati do Alferes. Nas palavras da autora:

*“(...) numa época em que a propriedade estivesse aumentando de valor, ele não seria um entrave à obtenção do crédito. Da mesma forma, os juros cobrados e o prazo de pagamento não seriam entraves para fazendas cujos lucros viessem aumentando, e cujo empréstimo fosse empregado para o desenvolvimento da produção. O que observamos é que a lavoura cafeeira se encontrava, no vale do Paraíba, em franca decadência, e a dificuldade de crédito, neste período, foi o atestado dessa decadência.”* (MUNIZ, 1979, p. 146).

<sup>221</sup> Havia um empréstimo ao Visconde de Pimentel compreendendo hipotecas de várias de suas propriedades inclusive uma na localidade (fazenda do Bregetuba em Cruzeiro). Todavia, a quase totalidade dos 227 escravos encontrava-se em Valença (RJ), sendo que apenas nove estavam no município de Lorena. O valor total da hipoteca chegou a 240 contos. Os seus credores residiam no Rio de Janeiro, como o Barão de Vassouras, além do Banco Industrial e Mercantil e também o Banco Comercial, ambos do Rio de Janeiro.

<sup>222</sup> Devemos notar a concentração dos créditos locais no financiamento do Engenho Central de Lorena em 1885, que consumiu 500 contos (40,0% dos recursos emprestados por residentes na localidade de 1880 e 1887). O Barão de Castro Lima, Antonio Moreira de Castro Lima, filho de Joaquim José Moreira Lima, emprestou tal valor a uma taxa de juros de 8% ao ano e a um prazo de 12 anos.

Os problemas com a oferta de mão-de-obra também se acentuaram a partir de 1850. Assim, em função deste quadro, Stanley Stein percebeu os indícios de uma economia em vias de desintegração, que ele expôs neste trecho:

*“Prenúncios de ruína já se apresentavam com clareza mesmo durante os anos de prosperidade, quando fazendas falidas se transferiam para os credores e quando empréstimos realizados para comprar escravos e produzir mais café não podiam ser amortizados. Mais tarde os preços do café flutuaram, os escravos se tornaram mais raros e dispendiosos, e as encostas virgens foram substituídas por colinas desnudas cobertas de cafezais velhos e improdutivos. (...) Não podiam nem pagar as dívidas acumuladas nem obter novos empréstimos dos banqueiros de espírito prático e renitente. A despeito da grande extensão das propriedades a maior parte dos empréstimos concedidos às fazendas se baseavam no valor do contingente de escravos; e a iminência da abolição – repentina ou gradual, mas de toda forma inexorável – deixava os fazendeiros destituídos de garantias colaterais satisfatórias.”* (STEIN, 1961, p. 255).

O plantio de forma errada e o relevo acidentado favoreceram a rápida ocorrência da erosão dos solos de salmourão, que não eram tão ricos quanto as afamadas terras roxas do oeste de São Paulo. A produtividade dos cafezais do vale do Paraíba reduziu-se significativamente ao final do século XIX. Pierre Monbeig salientou: *“Ravinadas pela erosão, mal cuidadas por uma mão-de-obra insuficiente desde a abolição da escravatura, os cafezais do vale do Paraíba detinham [em 1904-1905 / RLM] os mais baixos rendimentos de todo o Estado: 2 arrobas por 1.000 pés em Jacareí, 16 em Bananal, 18 em Pindamonhangaba e um máximo de 30 em São José dos Campos. Nada mais se poderia esperar dessa região, pelo menos para o café.”* (MONBEIG, 1984, p. 168).

O quadro exposto acima por Stanley Stein deve ser compreendido com reservas, pois somente ao final do século XIX havia sinais evidentes da decadência da cafeicultura, como exposto por Monbeig. Robert Slenes (1986) em artigo a respeito da cafeicultura no Rio de Janeiro de 1850 a 1888 mostrou a manutenção do dinamismo econômico e, especialmente, da população escrava no vale do Paraíba fluminense até 1880. A decadência da região eclodiu apenas após esse ano, ao contrário do argumento de Stein, com a queda dos preços do café e a perspectiva geral de uma abolição próxima. Segundo Slenes, os fazendeiros da região não se encontravam à beira da bancarrota até esse momento. O próprio comportamento dos bancos reflete tal situação:

*“(...) o fácil acesso ao crédito de que os fazendeiros fluminenses dispunham no final da década de 1870 de forma alguma indica que eles estavam à beira da insolvência; ao contrário, constitui uma prova a mais de que as plantations nesse período davam lucros altos, e de que tanto fazendeiros quanto a comunidade financeira viam o futuro da cafeicultura com otimismo. Quando examinada mais de perto, a tese do domínio do capital*

*comercial sobre os fazendeiros fluminenses cai como um castelo de cartas.*” (SLENES, 1986, p. 134).

O autor também procurou refutar as teses que defendem uma “mentalidade pré-capitalista” ou a subordinação dos fazendeiros fluminenses ao capital comercial, as quais explicariam as diferenças da cafeicultura no vale com relação ao Oeste paulista. Para Slenes a racionalidade dos cafeicultores do vale seria idêntica à dos produtores do Oeste paulista, mas eles se defrontavam com condições de cultivo distintas. Ademais, a expansão cafeeira continuou nesta região entre 1850 e 1881, com incorporação de uma crescente escravaria. A crise dos anos cinquenta e início dos sessenta parecia atenuada nos anos setenta, quando se reduziu os custos de transporte em função das ferrovias e de financiamento graças à diminuição dos juros com o crédito bancário. Estes fatores permitiram um novo alento aos cafeicultores fluminenses. Como citado pelo próprio Slenes, Joseph Sweigart concluiu para o período:

*“O fazendeiro certamente tinha suas obrigações financeiras, mas elas não impossibilitaram a acumulação de capital. Ao contrário, o acesso a dinheiro emprestado baseado na expectativa de renda proveniente de futuras vendas de café, estimulou a acumulação. O vigoroso comércio de importação do século XIX e o crescimento dinâmico da cidade do Rio como um centro comercial, atestam a vitalidade da economia de exportação baseada no café. (...) Se as plantations tivessem simplesmente devorado o capital sem um retorno substancial, a economia inteira teria entrado em colapso depois da primeira queda dos preços [do café] na década de 1860.” (Apud SLENES, 1986, p. 109).*

A situação ao final dos anos setenta não permitia vislumbrar a rápida chegada da insolvência para a maioria dos cafeicultores do vale do Paraíba. Todavia, nesse período houve a transformação das formas de financiamento da cafeicultura, com a expansão do crédito hipotecário e bancário até a década de 1880 (Cf. SWEIGART, 1980, p. 191). A redução da fonte local de empréstimos pode indicar um crescimento menor do crédito global disponível aos cafeicultores. De outro lado, como posto por Slenes, as condições mais favoráveis de financiamento elevaram a demanda por crédito. O financiamento hipotecário não se encontrava disponível para grande parcela dos cafeicultores, em função dos seus poucos recursos. De outra parte, havia constantes reclamações dos agricultores contra a insuficiência e a dificuldade de obtenção do financiamento por parte do Banco do Brasil, beneficiando um pequeno número de fazendeiros (Cf. SWEIGART, 1980, p. 136). Provavelmente tais recursos não se destinavam à expansão da atividade com a incorporação de novas áreas de cultivo ou à intensificação do uso da mão-de-obra cativa, mas à sua manutenção (no mesmo patamar de produção) com a reposição dos cativos e o pagamento dos serviços das dívidas anteriores. Slenes chega a afirmar a existência de uma “agricultura de rapina” no vale durante as décadas de sessenta e setenta, que procurava explorar ao máximo os condicionantes da produção, terras, escravos e recursos financeiros (Cf.

SLENES, 1986, p. 140). Assim, devemos atentar para a crescente fragilidade das condições de produção e financiamento dos cafeicultores ao longo do terceiro quartel do século XIX. Após 1880, o processo de decadência tornou-se evidente e generalizado pela região.

### III - ALGUNS CAPITALISTAS DO SÉCULO XIX

Nesta seção concentraremos a análise em três capitalistas: Padre Joaquim Ferreira da Cunha, José Vicente de Azevedo e Joaquim José Moreira Lima. Tais indivíduos detinham a maior parte dos créditos concedidos na localidade durante o período. Somente os dois primeiros possuíam setecentos e onze contos de réis em empréstimos (71,8% do total dos inventariados). Se incluirmos Joaquim José Moreira Lima a participação no conjunto dos créditos dos três eleva-se para 94,9%.<sup>223</sup>

O Padre Joaquim Ferreira da Cunha nasceu em Caethê (MG). A primeira informação a seu respeito ocorreu no fogo de Ventura José de Abreu, grande proprietário de escravos e terras (ver Apêndice). Em 1820 e 1822, ele era agregado de Ventura, com dois e três escravos, respectivamente. No ano de 1824, já em seu próprio domicílio com seus quatro escravos, recebeu a designação de capelão aos trinta e cinco anos de idade. Joaquim da Cunha aparentemente se ausentou da localidade de 1825 a 1828. Em 1829, na oitava companhia, que mais tarde formaria, provavelmente, a vila de Silveiras, o recenseador anotou a seu respeito: “*morador novo nada colheu*”. O número de escravos elevou-se a dez. Seis anos mais tarde o contingente cativo atingiu vinte e seis pessoas. Nesse ano, ele colheu 200 arrobas de café vendidas a 2\$000 réis cada. Em 1850, o Padre mantinha-se como lavrador e detinha 56 escravos. No seu inventário de 1879 constaram cerca de duzentos cativos, 79.000 pés da rubiácea e vinte animais.<sup>224</sup> O seu patrimônio somou mais de seiscentos contos (60.528 libras). Joaquim da Cunha foi presbítero do hábito de São Pedro e cavaleiro da Imperial Ordem da Rosa. Maria Helena Machado também utilizou o processo de Joaquim Ferreira da Cunha e percebeu a forma de acumulação de sua riqueza:

*“Indivíduo empreendedor e morigerado em seus gastos e estilo de vida, o Padre havia, ao longo de sua vida, sabido apropriar-se de estratégias de enriquecimento já bem conhecidas, sobretudo nestas áreas onde as oscilações do mercado cafeeiro e a ausência*

---

<sup>223</sup> Além disto, tais indivíduos detinham os maiores patrimônios dos inventários compulsados. Os seus rendimentos deviam ser elevados. Urquiza Maria Borges realizou um estudo a respeito dos negociantes da cidade de São Paulo entre 1875 e 1880. Segundo os informes das Listas Gerais de Qualificação Eleitoral de 1876 a 1879, os capitalistas constituíam o grupo com os maiores rendimentos médios (5:223\$529 réis). Os fazendeiros e negociantes alcançaram rendas médias de 3:958\$333 réis e 2:095\$826 réis, respectivamente (Cf. BORGES, 1979, p. 100-103).

<sup>224</sup> Não foi possível calcular o número preciso de escravos, pois eles se encontravam alforriados no momento da feitura do inventário dos bens, não sendo arrolados. Maria Helena Machado estimou em mais de 200 cativos o plantel do Padre (MACHADO, 1994, p. 48).

*de um sólido sistema de crédito institucional tornavam os fazendeiros capazes de dispor de capitais em espécie, o único recurso a que muitos proprietários, envolvidos na ‘roda vida’ da produção cafeeira escravista, podiam recorrer. {...} Nos moldes de outras grandes fortunas constituídas na mesma fase e região, como a dos Moreira Lima de Lorena, o processo de acumulação, nestes casos, fazia-se principalmente através da usura, que, dada a condição dos contraentes, acabava por converter a dívida em terras e escravos, num processo seletivo, que promovia constantemente a concentração das terras nas mãos de poucos privilegiados.” (MACHADO, 1994, p. 48-49).*

Os bens de raiz e móveis foram avaliados por quase cinquenta contos de réis (7,7% do patrimônio). Em dinheiro, o Padre mantinha 21 contos em notas, 14 contos em moedas de ouro, 1 conto em moedas de prata e 108\$500 réis em moedas de cobre (5,7% da soma). Por outro lado, as dívidas ativas alcançaram o valor de 518 contos (81,7% do total). Do total de financiamentos, 25 não foram recebidos, somando cinco contos de réis. Na casa comissária de café Cornélio & Companhia do Rio de Janeiro, existia um crédito de 84 contos decorrente de “*quantia referida pela continuação das transações, remessas de café, juros e, apólices e outras quantias que o mesmo finado mandou entregar, ao mesmo correspondente.*” (1º Ofício - Cartório do Ofício Judicial de Cachoeira Paulista).<sup>225</sup> Os demais créditos privados consistiram em quase vinte e três contos (4,4 % das dívidas). O crédito público totalizou cerca de quatrocentos contos, quase três quartos das dívidas ativas. Segundo Maria Machado, a partir das crises financeiras dos anos sessenta cresceu o interesse por títulos públicos:

*“(...) a abertura de novos campos de investimento, na forma de apólices públicas, que, lançadas em 1865, tornavam-se a forma mais segura e rentável de investimento, atraindo os fazendeiros mais abastados; (...) transferindo pelas mãos dos mais abastados os recursos locais para o governo imperial, era devolvido à sociedade tanto na forma de uma remuneração segura dos aplicadores, quanto na escassez de moeda circulante, que realimentava os circuitos da monopolização dos recursos financeiros. Empréstando a fazendeiros e mesmo a profissionais urbanos, sob caução da hipoteca das propriedades do contraente, inclusive das terras (como se comprova do inventário já citado), a juros altos, de 12% ou mais ao ano, estes investidores repassavam seus recursos ao Estado, a juros de*

---

<sup>225</sup> No seu testamento (19/03/1877) a distribuição de sua riqueza mostrou-se um pouco distinta, revelando um pouco de sua dinâmica. As palavras do Padre Cunha nessa data esclarecem seus investimentos: “*Além dos bens, que possuo a vista do público [fazenda, cafezais e escravos - RLM]. Tenho mais de 333 contos de réis em notas; tenho 14 contos de réis em moedas de ouro e 1 conto de réis em moedas de prata: o dinheiro em notas está em movimento, porque dele tiro para alguns empréstimos, assim como as vezes recebo algumas quantias, e por isso ao tempo do meu falecimento pode importar em mais, ou menos. Possuo em poder de Cornélio e Companhia na corte presentemente em dinheiro 75:664\$240 réis. Possuo mais em poder do mesmo Cornélio e Companhia 359 apólices da dívida pública de diversos valores (...)*” (nº 20 1º Ofício - Cartório do Ofício Judicial de Cachoeira Paulista). Tal patrimônio nesse momento totalizou uma quantia superior à avaliada no seu inventário.

*6% ao ano, porém com garantia de liquidez imediata. Este processo, retirando os capitais da praça, restringia ainda mais a oferta de crédito aos lavradores necessitados”* (MACHADO, 1994, p. 49).

A menor rentabilidade dos títulos públicos compensava-se pela maior segurança no recebimento dos prêmios e amortizações. Como vimos, nas décadas anteriores os empréstimos aos agricultores não apresentaram problemas de solvência tão elevados quanto passou a ocorrer a partir da década de 50. Quando os riscos com os empréstimos aumentaram Joaquim da Cunha procurou uma forma mais segura de manter seu patrimônio. Dos dois processos de execução de sua autoria por nós localizados, ambos referem-se ao final dos anos sessenta. O primeiro foi de *“um crédito que lhe passou em 9 de setembro de 1863 da quantia de 2:040\$000, além dos prêmios”* [de 20% ao ano] (nº 36 - Cartório do Ofício Judicial de Cachoeira Paulista). O devedor teve os bens penhorados, entre eles 44 alqueires de terras, casa de morada, cafezais e engenho.<sup>226</sup> O segundo crédito executado atingiu mais de seis contos de réis em 1867, somando os vários empréstimos concedidos a partir de 1861. A taxa de juros cobrada neste crédito também era de 20% ao ano. Neste caso, como o anterior, penhoraram-se os bens: sítio, terras, cafezais, casas e mais benfeitorias, totalizando cerca de dez contos de réis. Como os bens não se arremataram pelo valor da primeira avaliação realizou-se outra, agora por oito contos. Ao final deste processo, Joaquim Ferreira da Cunha obteve o sítio e as benfeitorias do executado. O Padre Joaquim Ferreira da Cunha realizou dois empréstimos por meio de hipotecas, uma em 1867 no valor de 4:562\$149 réis, a 12% ao ano de juros e a um prazo de três anos, e outro em 1871 de três contos, a 15% de juros e por um ano. Além disto, entre os bens hipotecados, encontramos 46 escravos. Uma ilustração da atividade creditícia do Padre Cunha pode ser observada nesta escritura de compra de treze escravos de um de seus devedores em 1867:

*“(…) me foi dito - que estando a dever por escritura pública de dívida e hipoteca, ao outorgado Padre Joaquim Ferreira da Cunha, que também se achava presente, morador neste mesmo bairro, e igualmente de mim reconhecido, a quantia de 20 contos de réis e com os seus competentes prêmios contados até hoje, e em pagamento e saldo desta mesma dívida e hipoteca, vendia e dava, como com efeito dá - ao outorgado, todos pela quantia de 7:100\$000 réis, os escravos seguintes (...) e mais um sítio com terras e todas as suas benfeitorias pela quantia de 3:091\$000 réis (...) perfazendo tudo o total de 10:191\$000 réis (...) o outorgado-credor e comprador perdoa ao outorgante devedor o restante que falta para o complemento de sua dívida, e pelo que lhe dava o outorgado plena quitação de pago e satisfeito (...) e pelo outorgante-credor e comprador, me foi dito que atendendo a que o outorgante estava velho e que não lhe ficava bem algum que lhe servisse para o*

---

<sup>226</sup> Joaquim José Moreira Lima também possuía um crédito de mais de dez contos contra o mesmo devedor.

*trabalho e seu sustento, ele comprador deixava ficar em poder do mesmo outorgante todos os bens vendidos até o dia da morte do dito outorgante, pagando-lhe este o arrendamento anual de 100\$000 réis.”* (Livro nº 1 de notas de escravos - 1º Cartório de Notas de Cachoeira Paulista).<sup>227</sup>

Outro caso importante foi o do Comendador José Vicente de Azevedo, que nasceu no Porto em 1799. Ele se casou com Maria da Guia, filha do capitão-mor Manoel Pereira de Castro, em 1817. Nesta ocasião o dote constou de quatro cativos. A ocupação nessa época, na primeira companhia de ordenanças da vila, foi de negócio de loja de fazendas, com receita de 1:986\$455 réis. Os produtos vendidos incluíram: 5 panos de linho, 23 de lã, 237 de algodão, 70 de seda, 30 dúzias de meias de algodão, 1 dúzia de meias de seda, 4 dúzias de chapéus e 6 retrós. Em 1826, a loja desenvolveu-se com um certo aumento, diversificação e até uma sofisticação das mercadorias transacionadas: 10 panos de linho, 26 de lã, 200 de algodão, 50 de chita, 80 lenços, 80 gangas, 17 dúzias de meias de lã, 12 dúzias de chapéus, 6 panos de tecidos de seda, 20 linhas, 20 retrós, 6 resmas de papel. O total das importações alcançou sete contos, que correspondia ao segundo maior entre todas as lojas da localidade. No ano de 1828, o receita (provavelmente líquida) da loja atingiu 2:620\$000 réis. O número de escravos chegou a seis elementos.

Em 1829, o plantel do Comendador José Vicente de Azevedo elevou-se a vinte e dois cativos. Seis anos depois os escravos somaram dezessete. Nesse ano, José Vicente de Azevedo foi classificado como negociante de fazenda seca, bestas, muares e dinheiro a prêmio. O rendimento alcançou a cifra de seis contos de réis. Quando ocorreu o seu falecimento em 1844, o patrimônio atingiu 215 contos de réis (22.640 libras). De outra parte, no seu inventário constaram depósitos no Banco Comercial do Rio de Janeiro na quantia de 110 contos e na Caixa Econômica de 542\$200 réis.<sup>228</sup>

No inventário constaram duas casas de morada na vila e uma casa de sobrado na chácara apreciadas em cerca de cinco contos de réis. A chácara, terras e uma parte de terreno arrematadas em execução foram avaliadas por pouco mais de dois contos e meio de réis. O total de escravos atingiu 28 elementos, apreciados em mais de oito contos de réis. As dívidas ativas somaram 193 contos, que representavam 89,8% do patrimônio. Não se arrolou nenhuma dívida passiva e os depósitos em casas bancárias corresponderam a 51,3% da riqueza. Os demais 111 créditos atingiram 83 contos de réis. Tais empréstimos muitas vezes resultaram em pendências judiciais.

---

<sup>227</sup> Em 1872, o Padre adquiriu mais três escravos por seis contos de réis da mesma forma, abatendo tal valor da dívida do vendedor, que devia mais de dez contos de réis (Cf. Livro nº 3 de notas de escravos - 1º Cartório de Notas de Cachoeira Paulista).

<sup>228</sup> Bernardo de Souza Franco, em seu trabalho a respeito dos bancos do Brasil, mostrou o surgimento do Banco Comercial como resultante da associação de diversos capitalistas em 1838. Segundo ele, os depósitos a juro recebiam a remuneração de 4 a 4,5% ao ano (FRANCO, 1984, p. 27-29).

Em 1838, José Vicente de Azevedo processou o tenente Manoel Antonio dos Santos por uma dívida de um conto de réis:

*“(...) ele outorgante deve ao outorgado a quantia de 1:000\$000 réis provenientes de fazenda seca, e dinheiro de prêmio, e para cuja satisfação hipoteca um sítio, terras e mais benfeitorias que possui no distrito desta vila no lugar denominado Sapé bem como mais um cafezal nas terras de José Pais de Moraes (...) para a segurança da dita dívida por tempo de um ano em dois pagamentos iguais e não pagando o dito tempo lhe pagaria a um por cento ao mês o tempo que ao credor convier (...)”* (nº 142 1º Ofício - Arquivo Municipal de Lorena).

O caso de Máximo Ferreira da Silva oferece-nos uma ilustração da importância do crédito na constituição da economia cafeeira lorensense. Ele produziu, em 1828, 60 arrobas de fumo, 120 alqueires de milho e oito cevados, que geraram uma receita de 120\$000 réis. Nesse ano sua posse escrava atingiu quatro elementos. Em 1835, Máximo da Silva mantinha três cativos e passou a fabricar aguardente, produzindo 200 canadas nesta atividade, vendidas por 400\$000 réis. Um ano mais tarde contraiu o seguinte empréstimo:

*“Devo que pagarei ao Sr. José Vicente de Azevedo, a quantia de 2:000\$000 réis, dinheiro em notas do Rio, que recebi a prêmio, cuja quantia de 2:000\$000 réis pagarei ao dito Sr. ou a sua ordem da fatura desta a dois anos em seis pagamentos iguais, e na sua falta 1,5% ao mês, conforme tratamos, e a lei nos permite, para, o que me obriga todos os meus bens e por todo o referido ser verdade mandei passar o presente tão somente por mim assinado. Lorena 14 de novembro de 1836.”* (nº 180 2º Ofício - Arquivo Municipal de Lorena).

A partir dessa data Máximo da Silva investiu seus recursos e os do empréstimo na faina cafeeira. A comercialização do café realizava-se pelo próprio credor em 1842; José Vicente de Azevedo anotou no comprovante de débito de Máximo da Silva: *“Recebi em 27/4/1842 líquido de 42 @ e 16 £ de café vendido no Rio a 2900. Tirando 900 réis de carretos, frete do Barco, comissão e guia 85\$098”* (nº 180 2º Ofício - Arquivo Municipal de Lorena). Além deste, o devedor realizou até essa data seis pagamentos de cerca de 100\$000 réis cada um. O prematuro falecimento de Máximo da Silva, ainda em 1842, aos 43 anos provocou a cobrança do crédito. Nesse momento, o seu plantel alcançou 8 elementos. Provavelmente, tal acréscimo resultou da aplicação dos recursos emprestados. O patrimônio somou mais de oito contos (quase novecentas libras). Todavia, as dívidas passivas atingiram cerca de cinco contos. Só o empréstimo de José Vicente de Azevedo totalizou 2:832\$541 réis, apesar dos pagamentos efetuados. Joaquim José

Moreira Lima possuiu também um crédito de pouco mais de um conto e meio de réis.<sup>229</sup> A arrematação dos bens compreendeu sete escravos, a casa na vila, dois machos, um alambique, quatro animais e parte das terras. A viúva conseguiu manter o cafezal de 8.000 pés, um escravo e o restante das terras.

O Comendador Azevedo teve uma forte atuação na política local, como chefe do Partido Conservador. Ademais, ele foi da Guarda de Honra do Imperador e cavaleiro da Imperial Ordem da Rosa. O patrimônio inventariado não alcançou cifras superiores em função do seu precoce falecimento, aos 44 anos de idade. Ademais, não encontramos registro de alguma produção agrícola realizada por ele.<sup>230</sup> A viúva assumiu o lugar do marido, com auxílio do cunhado e dos genros. Augusto Emílio Zaluar, em sua passagem pela localidade durante 1860/1861, destacou entre os principais prédios da vila: o de D. Maria Pereira da Guia e Azevedo, viúva, João José Antunes Guimarães e João José Rodrigues Ferreira, genros, e o de Joaquim José Moreira Lima, concunhado (ZALUAR, 1975, p. 75).

A importância do crédito atingiu o maior vulto na vida de Joaquim José Moreira Lima (1807-1879).<sup>231</sup> Ele era português, como a maioria dos comerciantes e caixeiros. No início da terceira década do século XIX, José Vicente de Azevedo, casado com a filha do capitão-mor Manoel Pereira de Castro, convidou o jovem Moreira Lima para trabalhar em sua loja de fazenda seca. Tal parceria resultou, mais tarde, na constituição da loja de Moreira Lima como era comum nesta época. No dia 25 de abril de 1827, ele se casou com Carlota Leopoldina de Castro, outra filha do mesmo capitão-mor (Cf. RODRIGUES, 1942, p. 151).

Em 1828, ele residia em seu próprio domicílio na primeira companhia de ordenanças da vila de Lorena e a sua loja de fazenda seca apresentava a receita de 450\$000 réis. Nesse ano, Moreira Lima possuía três escravos recebidos em dote do sogro, como também um cavalo. No ano seguinte, a escravaria cresceu para seis elementos. Em 1835, o negociante de fazenda seca alcançou o número de dez cativos, com um rendimento de dois contos de réis. A rápida evolução do patrimônio de Moreira Lima expressou-se nesse momento mediante o aumento do seu plantel. A herança deixada pelo sogro elevou, em 1847, a posse escrava no montante de oito escravos. Além disto ele recebeu um dezoito avos do valor das dívidas ativas do capitão-mor. Esta legítima

---

<sup>229</sup> Este empréstimo começou a partir de um crédito firmado em 1840 no valor de 854\$000 réis com o prazo de 1 ano e uma taxa de juros de 24% ao ano.

<sup>230</sup> Como Sérgio Buarque de Holanda verificou a partir do estudo de Maria Thereza Schorer Petrone sobre o Barão de Iguape, que: “(...) foi comerciante a vida toda e não quis ser outra coisa. Nem os poucos anos em que procurou fazer-se dono de engenho representam verdadeiramente um hiato em sua grande vocação, que foi a de homem de negócios. Vocação que tem um passado longo no Brasil, e que em Portugal os próprios reis não desprezavam.” (PETRONE, 1976, p. XX).

<sup>231</sup> Taunay refere-se a ele do seguinte modo: “Era português e ajuntara enorme fortuna. Em certa época passara por ser o maior capitalista da província de São Paulo, possuindo, como proprietário e como credor, mais de 60 fazendas de café, e cana, entre outras a do Campinho, em Lorena.” (TAUNAY, 1939, v. 5, t. II, p. 365).

reforçou uma tendência já mais antiga. A atividade de comércio não se restringiu às tradicionais fazendas secas, mas e cada vez mais compreendeu também o dinheiro, seguindo a trajetória do Comendador Azevedo. Nessa época, ele se tornou negociante matriculado pelo meritíssimo Tribunal do Comércio da Corte. Destarte, o número de escravos atingiu quatorze indivíduos em 1850 e cinquenta e quatro no seu inventário de 1879 (Cf. MOTTA SOBRINHO, 1968, p. 182-184). Porém, a sua riqueza assumiu proporções ainda maiores do que a inferida pela posse cativa.

Os diversos libelos cíveis, execuções, assinações de dez dias (notificação do débito), penhoras, encontrados nos arquivos da região mostram a extensão e o vulto de suas relações de crédito. O alcance dos seus negócios compreendeu a área de Bananal a Pindamonhangaba, graças ao auxílio de procuradores nas diversas cidades. Dos 20 processos consultados oito ocorreram na praça de Guaratinguetá, quatro em Areias e um em Silveiras; somente dois foram anteriores a 1850. Os 42 empréstimos não registrados nos livros de hipotecas localizados para o período anterior ao inventário somaram duzentos contos de réis, em sua quase totalidade crédito a juros. Os valores emprestados variaram desde as poucas dezenas de milhares de réis até a casa dos contos de réis. A média dos 42 financiamentos chegou a quase cinco contos de réis. Um pequeno cafeicultor de Silveiras chamado Antonio José de Aquino escreveu, em 1836, uma carta para Moreira Lima a respeito de sua dívida:

*“(...) torna de novo o meu filho José Antonio a rogar-lhe lhe rogue para emprestar de Vossa mercê 60\$000 réis em cobres a prêmio, conforme Vossa mercê diz de 25 [25% ao ano de juros simples - RLM] e fico a isso obrigado por um ano para pagar-lhe com café. Eu mando por João José 16 arrobas de café na conta que eu lhe devo (...) Sapé 22/11/1836”* (nº 22 - Cartório do Ofício Judicial de Cachoeira Paulista).

O alto valor dos prêmios cobrados quase impossibilitou a continuidade da cafeicultura. Nos anos quarenta, Antonio Aquino teve os bens penhorados, que constaram de um sítio e casa coberta de palha, as terras, o cafezal e mais benfeitorias. Além disto o executado deveria pagar as custas do processo. Em várias cobranças Moreira Lima acabou por arrematar os bens do devedor para diminuir eventuais prejuízos com a venda das propriedades em praça pública. Na execução contra Ignácio Fernandes da Silva de Lorena, em 1842, foi penhorado o sítio, por um valor aproximadamente igual ao da dívida. Então, Moreira Lima arrematou o sítio com 2.500 pés de café e mais algumas benfeitorias, evitando a possível perda de dinheiro e tempo com a venda para um terceiro (nº 219 1º Ofício - Arquivo Municipal de Lorena). Diversos outros exemplos podem ser encontrados nos inventários de várias pessoas. Por exemplo, no caso de Francisco José dos Santos Dias ele arrematou um escravo por cerca de um conto de réis em 1870 (nº 539 2º Ofício - Arquivo Municipal de Lorena).

Além dos pequenos valores concedidos a agricultores de reduzido porte, Moreira Lima emprestou grandes importâncias. Vicente Ferreira Leite, morador em São José do Barreiro (SP), escreveu uma carta para ele em 1869, na qual pedia:

*“São portadores desta meus filhos José e Honório que vão a essa cidade propor um negócio a Vossa Senhoria que é o seguinte. Precisando de 50 a 60 contos para pagar o meu correspondente na Corte que me não tem prestado boas contas e constando-me que Vossa Senhoria dá dinheiro a prêmio rogo-lhe o favor adiantar-me essa quantia tendo para garantia uma fazenda onde colho 8 mil arrobas de café, e 80 e tantos cativos que os cultivam.”* (Apud MOTTA SOBRINHO, 1968, p. 158).

A resposta de Moreira Lima foi “(...) eu supirei com 45:000\$000 réis m. ou menos garantindo me com a transferência de bens que estão hipotecados ao seu credor.” (Apud MOTTA SOBRINHO, 1968, p. 158). Além do valor inferior ao desejado, ele requeria a passagem da propriedade da hipoteca para o seu nome. Os atrasos dos pagamento também tornaram-se frequentes nesta ocasião. Um morador em Lorena procurou reafirmar seu crédito em função da descrença do credor:

*“Diz Vossa Senhoria que perdesse todas as esperanças de eu poder pagar nem os prêmios de meus compromissos visto terem-se queimado todos meus cafezais. Felizmente não é exata essa informação pois (...) eu tenho para mais de 60 mil pés de café desses só queimou-se 6 mil pés meus cafezais são novos quase todos por isso que ainda não podem dar muito rendimento para estes dois anos (...) Vossa Senhoria não ignora por isso que com esta colheita que vem hei de lhe pagar os prêmios assim até que faça maior colheita para pagar o principal (...) eu não posso aprontar dinheiro antes das colheitas (...)”* (Apud MOTTA SOBRINHO, 1968, p. 130).

Moreira Lima efetuou 37 empréstimos na localidade com base em hipotecas entre 1866 e 1878, que envolveram 437 contos de réis (49,2% dos créditos locais de 1866 a 1879, Cf. Tabela 6.2). A taxa de juros média dos financiamentos atingiu 11,8%, um pouco abaixo da média dos emprestadores da localidade. Todavia, o valor médio emprestado por ele superava a média dos valores das hipotecas (11:817\$773 réis). Além destes créditos, ele penhorou 13 escravos no valor de seis contos a juros de 12% ao ano em 1871 e 1872, sendo uma das penhoras a prazo de cinco anos, não constando, porém, esta informação para a outra (Livro nº 6 de penhora de escravos - Cartório de Imóveis de Lorena). Os filhos de Moreira Lima realizaram 27 hipotecas no valor de 691:580\$760 réis de 1867 a 1886. Assim, a família Moreira Lima mantinha-se como a principal financiadora dos empreendedores da região.

As suas relações comerciais também estendiam para além das fronteiras de Lorena. Nas localidades vizinhas de Guaratinguetá e Areias verificamos a existência de diversos créditos. Na primeira localizamos 14 hipotecas totalizando 184 contos e 139 escravos entre 1866 e 1879, as

quais venciam a um prazo médio de 1,3 anos e tinham uma taxa média de juros anual de 13,7%. Seus filhos mantinham nesta praça mais 194 contos no mesmo período. Em Areais, Moreira Lima realizou 12 hipotecas no valor de 409 contos entre 1875 e 1878, nas quais se hipotecaram 295 cativos. A taxa de juros média cobrada nestes empréstimos chegou a 10,3% ao ano. Todavia, como já visto anteriormente, os grandes fazendeiros conseguiam empréstimos a uma taxa menor e a prazos mais longos, em função das melhores garantias e da reduzida parcela do valor emprestado com relação ao patrimônio.

Uma destas transações nos permitiu uma melhor análise das formas de financiamento vigentes à época. Em 1867, Agostinho da Fonseca Rodrigues emprestou 21 contos de réis a uma taxa de juros de 1% ao mês de Moreira Lima. A garantia do financiamento envolveu uma fazenda com 60 mil pés de café velhos e 40 mil novos e vinte e cinco escravos.<sup>232</sup> Quatro anos mais tarde, a viúva do devedor passou uma escritura de venda de seis escravos para abater da dívida, que chegou a vinte e cinco contos:

*“(...)foi dito em presença das testemunhas abaixo assinadas, que sendo o seu casal devedor ao credor outorgado hipotecário Joaquim José Moreira Lima a quantia de 25:319\$810 réis de capital e prêmios para pagamento desta quantia, dá, como com efeito dado tem os escravos (...) perfazendo o total de 7:800\$000 réis, que será abatida na soma que o seu casal lhe é devedor.”* (Livro nº 3 de notas de escravos - 1º Cartório de Notas de Cachoeira Paulista)

Algumas cartas recebidas por Joaquim José Moreira Lima foram de seu representante em Mambucaba (RJ). Ele provavelmente possuía a responsabilidade de encaminhar o café para o Rio de Janeiro já com seu preço determinado por Moreira Lima e enviar serra acima produtos pedidos e informações das cotações de café. Em uma carta de 22 de dezembro de 1865 percebemos tais papéis:

*“Tenho presente o seu estimado favor datado de 16 do corrente mês, o qual veio acompanhando, em sua tropa, 68 sacos com 240 arrobas e duas libras de café, o qual seguirá para o Rio de Janeiro, a consignação dos Srs. Pereira Victorino & Cia. (...) Vão dois alqueires de sal, que deixaram de ir a viagem, passada, caso acontecido involuntariamente. Em conseqüência de não poder pagar a presente remessa pelo preço de 6\$300, marcado por Vossa Senhoria, visto que a poucos dias tive contas da corte de 5\$200 de cafés novos e bons, tomei a resolução de seguir as suas ordens transmitidas ao Sr. Reis (...) PS. Vossa Senhoria avisa 247 arrobas de café e só encontrei 240 arrobas e 2 libras, chamando o arreador para perguntar-lhe a como vieram as bestas, respondeu-me: 4 a 8*

---

<sup>232</sup> Ele produzia 1.500 arrobas de café em 1860 (Cf. PEREIRA, 1977, p. 61).

*arrobas são 32 arrobas, 28 a 7 arrobas 196 arrobas, 2 a 6 arrobas 12 arrobas somaram 240 arrobas.*” (Apud MOTTA SOBRINHO, 1968, p. 140-141).

O café remetido deveria ser em grande parte resultado dos prêmios e cobranças recebidos em produto.<sup>233</sup> De outro lado, a extensão e o volume dos créditos dificultavam a sua gestão, e, por isso, Moreira Lima mantinha procuradores em outras cidades. Nessa época a situação de inadimplência dos devedores agravou-se e a cobrança exigiu a concessão de descontos sobre o valor devido, como revela a carta de um advogado de Guaratinguetá, Rafael Brotero, de 1862:

*“Finalmente com muito custo, e já sem esperanças, recebi do Sr. João Gonçalves Cruz Jr. a quantia de 462\$530 réis e dei-lhe quitação. Para esse resultado foi necessário fazer-lhe um abatimento de 20% ao que anui por que as circunstâncias desse Sr. são péssimas, nada tendo livre em que se pudesse fazer penhora; que espero aprovará esse passo. Pela conta que nesta ocasião envio-lhe verá Vossa Senhoria que o líquido da cobrança de 450\$000, da qual tirei para mim a metade segundo ofereceu-me por carta com quanto que eu de qualquer modo realizasse a cobrança; o restante isto é 225\$000 réis que pertencem a Vossa Senhoria nesta ocasião também envio-lhe.”* (Apud MOTTA SOBRINHO, 1968, p. 127).

Nas cobranças judiciais para o pagamento de dívida freqüentemente alegava-se a impossibilidade de pagamento.<sup>234</sup> De outra parte, Moreira Lima respondia com acusações de ocultação de escravos. Na execução contra Galdino Teixeira Coelho, no valor de quase seis contos, Moreira Lima afirmou, em 1869, o executado ter escondido os seus oito escravos, só indicando um rapaz, uma moça e uma velha (nº 734 1º Ofício - Arquivo Municipal de Lorena). A partir da segunda metade do século XIX os valores das dívidas assumiram montantes cada vez mais elevados e o número das execuções e penhoras também aumentou. A dificuldade crescente por parte dos devedores de honrar seus compromissos parece explicar tais fatos. A diminuição da produtividade cafeeira inviabilizou o pagamento dos elevados juros cobrados. A partir das informações levantadas percebemos a importância fundamental do crédito em sua fortuna. Antonio da Gama Rodrigues afirmou a seu respeito quando ocorreu o seu falecimento: “(...) a 13

---

<sup>233</sup> Em 1860, Moreira Lima mantinha uma fazenda em Areias colhendo 2.000 arrobas de café, provavelmente resultante de alguma execução ou arrematação em praça pública (Cf. PEREIRA, 1977, p. 66).

<sup>234</sup> Algumas vezes a cobrança judicial poderia conduzir à perda completa do dinheiro emprestado, em função dos subterfúgios disponíveis ao devedor. Em 1863, o Coronel José Vicente de Azevedo, filho do Comendador homônimo e genro de Moreira Lima, viajou ao Rio de Janeiro procurando receber um crédito de cerca de quatro contos num período de crise comercial. Em carta enviada a Moreira Lima, ele afirmou: “*Caldeira* [o devedor] diz com o maior cinismo que por bem, dará alguma coisa a seus credores, mas por mal, ficará desgraçado e perseguido, mas o prejuízo deles será completo.” (18/03/1863 - Mini Museu da Fundação Nossa Senhora Auxiliadora do Ipiranga).

de janeiro de 1879, falece o grande capitalista Joaquim José Moreira Lima, cujo avultadíssimo espólio [foi] calculado em mais de 8:000 contos de réis (...)” (RODRIGUES, 1956, p. 96).<sup>235</sup>

O seu filho, Joaquim José Moreira Lima Júnior, recebeu a doação da terça da mãe, em função dos anos de serviço prestados ao lado do pai. A doação ao filho alcançou a cifra de 803 contos de réis. Se a esposa reservou um terço de sua meação, o patrimônio do marido deveria atingir 4.818 contos (460.595 libras). Sem dúvida uma fortuna elevadíssima. A parcela dos oitocentos contos doados ao filho compunha-se em mais de nove décimos de dívidas ativas. As hipotecas somaram quatrocentos e dez contos (51,1% da terça). Os empréstimos duvidosos totalizaram catorze contos (1,8% da doação). A participação nos valores em conta corrente com a firma Rocha Brochado & Companhia do Rio de Janeiro chegou a trezentos e dez contos (38,6% do total inventariado).<sup>236</sup> Segundo Alves Motta Sobrinho, no inventário de Joaquim José Moreira Lima, os créditos com tal empresa chegaram à importância de três mil contos. Assim, ele constituiu sua fortuna inicialmente com a loja de fazenda seca e, posteriormente, com o empréstimo de dinheiro a prêmio, que assumiu a maior importância neste processo. Ademais, entre os descendentes de Moreira Lima encontramos dois condes, dois barões, um comendador e uma baronesa, além da própria esposa, a viscondessa de Castro Lima. Entretanto, Moreira Lima não se viu distinguido com título de nobreza.

As trajetórias destes três indivíduos evidenciam a potencialidade de enriquecimento com base na atividade creditícia. O momento de desenvolvimento da cafeicultura propiciou-lhes condições de assumirem tal papel. Seus empréstimos destinavam-se não apenas aos grandes cafeicultores, mas também aos produtores de café de todos os portes e às pessoas com outras ocupações. Entretanto, os indivíduos de poucos recursos apresentaram condições mais frágeis de financiamento, devido à dificuldade de oferecerem garantias. A atividade usurária mostrou-se propícia à acumulação extraordinária de riqueza para os indivíduos, superando a obtida por meio do comércio exclusivamente e da própria cafeicultura. A ausência de um sistema bancário desenvolvido permitiu aos capitalistas apropriarem-se de uma grande parcela da renda gerada na economia. Posteriormente, o desfalecimento da economia cafeeira, durante a década de setenta do século XIX, impossibilitou a continuidade dos seus processos de acumulação e dos seus

---

<sup>235</sup> Carlota Pereira de Queiroz chegou a afirmar: “Passou, em certa época, por ser o maior capitalista da província de São Paulo (...)” (QUEIROZ, 1969, p. 102). Em 1865, declarou-se em uma execução de dívida como: “negociante matriculado no Tribunal de Comércio do Rio de Janeiro” (nº 734 1º Ofício - Arquivo Municipal de Lorena). Em 1875, segundo Olympio Catão, era, além de capitalista, negociante matriculado e possuía duas fazendas, uma no Campinho e outra no Sapé.

<sup>236</sup> Esta companhia mantinha loja de ferragens, drogas, tintas, vernizes, miudezas e mais gêneros pertencentes a este negócio por atacado (Cf. LAEMMERT, 1875, p. 806). Além disto, Rocha Brochado era negociante, provavelmente oriundo de Portugal.

descendentes nessa atividade e região.<sup>237</sup> Neste contexto de incerteza quanto aos empréstimos aos cafeicultores, os três procuraram alocar elevadas quantias na praça mercantil do Rio de Janeiro, seja em títulos públicos, bancos ou firmas comerciais. Paralelamente, verificou-se, de um lado, um grande número de cafeicultores endividados e empobrecidos com seus cafezais de baixa produtividade e, de outro, uma elite mercantil com elevadas quantias a receber destes agricultores. O crédito hipotecário dos bancos restringiu-se a uma reduzida parcela dos agricultores, não sendo suficiente para atenuar a crise da ampla maioria. A transferência do patrimônio dos cafeicultores para os capitalistas não modificaria o quadro decadente instaurado a partir da década de oitenta do século XIX. Destarte, a possibilidade de crescimento econômico da região baseado na rubiácea mostrou-se em franco esgotamento.

Em resumo, os “pequenos comerciantes” não apresentaram uma participação tão elevada nas dívidas ativas e passivas quanto os mercadores de fazenda seca. Este último grupo mostrou a maior dependência com relação aos comerciantes do Rio de Janeiro, que pode ser observada pelo seu grau de endividamento com pessoas daquela praça. Os lojistas de fazenda seca tornaram-se devedores dos atacadistas cariocas em decorrência da própria atividade. No entanto, o crédito aos cafeicultores e aos tomadores de empréstimos em geral de Lorena não se originou dos comerciantes do Rio de Janeiro. Alguns mercadores e agricultores locais e regionais atuavam como capitalistas e dominavam a propriedade das dívidas de toda a localidade. Eles mantiveram o controle do crédito local até o terceiro quarto do século XIX, quando as casas comissárias e bancárias do Rio de Janeiro aumentaram a sua parcela dos empréstimos realizados na região. As melhores condições de financiamento e os receios crescentes por parte dos credores locais quanto à solvência dos devedores provocou a migração dos capitais locais para outras formas de alocação de riqueza distintas do crédito aos cafeicultores do vale do Paraíba.

## **CONCLUSÃO**

### **AS FORMAS DE ACUMULAÇÃO**

---

<sup>237</sup> Pierre Monbeig notou para os cafeicultores do oeste paulista, mas também se mostrou coerente com a realidade do vale: “São instáveis as fortunas, pois que as terras perdem rápido o seu valor e também porque, mais que a terra, o que traz a riqueza é o seu produto, café ou algodão, sujeito às oscilações dos mercados mundiais.” (MONBEIG, 1984, p. 163). Numa zona em decadência a perda de valor das terras ocorre de forma mais acentuada. Assim, a partir da década de 1880 não havia mais o interesse em financiar a cafeicultura no vale, pois o valor das terras estava se reduzindo e o final da escravidão aproximava-se.

*“Ganhar dinheiro era o único moto, a única palavra de ordem. A maneira de ganhá-lo era deixada à consciência de cada indivíduo. Reconhecendo-se que alguns ganharam-no com o suor do rosto, fala-se que a principal fonte de riqueza de outros foi o contrabando de escravos, e que outros ainda fizeram suas fortunas em poucos anos com a importação de farinhas adulteradas e imagens ocas de santos recheadas de notas falsas. É crença geral que as grandes fortunas foram acumuladas nesta época.”* (LAERNE, 1885, p. 192).

As fazendas, casarões e sobrados construídos durante a passagem da cafeicultura pelo vale do Paraíba paulista representam a recordação mais visível daquela época. O café provocou uma profunda transformação sócio-econômica na região. O povoamento incipiente dos séculos XVII e XVIII, concentrado ao redor dos núcleos urbanos de Taubaté e Guaratinguetá, ampliou-se largamente em conseqüência dos grandes movimentos populacionais. A ocupação prévia à cafeicultura caracterizou-se por um desenvolvimento da cana-de-açúcar, restrito a alguns domicílios, e uma preponderância da economia de subsistência. Ao longo dos caminhos e, especialmente, dos entroncamentos das estradas encontravam-se diversos ranchos e residências. A nova cultura, ao se defrontar com esta realidade, mesclou-se a ela. A febre cafeeira na passagem do século XVIII para o XIX contaminou não apenas as pessoas de outras regiões atraídas pela rubiácea, mas também atingiu os antigos moradores.

O desenvolvimento da cafeicultura concentrou-se, nesse momento, nas áreas mais próximas do Rio de Janeiro, que irradiou a cultura pelo Sudeste. A recém-criada vila de Lorena (1788) tornou-se palco fundamental deste ato. O avanço do café beneficiou-se da existência do povoamento inicial. As populações locais livres e cativas forneceram parte da massa humana utilizada no cultivo da rubiácea. Muitos dentre os produtores de outros bens procuraram, a seu modo e intensidade, participar de seu cultivo. A realocação e a chegada de novos fatores de produção permitiram uma rápida expansão da cafeicultura. O caminho novo da Piedade, ligando a vila de Lorena, no vale do Paraíba paulista, à fazenda Santa Cruz, no Rio de Janeiro, tornou-se o eixo deste deslocamento.

Em poucos anos, a produção de café cresceu vertiginosamente, passando a ser a principal atividade da região. As demais ocupações reordenaram-se no sentido de atender às necessidades da cultura preponderante. O meio urbano assumiu certa relevância como um indicador da prosperidade econômica alcançada. As grandes fortunas acumuladas e os títulos de nobreza também constituíram sinais do momento áureo vivido na região. Isto não encobriu o elevado grau de exclusão desta sociedade, na qual grande parcela da população era cativa. Até mesmo entre

os elementos livres existia uma forte concentração dos bens. Os novos núcleos de Bananal, Areias, Silveiras destacaram-se na faina cafeeira.<sup>238</sup> Outros, de povoamento mais antigo, não apresentaram uma intensidade cafeeira próxima aos mencionados acima, e, de certo modo, o desenvolvimento anterior provocou uma certa concorrência com o café no uso da terra e dos escravos. Destarte, as condições prévias de produção favoreceram o avanço cafeeiro em função de uma certa disponibilidade de fatores de produção. De outra parte, a dinâmica própria destas outras atividades impusera um limite a tal deslocamento.

A localidade em estudo situa-se, exatamente, em meio a este contexto sócio-econômico, compreendendo a área espacial correspondente a Lorena entre 1816 e 1842. As cidades atualmente presentes nesta região consistem em Lorena, Piquete, Cachoeira Paulista, Cruzeiro, Canas e Silveiras. O povoamento desta região iniciou-se nos primeiros anos do século XVIII, quando ocorreu um grande afluxo populacional para as Minas Gerais. A transposição do rio Paraíba podia ser feita no Porto de Guaypacaré e a da Serra da Mantiqueira pela Garganta do Embaú. Nestes locais fomentou-se a ocupação do solo, culminando com a elevação à condição de freguesia em 1718. Até a abertura de um caminho mais curto entre o Rio de Janeiro e a área aurífera, o trânsito nesta estrada animou o povoamento.

A decadência das Minas provocou a diminuição do fluxo de pessoas e mercadorias através da freguesia de Nossa Senhora da Piedade, arrefecendo o dinamismo da região. A agricultura de subsistência assumiu o centro da economia, mas sem o vigor do momento anterior. Na segunda metade do século XVIII o cultivo da cana-de-açúcar permitiu uma certa recuperação do crescimento demográfico e econômico. A lista nominativa de habitantes de 1778 mostra uma significativa produção de aguardente, melado e fumo, além de bens de subsistência como o milho e o algodão. Vinte anos mais tarde, a população e a economia, em seu mútuo condicionamento, apresentaram significativa evolução. A feitura de derivados de cana passou a envolver o açúcar além da aguardente. O volume produzido aumentou significativamente. Todavia, o número de domicílios abarcados por esta cultura mantinha-se reduzido. A maior parcela da população estava envolvida com as culturas de subsistência, compreendendo nesse momento também o toucinho, e, eventualmente, comercializando os excedentes. A participação dos diversos portes de agricultores na produção dos bens agrícolas mostrou-se distinta. Os não-proprietários de cativos colhiam uma parcela muito maior da produção de subsistência do que de cana e até café.

Nesse ambiente floresceu a rubiácea, que já despontava na vila de Areias. A introdução desta cultura ocorreu, como em Bananal, por meio dos agricultores de poucos recursos ocupados com a economia de subsistência. Em 1818, a localidade de Lorena colheu um montante apreciável de café, todavia ainda muito aquém das áreas precursoras. A parcela da população

---

<sup>238</sup> Decerto, as condições de solo, relevo e clima também condicionaram tal preponderância.

empolgada pela rubiácea ainda era reduzida. O quadro alterou-se expressivamente onze anos mais tarde, quando a cultura emergente envolveu cerca de um terço dos agricultores. Nesse ano de 1829, o café assumiu a preponderância entre as diversas atividades. A produção distribuía-se por diversos portes de cafeicultores, desde não-escravistas e pequenos proprietários de cativos até grandes possuidores de escravos. Todavia, tal avanço não representou o abandono das outras culturas, como a da própria cana-de-açúcar, que manteria certa importância durante todo o período. Destarte, a expansão cafeeira em Lorena apresentou características próprias distintas das vigentes em Bananal e Areias nas primeiras décadas do século XIX. Estas últimas consistiam em áreas de ocupação mais recente, que presenciaram maiores fluxos demográficos. A maior persistência da cana e a menor intensidade do cultivo do café constituíram algumas peculiaridades da localidade em estudo. Por outro lado, o seu dinamismo econômico e demográfico relevou-se superior ao alcançado pelas vilas de Guaratinguetá e Taubaté. As ocupações urbanas e comerciais atingiram maior significado nos povoados mais antigos, principalmente Taubaté, do que nos mais novos, em especial Bananal. Na vila de Lorena estas atividades não alcançaram a expressão existente na primeira localidade, mas se representavam de forma mais relevante em comparação com a última.

As listas nominativas de habitantes propiciam ainda observar, no período de 1778 a 1829, a evolução da estrutura da posse de cativos. O grande crescimento demográfico, especialmente do número de cativos, condicionou a economia da localidade. A concentração da propriedade escrava verifica-se nos quatro anos (1778, 1798, 1818 e 1829). Os valores verificados para a desigualdade da propriedade escrava mantiveram-se inferiores aos de Bananal, mas em geral superiores aos de Taubaté. Cada vez mais uma pequena parcela dos escravistas detinha uma participação maior na escravaria. Conjuntamente, houve um crescimento da participação no contingente cativo lorenense de africanos, de homens e de elementos em idade ativa, especialmente para os possuidores de um escravo e vinte ou mais cativos. Os indivíduos do sexo masculino predominavam entre os chefes de domicílios escravistas. Por outro lado, alguns movimentos da estrutura da posse de cativos podem ser observados ao longo do tempo, como, por exemplo, a diminuição da concentração entre 1798 e 1818, em função da maior presença de pequenos proprietários de cativos, não apenas atuando no cultivo do café, mas principalmente em outras atividades. No período seguinte (1818-1829), a concentração deveu-se ao crescimento da cafeicultura com base em grandes escravistas, inclusive oriundos de outras localidades.

Ao final da década de vinte, a localidade caminhava decididamente para uma economia cafeeira. A seqüência desta evolução não pôde mais ser acompanhada por meio das listas nominativas de habitantes. Houve a necessidade de buscarmos uma outra fonte documental, já que as listas não eram mais consistentes para o período seguinte. Os inventários ajudaram nesta tarefa, pois procurávamos informações econômicas dos indivíduos residentes em Lorena nos anos

posteriores a 1829. Deste modo, a consideração desta nova fonte documental constituiu elemento crucial para a compreensão das formas de acumulação presentes na localidade. Este exame permitiu a percepção dos mecanismos utilizados pelos indivíduos para alcançar certa riqueza em seus inventários, como, por exemplo, as diversas atividades desenvolvidas ao longo de suas vidas e/ou das relações de parentesco (heranças e dotes).

O procedimento metodológico adotado foi o acompanhamento dos habitantes da localidade em 1829 que tiveram seu inventário localizado. A trajetória dos 187 indivíduos selecionados aproximou-se à da própria localidade, da qual fizeram parte. Contudo, certas qualificações devem ser mencionadas. A distribuição das idades das pessoas da amostra modificou-se com relação à população total ao longo do tempo, especialmente quando nos afastamos de 1829. Os indivíduos selecionados detinham posses cativas mais elevadas do que o conjunto dos habitantes. A importância dos não-escravistas foi muito pequena na amostra relativamente à totalidade dos moradores. Além disto, complementamos as informações da lista de 1829 e dos inventários com as demais listas de habitantes, censos de terras, processos cíveis, escrituras de compra de escravos e hipotecas. Este conjunto de dados auxiliou-nos no entendimento das formas de acumulação existentes na localidade por meio do comportamento destes indivíduos selecionados. A riqueza alcançada ao fim de suas vidas decorreu dos modos de atuação durante toda sua existência. Claramente, estamos considerando apenas uma parcela desta realidade. Como salientamos ao longo do texto, a consideração de uma amostra de indivíduos e os resultados verificados a partir dela não refletem de modo completo a localidade. Desse modo, muitos indivíduos mantiveram-se apartados da acumulação por falta de condições em participar e/ou em virtude do desinteresse pelo enriquecimento. Na sua maior parte, eles não deixaram inventário e, por isso, não compuseram a nossa amostra. Assim, no momento áureo da cafeicultura em Lorena (segundo e terceiro quartel do século XIX) observou-se algumas condições presentes em 1829 que devem ajudar na compreensão do patamar de riqueza atingido em seus inventários. Entre elas destacam-se a atividade econômica desenvolvida, a propriedade cativa e as faixas etárias nesse ano.

Uma primeira aproximação das formas de acumulação pode ser obtida da comparação do contingente escravo dos indivíduos em 1829 e no momento de seus inventários.<sup>239</sup> O acréscimo do número de cativos mostrou-se mais forte entre os lojistas de fazenda seca, cafeicultores, tropeiros e negociantes. As pessoas mais jovens apresentaram maiores aumentos de sua posse cativa média do que as mais velhas. Tal resultado coaduna-se com a hipótese do ciclo de vida, a qual preconiza uma relação positiva entre a riqueza e a idade do indivíduo até a faixa etária dos

---

<sup>239</sup> A *proxy* da riqueza por meio do número de cativos tornou-se cada vez mais imprecisa a partir do fim do tráfico africano em 1850.

sessenta-setenta anos. A partir desta faixa haveria uma correlação negativa entre a idade e a riqueza das pessoas. A consideração das diversas gerações em separado mostrou ciclos de vida diferentes, provavelmente, em função das condições econômicas distintas defrontadas por elas. A cafeicultura revelou-se mais presente nas gerações mais novas do que nas mais velhas, contribuindo para a acumulação em cativos de modo mais intenso nas primeiras do que nas segundas.

A propriedade de terras foi, além da cativa, outro elemento condicionante da riqueza. A partir do inventário de bens rústicos de 1818 percebemos, em média, um maior número médio de escravos dos indivíduos que possuíam terras naquele ano *vis-à-vis* os não detentores deste tipo de propriedade. Ao longo do tempo manteve-se tal diferença. O número de casos considerados neste procedimento consistiu numa parcela da amostra, em função de grande parte de nossa amostra ter chegado ou passado a constituir domicílio próprio na localidade após esse ano. A manutenção de terrenos e escravos por essas pessoas revela um padrão de riqueza em 1818 que os continuará distinguindo dos demais ao longo do tempo. Destarte, em geral, os não detentores de terras nesse ano não conseguiram alcançar os patamares de posse cativa média dos possuidores.

A forma de aquisição dos escravos pelos indivíduos da amostra concentrou-se, entre 1799 e 1829, nas compras, mas as heranças (inclusive dotes) e o crescimento vegetativo deste segmento populacional também se mostraram relevantes. A composição dos plantéis também variou com relação ao seu tamanho e ao longo do período posterior a 1829. Os grandes escravistas e os detentores de um escravo mantinham mais homens, pessoas em idade ativa e africanos, porém os escravos mais valiosos estavam nas maiores escravarias. A partir de 1829, a composição dos plantéis modificou-se em favor dos coloniais e houve um aumento da idade média dos cativos.

Uma segunda aproximação foi obtida mediante a consideração da riqueza inventariada. O estudo da amostra de pessoas permitiu-nos a análise de alguns condicionantes do patrimônio obtido por elas ao fim de suas vidas. O número de escravos em 1829 que consistia numa *proxy* de sua fortuna mostrou-se um elemento fundamental para a definição do patamar de riqueza nos inventários. Se o indivíduo fosse um grande escravista nesse ano, ele atingiria, em média, uma faixa de riqueza elevada no momento do seu inventário. Entretanto, certas pessoas possuíam um número de escravos não proporcional a sua riqueza. Assim sendo, não se pôde medir esta última por este primeiro indicador. O exemplo mais comum deste fato eram os comerciantes, especialmente os lojistas de fazenda seca e os capitalistas. Tais indivíduos não possuíam escravarias muito elevadas, mas chegaram a ter grande patrimônio nos seus inventários. Outro caso de disparidade entre riqueza e o número de cativos ocorreu com os indivíduos mais endividados, que possuíam maior escravaria do que fortuna.

Houve uma tendência de desigualdade crescente ao longo do tempo e, em geral, de manutenção da distribuição das pessoas pelas faixas de tamanho plantel nos dois momentos examinados (1829 e 1830/79). A mobilidade entre essas camadas revelou-se pequena, especialmente para os indivíduos no topo da hierarquia. De outra parte, os pequenos escravistas e não-proprietários de cativos alcançaram, em média, uma riqueza reduzida no ano de sua morte. Algumas exceções devem ser ressaltadas: indivíduos ainda jovens em 1829, que receberam heranças e/ou atuaram em atividades com alto retorno, conseguiram formar patrimônios elevados, partindo de pequenas escravarias. A mobilidade entre os pequenos escravistas revelou-se superior à dos detentores de grandes plantéis.

A atividade econômica desenvolvida pelo indivíduo ao longo de sua vida representou outro condicionante fundamental do montante de riqueza alcançado no fim de sua vida. Tais ocupações devem ser consideradas a partir de dois componentes: o tempo e a intensidade. A maior continuidade de uma atividade por uma pessoa mostraria uma importância superior. Os indivíduos que mantinham a faina cafeeira e/ou canavieira em 1829 e no momento dos inventários conseguiram acumular patrimônios superiores aos que deixaram essas atividades. O abandono ocorreu não apenas entre os produtores de derivados de cana como também entre os cafeicultores. De outro lado, a quantidade de recursos disponíveis para o indivíduo alocado naquela tarefa também era um sinal de sua relevância. Quando existem diversas atividades sendo desenvolvidas pelos indivíduos, muitas vezes de curta duração, torna-se difícil a caracterização do condicionante ocupacional da riqueza alcançada ao final do curso de suas vidas.

Os cafeicultores formaram um segmento com elevado patrimônio acumulado e grande variação do número de cativos em termos médios e absolutos entre 1829 e o momento dos seus inventários. Os maiores acréscimos do número de escravos nesse período ocorreram para as pessoas que participaram da faina cafeeira e/ou canavieira. O ano de início da colheita do café diferenciou os seus plantadores quanto à riqueza inventariada. Os cafeicultores tanto em 1829 quanto no momento dos inventários alcançaram fortunas mais elevadas do que os demais. Além disto, os lojistas de fazenda seca também apresentaram crescimento significativo da posse média cativa, obtendo, em média, ao lado dos cafeicultores, os maiores patrimônios. Nesse contexto de crescimento da economia cafeeira, a produção de derivados de cana continuou a atrair pessoas, entre as quais pelo menos algumas conseguiram acumular um número expressivo de escravos e uma fortuna significativa, sendo que algumas chegaram a deixar a colheita da rubiácea em favor da cana.

Os indivíduos da amostra atuavam em três tipos de comércio. O primeiro consistia na taberna ou venda de molhados, principalmente da terra. Estas pessoas mantinham relações comerciais e de crédito restritas à localidade. Eles tomavam recursos dos mercadores locais mais abastados e concediam empréstimos aos seus fregueses (contas de livro ou rol). O segundo tipo

compreendia os lojistas de fazenda seca, os quais recebiam seus produtos de atacadistas do Rio de Janeiro. O porte deles atingiu patamares mais elevados do que o do primeiro grupo e seus laços mercantis alcançavam a praça carioca onde se financiavam. O segmento mais rico foi o dos usurários, que se favoreceram da pequena oferta de crédito local para atuar nesta ocupação, cobrando taxas de juros elevadas.

A atividade usurária representou uma forma de acumulação de riqueza que permitiu aos capitalistas as maiores fortunas inventariadas entre os indivíduos da amostra. As três pessoas com os maiores patrimônios conseguiram grande parcela de sua fortuna em função do empréstimos de dinheiro a juros. Tais empréstimos envolveram não apenas os moradores de Lorena, mas também os residentes nas localidades vizinhas, especialmente em Guaratinguetá e Areias. A grande extensão dos créditos comprovam a sua importância para o desenvolvimento da cafeicultura na região. De certo modo, o núcleo urbano de Lorena pareceu concentrar o financiamento das áreas próximas. Ao contrário do que afirma Fragoso (1990) para Paraíba do Sul, não verificamos uma preponderância dos capitais cariocas ou fluminenses no financiamento dos agricultores loreneses pertencentes à amostra. Outros autores também não observaram tal preeminência em Campos durante o século XVIII, Capivary na segunda metade do século XIX e Vassouras entre 1873 e 1884. A consideração das hipotecas para a totalidade dos habitantes de Lorena de 1866 a 1887 reafirmou tal resultado, pois o crédito local dominava os empréstimos apesar da crescente influência dos bancos situados no Rio de Janeiro e São Paulo. Assim, os negociantes de grosso trato e até as companhias de comércio cariocas não mantinham o controle do financiamento na região em estudo. Ao longo do terceiro quarto do século XIX os financiadores locais procuraram alternativas de alocação de sua riqueza distintas da atividade usurária na região. Os receios quanto à continuidade do crescimento econômico da área aumentavam. O desenvolvimento comercial e bancário propiciou novas formas de investimento dos recursos, como, por exemplo, apólices e participação em companhias e ferrovias. A guerra com o Paraguai resultou no crescimento da dívida pública interna, a qual se concentrou em grande parte nas mãos dos moradores da região. Na década de oitenta, a decadência da região já podia ser vislumbrada com maior nitidez. Os credores, bem como os próprios cafeicultores, perceberam uma restrição absoluta à continuidade das possibilidades de acumulação na economia cafeeira do vale do Paraíba, nos moldes do ocorrido até então.

Em resumo, esperamos ter colaborado com este estudo para o entendimento desta realidade em mudança do final do século XVIII até o período anterior à abolição da escravatura. Também tentamos perceber os meios utilizados pelos indivíduos para alcançarem a propriedade cativa e riqueza durante a afirmação da *plantation* no vale do Paraíba paulista, ou seja, suas formas de acumulação. Como salientado pela historiografia mais recente (como, por exemplo, MOTTA, 1990 e COSTA, 1992), as pessoas com posses reduzidas participaram do início da

economia cafeeira. Além disto, percebemos que elas não foram apartadas da cafeicultura e de outras ocupações no momento do apogeu da rubiácea em Lorena. Embora tal processo não excluiu a participação de indivíduos com poucos recursos, os maiores beneficiários foram os detentores de grande riqueza e/ou escravaria. Estes últimos já mantinham, em geral, escravarias elevadas em 1829, favorecendo o acúmulo de expressivos patrimônios inventariados. As heranças e dotes também contribuía para a manutenção de uma elite no topo da hierarquia econômica. Nesse período, houve a ocorrência de grandes fortunas oriundas das oportunidades abertas pela economia cafeeira. O patrimônio alcançado por estas pessoas não resultou tão-somente da produção de café. Estes indivíduos não se formaram apenas na cafeicultura, mas também no comércio e no fornecimento de crédito. Todavia, as possibilidades de acumulação encontradas por eles dependeu direta ou indiretamente do desenvolvimento do cultivo da rubiácea, que gerou o excedente. Os capitalistas apropriaram-se de uma parcela significativa desta renda. Quando houve a redução da produtividade dos cafezais, o financiamento dos cafeicultores foi preterido pelos credores locais em favor de novos investimentos, especialmente para fora da localidade. Destarte, em Lorena, defrontamo-nos com uma elite em cuja composição estava presente, além do elemento agrário, o mercantil, o qual mantinha laços comerciais e creditícios com outras áreas e regiões.

**APÊNDICE:**  
**A HIPÓTESE DO CICLO DE VIDA**

*“These life-cycle patterns create substantial inequality across age groups. Worked in their peak earning years will tend to cluster at the top of the income distribution, while younger and older workers will gravitate to the lower rungs of the income ladder. Accordingly, much observed inequality*

*may be no more than a reflection of typical age-earning cycles. Should such life-cycle inequality merit the same concern as the inequality among individuals of similar age? Do we want to reduce inequalities across age cohorts? At a minimum, life-cycle dynamics add an important dimension to interpretation of observed inequality.”* (SCHILLER, 1995, p. 16).

No presente apêndice centramos nossa atenção nos perfis dos processos de acumulação de riqueza das pessoas. O patrimônio alcançado pelos indivíduos relaciona-se com a idade dos mesmos, bem como a sua renda. Além de outros fatores, o estoque de ativos das pessoas varia de acordo com as diversas etapas de suas vidas. Esta correlação não ocorre, apenas, de forma direta entre as duas variáveis, pois em determinadas fases mostra-se positiva e, em outras, negativa. A hipótese do ciclo de vida procura evidenciar tal relacionamento.

Na primeira seção deste apêndice detemo-nos no entendimento da aludida hipótese tal como formulada por seus autores originais. Na subsequente, ilustramos esta proposta com os resultados empíricos encontrados para o Brasil em alguns trabalhos. Por fim, na última seção, tentamos adaptar a hipótese do ciclo de vida aos objetivos de nosso estudo. Desta forma procuramos compreender, teoricamente, o comportamento esperado dos ciclos de vida dos indivíduos de cada geração, tomada isoladamente e tendo em vista eventuais modificações dos pressupostos daquele comportamento. Gostaríamos de ressaltar o caráter auxiliar de tal instrumento no entendimento do processo de acumulação de riqueza dos indivíduos.

## **I - A HIPÓTESE DO CICLO DE VIDA**

A hipótese do ciclo de vida surgiu durante a discussão da função consumo na teoria keynesiana. Na obra clássica de John Maynard Keynes, a *Teoria Geral*, de 1936, o comportamento desta função decorreria da *lei psicológica fundamental*, segundo a qual um crescimento da renda provocaria um aumento menor, mas positivo, no consumo.<sup>240</sup> A formulação keynesiana apresentou uma relação linear entre estas duas variáveis, a partir de um

---

<sup>240</sup> Ver Keynes (1985, p. 71-76 e p. 83-85).

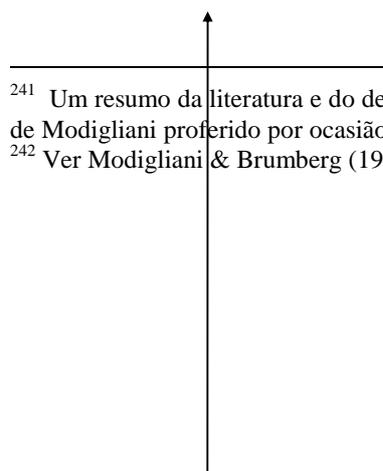
patamar mínimo de consumo, que independia da renda. Nas décadas seguintes gerou-se um intenso debate tentando estabelecer a melhor forma para a função consumo. Entre as principais contribuições destacaram-se a hipótese da renda permanente, de Milton Friedman, e a do ciclo de vida, de Modigliani e Brumberg.<sup>241</sup>

A proposta de Franco Modigliani e Richard Brumberg, publicada em 1954, objetivava a definição da poupança e do consumo.<sup>242</sup> A escolha racional do indivíduo, em termos da alocação da renda entre as duas variáveis (consumo presente ou futuro), visaria à maximização de sua utilidade ao longo da vida. Tal decisão resultaria na preferência de um padrão de consumo pouco variável no correr do tempo, o qual possibilitaria um bem-estar em toda a vida do indivíduo, superior ao obtido mediante um padrão alternativo com grandes flutuações. Assim, haveria a estabilidade do consumo ao longo do tempo, pouco influenciado por variações súbitas da renda em termos absolutos. A renda não consumida (poupança) destinava-se à compra de ativos, que garantiriam o consumo durante o período de ausência de renda.

O padrão de consumo não deveria se alterar durante o curso da vida do indivíduo. Contudo, a riqueza e a faixa etária da pessoa mostrariam uma relação muito próxima. A formulação inicial indicava duas fases deste relacionamento. A primeira caracterizar-se-ia por uma relação positiva, decorrente da atividade do indivíduo durante sua vida ativa, a qual produzia uma renda em parte poupada na forma de ativos. Na segunda, em função da inatividade da pessoa e visando à manutenção do mesmo patamar de consumo, haveria um processo de venda dos bens acumulados.

A análise abstrata de Modigliani & Brumberg trazia implícita, depois de modificada com a participação de Albert Ando (1963), diversos pressupostos: não existiria crescimento econômico ou populacional, a taxa de mortalidade durante as duas fases referidas seria zero, mas todos morreriam à idade  $L$  (taxa de mortalidade igual a 1). Além disto, não existiriam outras gerações ou heranças a serem recebidas/deixadas pelos indivíduos. A figura 1 mostra a relação hipotética entre renda, consumo e riqueza em função da idade, levando-se em conta os aludidos pressupostos.<sup>243</sup>

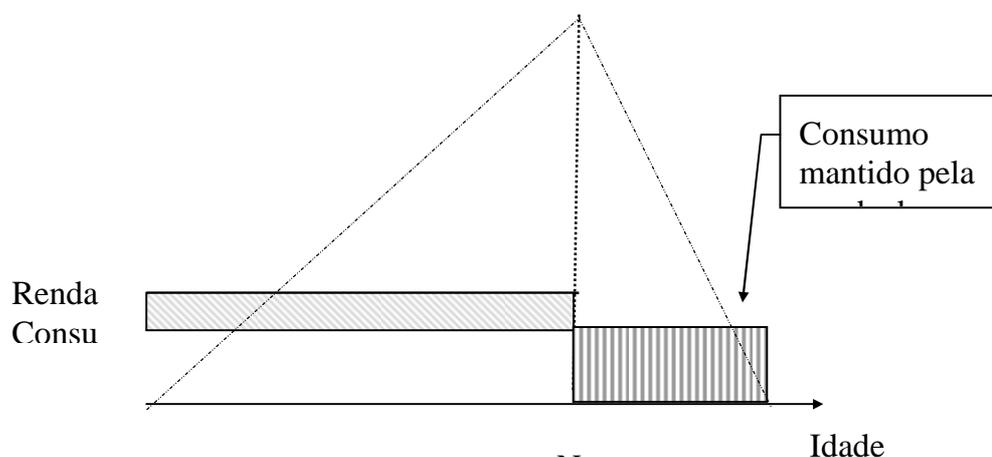
FIGURA 1  
RELAÇÃO HIPOTÉTICA ENTRE CONSUMO, RENDA E RIQUEZA  
AO LONGO DA VIDA DO INDIVÍDUO



<sup>241</sup> Um resumo da literatura e do debate em que surgiu a hipótese do ciclo de vida encontra-se disponível no discurso de Modigliani proferido por ocasião do recebimento do prêmio Nobel de economia em 1985 (1986, p. 297-313).

<sup>242</sup> Ver Modigliani & Brumberg (1954, p. 388-436).

Consum



Fonte: Modigliani (1986, p. 300).

O crescimento do estoque de riqueza ocorreria de forma linear até a idade  $N$ , como resultado da poupança decorrente da atividade econômica executada pela pessoa. A partir da idade  $N$  o indivíduo abandonaria a atividade e manteria o mesmo patamar de consumo gastando os ativos acumulados. Quando a pessoa morre em  $L$  ele esgotou todos os recursos e a soma dos gastos do período  $(L-N)$  seria igual à poupança efetuada durante o período anterior (ou o valor dos ativos acumulados até a idade  $N$ ).

A alocação da riqueza em cativos permitiria um modo de reprodução peculiar deste ativo, sujeito a condicionantes específicos. Segundo Herbert Gutman (1976, p. 129-138), o desenvolvimento da família escrava e de sua capacidade de reprodução natural estaria marcada pela idade do escravista, constituindo um modelo de ciclo de destruição, construção e dispersão familiar escrava e de redes de parentesco. A partir da documentação particular dos proprietários de cativos, Gutman estabeleceu uma relação significativa entre a evolução da escravaria e a vida dos seus possuidores. A formação do plantel ocorreria na juventude do escravista por meio de compras e doações recebidas. Na meia-idade do proprietário haveria a estabilização da força de trabalho e o crescimento das relações familiares, abrindo condições propícias para reprodução natural no âmbito familiar. Ao final de sua vida, o escravista dispersaria a força de trabalho cativa, com doações, vendas e divisões do plantel, rompendo os laços de parentesco, ou quando ocorresse sua morte se dividiria os seus escravos (Cf. Quadro 1).

<sup>243</sup> Ver Modigliani (1986, p. 298-303).

QUADRO 1  
UM MODELO DE CICLO DE DESTRUIÇÃO, CONSTRUÇÃO E DISPERSÃO DA FAMÍLIA  
ESCRAVA E DE REDES DE PARENTESCO

ATIVIDADE DO PLANTADOR	FASE 1	FASE 2	FASE 3
Idade do escravista	Adulto jovem	Meia-idade	Velho ou morto
Objetivo principal	Construção da força de trabalho inicial	Estabilização e reprodução da força de trabalho	Dispersão da força de trabalho
Meios utilizados	Doação, casamento e compra	Reprodução natural e relações entre diferentes plantéis	Doação, venda e partilha
Efeito sobre os escravos	Destruição de famílias jovens e de redes de parentesco	Desenvolvimento de famílias estáveis e a emergência de redes de parentesco	Quebra das famílias formadas na fase 2 e dispersão das redes de parentesco
Estabilidade da família escrava	Baixa	Alta	Baixa

Fonte: GUTMAN (1976, p.138).

Uma ilustração deste processo pode ser observada em um membro da família Torbert de plantadores no Alabama. A partir da data e do local de nascimento dos cativos foi possível reconstituir a formação do seu plantel. Os escravos adquiridos mediante a compra ou doações apresentariam local de nascimento distinto da fazenda de Torbert. Assim, *"Dos 63 escravos nascidos entre 1805 e 1865, 24 nasceram antes de 1846. Somente dois dos 24 – Amanda (nascida em 1843) e Clarinda (nascida em 1845) -- nasceram na plantação de Torbert. Estas datas estão apontando para o processo de formação de famílias destes escravos. Nove escravos comprados entre 1820 e 1845 por preços ao redor de 750 a 1.350 dólares eram provavelmente homens e mulheres jovens. O resto (13 cativos) foram doações de I. Torbert, C. Torbert, J. Torbert e C. Walker. Alguns poderiam ter vindo em famílias; a documentação não informa. Todos os três escravos nascidos antes de 1820 vieram por doação. Doações e compras aproximadamente igualaram-se para os escravos nascidos entre 1820 e 1845. Depois de 1845, Torbert recebeu um escravo como doação e não comprou qualquer escravo adicional. Todos os pais, à exceção de um deles, dos trinta e nove cativos nascidos entre 1846 e 1865 eram escravos de Tobert, as crianças de pais separados de suas famílias de origem por venda ou transferência por doação (...)"* (GUTMAN, 1976, p. 139).

A família escrava geraria uma nova conformação do ciclo de vida durante o processo de acumulação de riqueza. A reprodução natural da força de trabalho cativa abriria novas

possibilidades de aumento da riqueza sob determinadas condições. Por outro lado, os três momentos do ciclo da família escrava de Gutman aproximar-se-iam dos dois propostos por Modigliani. A formação e estabilização do contingente escravo representaria a fase de acúmulo de ativos. Ao fim da vida do escravista haveria a predominância das vendas e partilhas com relação às compras e doações recebidas, como sugerido no ciclo de vida, reduzindo-se, assim, o estoque de riqueza em cativos.

## II - A HIPÓTESE DO CICLO DE VIDA NA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA

Os resultados empíricos obtidos pela historiografia brasileira mediante a aplicação da hipótese do ciclo de vida revelaram a sua importância para o entendimento dos processos de acumulação de riqueza. Tais trabalhos procuraram analisar principalmente informações em *cross section*, de maneira análoga à literatura econômica internacional (Cf. Modigliani, 1986). A *proxy* utilizada para a riqueza consistiu no número de cativos possuídos. Algumas evidências foram constituídas de forma longitudinal, mas mantiveram-se restritas ao plano de um indivíduo ou de sua família e sem a preocupação precípua com a idade do indivíduo no processo de formação de seu patrimônio. Assim, tais resultados apresentaram-se como um primeiro entendimento do processo de acumulação de riqueza ao longo da vida dos indivíduos.

A aplicação pioneira da hipótese do ciclo de vida na historiografia brasileira foi realizada por Iraci Costa (1983), que a verificou, com base em dados referentes a 1804, para uma larga área espacial, compreendendo 10 localidades paulistas e 8 mineiras.<sup>244</sup> Segundo o autor:

*“Teoricamente, pode-se esperar que o número de escravos varie com a idade do proprietário. Assim, até a faixa dos sessenta-setenta anos verificar-se-ia uma correlação positiva entre as duas variáveis. Tal afirmativa parte da hipótese de que o proprietário tenderia a acumular riqueza -- neste caso representada pelo número de escravos possuídos -- no correr do período economicamente ativo de sua vida. Já para a faixa colocada após os setenta anos -- como decorrência de uma eventual partilha de bens em vida ou da não-*

---

<sup>244</sup> Alida Metcalf (1983a e 1983b) verificou a existência de ciclos familiares entre os chefes de domicílio para Santana de Parnaíba (1775 e 1820) e Ubatuba (1798): “*A common peasant cycle began as a couple married and either set up their own household or continued to live with one set of parents. The household grew into a nuclear family as the couple had children or their parents died, and became complex when their own children married. Nuclear families might also become single-parent households after one parent died. Widows headed most single parent households.*” (METCALF, 1983a, p. 140). Preocupa-se, pois, a autora, menos com o processo de acumulação de riqueza do que com a evolução das estruturas familiares. Não obstante, Metcalf não deixa de observar, por exemplo, que a produção média de milho apresentou um crescimento até a faixa etária dos quarenta anos dos indivíduos, reduzindo-se após tal idade.

*reposição de escravos falecidos -- ocorreria uma relação inversa entre idade do proprietário e número de cativos.*” (COSTA, 1983, p. 121).

Os resultados mostraram a ocorrência de um crescimento do número de escravos dos plantéis à medida do aumento da idade dos seus proprietários, exclusive os senhores de engenho, pois estes últimos apresentaram uma posse escrava média pouco variante no tempo e sem a nítida separação entre as fases de aumento e de redução do número médio de cativos segundo faixas etárias. Tal fato, segundo Costa, explicar-se-ia pela escala necessária para o fabrico de derivados de cana, ou seja, pela “*prevalência de um dimensionamento ótimo da planta dos engenhos paulistas existentes à época*” (COSTA, 1983, p. 124). Além disto, o baixo número de observações para os senhores de engenho poderia estar afetando tal resultado. Em suma, no artigo em questão, Costa verificou o momento de desaccumular cativos tão-somente para São Paulo, sem a consideração dos senhores de engenho. Em Minas, o número médio de escravos cresceu de forma contínua segundo as diversas faixas etárias dos proprietários.<sup>245</sup>

Em estudo posterior, sobre a localidade de Lorena em 1801, Costa & Nozoe verificaram também uma correlação positiva entre a posse média e a idade do proprietário, até a faixa etária dos 70 a 79 anos, invertendo-se para a faixa superior. Segundo os autores, tal evidência corrobora a hipótese do ciclo de vida: “*tomando o conjunto dos escravistas, verifica-se que o plantel dos proprietários colocados na faixa de 20 a 29 anos de idade é formado, em média, de 4,8 escravos, valor que alcança o máximo (9,3 escravos) na faixa etária de 70 a 79 anos e fica reduzido a 3,4 no segmento de 80 e mais anos.*” (COSTA & NOZOE, 1989, p. 334).<sup>246</sup>

José Flávio Motta (1990) mostrou a relação entre a idade dos escravistas e o número de cativos por eles detidos para a localidade valeparaibana paulista de Bananal (1801-1829). O autor verificou que “*nos três anos analisados, o número médio de cativos possuídos por proprietário do sexo masculino cresce à medida que se eleva a idade dos escravistas detentores de 25 ou menos escravos. Observa-se, outrossim, tomando-se isoladamente cada faixa etária ao longo do tempo, que os valores das posses médias são em geral menores em 1817 do que em 1801, e são maiores em 1829 vis-à-vis os outros dois anos.*” (MOTTA, 1990, p. 185). Novamente, apesar do pequeno número de informações, os maiores proprietários (com mais de 25 escravos)

---

<sup>245</sup> Ainda para Minas Gerais, Francisco Vidal Luna verificou para seis localidades mineiras em 1804 certa tendência crescente da média de escravos consoante a idade dos escravistas, embora tais valores apresentassem oscilações, dificultando a sua caracterização (Cf. LUNA, 1986, p. 166). As maiores médias foram atingidas pelos proprietários nas faixas etárias dos sessenta e setenta anos, à exceção da Capela do Barreto, que, apesar da queda da posse cativa para os escravistas com 70 a 79 anos com relação a faixa etária anterior, apresentou uma elevação do número de cativos dos proprietários com 80 anos ou mais. O baixo número de domicílios com informações nesta capela comprometeu tais resultados, pois eram apenas seis escravistas.

<sup>246</sup> A curva construída para escravistas com menos de 25 cativos apresentou um perfil “*menos recortado e mais consentâneo com a teoria do ciclo de vida*” (COSTA & NOZOE, 1989, p. 334). Os autores associaram tal fato à presença de heranças gestadas em processos de acumulação de gerações passadas.

apresentaram uma correlação positiva menos nítida do que a dos menores (25 ou menos cativos). A existência de processos de acumulação passados mais uma vez conduz a um comportamento distinto: “*Por exemplo, (...) observou-se um escravista com 29 anos de idade, produtor de café e mantimentos, detentor de um plantel composto por 31 elementos; segundo a lista nominativa de habitantes, esse conjunto de cativos fora então atribuído ao referido proprietário pois ‘tocou-lhe de herança’*”. (MOTTA, 1990, p. 183).

A separação dos proprietários pelas atividades de produção de café e de mantimentos revelou um resultado mais complexo do ciclo de vida. A análise da posse média de cativos pelas faixas etárias dos cafeicultores evidenciou, entre as duas variáveis, um comportamento não muito adequado ao ciclo de vida:

*“Em 1801, existe quase uma identidade entre os escravistas agricultores de subsistência e os proprietários detentores de 25 ou menos escravos. Em decorrência, à exceção da faixa etária dos 20 aos 29 anos a média de cativos possuídos por proprietário mostra-se crescente à medida que aumenta a idade dos escravistas. Àquele ano, não se registra a produção cafeeira em Bananal e os três maiores plantéis (...) são todos de propriedade de senhores de engenho. Nos outros dois anos selecionados, a relação entre a idade dos escravistas e quantidade de cativos possuídos vê-se como que ‘dissimulado’ pelo advento da cafeicultura, pois tal atividade difunde-se por todas as faixas de tamanho dos plantéis. Dessa forma, a relação em foco não é detectada entre os cafeicultores, porquanto entre eles se encontram muitos dos escravistas de maior porte; não é, outrossim, percebida entre os produtores de mantimentos, em grande medida em face do número cada vez mais reduzido de escravistas que têm tal produção como atividade característica de seus domicílios. A cafeicultura abrange, como visto, grandes e pequenos escravistas, o que se revela nos valores via de regra elevados dos desvios-padrão [da posse média de cativos / RLM] (...)”* (MOTTA, 1990, p. 185-187).

A análise longitudinal do processo de acumulação foi realizada por Scott (1987) e Bacellar (1987) para proprietários cujas posses, em algum momento do período 1765-1836, alçaram-se a 40 ou mais cativos. A área estudada pelos trabalhos compreendia o vale do Paraíba, a região da capital de São Paulo e o Oeste paulista. Nestes estudos longitudinais os proprietários foram observados isoladamente ao longo de suas vidas, procurando entender cada processo de acumulação individual ou familiar em particular. A preocupação com a hipótese do ciclo de vida pareceu-nos presente de modo marginal em tais trabalhos. Carlos Bacellar chegou a apresentar a média dos escravos possuídos segundo a idade de seus proprietários de 1765 a 1855 no intuito de qualificar a importância do dote: “*(...) o valor e a composição do dote jamais eram, por si só, suficientes para colocar o filho ou genro dotado em posição de destaque como grande proprietário; sua importância era no sentido de fornecer o empuxo inicial para a arrancada do*

*jovem rumo à lenta construção de seu patrimônio, que chegaria a contar com um mínimo de quarenta escravos somente por volta de seus cinquenta anos de idade (...)*” (BACELLAR, 1991, p. 65). A transmissão do dote e a partilha eram os dois momentos de transferência da fortuna paterna, sendo o montante do primeiro variável de acordo com o “*timing*’, *ao momento, dentro do ciclo de vida de uma família, em que o dote era transmitido*” (BACELLAR, 1991, p. 65).<sup>247</sup>

Outro estudo nesta linha foi realizado por Ida Lewkowicz, autora que se debruçou sobre o caso de Mariana para os séculos XVIII e XIX. Dos diversos indivíduos analisados destacamos de forma ilustrativa o caso de Fortunato Rafael Arcaño, para o qual: “*O ponto máximo de posse de escravos está por volta de época em que o casal atingiu a faixa entre 50 e 60 anos [28 escravos / RLM]. Nota-se ao comparar as diversas etapas do domicílio, mudança freqüente de escravos. Dos 3 originais do tempo em que Fortunato era solteiro, apenas um Leandro permaneceu com ele por mais de 10 anos. Em 1813 havia 8 escravos na casa e em 1819, 17.*” (LEWKOWICZ, 1992, p. 105-106). No seu inventário constavam 21 escravos e o domicílio compunha-se apenas dele e sua mulher, com a ausência de filhos (em 1845). A soma dos bens do inventariado chegou a trinta contos (Cf. LEWKOWICZ, 1992, p. 103).

Sheila de Castro Faria analisou o processo de acumulação de riqueza do proprietário da fazenda Resgate em Bananal, Comendador Manoel de Aguiar Vallim:

*“(...) um dos maiores cafeicultores da região. Sua fortuna impressiona. Em seu inventário aberto em 1878, consta ser de 2:847:169\$362, incluindo bens móveis, ouro, prata, brilhantes, semoventes, bens de raiz, apólices de dívida pública (algumas até dos Estados Unidos), dívidas ativas e dinheiro. Era dono das fazendas Resgate (onde fazia sua morada habitual), Bocaina, Três Barras e Independência, além de outros sítios e situações. Tinha quase 400 escravos, além de um palacete de ‘dezesseis janelas’, casas e o teatro Santa Cecília (...)”* (FARIA, 1995, p. 72).

Tamanho patrimônio foi obtido graças à lucratividade da lavoura cafeeira e outras atividades, como as comerciais. Todavia, foram fundamentais as heranças e o dote recebidos, respectivamente, da parte do pai, José de Aguiar Toledo, o qual detinha 285 escravos e 321.500 pés de café no ano de seu falecimento (1838), e do sogro, Luciano José de Almeida, que possuía 812 escravos no seu inventário (em 1854). O valor do dote em seu casamento com Domiciana de Almeida Vallim fora de 20:000\$000 em 1844. João Fragoso & Ana Maria Lugão Rios em artigo a respeito do mesmo Comendador Vallim, afirmaram:

*“Ainda que talentoso como empresário, Vallim não era exceção. Sua trajetória foi, pelo contrário, bastante semelhante à de seus pares até, pelo menos, meados da década de 1860. Bom filho da elite agrária, foi principalmente através da herança de seus pais e de*

---

<sup>247</sup> Com relação ao dote ver também Samara (1980/1981), Silva (1984, p. 97-110) e Brandão (1995, p. 238-245).

*seu sogro, montando, ao todo, em 85 escravos e 24.330 libras, que o Comendador se inseriu nos quadros desta mesma elite. (...) O perfil de suas aplicações, até meados dos anos 1860, colocava-o entre o tipo de empresário que chamaremos de fazendeiro-capitalista, ou seja, um empresário que não vivia exclusivamente de sua produção agrícola.” (FRAGOSO & RIOS, 1995, p. 199).*

Ademais, as atividades de concessão de empréstimos e financeiras eram fundamentais na formação de seu patrimônio, já que as dívidas públicas e diversos créditos representavam parte relevante de sua riqueza.

Ao estudar o norte fluminense durante o século XVIII, Sheila Faria observou, também, o processo de acumulação de riqueza e de domínio econômico na região, utilizando, basicamente, os inventários e o recenseamento agrícola feito por Couto Reis de 1785. Em alguns casos, a autora realizou o cruzamento entre os indivíduos inventariados e os recenseados, procurando analisar a suas dinâmicas econômicas. A evolução da riqueza dos indivíduos mostrou uma prevalência em termos do patrimônio inventariado das pessoas que atuavam em atividades mercantis com relação aos mais restritos às agrícolas.<sup>248</sup> As maiores riquezas acumuladas estavam vinculadas aos negócios comerciais e, em geral, eram portugueses casados com filhas de senhores de engenho. Dentre os casos reportados pela autora consta o de Gregório Francisco de Miranda:

*“Em 1785, era dono de um grande engenho, criado em 1781, com 79 escravos, na Ilha do Pires, em terras provavelmente herdadas do pai da esposa ou recebidas de dote. Sua sogra e seus cunhados, também eram proprietários na Ilha do Pires, tinham fortunas menores. A mãe da esposa era dona de 38 escravos; o cunhado, Manoel Ribeiro Pinto, de 44 (...)*

*“Seu inventário, feito em 1808, foi o mais rico a que tive acesso, somando um montante de 91:503\$908, sem dívidas. Dono, naquele ano, de 269 escravos e um grande engenho (...) Credor das pessoas mais importantes região (...) nitidamente este negociante deixou de lado o ‘financiamento a retalho’, selecionando sua clientela. (...) Os créditos somavam 16:700\$128, representando 18% da fortuna total.” (FARIA, 1994, p. 138 e 141).*

Neste trabalho, os indivíduos mais bem sucedidos percorreram uma trajetória parecida com a de Gregório, passando da atividade mercantil do início da vida à agrícola mais ao final dela. Segundo a autora, a primeira fase corresponde ao período de maior acúmulo de bens e a segunda ao de maior estabilidade ou até decadência econômica. Quando no período final de vida

---

<sup>248</sup> Ver também Fragoso (1992).

ainda havia aumento da riqueza, tal crescimento parecia vinculado à manutenção de atividades mercantis, especialmente creditícias.

Tais estudos não procuram evidenciar a importância do ciclo de vida nos processos de acumulação.<sup>249</sup> De outra parte, uma contribuição ao entendimento do ciclo de vida foi apresentada, ainda que preliminarmente, por Carlos Lima em 1995, estudando os artesãos da cidade do Rio de Janeiro entre 1797 e 1845. A metodologia utilizada consistiu no cruzamento das informações da lista de pessoas com licença para desenvolver a atividade, com os dados presentes nos inventários *post-mortem*. Os momentos distintos dos dois registros permitiram uma comparação entre o tempo de artífice e o patrimônio alcançado. Os resultados a princípio mostraram uma não correlação entre a idade do proprietário e a posse média de cativos. Todavia, após a consideração em separado das faixas de tamanho dos plantéis, o autor conclui que os

*“Artesãos não parecem ter se tornado produtores independentes precocemente. Cerca de um terço de sua prole já era adulta antes que completassem dez anos de atividade. Contavam de saída, portanto, com trabalho familiar. Vinte anos depois, ressentiam-se do impacto de casar e/ou estabelecer seus filhos, e o faziam através da diversificação de atividades. A fim de consegui-lo, canalizavam tanto recursos familiares como adquiridos no mercado de fatores para o artesanato, dirigindo fatores externos ao mercado para a diversificação, especialmente cativos crioulos. Paralelamente, apostavam na reprodução endógena de seus plantéis, projetando livrar-se das flutuações do mercado. No processo, produziam uma miríade de novos domicílios, nos quais a fuga ao artesanato se completava.”* (LIMA, 1995, p. 46-47).

Dessa forma, como uma etapa derradeira da vida dos artesãos, punha-se *“um momento constitutivo do ciclo de vida em que a quantidade de cativos possuída por cada artesão se reduzia [ao longo do tempo / RLM].”* (LIMA, 1995, p. 45).

Destarte, a utilização da mão-de-obra familiar, a diversificação da riqueza e a estabilização e redução da propriedade cativa relacionaram-se aos distintos momentos do ciclo de vida dos artesãos. O desempenho de um artesão isoladamente dependeu de um variado conjunto de condições específicas de sua vida, como, por exemplo, seus recursos iniciais, empenho e até sorte na execução da atividade, mas o ciclo de vida também condicionou este processo.<sup>250</sup>

Quando estudamos uma amostra de indivíduos ao longo do curso de suas vidas, em uma sociedade escravista, devemos considerar a importância do ciclo de vida e do crescimento vegetativo (positivo ou negativo) da escravaria para o processo de acumulação de riqueza no

---

<sup>249</sup> Outros estudos mostraram a evolução patrimonial de indivíduos isoladamente, mas não de forma sistemática (como por exemplo Queiroz, 1969).

<sup>250</sup> Tal metodologia aproximou-se da empregada em nosso estudo, embora a documentação não tenha permitido a Lima a análise da evolução da riqueza dos artesãos mediante a variável *proxy* número de escravos possuídos.

período em questão.<sup>251</sup> Além disto, outros condicionantes podem ocorrer. Por exemplo, a existência de um grande fluxo de indivíduos recém-chegados e/ou com heranças em número elevado de cativos produz uma modificação no padrão de acumulação das diferentes faixas etárias, dificultando a percepção dos efeitos da idade. Tais recursos originavam-se não apenas dos descendentes dos moradores da localidade, como também de pessoas de outras regiões. Por outro lado, a formação de uma economia cafeeira parece ter aberto novas oportunidades aos indivíduos, deslocando seus padrões de acumulação. Todos estes fatores reduzem a possibilidade de encontrarmos o comportamento esperado do ciclo de vida nas análises em *cross section*. Por fim, as gerações sobrepostas encontradas num determinado momento do tempo apresentariam seus respectivos ciclos de vida marcados de forma distinta por estes condicionantes dificultando a conformação do ciclo em *cross section*. Assim, precisamos isolar os diversos ciclos de vida das gerações e analisá-los em separado, a fim de examinarmos com maior profundidade os processos de acumulação de riqueza.

### III - A HIPÓTESE DO CICLO DE VIDA EM ANÁLISES LONGITUDINAIS

A hipótese do ciclo de vida, formulada – como visto na seção 1 deste capítulo – nas discussões dos economistas a respeito da função consumo na teoria keynesiana, foi adaptada para o nosso estudo de acompanhamento no tempo de uma amostra de indivíduos. Em nossa historiografia – conforme a seção 2 – verificou-se a hipótese aludida para análises empíricas em *cross section*, em um momento específico ou vários anos. As análises longitudinais desta literatura restringiram-se a algumas pessoas específicas, cada caso isoladamente dos demais. Todavia, para a melhor compreensão da evolução da riqueza das pessoas contempladas, aventamos a importância de uma nova forma de análise, considerando os processos de acumulação dos indivíduos segundo suas faixas etárias.

O plano de observação passou agora a ser formado pelos indivíduos, não cada um isoladamente, mas os encontrados na mesma faixa etária num dado momento do tempo (geração), com seus respectivos ciclos de vida.<sup>252</sup> Ao separarmos as diversas gerações presentes em uma *cross section* podemos verificar com maior detalhe seus processos de acumulação de riqueza. Por exemplo, a influência de uma nova oportunidade econômica poderia afetar distintamente as pessoas com idades diferentes. As mais jovens poderiam se apresentar mais propensas a aderir à nova opção, enquanto as mais velhas mostrariam maior resistência à mudança, pois estariam em

---

<sup>251</sup> A escravaria representava parcela significativa da riqueza dos indivíduos. Desta forma, devemos atentar para a existência da família escrava e a sua capacidade de reprodução, que condicionavam os processos de acumulação.

<sup>252</sup> A definição de geração assumida aproxima-se da noção de coorte utilizada em demografia.

um momento de menor intensidade (e até interesse) no desenvolvimento de sua atividade. Cabe salientarmos nesta análise a consideração de apenas um elemento de diferenciação do comportamento econômico do indivíduo, qual seja a faixa etária.<sup>253</sup> Dessa forma, devemos alterar algumas proposições da hipótese do ciclo de vida para o melhor uso em nosso estudo.

Se aceitarmos uma maior rapidez na formação do patrimônio das pessoas durante certo período de suas vidas do que em outro, o formato da curva de riqueza acumulada aproximar-se-ia de uma senóide. No início do processo a riqueza crescer-se-ia em pequenas quantias, enquanto na meia-vida os aumentos atingiriam os maiores valores. Nesse momento, ao redor dos cinquenta anos, as taxas de crescimento começariam a se reduzir, até chegar a zero em um momento posterior. Por fim, a partir da faixa etária dos sessenta e setenta anos ou mais haveria um decréscimo da riqueza.<sup>254</sup> Assim, o comportamento do estoque de ativos que comporia a riqueza dos indivíduos não teria mais a forma linear, mas curvilínea.

De outra parte, podemos também modificar o pressuposto da ausência de heranças. O indivíduo iniciaria seu ciclo de vida não mais de um estoque nulo de riqueza, mas de um valor positivo. Certamente, sem outras alterações, seu processo de acumulação atingiria patamares superiores ao das pessoas sem herança. Da mesma forma, haveria o desejo por parte dele em deixar para seus descendentes uma parte de sua riqueza, o que conduziria à não liquidação de seu patrimônio ao final de sua vida. Por outro lado, aventamos a possibilidade de a pessoa deixar a atividade e passar a viver da riqueza acumulada (a partir de N na figura 1). Assim, substituímos tal pressuposto pelo menor dinamismo econômico ou mesmo interesse em continuar na atividade por parte do indivíduo.<sup>255</sup>

De início ainda precisaríamos manter algumas proposições heróicas fundamentais nesta análise com o objetivo de ilustrar os possíveis resultados e implicações da hipótese do ciclo de vida:

- a) Não poderia haver diferenciação entre os indivíduos.
- b) Todas as pessoas desta análise apresentariam a mesma propensão à acumulação de riqueza e êxito em tal tarefa.

---

<sup>253</sup> Neste momento de nosso estudo, não consideraremos, ainda, a possibilidade de diferenciais no acúmulo de riqueza entre os indivíduos de uma mesma geração por conta da maior destreza, habilidade ou mesmo sucesso na atividade. Por enquanto, ainda não consideramos um outro quadro possível relatado por Hebe Castro (1987), no qual algumas pessoas pareciam não estar afetadas pelo desejo de acumulação.

<sup>254</sup> A partir deste momento não utilizaremos as idades M, N e L da proposta original, mas os valores mais apropriados ao nosso estudo (período de 1775 a 1825 e faixas etárias de 20 a 30 anos até 70 a 80 anos). Esperamos facilitar a compreensão dos exemplos.

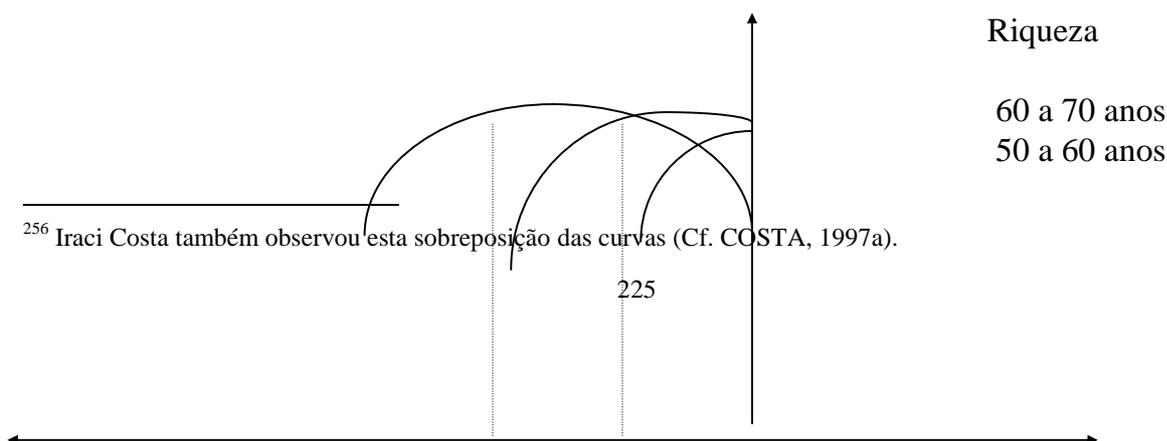
<sup>255</sup> Costa sugeriu a possibilidade de "*uma eventual partilha de bens em vida ou da não-reposição de escravos falecidos*" (COSTA, 1983, p. 121), explicando a redução do estoque de riqueza a partir de uma determinada faixa etária.

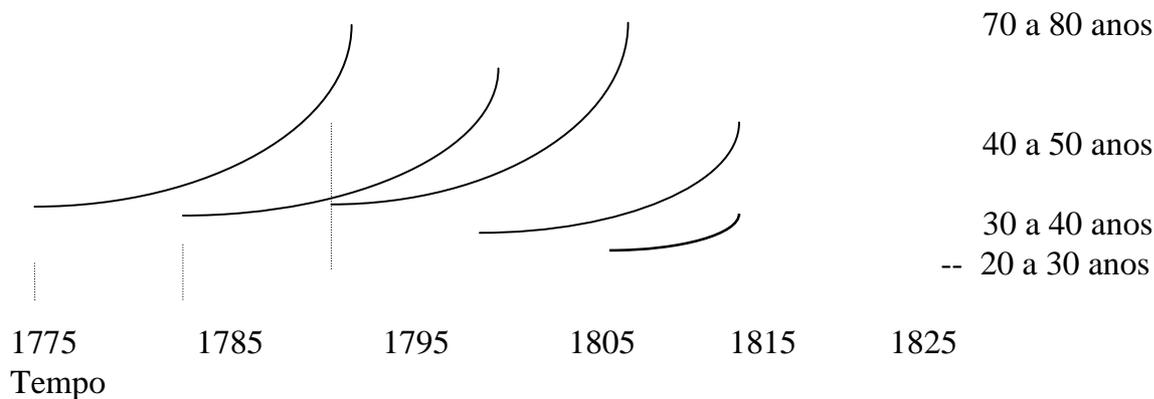
- c) Elas começariam e terminariam o processo de acumulação com a mesma idade.
- d) As heranças e doações recebidas/deixadas seriam de igual montante a todas as pessoas e ocorreriam somente no início e ao final de seu ciclo de vida.
- e) O crescimento econômico e demográfico seria nulo.
- f) Não haveria a entrada/saída de indivíduos de/para outras localidades, bem como a movimentação dos ativos para fora desta economia (economia fechada).
- g) O retorno dos ativos (terras, instalações, mão-de-obra escrava etc.) em que foram alocados a riqueza consistiria na única renda da atividade desenvolvida pelo indivíduo (sendo em valor idêntico para todos).

As fases de maior e menor crescimento ou até decréscimo da riqueza das pessoas de determinada faixa etária ocorreriam em períodos diferentes. Por exemplo, a geração com 70 a 80 anos em 1825 teria todo um processo de acumulação passado, estando até em fase de desacumular seus ativos, enquanto a geração de 20 a 30 anos ainda passaria por um grande momento de crescimento da sua riqueza.

Do ponto de vista teórico poderíamos esperar para uma economia sem crescimento econômico e com iguais oportunidades, uma sucessão de curvas de ciclo de vida para os indivíduos com distintos conjuntos de idades. Ao longo do tempo o montante acumulado de riqueza de cada curva cresceria até a faixa dos sessenta-setenta anos, decaindo posteriormente. Entretanto, em um momento específico do tempo, o ciclo de vida seria expresso por diferentes gerações em faixas etárias distintas, com o mesmo comportamento. Assim, nestas condições, as gerações sobrepostas no curso do processo de acumulação ao longo de suas vidas acabariam representando o ciclo de vida em *cross section* (na Figura 2).<sup>256</sup>

**IGURA 2**  
**RELAÇÃO HIPOTÉTICA ENTRE A ANÁLISE EM *CROSS SECTION* E LONGITUDINAL DO CICLO DE VIDA** (sem crescimento econômico e com igual oportunidade a todas gerações na mesma atividade)



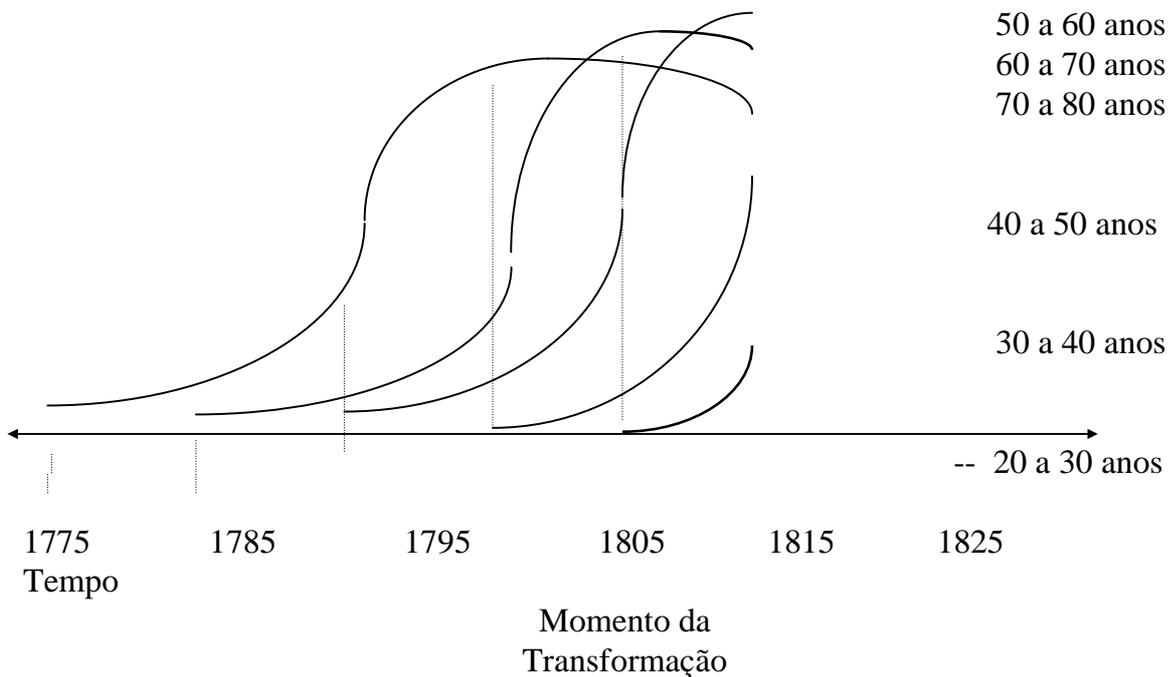


A geração da faixa etária dos 70 a 80 anos (em 1825) iniciou seu processo de acumulação de riqueza em 1775, no mesmo patamar inicial das subseqüentes.<sup>257</sup> O seu padrão de acumulação repetir-se-ia para as demais gerações. Podemos ilustrar tal fato com as pessoas na faixa de 30 a 40 anos deteriam o mesmo estoque de ativos, em 1825, do que a geração precedente dez anos antes (1815). Sucessivamente, os indivíduos com 40 a 50 anos também apresentariam, em 1825, igual acúmulo de bens do que as pessoas da geração mais velha (que iniciou sua trajetória no ponto médio de 1775) em 1795. Destarte, o padrão assumido na formação do patrimônio das pessoas com 70 a 80 anos ao longo do período (1775 a 1825) seria o mesmo encontrado em uma análise em *cross section* em 1825, mas com diversas gerações. Todos os ciclos de vida teriam o mesmo patamar de riqueza inicial, superior e final.

O relaxamento de um dos pressupostos como a introdução de alguma melhora na estrutura produtiva abrindo uma nova oportunidade de acumulação (necessariamente a todos) provocaria um deslocamento do padrão das curvas de ciclo de vida para cima e de suas inclinações (no caso da Figura 3 em 1805). Todavia, tal influência marcar-se-ia de forma diferenciada pelas faixas etárias. Assim, as gerações mais novas apresentar-se-iam mais suscetíveis às novas possibilidades abertas, pois sua fase de acumulação positiva mais acentuada ocorreria no mesmo momento da transformação.

FIGURA 3  
 RELAÇÃO HIPOTÉTICA DA TEORIA DO CICLO DE VIDA TENDO EM VISTA UMA NOVA POSSIBILIDADE DE CRESCIMENTO ECONÔMICO (com igual oportunidade a todas gerações na nova possibilidade de acumulação)

<sup>257</sup> Para cada geração foi assumido o ponto médio da faixa etária como ano de referência.

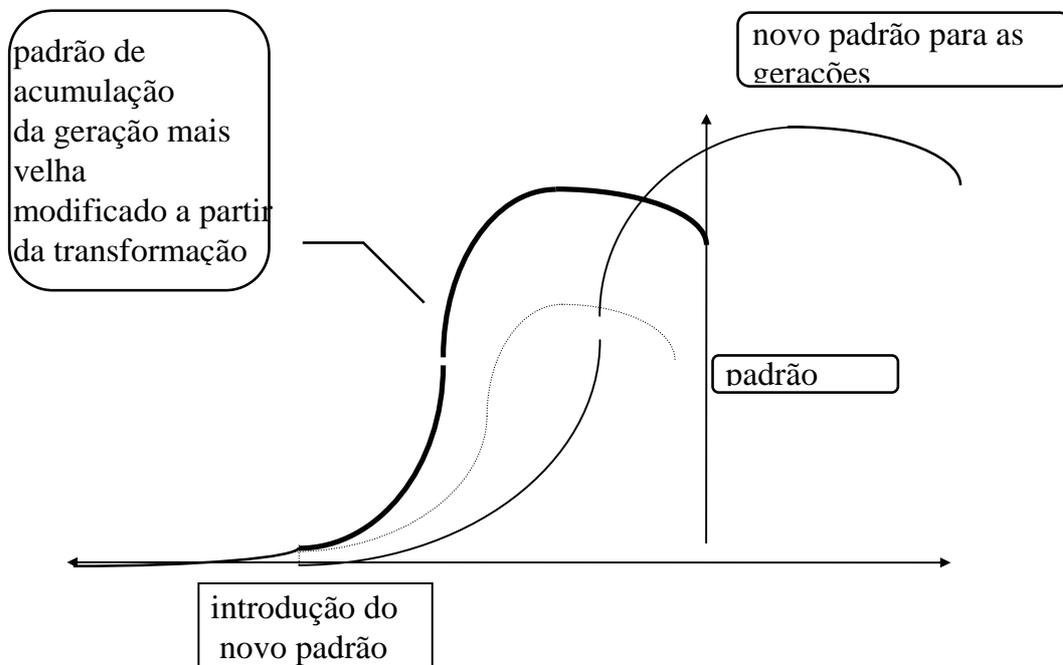


Todas as gerações seriam afetadas pela nova oportunidade, mas de modo distinto. As mais velhas apresentariam uma menor redução de seu estoque de riqueza. Os indivíduos da faixa etária intermediária alcançariam patamares de riqueza superiores aos das gerações anteriores. Todavia, o novo limite efetivo do estoque de riqueza possível só seria atingido pela geração que iniciaria sua trajetória de acumulação a partir de 1805. Em 1825, tal geração ainda estaria, na faixa de 40 a 50 anos, em processo de formação de seu patrimônio, que alcançaria seu auge por volta de 1845. A observação da *cross section* não mostraria, em 1825, mais um ciclo de vida com o pico dos ativos acumulados entre os sessenta-setenta anos, pois o novo patamar máximo a ser vislumbrado pelas gerações ainda não tenha ocorrido à época. Quanto maior a intensidade da transformação, maior seria o deslocamento para cima da curva, atingindo um patamar mais elevado de riqueza.

O surgimento de uma nova e atrativa oportunidade econômica permitiria a mudança do padrão de acumulação vigente. A geração que começou o processo antes da mudança migraria para o novo padrão. Podemos ilustrar esta passagem mediante Figura 4, na qual os ciclos de vida da Figura 3 seriam resultado da transição entre oportunidades distintas. Em **negrito** indicamos a trajetória de transição adotada pela geração “mais velha”. Os indivíduos mais jovens não necessitariam da transição (até a faixa de 40 a 50 anos em 1825). Após a transformação, o padrão antigo tornou-se uma virtualidade, pois não seria mais percorrido pelas pessoas.

FIGURA 4

RELAÇÃO HIPOTÉTICA DA ANÁLISE DO CICLO DE VIDA TENDO EM VISTA UMA TRANSFORMAÇÃO ECONÔMICA (com crescimento econômico e igual oportunidade a todas gerações na atividade nova)



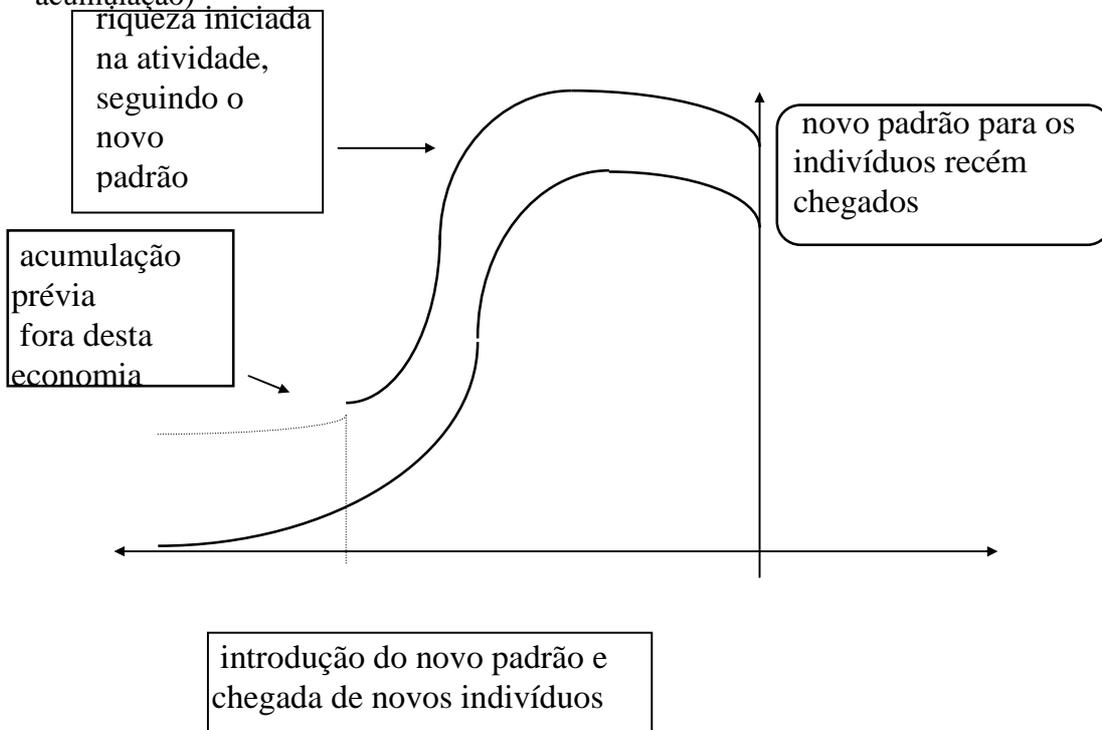
As figuras acima foram construídas supondo uma população fechada, sem a entrada ou saída de novos indivíduos. Quando existir imigração poderíamos esperar dos ingressantes na economia um comportamento similar na atividade aos demais já residentes nela. Ademais, o patamar inicial de riqueza destas pessoas originar-se-ia de acumulações anteriores em outros locais.<sup>258</sup> Na ilustração da Figura 5, os migrantes atraídos pela nova oportunidade poderiam atingir um patamar de riqueza superior ao dos indivíduos anteriormente presentes na localidade da mesma faixa etária. No caso, a chegada com um estoque de bens acima dos residentes explicaria tal fato.<sup>259</sup>

<sup>258</sup> Os indivíduos recém-chegados à economia deveriam possuir uma riqueza acumulada previamente, que pode ser em montante distinto do das pessoas residentes nela com a mesma faixa etária. No exemplo da Figura 5 utilizamo-nos de um caso em que o patamar seria superior. Além disto, a riqueza advinda com os migrantes poderia permitir uma maior liquidez do que o patrimônio imobilizado no padrão antigo. Assim, quando ocorresse uma transformação econômica, os recém-chegados investiriam diretamente na nova oportunidade. Por outro lado, os gastos com a instalação na atividade poderiam reverter tal vantagem, como, por exemplo, os incorridos na construção de casas e na preparação do terreno.

<sup>259</sup> Poderíamos modificar a hipótese supondo os entrantes com um patamar de riqueza inferior ao dos indivíduos residentes da mesma faixa etária. Neste exemplo, os residentes alcançariam um patrimônio superior ao dos ingressantes. Ainda haveria a possibilidade de realizarmos uma outra ilustração com a saída de pessoas da região em função de uma piora nas condições de acumulação deste local *vis-à-vis* os demais. Ademais, a iniciação de descendentes dos moradores da localidade na atividade poderia ser vista de modo parecido com a entrada de pessoas de outras regiões.

FIGURA 5

RELAÇÃO HIPOTÉTICA ENTRE O PROCESSO DE ACUMULAÇÃO DOS INDIVÍDUOS RECÉM-INGRESSOS E OS ANTERIORMENTE OCUPADOS NA ATIVIDADE (com crescimento econômico e igual oportunidade a todas as gerações na nova possibilidade de acumulação)



Esperamos com estes exemplos mostrar a importância da hipótese do ciclo de vida na compreensão do processo de acumulação de riqueza dos indivíduos. Tal processo marcar-se-ia por ritmos diferenciados de formação do patrimônio entre as faixas etárias. Uma transformação econômica ou patamares distintos de riqueza inicial poderiam conduzir à ocorrência de ciclos de vida desiguais inter e intra gerações, mesmo de forma temporária.

A existência de pessoas com patamares de riqueza distintos em um determinado momento do tempo não significa que ao longo do tempo tal diferença se mantenha, pois o indivíduo menos rico pode ainda ser jovem e ter pela frente um grande período de acumulação e o outro estar ao final da fase ascendente do seu ciclo. Dessa forma, procuramos observar as diferenças ao longo do tempo da riqueza entre os indivíduos de uma geração. As divergências das condições e na evolução patrimonial entre os indivíduos serão consideradas para os membros de uma mesma geração. Para tais pessoas aventaremos a possibilidade de diferenciações decorrentes dos mais diversos fatores como interesse em acumular, êxito na atividade, patamar de herança/dote, condições de trabalho (como terras, mão-de-obra, instalações etc.) e até elementos fortuitos (por exemplo climáticos, como uma seca).

A partir deste exercício teórico procuramos, na segunda parte da tese, considerar a hipótese do ciclo de vida na análise longitudinal da amostra de indivíduos para a vila de Lorena.<sup>260</sup> O entendimento do número de cativos possuídos e dos patrimônios alcançados pelas pessoas contempladas deve incorporar as suas faixas etárias. As comparações realizadas entre indivíduos com idades muito distintas pode prejudicar a compreensão das "efetivas" diferenças no acúmulo de bens. Se aceitarmos a hipótese do ciclo de vida, o índice de Gini computado não será zero, mesmo se a totalidade das pessoas apresentassem curvas do ciclo de vida idênticas. As pessoas mais jovens e velhas possuiriam patrimônios menores do que as demais. Destarte, o acompanhamento no tempo permitiu a consideração de modo mais profundo do processo de acumulação de riqueza das diversas gerações de pessoas da amostra, inclusive em função de suas heranças e de novas oportunidades econômicas.

---

<sup>260</sup> Não realizamos o procedimento alternativo proposto por Iraci Costa (1997a), em virtude de a população sob análise apresentar grandes fluxos migratórios.

**APÊNDICE:**  
**VENTURA JOSÉ DE ABREU (1789-1827)**

Ventura José de Abreu tornou-se na terceira década do século XIX num dos maiores cafeicultores do vale do Paraíba paulista. A sua trajetória de vida pode ilustrar muito bem o caminho adotado também por outros indivíduos nesse período de difusão do café. As ocupações anteriores à cafeicultura mostraram-se fundamentais para a acumulação de cativos e os próprios investimentos no cultivo da rubiácea. Destarte, pretendemos acompanhar a sua evolução econômica e patrimonial, principalmente em Lorena, onde faleceu em junho de 1827. Para tanto utilizamos, além dos vários anos das listas nominativas em que apareceu o indivíduo selecionado, o seu inventário e o Inventário de Bens Rústicos de 1818.

Antes de morar em Lorena, Ventura estabeleceu-se em São Luís do Paraitinga. Em 1789, ele constava da lista de moradores desta vila com 25 anos e casado com Marta Rodrigues de Miranda de 22 anos. O casal já tinha um filho (José de três anos). O sogro de Ventura era o Sargento-mor Manuel Antonio de Carvalho. O dote provavelmente compreendeu dois cativos: uma escrava crioula de Guiné e seu filho recém-nascido. Estes dois escravos representavam uma apoucada posse para um senhor que se tornaria ao final do primeiro quartel do século XIX no maior cafeicultor e proprietário de escravos e terras de Lorena.

Nos anos de 1790 e 1791, Ventura ainda morou em São Luís, possuindo os mesmos dois escravos. A filha Maria nasceu provavelmente no primeiro desses anos. Na lista nominativa de habitantes de 1793 para Lorena (SP) encontramos, pela primeira vez, a família de Ventura José de Abreu nesta localidade, morando no domicílio número 57. Ele era natural de Lisboa e casado com Martha Roiz de Miranda, com 30 anos e natural de São Luis do Paraitinga. Três filhos complementavam a família: José Ventura de Abreu (8 anos), Maria São Bento Abreu (3 anos) e Isabel (7 meses).<sup>261</sup> Ele mantinha no seu domicílio os mesmos dois escravos presentes em São Luís do Paraitinga.

A primeira atividade declarada consistiu em negócio no ano de 1797, que no seguinte especificou-se de forma mais clara: “*vivia de seu negócio de fazenda seca que traz do Rio de Janeiro*”. Nesta época Ventura morou na quinta Companhia do Bom Jesus da Cachoeira, possuindo o título de Capitão. Na loja venderam-se os seguintes produtos: “*7 peças de panos de lã, 17 peças de fitas, 9 peças de pano de linho, 15 peças de Paret<sup>as</sup>*”

---

<sup>261</sup> Esta última viria a falecer em um dos anos seguintes.

[sic], 20 peças de pano de algodão e 6 dúzias de chapéus”. O valor das mercadorias alcançou um conto de réis e a taxa de lucro obtida atingiu 20%, ou seja um lucro de 200\$000 réis. Além do negócio, Ventura detinha quatro escravos, duas bestas e casas de morada na vila.

No ano de 1799 sua ocupação alterou-se para “negócio de animais” em que lucrou os mesmos 200\$000 réis. A obtenção de sesmaria na Bocaina, próxima a Areias, pode ter sido o motivo da mudança de atividade. Na lista seguinte (1801) encontramos a primeira produção agrícola da família, que consistiu em produtos de subsistência, mas em volume considerável: “300 alqueires de milho, 50 de feijão, 50 de arroz e 70 de farinha de mandioca”. Tal produção realizou-se com a participação agora de 38 escravos no domicílio. Este crescimento do número de cativos talvez possa ser associado, em parte, a alguma herança recebida, provavelmente, do sogro, proprietário de escravos em São Luís.<sup>262</sup> Este último viveu nesta vila até 1789, posteriormente não o localizamos mais nas listas nominativas e não encontramos seu inventário. Ele provavelmente faleceu em outra localidade. Por outro lado, o aumento do número de cativos de Ventura pode ser parcialmente atribuído igualmente à aquisição de escravos com recursos próprios. Assim, no mesmo ano de 1801 informava-se a compra de dois cativos, um em Lorena e outro no Rio de Janeiro. O negócio de fazenda seca parece ter sido abandonado, podendo ter havido a realocação dos recursos aplicados na loja para a aquisição de um plantel maior. Podemos ainda pensar em alguma forma de compra de um grande número de cativos financiada, que se pagaria à medida da comercialização dos bens produzidos pela escravaria. A origem lusitana de Ventura pode ter o ajudado a conseguir um financiamento com os comerciantes portugueses residentes na colônia.<sup>263</sup>

As informações de produção para os anos seguintes reafirmam a mudança de atividade, no sentido da agricultura, com a criação de gado e a produção de bens de subsistência, e do comércio de animais. Em 1802, houve a exportação de toucinho para o Rio de Janeiro (20 arrobas a 1\$500 réis cada); além disso, Ventura marcou sessenta cabeças de gado e quarenta de cavalos. Na primeira década do século XIX, além da compra de quatro cativos no Rio de Janeiro, ocorreram seis nascimentos e duas mortes de escravos.<sup>264</sup> A posse cativa cresceu dos 38 escravos, em 1801, para 49, em 1809. Em

---

<sup>262</sup> O sogro nunca chegou a possuir um número maior do que oito cativos de 1774 a 1789 em São Luís. Deste modo, não devemos atribuir a ele uma contribuição de mais de trinta cativos à propriedade escrava de Ventura. Por outro lado, o sogro recebeu uma sesmaria na seguinte forma: “Manuel Antonio de Carvalho, fundador da nova vila de S. Luís do Paraitinga. Meia légua de terras de testada e três de sertão (...)” (DIVISÃO DE ARQUIVO DO ESTADO, 1994, p. 361). Talvez, Ventura conseguiu mais facilmente a sua sesmaria em função do sogro já ter obtido.

<sup>263</sup> Ver Gorenstein (1978) e Martinho (1978).

<sup>264</sup> Estes foram os números de nascimentos/mortes e compra/venda declarados nas listas, porém, provavelmente, tais números deviam estar subestimados. O crescimento do plantel de Ventura não pode ser explicado completamente por

1807, a mulher de Ventura faleceu e sua filha casou-se com Anacleto Ferreira Pinto, natural do Rio de Janeiro.

Na segunda década do século XIX ocorreu uma intensificação da acumulação em cativos, os quais se alçaram a 66 em 1818. Neste período, as relações comerciais de Ventura com o Rio de Janeiro estreitaram-se com a compra de vinte e cinco escravos no Valongo, famoso mercado de africanos recém-chegados à colônia.<sup>265</sup> O crescimento vegetativo informado também contribuiu para o aumento da posse de cativos, ocorrendo cinco nascimentos e uma morte. O aumento de seu plantel poderia ser maior se não tivesse doado cinco cativos ao genro. No referente à atividade econômica ocorreram algumas alterações, inicialmente com a venda na “terra”, em 1814 e 1815, de milho, feijão, arroz e farinha; adicionalmente, começou a produzir aguardente, em 1817, e açúcar no ano seguinte. Assim, o outrora negociante de fazenda seca transformara-se num grande Senhor de Engenho, com quase novecentas arrobas comercializadas em seu primeiro ano como produtor de açúcar.

A atividade de criar e comercializar gado ainda continuava, pois em 1817 além de Senhor de Engenho, Ventura declarava-se “fazendeiro em seus prados onde marcou o presente ano animais vacum 12 e animais cavalares 5”. Todavia, o volume “marcado” de animais era significativamente menor do que fora em 1802. A intensidade com que se iniciou a produção de derivados de cana foi impressionante, pois não havia nenhuma indicação da mesma em 1816, embora já devesse estar se preparando para tanto. Em 1817, apareceu a feitura de aguardente em montante apreciável, 100 barris vendidos na terra a 1\$280 réis cada um. Em 1818, a produção da aguardente cresceu ligeiramente para 120 barris, e surgiu o primeiro informe de açúcar, porém em volume elevado, 900 arrobas vendidas a 1\$600 réis cada. O grande plantel possuído por Ventura permitia uma inversão recursos em montante extraordinário na feitura do açúcar, tendo como subproduto a aguardente. Tal produção de açúcar representava, em 1818, mais da metade da produção total da vila (Cf. MARCONDES, 1992, p. 76).

O Inventário de Bens Rústicos de 1818 apresentava Ventura José de Abreu como o maior detentor de terras e escravos da vila de Lorena, com um faixa de terras de nove mil braças de testada por duas mil e quinhentas braças de fundo e 130 escravos.<sup>266</sup> Esta

---

tais números. Houve o aumento de onze cativos durante a primeira década do século XIX, enquanto o crescimento vegetativo mais as compras de cativos geraram um saldo líquido de apenas oito escravos.

<sup>265</sup> Dezesseis destes 25 cativos foram arrolados do seguinte modo: “Possui mais 16 negros comprados no Valongo que não vão lançados na presente lista por se acharem inda pagãos, e sem nomes”.

<sup>266</sup> Este número de cativos diverge do apresentado nas listas nominativas (66). Talvez incluísse os escravos do filho José Ventura de Abreu (22). Os cento e trinta cativos, segundo os recenseamentos antigos, só seriam atingidos em meados da década de vinte.

fazenda foi obtida por meio de duas sesmarias, segundo seu inventário em 1827, e era fronteira às terras de Luciano José de Almeida, grande proprietário de escravos de Bananal. Affonso de E. Taunay, analisando o Inventário de 1818 para várias localidades e percebendo a preponderância da posse reduzida de cativos para a maioria dos proprietários de terras, afirmou:

*“Em Lorena só havia um grande fazendeiro o Sargento mor Ventura José de Abreu, possuidor de 130 escravos na sua fazenda da Bocaina que tinha nada menos de 9.000 braças de testada (19,8 Km) por 2.500 de fundo (5,5 Km!) mais de 100 quilômetros quadrados! Casado com D. Felicidade Perpétua do Sacramento Leite era ele genro do rico sanjoanense capitão Manuel Ferreira Leite, um dos primeiros plantadores de café da Barra Mansa, com seu irmão, o futuro Barão de Ayuruoca”.*

<sup>267</sup> (TAUNAY, 1939, v. 3, t. 1, p. 67).

A produção de açúcar e aguardente era remetida para o Rio de Janeiro em 1820, a primeira perfazendo 1.000 arrobas, vendidas a 1\$900 réis cada, e a segunda 200 barris, comercializados a 2\$000 réis o barril. Ventura continuava a criar gado, marcando neste ano dez bezerros e quatorze potros. A venda dos derivados de cana possibilitou um acréscimo no seu plantel de escravos, o qual atingiu 94 cativos. O domicílio incluía ainda, neste ano, o Reverendo Padre Joaquim Ferreira da Cunha, com 28 anos, natural das Minas e possuidor de dois cativos.

O primeiro informe de produção de café ocorreu em 1822, quando foram vendidas 300 arrobas para o Rio de Janeiro. Para a realização desta colheita os cafeeiros deveriam ter sido plantados ao final da segunda década do século XIX. O fabrico de derivados de cana continuava em montantes volumosos, 600 arrobas de açúcar e 300 barris de aguardente. Como durante todo o período, a produção de bens de subsistência era realizada juntamente com as demais. Neste mesmo ano o número de escravos atingiu 124, aplicados a tais lides agrícolas.

Nos dois últimos anos em que Ventura apareceu nas listas nominativas a produção cafeeira passou a assumir cada vez maior importância *vis-à-vis* as demais (Cf. Tabela AP.1). Em 1825, a colheita da rubiácea foi de 2.300 arrobas, enquanto a produção de açúcar era de 700 arrobas. Estes produtos eram transportados para o Rio de Janeiro por meio de sua própria tropa: *“Tem trinta bestas mansas em que transporta seus efeitos para o Rio de Janeiro e a vila de Parati”*. A criação de animais também apresentava crescimento com 150 cabeças de gado e suas 50 crias, além de 100 porcos.

---

<sup>267</sup> Percebe-se um engano do historiador ao informar a nora como esposa de Ventura.

TABELA AP.1  
 ESCRAVARIA E PRODUÇÃO DE VENTURA JOSÉ DE ABREU  
 (1816-1825)

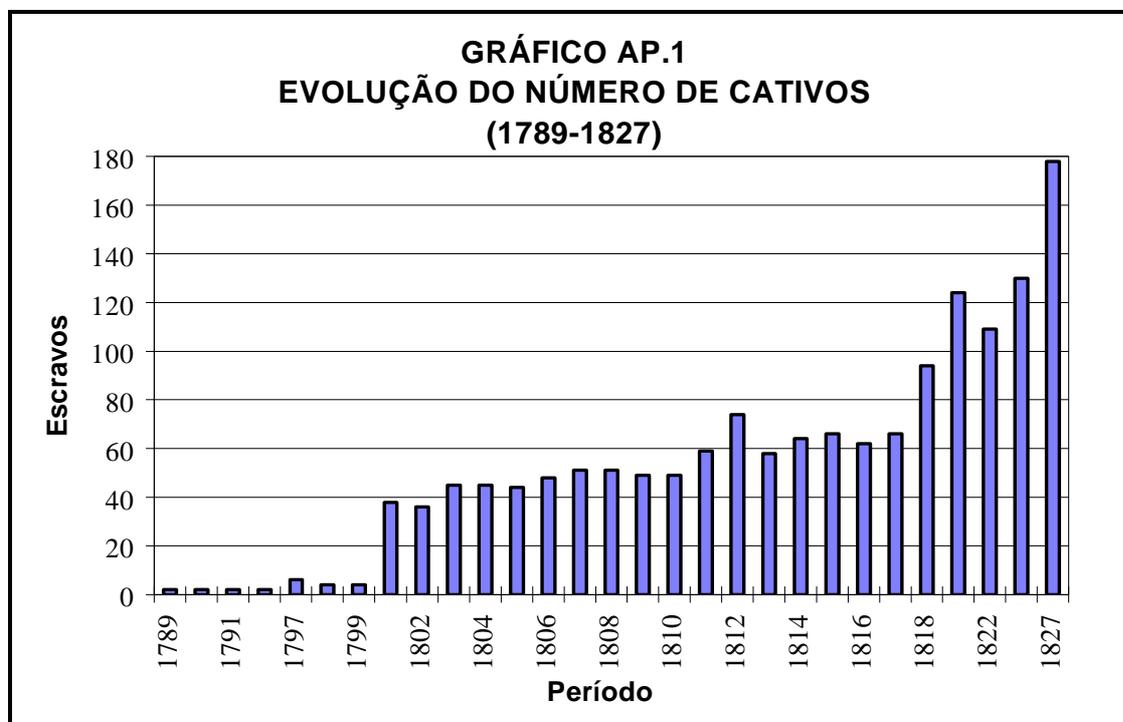
ANO	ESCRAVOS	P R O D U Ç Ã O		
		Café (em arrobas)	Açúcar (em arrobas)	Aguardente (em barris)
1816	66	-	-	-
1817	62	-	-	100
1818	66	-	900	120
1820	94	-	1.000	200
1822	124	300	600	300
1824	109	1.200	600	200
1825	130	2.300	700 <sup>a</sup>	200

a Compreendidas 100 arrobas de “mascavado” e outras 100 arrobas de “redondo”.

A acumulação de grande número de cativos durante a década de vinte decorreu do crescimento da produção comercializada com o Rio de Janeiro. Tal processo culminou com os 178 escravos arrolados no seu inventário em 1827, no valor de 37:331\$600 réis (32,4% do monte-mor). Havia um feitor contratado para cuidar dos cativos. Nos últimos dois lustros de sua vida seu plantel de cativos mais do que dobrou. Pelo Gráfico AP.1 podemos observar o aumento significativo deste contingente ao final da vida de Ventura. No seu inventário ainda se destacaram o valor das terras da fazenda Bocaina e seus campos (29:600\$000 réis, ou seja 25,7% do total). Os cafezais representavam um valor igualmente significativo, 12:600\$000 réis (10,9% do conjunto da riqueza), compreendendo 126.000 pés de café a 100 réis. O “*engenho d’agua de cana com suas competentes casas, carros, cangas, caixões, pipas, barris, formas e mais utensílios do mesmo, a exceção dos cobres que já foi aí avaliados*”, correspondia a 2:050\$000 réis.

Ventura mantinha ainda 63 animais vacuns, muares e eqüinos, além de sete campos. De outra parte, as dívidas ativas somaram 29:136\$049 réis (25,3% do total), as quais foram resultado, principalmente, de empréstimos e juros respectivos. Uma conta revelou um crédito de 752\$680 réis pela “*receita dos cafés que lhe foram remetidos no ano de 1828 no Rio de Janeiro*”, provavelmente pelo inventariante José Ventura de Abreu (seu filho). O dote da filha envolveu 15 escravos e um sítio de 730\$562 réis. Para o filho a doação, antes do inventário, tinha sido de cinco escravos. A partilha dos escravos foi realizada do seguinte modo: 87 para o filho e 99 para o genro. O cafezal foi dividido ao

meio, talvez devido ao grande interesse das partes. O monte-mor do inventário atingiu 115:195\$689 réis.<sup>268</sup>



A partir da divisão dos bens de Ventura, os herdeiros intensificaram a atividade cafeeira. Em 1836, o genro (Anacleto Ferreira Pinto) produziu 2.000 arrobas com 125 escravos e o filho (José Ventura de Abreu) 1.200 arrobas com 106 cativos em 1836. O primeiro parece ter iniciado antes do que o filho o cultivo da rubiácea e já em 1825 produzia 1.000 arrobas de café. Porém, Anacleto não se envolveu na produção de açúcar, ao contrário de José Ventura, que fez 200 arrobas de açúcar em 1836. Neste caso a cafeicultura não excluiu a possibilidade do fabrico do açúcar. Destarte, uma grande parcela do patrimônio destes dois indivíduos originou-se da herança do sogro ou pai. Se compararmos o número de escravos recebidos de Ventura com a propriedade cativa dos herdeiros em 1836, observamos a quase totalidade de suas escravarias adveio dele (79,2% dos cativos no caso de José Ventura e 82,1% dos escravos para Anacleto).<sup>269</sup>

<sup>268</sup> A importância dos diversos componentes da riqueza no seu total mostrou uma certa imprecisão da posse escrava como *proxy* da riqueza. Tal dificuldade de acompanhar a riqueza por meio dos escravos pode aumentar para os indivíduos detentores de atividades não agrícolas, por exemplo, lojistas.

<sup>269</sup> Cumpre informar a diferença temporal entre a partilha e o momento das listas nominativas, mas apesar disto a contribuição da herança de Ventura para o desempenho econômico dos filhos manteve-se como fundamental.

Em 1833 faleceu a filha de Ventura, Maria de São Bento Abreu. No seu inventário registraram-se os bens do casal, os quais consistiram, basicamente, em 124 escravos, 214 animais e 89 mil pés de café.<sup>270</sup> O valor avaliado para os cativos alcançou 42 contos de réis (50,9% do total dos pertences). Os cafezais e as dívidas ativas atingiram menor expressão do que no inventário do sogro: 6:600\$000 e 10:848\$844 réis (8,0% e 10,1%, respectivamente). O monte-mor somou 82:997\$964 réis. Como a herança recebida de Ventura chegou a 54:974\$835 réis, a participação dela no total do seu monte alcançou 66,2%. Novamente, a acumulação pretérita do sogro constituiu-se não apenas num ponto de partida do enriquecimento dos herdeiros, mas uma condição essencial para as atividades desenvolvidas por Anacleto.

A vida de Ventura José de Abreu mostrou um processo de acumulação de riqueza bastante significativo, acompanhado por meio do número de escravos (*proxy* da riqueza). A herança recebida e a obtenção de duas sesmarias auxiliaram este processo. De outro lado, as diversas atividades executadas contribuíram para a aquisição de cativos, abrangendo, inicialmente, loja de fazenda seca e, posteriormente, a criação de gado, usura, feitura de derivados de cana e a cafeicultura. Ao final do período houve a preponderância dos investimentos na cafeicultura. No seu inventário a riqueza distribuiu-se por diversos componentes, não apenas cativos, mas também terras, plantações, instalações e dívidas com parcelas significativas da riqueza. Assim, a vida de Ventura pode ilustrar o desenvolvimento da cafeicultura no vale do Paraíba, embora não sendo pioneiro no cultivo da rubiácea, quando realizou tal empreita o fez em grande escala. De outro lado, os recursos acumulados anteriormente em outras atividades foram fundamentais para este resultado.

---

<sup>270</sup> O valor de avaliação dos cafezais herdados do sogro reduziu-se de 6:300\$000 quando se realizou o inventário de Ventura para 4:000\$000 réis no processo da mulher. O preço por pé de café caiu de 100 réis para 63,5 em pouco mais de cinco anos. De outro lado, os cafezais de Anacleto decorreram essencialmente dos pés herdados do sogro (70,8%). Destarte, o genro pareceu-nos mais envolvido com a criação e o negócio de gado do que o filho. O primeiro herdou cinco dos sete campos de invernada de Ventura.

## APÊNDICE: OS NÃO-PROPRIETÁRIOS DE CATIVOS EM 1829

Os não-escravistas encontravam-se presentes entre os indivíduos selecionados, apesar da sua pequena representação na amostra selecionada em relação ao conjunto da população. Na Tabela APN.1 apresentamos vinte e seis não-proprietários de cativos em 1829 e suas atividades econômicas.<sup>271</sup> A grande maioria dos não-proprietários desse ano manteve sua condição em seus inventários (80,7%). Até mesmo os catorze cafeicultores em 1829 e/ou 1835/36 não conseguiram ou não quiseram acumular cativos, à exceção de Francisco Barbosa Ortiz e Antonio Gonçalves França. A possibilidade de acumulação pelos não-escravistas advinda do café poderia não ser aproveitada ou mesmo apenas parcialmente por estes agricultores, pela falta de condições ou interesse na acumulação. No momento dos inventários dezesseis indivíduos atuaram na faina cafeeira e oito com a cana. Apesar deste grande relacionamento com as culturas de exportação apenas cinco indivíduos conseguiram acumular cativos, sendo dois deles beneficiados pelas suas famílias, como veremos adiante. As condições destes indivíduos aproximaram-se da relatada por Hebe Castro com respeito aos lavradores pobres de Capivary (RJ) durante a segunda metade do século XIX. Segundo a própria autora, os agricultores nestas condições detinham interesses distintos do referente à acumulação:

*"(...) a configuração de uma camada social de lavradores pobres que organizavam sua produção tendo em vista basicamente a reprodução social de suas existências, cujos pequenos excedentes produzidos destinavam-se a adquirir no mercado local aqueles produtos que eram incapazes de produzir domesticamente, que não buscavam ou conseguiam produzir lucros capazes de ser reinvestidos na ampliação de seus estabelecimentos agrícolas ou numa diversificação de investimentos, parece-nos claramente caracterizada. Esses lavradores pobres encontravam-se alheios, portanto, a qualquer dinâmica regida pela lógica de reprodução do capital comercial socialmente preponderante, sendo parcamente afetados pelas possíveis limitações e flutuações de demanda nos mercados regionais."* (CASTRO, 1987, p. 89-90).<sup>272</sup>

---

<sup>271</sup> Não incluímos Vicente José Luna em virtude da falta de informações.

<sup>272</sup> Da mesma forma, Iraci Costa também aventou esta possibilidade, constatando a existência de dois contingentes dos excluídos da acumulação, por vontade própria ou impossibilidade de acesso: *"Uma parcela expressiva da população parece ter ficado infensa à perspectiva da acumulação; de outra parte, associados aos que não desejavam participar do aludido processo de 'enriquecimento', encontraremos os que, embora pudessem estar desejosos de alcançar tal participação, não conseguiram efetivar tal anelo, pois, como fartamente sabido, os processos de acumulação no Brasil marcaram-se pela alta concentração da riqueza e pela conseqüente excludência de largos efetivos populacionais. Vemo-nos, portanto, em face de crescentes segmentos populacionais*

---

*que se viram, por vontade própria ou em decorrência do próprio funcionamento da economia, cada vez mais apartados do referido processo de acumulação. (COSTA, 1995, p. 4).*

TABELA APN.1  
EVOLUÇÃO DOS NÃO-PROPRIETÁRIOS DE CATIVOS EM 1829  
(1829 a 1830/79)

NOME	1829			1835/36			1830/79			
	Idade	Café	Atividade	Escravos	Café	Idade	Escravos	Ativ. Riqueza		
Antonio Gonçalves França	30	0	Tropeiro		2	100	61	13	Café	2.041
Antonio José Pereira	52	0	Taberna		0	23	72	0	Taberna	123
Antonio Lemes Barbosa	40	0	Milho	0	50	67	1	Cana		394
Antonio Maria Gomes	53	50	Café	-	-	59	0	Café		130
Antonio Soares de Souza	40	0	Fumo	-	-	45	0	Café		59
Bento José Alves	54	0	Milho	0	0	78 <sup>a</sup>	0	Cana		62
Candido José Teles	18	0	Jornaleiro		0	0	46	0	Café	233
Fortuoso Antunes da Silva	58	50	Café+Cana		0	0	76	0	-	-1
Francisco Barbosa Ortiz	22	0	Novo hab.		10	280	44	38	Café+Cana	3.881
Francisco José de Figueiredo	43	15	Café		0	70	65	0	Cana	76
Francisco José Moreira	45	11	Café		0	0	68	0	Café	97
Francisco Nunes de Souza	54	0	Nada colheu		1	0	72	1	Café	141
Francisco Rabelo de Brito	33	40	Café		0	60	69	0	Café	33
Januário Lemes do Prado	26	0	Milho		0	30	44	0	Café	22
José Alves Moreira	33	0	Nada colheu		-	-	34	0	Café	17
José Antonio de Gouveia	46	14	Café	0	70	73	0	Café		154
José Gonçalves Monteiro	37	0	Milho	0	0	60	0	Cana		137
José Joaquim de Pontes	53	0	Tropeiro		-	-	56	1	Cana	145
José Joaquim dos Santos	24	0	Milho	0	0	53	0	Cana		269
José Pedroso Alves	30	0	Nada colheu		-	-	48	0	Café	18
José Rabelo de Brito	27	9	Café	0	10	44	0	Cana		25
Lauriano Correia Lemes	30	0	Milho	-	-	47	0	Café		3
Luciano da Costa e Silva	46	50	Café	0	25	67	0	Café		169
Manoel Antonio Barcelos	57	0	Milho	-	-	74	0	Café		-5
Manoel Correia de Figueiredo	50	16	Café	-	-	74	0	Café		76
Manoel Francisco Rosa	36	0	Milho	-	-	68	0	Cana		109

Obs: Café em arrobas e a riqueza em libras.

a Desconhecemos a data de falecimento de Bento José Alves, mas sabemos que ocorreu alguns anos antes do seu inventário. Deste modo, utilizamos o momento da abertura do inventário como indicação da data de falecimento.

A falta de interesse ou a incapacidade de acumular impedia pelo menos uma parcela destes indivíduos atingir a condição de escravistas. Por outro lado, a mão-de-obra familiar também contribuía para a possibilidade de manutenção de suas atividades sem a necessidade de recorrer à cativa. Muitos também chegaram à localidade ou passaram a constituir domicílio próprio em 1829 ou no ano anterior. Como os casos de Antonio Gonçalves França, Antonio Lemes Barbosa, Antonio Maria Gomes, Candido José Teles, Francisco Nunes de Souza, Januário Lemes do Prado, José Alves Moreira, José Pedroso Alves, Lauriano Correia Lemes e Manoel Francisco Rosa.

Francisco Barbosa Ortiz chegou à localidade em 1829 e morava com o irmão Bento Barbosa Ortiz. Eles nasceram em São Paulo. Em 1836, o primeiro já possuía dez cativos e produzia 280 arrobas de café. Os escravos decorriam, provavelmente, de herança e/ou dote recebidos. Ao falecer em 1851 detinha 38 pessoas em seu plantel. Assim, a condição de não-proprietário de cativos representou apenas um momento inicial de sua vida, quando se instalou na localidade. Outro exemplo pode ser observado no caso de Antonio Gonçalves França. Em 1828, ele constituiu domicílio próprio na localidade oriundo de Guaratinguetá, vivendo de sua tropa (um lote de burros). Sete anos mais tarde, Antonio França já mantinha dois cativos e produzia 100 arrobas de café, as quais renderam 200\$000 réis. Em 1860, essa produção totalizou 800 arrobas (Cf. PEREIRA, 1977, p. 62). No seu inventário, o plantel chegou a 13 cativos. Este acréscimo deveu-se, possivelmente, parte a alguma herança por parte dos pais ou do sogro. Entre os seus ascendentes, encontramos o Alferes de Guaratinguetá Felix Gomes Siqueira, seu avô materno, que ao falecer em 1794 detinha 27 escravos (Cf. MARCONDES DE MOURA, 1993, p. 84-85). Francisco Lescura Banher era irmão de sua mãe e cafeicultor, possuindo vinte e três cativos em 1829. Lescura parece tê-lo ajudado durante o início de sua vida, pois Antonio França residia no fogo subsequente ao dele.

Como sabemos, a fronteira entre a posse ou não de escravos não constituía uma restrição absoluta. Alguns indivíduos chegaram a possuir cativos, mas os perderam posteriormente. Uma ilustração de tal fato consiste no caso de José Joaquim de Pontes. O tropeiro José de Pontes chegou à localidade oriundo de Parati em 1801, provavelmente por se casar com uma lorenense filha de um agricultor não-proprietário de cativos. Desde esta data até 1824 não foi registrada a presença de escravos e a atividade agrícola concentrou-se nas colheitas de milho, feijão, arroz e algodão. Apenas em 1825 anotou-se um cativo. Em 1828, mesmo sem cativos, José Joaquim de Pontes recebeu a designação de Senhor de Engenho e fabricou trinta barris de aguardente. No ano seguinte, não foi registrada a feitura da aguardente, mas se anotou a presença de tropa. Em seu inventário de 1832 constava um escravo crioulo chamado Antonio, de quarenta anos, avaliado por

400\$000 réis. Ademais, o engenho coberto com telhas, alambique e dois quartéis de cana foram apreciados por 274\$160 réis. Ele detinha ainda quatro foices velhas, cinco enxadas, três machados e uma bigorna avaliados em 9\$440 réis. A sua propriedade fundiária consistiu em três partes de terras do sítio, valoradas em 42\$000 réis. O patrimônio total alcançou 984\$832 réis (145 libras).

Uma ilustração da aparente ausência de interesse em acumular cativos constitui o caso de José Joaquim dos Santos. Ele e a esposa nasceram na localidade e foram anotados nas listas pela primeira vez em 1824, quando tinham dezenove anos de idade. Em todos os registros encontrados apareceu como não-proprietário. A sua atividade assemelhou-se à de José Joaquim Pontes. Em 1836, o rendimento com a venda de parte dos mantimentos colhidos com a lavoura alcançou 60\$000 réis. Quando ocorreu seu falecimento aos 53 anos o montante do seu patrimônio atingiu, em 1858, dois contos e meio de réis (269 libras), montante suficiente para a compra de pelo menos um cativo. Tal riqueza poderia ter sido alcançada com a ajuda da mão-de-obra dos filhos. Todavia, tal indivíduo manteve-se apartado da propriedade cativa e chegou a possuir no seu inventário três canaviais, um engenho de moer cana, casas do mesmo, e um alambique de cobre com capelo, avaliados por 725\$000 réis. A maior parcela da sua riqueza estava imobilizada em terras, que foram apreciadas por 1:500\$000 réis (59,1% do total). A dificuldade da venda ou troca de parte das terras por um escravo poderia decorrer da pequena liquidez das terras, risco da operação ou até da falta de empenho do proprietário.

A continuidade na condição de não-proprietário também ocorreu em outros casos, como, por exemplo, na vida de Francisco José de Figueiredo. Ele casou em 1811, quando se anotou sua presença pela primeira vez nas listas nominativas. Também nunca chegou durante o período em que figurou das listas a possuir pelo menos um cativo. Ele teve seis filhos, sendo dois do sexo masculino que na adolescência residiam na sua casa. A atividade inicial foi a de ferreiro, exercida até 1824. Depois desse ano a agricultura passou a concentrar seus esforços. Em 1828, ele colheu suas primeiras arrobas de café em número de oito. No ano seguinte a produção alçou-se a quinze arrobas de café e duas de algodão. Seis anos mais tarde a produção atingiu setenta arrobas de café. O agricultor possuía, agora, engenho de aguardente, no qual fabricou cinquenta barris, e passou a comprar mantimentos para o seu sustento. Em 1846, a mulher faleceu e, no inventário dela, registraram-se dois canaviais, um lanço de casas com engenho e um alambique de cobre velho por 86\$000 réis. O monte-mor somou 900\$000 réis (101 libras), com as terras e as moradas na vila e no sítio avaliados por 550\$000 réis. Quatro anos mais tarde com sessenta anos anotaram sua presença nas listas como negociante e casado novamente. No seu inventário, no ano subsequente, o patrimônio reduziu-se a 630\$000 réis (76 libras),

composto basicamente pela morada de casas na vila (550\$000 réis). Em apenas cinco anos a morada de casas na vila apreciada por 300\$000 réis no espólio da mulher elevou seu valor em 83%. Destarte, os canaviais e o alambique foram herdados pelos filhos da primeira esposa e a cafeicultura deve ter sido abandonada antes mesmo da morte da primeira esposa.

Como ocorreu com Joaquim José dos Santos, algumas vezes o não-escravista possuía um patrimônio suficiente para a compra de um escravo, mas não o fez. O caso a seguir parece ser um exemplo. Em 1795, Bento José Alves casado com Francisca Maria foram registrados como preto forro e parda forra. Eles sempre foram registrados sem a posse escrava. Dois anos mais tarde a atividade desenvolvida encontrava-se anotada, com a produção de milho, feijão e arroz. Além disto possuía sítio, oito cabeças de porcos e quatro crias. No ano seguinte passou a viver de favor com as mesmas oito cabeças de porcos. Todavia, em 1801 e 1802 a anotação parece clara vivia “*em terras próprias*”. Em 1808, faleceu a tia de Francisca Maria, que deixou em seu testamento a herança de uma morada de casas na vila, 2 pares de brincos, 2 taxos de cobre e mais trastes para as duas filhas do irmão. A venda de parte da colheita dos grãos, do algodão e de capados propiciava uma renda monetária para a família. No inventário de bens rústicos sua sorte de terras foi registrada como tendo 155 braças de testada por 750 de fundo. A produção de derivados de cana iniciou-se, em 1825, com quarenta arrobas de açúcar mascavo, que ele mesmo transportou para o Rio de Janeiro. Nesse ano, ele recebeu a designação de Senhor de Engenho. Em 1828, a feitura do açúcar mascavo reduziu-se para vinte arrobas. Nos anos seguintes não se anotou mais a produção de derivados de cana e, em 1835, o rendimento foi de 30\$000 réis. Tal produção deveria contar com a ajuda da família, as listas registraram a existência de dez filhos. No seu inventário realizado anos depois de sua morte constavam, em 1853, um engenho de moer canas (100\$000 réis) e as terras do sítio (800\$000 réis). Ademais, a casa de morada na vila e a do sítio avaliaram-se por 130\$000 réis. O monte-mor chegou a um conto de réis, mas as dívidas pagas pelo filho alcançaram 471\$167 réis. Tal montante de dívida obrigou a arrematação de uma parte do sítio por 541\$640 réis. O seu patrimônio somou então 62 libras. Talvez, o passado como escravo de Bento Alves e de sua mulher ou de seus ascendentes influenciasse a escolha de não possuir cativos.

Os casos acima mostram a manutenção da condição de não-proprietários de cativos para a maioria dos vinte e seis indivíduos, apenas cinco deles alçaram-se à condição de escravistas. Apesar da dificuldade de caracterizar a falta de interesse ou de possibilidade de acumular cativos, percebemos a participação dos não-escravistas na produção de subsistência e, principalmente nos inventários, de café e derivados de cana. O seu

relacionamento com o mercado ocorria, em geral, esporadicamente, negociando pequenas quantias. A afirmação da *plantation* na região não resultou na inviabilização das suas atividades. Talvez, ao contrário, o crescimento econômico e populacional decorrente do desenvolvimento da economia cafeeira pudesse gerar maiores possibilidades de inserção no mercado e valorizar as suas reduzidas posses, especialmente as terras.<sup>273</sup>

---

<sup>273</sup> Devemos ressaltar a impossibilidade de caracterização, em função da metodologia utilizada, de um provável movimento de expulsão dos pequenos proprietários.

## APÊNDICE METODOLÓGICO

As principais fontes utilizadas neste trabalho consistiram nas listas nominativas de habitantes e dos inventários para a vila de Lorena.<sup>274</sup> As primeiras encontram-se depositadas no Arquivo do Estado de São Paulo, sob a designação de *Maços de População*; os inventários acham-se guardados no Arquivo Municipal de Lorena e no Fórum de Cachoeira Paulista. Dividimos o apêndice em três seções: a primeira refere-se às listas nominativas, a seguinte à área espacial estudada e a última aos inventários. Ao final deste apêndice relacionamos os indivíduos que compuseram nossa amostra.

### I - LISTAS NOMINATIVAS

As listas nominativas constituem uma documentação privilegiada, à disposição dos pesquisadores, concernentes, no caso das paulistas, ao período 1765-1850. Os membros dos corpos de ordenanças elaboraram estas listas. Elas compreendem os domicílios (fogos) e seus moradores: livres, cativos e agregados; os quais compunham as companhias de ordenanças das vilas. As pessoas eram recenseadas em seus fogos em função de sua relação com o chefe do domicílio, como, por exemplo, mulher, filhos, escravos e agregados. Em geral, as informações constantes para os chefes de domicílio consistiam nas seguintes: nome, sexo (que podia ser inferido), idade, estado conjugal, cor, patente militar (no caso dos homens), naturalidade/nacionalidade e ocupação.

No caso das atividades exercidas pelos indivíduos que chefiavam os fogos constavam *grosso modo* o nome de sua função, que, ilustrativamente, poderia ser agricultor, comerciante, taberneiro, vigário, jornaleiro, vadio/mendicante etc. Algumas vezes as anotações refletiam mais do que o simples registro da ocupação, Antonio José da Silva Coelho recebeu, em 1825, o seguinte comentário do recenseador: “*vive tão bem no emprego de escrivão no Registro da Mantiqueira*”. Para alguns anos, havia, adicionalmente, a anotação do rendimento propiciado pela ocupação, como no caso do capitão José Antonio Lopes de Miranda, em 1802, fora “*negociante em comprar animais vacum e cavalares e vender nesta vila em que ganha 150\$000 réis, compra mantimentos para o seu sustento*”. Para os agricultores, o recenseador anotava, em um grande

---

<sup>274</sup> Utilizamos de forma secundária outras fontes primárias manuscritas na tese, que consistiram nos seguintes documentos: inventário dos bens rústicos de 1818, registro paroquial de terras de 1856, processos cíveis, escrituras de compra e venda de cativos e livros de hipotecas. Estas três últimas fontes referem-se principalmente ao período posterior a 1850.

número de anos, a sua produção, a venda de parte desta e, eventualmente, os seus preços e destino. Em 1828, Antonio Dias Teles de Castro “*vendeu para o Rio*” quatrocentas arrobas de café a 1.000 réis cada.

Os demais indivíduos do domicílio também mereciam a atenção do recenseador. Além das informações mais gerais como no caso dos chefes de domicílio e da relação com eles, existiam algumas adicionais. No caso dos escravos anotavam-se a sua origem africana, de Nação, ou crioulo e, para algumas listas, as suas relações familiares. Os agregados apresentavam também suas próprias famílias, ocupações e propriedades, em geral de escravos.<sup>275</sup>

A riqueza de tal fonte ainda permite, após várias décadas de intensa pesquisa pelos historiadores, novas análises e metodologias. A utilização desta documentação em nosso estudo ocorreu de duas formas: a primeira considerando para alguns anos isolados o conjunto dos habitantes (na parte I) e a segunda examinando uma amostra de indivíduos ao longo do período em estudo (na parte II).

Na primeira parte da tese, o levantamento das informações demográficas e econômicas concentrou-se nos anos de 1778, 1798, 1818 e 1829 para a totalidade dos habitantes da localidade. Nesta análise observamos a necessidade de isolarmos a área espacial em estudo das regiões não compreendidas pelo nosso trabalho de modo a garantir a qualidade e a abrangência dos informes populacionais e econômicos (ver seção seguinte). De outra parte, escolhemos também as listas com registros mais apurados, especialmente no referente à produção agrícola.<sup>276</sup>

Na segunda parte analisamos a nossa amostra, a qual constituímos a partir do cruzamento dos chefes de domicílio recenseados na lista nominativa do ano de 1829 e os inventariados nos processos encontrados nos locais acima referidos após esse último ano.<sup>277</sup> Este procedimento resultou na escolha de 187 pessoas para estudo. A partir deste cruzamento acompanhamos isoladamente cada indivíduo selecionado ao longo de todo o período em que estavam presentes nas listas nominativas, não somente no momento anterior como no posterior a 1829, anotando as suas informações econômicas e demográficas para cada ano.<sup>278</sup> A massa de informes recolhidos nesta documentação de 1789 a 1850 para os 187 indivíduos de nossa amostra permitiu-nos, em conjunto com os inventários, o estudo efetuado nos capítulos quatro a seis.

---

<sup>275</sup> Em alguns anos, após a relação de moradores seguiam-se os Mapas com a consolidação das informações a respeito da população (por cor, sexo e estado conjugal), produção, preços, exportação e importação.

<sup>276</sup> Por este motivo não consideramos as listas de 1788 e 1808, que não apresentam dados de produção agrícola.

<sup>277</sup> Existe um caso incluído na amostra que não era chefe de domicílio: Francisco Barbosa Ortiz morava com o irmão em 1829, provavelmente recém-chegado à vila, mas em 1835 já possuía fogo independente.

<sup>278</sup> O procedimento metodológico de acompanhamento no tempo adotado neste estudo baseou-se no utilizado por Motta & Nozoe (1994), que apresenta critérios distintos dos usados por Scott (1987) e Bacellar (1987). Os dois primeiros autores realizaram o acompanhamento dos cafeicultores de Bananal de 1829 nas listas nominativas dos anos anteriores. Os outros dois pesquisadores acompanharam as pessoas que chegaram a possuir 40 ou mais cativos em algum momento das listas.

Nesta parte utilizamos todos recenseamentos em que figuraram os membros de nossa amostra, pois nos interessávamos em recolher qualquer informação sobre esses indivíduos. Muitas vezes, uma informação a respeito da pessoa nem sempre se reproduz em todos os anos da lista. Por exemplo, em alguns anos há o registro se o agricultor trabalha em terras próprias ou do nascimento/falecimento de membros do domicílio, não somente livres como cativos. Neste último caso encontramos a origem do escravo, por compra, herança ou dote. Em 1804, José de Oliveira Évora afirmou: “*Acrece seus escravos José Benguela que comprou a José Alves Ribeiro desta vila e Rita que nasceu o presente ano*”. Uma ilustração do alcance destes registros adicionais ocorreu, em 1818, com o capitão Joaquim Ferreira da Silva:

*“Casou o presente ano, acrece os escravos que levou de sua mulher Manoel, Ana, Silvério, Joana, Antonio, Valeriano, Ignácio e Thereza. Acrece a agregada Francisca de Paula sua sogra e a escrava da mesma. Falta o escravo Manoel que berganhou por Bernardo com o Alferes Cordeiro morador em Guaratinguetá. Assim mais o escravo Manoel que vendeu para Minas ao capitão Manoel Pereira Pinto. Assim mais o escravo Manoel alforriou.”*

Claramente tal riqueza de informações não se apresentou freqüentemente, todavia elas complementam a análise. Assim, nas fichas por nós criadas para cada pessoa constavam as informações do seu domicílio para todos os anos em que se encontrava nas listas, além dos dados do seu inventário. Ademais, quando disponível, incluímos, de forma complementar a análise do indivíduo, os informes concernentes aos seus familiares residentes fora do seu fogo, em especial pais e sogros. Desta forma, o acompanhamento no tempo pôde permitir com maior precisão a percepção da dinâmica econômica. A mudança na atividade desenvolvida pelo chefe do fogo ou o crescimento do número de seus escravos não poderiam ser observados num exame de várias *cross section*.<sup>279</sup> Somente percebemos tais alterações ao identificar e acompanhar os indivíduos ao longo do tempo.

## II - UNIDADE TERRITORIAL

O crescimento populacional e econômico do vale do Paraíba durante os séculos XVIII e XIX provocou o surgimento de diversas vilas e freguesias, que se desmembraram das povoações mais antigas da região. A consideração de Lorena implica a delimitação de uma unidade territorial uniforme ao longo do tempo, pois dela se originaram várias vilas nesse período. Por

---

<sup>279</sup> Não há garantias num exame de duas *cross section* da permanência das pessoas nos dois momentos analisados. O movimento migratório afeta o resultado da análise.

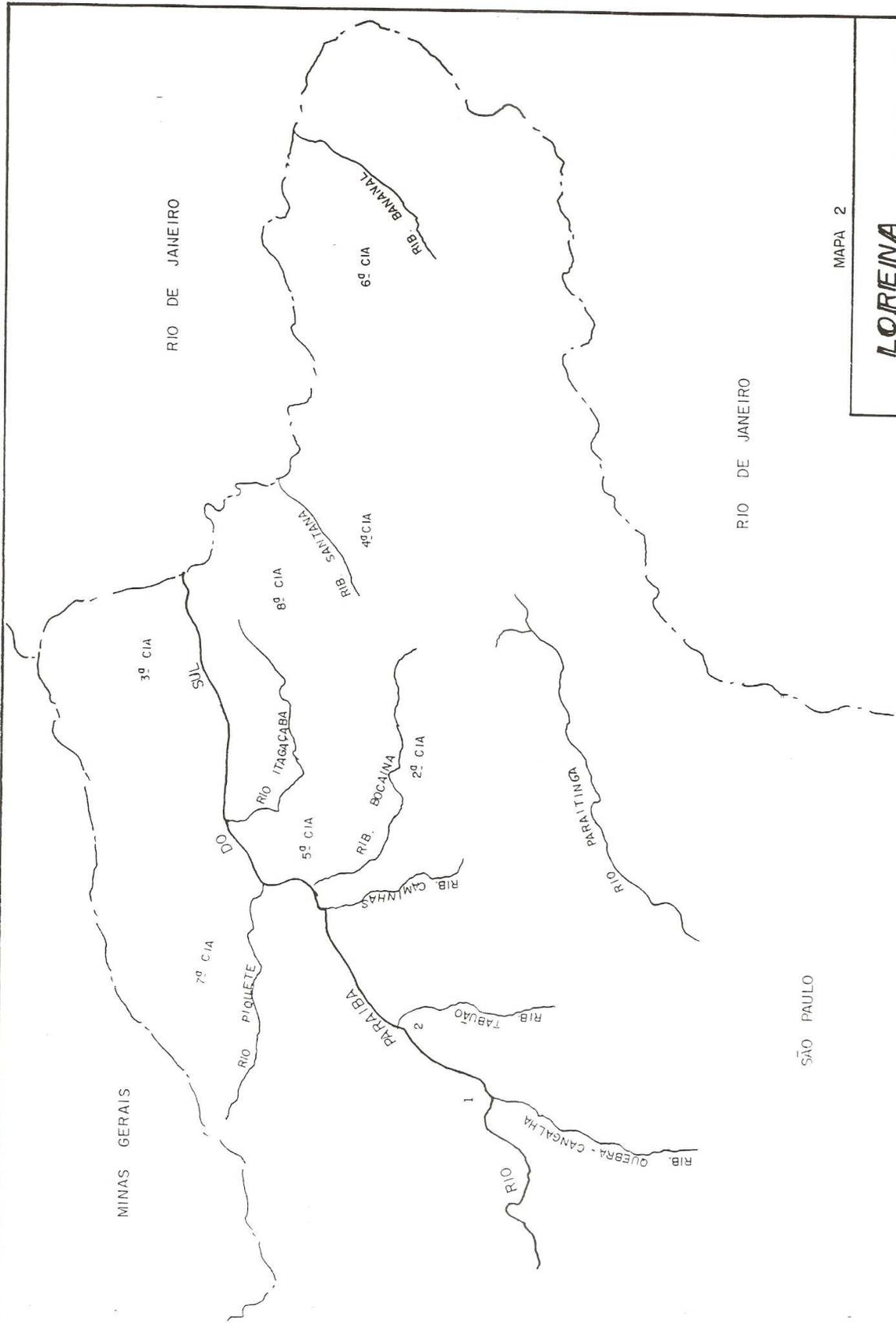
exemplo, a transformação de uma freguesia da vila em localidade autônoma resultaria numa diminuição populacional em Lorena, sem significar uma redução efetiva para o conjunto das duas regiões. Por este motivo procuramos definir uma área territorial e garantir a comparabilidade das suas informações. Assim, tentamos delimitar para estudo um espaço que *grosso modo* se mantivesse integralmente ao longo do período em exame.

Salientemos, antes do mais, os desmembramentos da localidade ao longo do período em questão, a fim de facilitar o entendimento de seu evolover. Até 1788, a então freguesia de N. Sra. da Piedade pertencia a Guaratinguetá. A partir desse ano passou a constituir uma vila independente, englobando os povoados ainda incipientes de Areias, Queluz, Bananal, Cachoeira, Cruzeiro, Barreiro e Silveiras. A área compreendida por estes lugarejos pode ser observada no Mapa 2. Neste momento a região compreendida pela recém criada vila de Lorena abrangia toda região situada às margens do Paraíba e em seus contrafortes, a partir de Guaratinguetá até a fronteira com o Rio de Janeiro. O crescimento populacional destes povoados no curso de século XIX conduzirá à elevação deles à categoria de vila, nos seguintes anos:

Areias	- 1816
Bananal	- 1832 (desmembrado de Areias)
Queluz	- 1842 (desmembrado de Areias)
Barreiro	- 1879 (desmembrado de Areias)
Silveiras	- 1842 <sup>280</sup>
Cruzeiro	- 1871
Cachoeira	- 1880

---

<sup>280</sup> A vila de Silveiras foi efetivamente implantada em 1845, depois de pertencer durante cerca de um ano à vila de Areais. Para maiores informações a respeito da evolução dos municípios paulistas veja DEE (1953).



MAPA 2

**LOREINA**  
( 1801 - 1816 )

1 GUARATINGUETÁ

2 LORENA ( 1ª CIA )

Em 1816, a localidade de Areias passou a constituir uma vila autônoma, desmembrando-se de Lorena. A nova unidade independente congregou também as regiões correspondentes a Bananal, Barreiro e Queluz. Desta maneira, vê-se prejudicada a comparação da área lorenense depois de 1816 com a anterior; para contornarmos essa dificuldade um artifício possível seria separarmos o território referente a Areias no período anterior ou, alternativamente, agregarmos esse espaço na fase posterior ao desmembramento. Adotamos a primeira solução, a partir de 1798, quando ocorreu uma melhora qualitativa na documentação e uma divisão da vila em um maior número de companhias, possibilitando a separação das regiões, com suas respectivas populações e produções de Areias e Lorena, antes de 1816.<sup>281</sup> Em 1842, houve a separação da vila de Silveiras. Neste caso, preferimos a segunda opção, que integra tal região à nossa unidade de estudo.

A exclusão do contingente populacional atinente a Areias da população estudada realizou-se com base nos bairros componentes das companhias antes de 1816 em comparação com os presentes nas vilas de Areias e Lorena após 1816. Por exemplo: se a maioria dos bairros de uma companhia antes desse ano se encontrava, depois desse momento, em Areias, tal companhia não seria considerada no presente estudo. Pelo Mapa 2 podemos observar a distribuição espacial das companhias pelo território valeparaibano no período de 1801 a 1816. As companhias mais próximas da divisa com o Rio de Janeiro, a 3<sup>a</sup>, 4<sup>a</sup>, 6<sup>a</sup> e 8<sup>a</sup>, passaram, provavelmente, a constituir a vila de Areias. Assim, verificamos *grosso modo* que as companhias 1<sup>a</sup>, 2<sup>a</sup>, 5<sup>a</sup> e 7<sup>a</sup> constituíram a vila de Lorena após 1816.<sup>282</sup> Os bairros componentes destas companhias eram os seguintes:

1<sup>a</sup> Vila de Lorena

2<sup>a</sup> Bocaina e Jeruvaparim

3<sup>a</sup> Barra do Embaú, Rio Morto, Vila Queimada e Nova Aldeia de São João de Queluz

4<sup>a</sup> Areias, Vargem e Santana

5<sup>a</sup> Cachoeira

6<sup>a</sup> Santo Antonio, Rancho do Pirai e Bananal

7<sup>a</sup> Porto do Meira, Campinho, Registro Velho, Passa Vinte e Embaú Acima

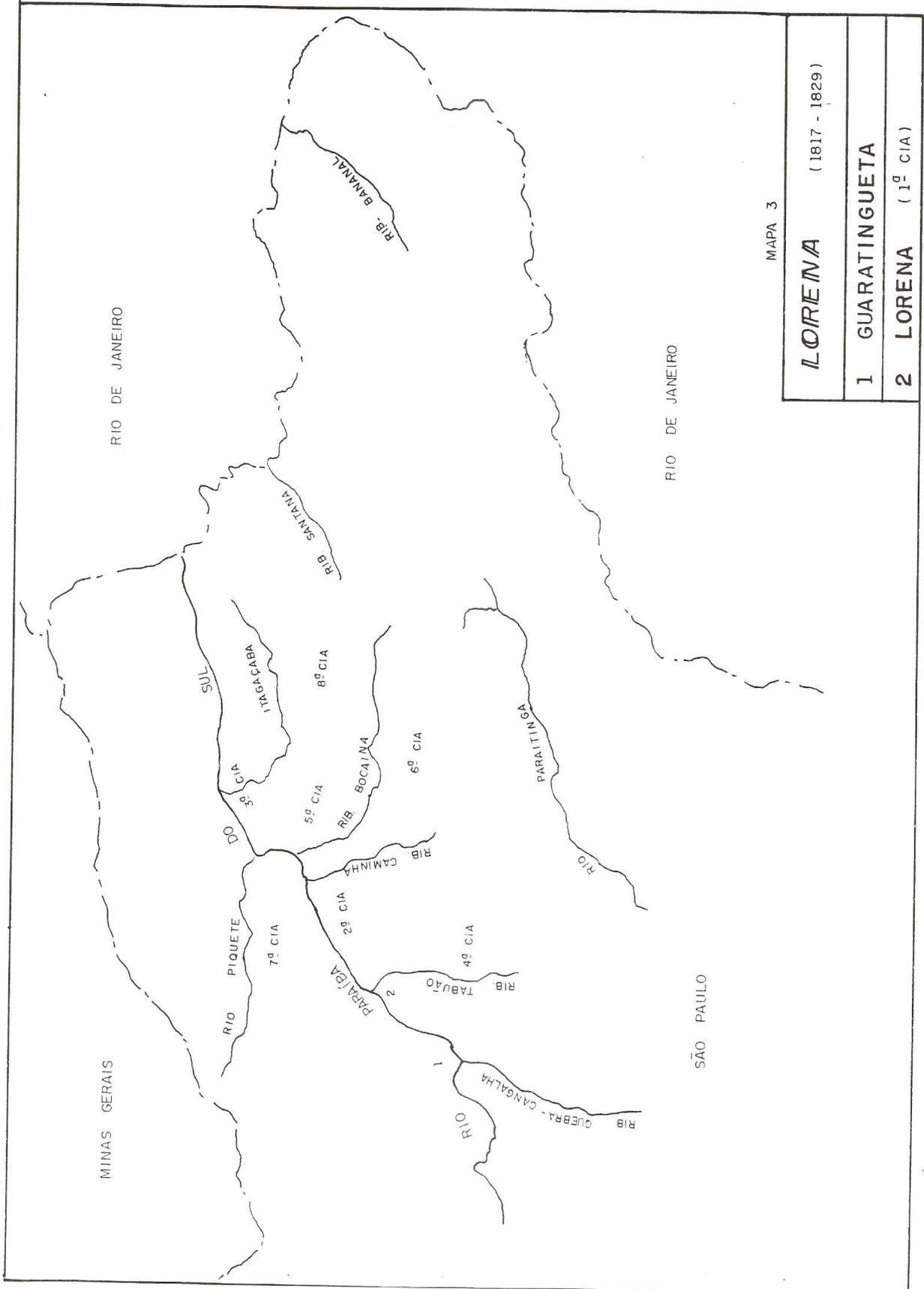
8<sup>a</sup> Areias, Mundéu, Itagaçaba e Estiva

O terceiro Mapa situa as oito companhias de Lorena no período 1817-1829 pela área em estudo. A distribuição dos bairros pelas oito companhias apresentou-se da seguinte forma:

---

<sup>281</sup> Conseguimos para alguns anos isolar a freguesia da Piedade da vila de Guaratinguetá e da povoação do caminho novo, que provavelmente formará a vila de Areias. Assim, podemos incluir na análise pelo menos um ponto de comparação com os informes a partir de 1798. A escolha recaiu sobre o ano de 1778, o qual apresenta informes de produção agrícola.

<sup>282</sup> Iraci Costa & Nelson Nozoe também adotaram critério semelhante de separação (ver Costa & Nozoe, 1989).



- 1ª Vila de Lorena
- 2ª Bocaina, Mineiros e Minhocas
- 3ª Estiva (caminho novo), Capela de São Francisco de Paula, Barra do Embaú, Mineiro (caminho novo) e Itagaçaba Acima
- 4ª Ribeirão Acima, Aterrado, Mato Dentro e Estiva
- 5ª Senhor do Bom Jesus da Cachoeira (Capela da Caxoeira), Jardim
- 6ª Geruvaparim
- 7ª Embaú, Porto do Meira (Porto Velho), Quilombo, Registro Velho, Passa vinte, Limoeiro e Piquete
- 8ª (sem informação, provavelmente a região em que constituiu mais tarde a vila de Silveiras)

Podemos destacar as diferenças entre as diversas companhias, a primeira e a quinta referentes à vila e ao porto da Cachoeira mostraram uma atividade mais urbana. A sétima companhia compreendeu a área da margem esquerda, mais próxima de Minas Gerais. As demais caracterizaram-se pelo predomínio agrícola com grande influência do avanço cafeeiro originário no Rio de Janeiro e em Bananal, especialmente as companhias que mais tarde formaram Silveiras. Deste modo ao longo do texto reportaremos especificamente esta região como o objeto de nosso estudo. Quando nos referirmos à vila de Lorena ou à sua localidade em qualquer momento da tese estaremos fazendo menção a essa determinada área, salvo referência contrária.

### III - INVENTÁRIOS

Os inventários registraram, com extrema minúcia, as posses dos indivíduos. O detalhamento do registro dos bens possuídos pelas pessoas e de suas relações com as demais atingia uma amplitude muito grande, permitindo a realização de diversos estudos não apenas econômicos. Uma ilustração do grau de detalhe das anotações nos inventários pode ser observada, no caso de alguns inventários, pela enumeração entre os bens do falecido de “*uma enxada em bom uso (...) um par de canastras muito velhas (...) um taxo de cobre, velho, remendado*” etc. Tal constatação ocorreu tanto para os indivíduos mais ricos como para os mais pobres.

No inventário, depois de informada a data e local de falecimento do indivíduo, anotavam-se os seus herdeiros, geralmente o cônjuge remanescente, os filhos legítimos e os naturais. Na maioria dos casos dos inventários analisados havia referência a quantas vezes fora casado e com quem. Na ausência de herdeiros o inventariado poderia nomear seus herdeiros em seu testamento, como parentes, amigos, escravos ou instituições eclesiásticas. Se existisse testamento, o documento poderia aparecer transcrito no inventário. Tal fonte adicional registraria as vontades

do testador, como, por exemplo, o reconhecimento de um filho natural, determinar certa destinação a parcela de seus bens ou alforriar algum escravo, e, em geral, naturalidade e ascendência. Quando havia disposições do inventariado, os recursos alocados para tais desejos reduziam o monte a ser partilhado entre os herdeiros. Tais disposições encontrar-se-iam limitadas ao valor da terça (um terço do monte-menor, como veremos adiante). De igual modo o cônjuge sobrevivente poderia dispor livremente da terça parte da sua metade. Um caso singular de disposições ocorreu, em 1863, no inventário de Gertrudes Custódia do Sacramento, que não tendo filhos declarou a seguinte vontade em seu testamento:

*“Deixo para minha escrava Sabina [alforriada sem ônus] a morada de casas onde moro, que a gozará e desfrutará durante a sua vida, e por morte da mesma ficará pertencendo, a Nossa Senhora da Piedade, padroeira desta cidade, e deixo em condição alguma para a dita minha escrava todos os trastes da casa, que possuo e roupas, bem como dois casais de colheres de prata, e seis colheres de chá, e bem assim do dinheiro da dívida que me deve Angelo Bento Pereira, a quantia de 100\$000 réis, que lhe será entregue a ela depois de cobrada (...)”* (nº 576 1º Ofício - Arquivo Municipal de Lorena).

A avaliação dos bens nos inventários analisados seguia um ordenamento de acordo com suas características. A sistemática mais comum apresentava-se do seguinte modo: dinheiro, diamantes, ouro, prata, cobres e ferros; madeiras, móveis e trastes; porcos, animais e gado vacum; plantações, escravos e bens de raiz (terras, casas de morada e de instalações, senzalas etc.). Em seguida, arrolavam-se as dívidas ativas e passivas. Além do nome do credor ou devedor informava-se o local de residência para os moradores de outras regiões, valor e a origem da dívida (crédito, por conta junto, parte de herança etc.). Algumas vezes aparecia o documento de comprovação do crédito anexo ao inventário apresentado pelo próprio credor, com o registro da data, local e valor inicial da dívida e suas condições de pagamento (prazo e juros). Um caso em que se anexou esta informação ocorreu no inventário de Maria Esmeria de Jesus, mulher de Antonio da Ponte Araujo, em 1845. O documento referia-se a uma dívida por crédito do marido de Maria Esmeria com José Vicente de Azevedo iniciada em 1830 da seguinte forma:

*“Devo que pagarei ao Sr. Sargento Mór José Vicente de Azevedo 374\$260 réis, procedentes de fazendas secas que lhe comprei e recebi as fazendas a meu contendo assim em preço como em bondade. Cuja quantia de 374\$260 réis pagarei ao referido senhor ou a quem este me apresentar de sua fatura a quatro anos, em quatro pagamentos iguais. Essa falta os juros da Lei, para o que obrigo os meus bens e por tudo o referido ser verdade passo o presente por mim feito e assinado. Lorena, 7 de abril de 1830, Antonio da Ponte Araujo [assinatura]”* (nº 304 1º Ofício - Arquivo Municipal de Lorena).

Após tal empréstimo seguiram-se vários pagamentos, mas não chegando a rematar o débito antes da cobrança dos “juros da Lei” (no caso foi de 1,5% ao mês). Em 1845, a dívida

atingiu o valor de 847\$897 réis, os quais foram pagos com a arrematação em praça pública de parte dos bens do casal.

Os dotes também se incluíam nos inventários por meio de uma colação, na qual se registrava a avaliação dos bens doados aos filhos por ocasião dos seus casamentos. Os valores dos dotes retornavam ao monte-mor pela metade do valor no inventário de cada cônjuge (meio dote). Maria Beatriz Nizza da Silva afirmou, com base nas *Ordenações Filipinas*:

*“O dote feito aos filhos pelos pais deve, portanto, ser encarado como uma antecipação daquilo que seria sua legítima, ou seja, sua parte na herança. Por esta razão, quando um dos progenitores morria, no inventário havia sempre referência aos dotes concedidos, trazendo-se à ‘colação’ [ao inventário / RLM] os bens móveis e de raiz doados por ocasião do casamento. (...) O objetivo da colação era, portanto, manter a igualdade entre todos os filhos na herança, evitando-se assim que por ocasião do casamento alguns fossem beneficiados. Mesmo que os dotes tivessem sido desiguais, a igualdade era restabelecida no momento do inventário e das partilhas.”* (SILVA, 1984, p. 102).<sup>283</sup>

A soma da avaliação de todos os ativos do indivíduo ou, se fosse casado, do casal formava o monte-mor, incluindo os bens, meios dotes e dívidas ativas. A partir deste valor descontavam-se as dívidas passivas e as despesas com o inventário e funeral, chegando ao monte-menor. Utilizamos este último valor como referência do patrimônio (riqueza) alcançado pelo indivíduo ao final de sua vida. Como veremos abaixo, a partilha seguiu nos casos analisados o sistema de meação de acordo com a legislação.<sup>284</sup>

Caso houvesse a disposição da terça descontar-se-ia do monte-menor o seu valor, chegando ao monte partível. Se existisse cônjuge sobrevivente, tal pessoa recebia a meação do monte a ser partilhado e os herdeiros dividiam o restante, que se denominavam de legítimas paterna ou materna. Caso contrário os últimos repartiam igualmente o valor total a ser aquinhoadado.<sup>285</sup> De modo semelhante, Carlos Bacellar observou com relação ao Oeste paulista na mesma época:

*“Monte-mor é o total bruto dos bens possuídos por um casal, ou por um indivíduo solteiro ou viúvo, levantado pelo inventário. Deste total, eram descontadas as dívidas e as custas do inventário, e obtinha-se o monte-mor líquido. Sobre este era efetuada a meação dos bens, a cada cônjuge cabendo 50% do patrimônio. A seguir, a parte de cada cônjuge era dividida em três terços de igual valor: dois terços para serem repartidos, sob a forma de legítimas, entre os herdeiros arrolados no inventário, e um terço, ou a “terça”, para ser*

---

<sup>283</sup> Ver também Samara (1980/1981).

<sup>284</sup> Ver Silva (1984, p. 97-110) e Brandão (1995, p. 224-245).

<sup>285</sup> Os herdeiros recebiam partes iguais. Quando não havia herdeiros o inventariante nomeado recebia a vintena do monte para realizar o inventário.

*livremente legada pelo testador, de acordo com seu testamento escrito ou recomendações verbais.*” (BACELLAR, 1991, p. 59).

Os custos com a feitura do inventário e a própria necessidade de possuir bens provocava uma limitação à abrangência dos inventariados com respeito ao conjunto da população. No inventário de Francisco José de Figueiredo, não proprietário de cativos, em 1851, as custas foram de 64\$640 réis, representando quase 10% do seu patrimônio. Tais gastos distribuíram-se principalmente entre o escrivão (68,2% do total) e o juiz de órfãos (19,9%). Nesse último ano ainda faleceu Francisco Barbosa Ortiz, cafeicultor e possuidor de 38 escravos, neste caso, tais pagamentos alçaram-se à quantia de 154\$571 réis, mas apenas 0,5% do conjunto dos seus ativos. Como no primeiro exemplo, a maior parcela das custas incorridas deveu-se ao escrivão (50,5%) e ao juiz de órfãos (29,6%). Assim, o elevado custo da feitura de um inventário impossibilitava o acesso a tais registros a uma larga parcela da população.

A amostra selecionada de 187 indivíduos representou uma reduzida proporção dos chefes de domicílio da localidade em 1829 (12,7%). Contudo, os escravistas selecionados correspondiam a 39,0% do total de possuidores de cativos e mantinham mais da metade dos escravos residentes na vila nesse ano (59,4% do total). Na Tabela AM.1 informamos a distribuição das pessoas da amostra pelas Companhias de Ordenanças de 1829.<sup>286</sup> Além dos custos do inventário e a dificuldade de conservá-los até o presente, a alta intensidade de movimentos migratórios da vila também contribui para tal resultado, pois grande parcela dos moradores em 1829 poderia ter deixado ou chegado à localidade após esse ano, não se efetuando inventário ou constando da lista de 1829.

---

<sup>286</sup> A dificuldade de localizar os inventários de Cachoeira e Silveiras a partir de 1842 provocou o baixo percentual das 2<sup>a</sup>, 3<sup>a</sup> e 5<sup>a</sup> companhias.

TABELA AM.1  
PARTICIPAÇÃO DOS INDIVÍDUOS SELECIONADOS NO TOTAL DOS DOMICÍLIOS POR  
COMPANHIA

(1829)

Companhias	Nº total de fogos (1)	Nº fogos da amostra (2)	(2)/(1) x 100
1ª	244	35	14,3%
2ª	184	13	7,1%
3ª	241	28	11,6%
4ª	208	23	11,1%
5ª	108	8	7,4%
6ª	122	25	20,5%
7ª	224	31	13,8%
8ª	140	24	17,1%
Total	1.471	187	12,7%

Na Tabela AM.2 descrevemos a distribuição temporal dos inventários das pessoas selecionadas. A maioria deles abriu-se de 1830 a 1849 (59,9%). Por outro lado, oito inventários compreenderam a década de 1870 (4,3% do total). Os processos dos escravistas seguiram uma distribuição próxima do conjunto de nossa amostra, pois grande parcela dos indivíduos selecionados mantinha escravos nos seus inventários (83,4%).

TABELA AM.2  
DISTRIBUIÇÃO TEMPORAL DOS INVENTÁRIOS  
(1830-1879)

Período	Nº de inventários	%	Nº de escravistas	%
1830 a 1839	45	24,1%	41	26,3%
1840 a 1849	67	35,8%	56	35,9%
1850 a 1859	45	24,1%	33	21,2%
1860 a 1869	22	11,7%	18	11,5%
1870 a 1879	8	4,3%	8	5,1%
Total	187	100,0%	156	100,0%

A distribuição temporal dos inventários conduz a uma discussão a respeito da possibilidade de comparação dos seus valores durante o período contemplado. Será factível aplicar cruzamentos para as informações em termos nominais de 1830 com as de 1879? Nesse período podemos aceitar a existência de alguma variação crescente dos preços, o que elevaria a riqueza dos inventariados ao final deste período. Um indicador desta variação seria a taxa de câmbio implícita, que oscilou muito, mas aumentou apenas 6,7% entre os dois anos (Cf. IBGE, 1990, p. 568-569). De outro lado, o índice de preços construído por Eulália Maria Lahmeyer Lobo *et alii* (1971, p. 260-261) apresentou um crescimento extraordinário de 1.714% para o custo da alimentação na cidade do Rio de Janeiro no período, utilizando a ponderação de 1856. Todavia, Mircea Buescu criticou este índice por atingir valores muito superiores às evidências existentes:

*“Quanto aos índices do custo de alimentação, calculados por Eulália Lobo, talvez tenham sido muito distorcidos por causa do emprego de um peso muito elevado para os produtos nacionais de consumo interno. (...) Nenhuma informação da época, nem as mais pessimistas observações de Ferreira Soares permitem entrever altas de tal ordem de grandeza”* (BUESCU, 1973, p. 175).

Os próprios autores reconhecem pequena confiança no índice durante largos períodos: *“O grau de confiabilidade nos valores dos índices reduz-se para anos muito distantes daqueles das ponderações, devido às mudanças nas estruturas de consumo.”* (LOBO *et alii*, 1971, p. 263). Mircea Buescu construiu um índice a partir de informações de diversos preços para determinados anos, mas não havia dados completos de todos os bens nesses anos. A sua ponderação considerou que *“o produto que mais aparece e mais se compara tem maior importância econômica.”* (BUESCU, 1973, p. 134-135). Destarte, os bens incluídos no cálculo em um período não eram iguais aos de outro. O autor contemplou 23 produtos entre 1826 e 1838, 128 de 1838 a 1850, 102 entre 1850 e 1870 e 22 de 1870 a 1880. O número de informações utilizadas por ele superou o de Lobo, pois esta última usou, em geral, nove bens. Entretanto, a ponderação e a existência de dados incompletos dificultou o melhor ajustamento do índice de Buescu.

O índice calculado por Buescu revelou um crescimento dos preços de 120% de 1830 a 1879.<sup>287</sup> Ele confronta seu resultado com o cálculo de Oliver Ónody a respeito do período 1829-1881 para o Rio de Janeiro, o qual registrou uma elevação de 91% (*Apud* BUESCU, 1973, p. 222). Quando deflacionamos os patrimônios pelo índice de preços de Buescu verificamos uma riqueza total de 4.304 contos em valores de 1830 (Cf. BUESCU, 1990, p. 223). Em nossa amostra, o preço dos escravos aumentou expressivamente durante 1830/79. Uma indicação de tal variação pode ser observada por meio do preços dos homens com 10 a 39 anos de idade entre

---

<sup>287</sup> Até 1850 a variação chegou a apenas 14%, mostrando inclusive certos momentos de deflação.

1830/39 e 1870/79 em boas condições de saúde (Cf. Tabela AM.3).<sup>288</sup> Nesse período, o crescimento atingiu 368%, embora exista um baixo número de informações para a década de 1870.

TABELA AM.3  
PREÇO MÉDIO DOS CATIVOS HOMENS DE 10 A 39 ANOS  
(1830/79)

Período	Nº	Preço Médio	Índice (1830/49 = 100)
1830/39	112	376\$652	100
1840/49	268	484\$627	129
1850/59	130	949\$806	252
1860/69	52	1:125\$962	299
1870/79	22	1:763\$636	468

A escolha de um método de conversão pode interferir na distribuição dos inventariados pelas faixas de riqueza. Na Tabela AM.4 apresentamos a distribuição dos indivíduos por faixas ideais de riqueza em termos nominais, deflacionada pela taxa de câmbio e pelo índice de Buescu. A comparação das duas opções aos valores nominais permite observar certas diferenças, embora não muito elevadas. O índice de Buescu produziu as maiores mudanças na parcela da riqueza das faixas, em favor das mais pobres, pois os mais ricos apresentaram frequência maior no final do período contemplado.<sup>289</sup> Quando utilizamos a libra as transformações ocorreram com menor intensidade. Comparando os dois métodos, percebemos uma alteração de três indivíduos da primeira faixa para a seguinte de acordo com a seleção utilizada (3,2% do total desse estrato). De igual maneira, sete pessoas da segunda faixa mudaram para a primeira ou terceira ao alternarmos as opções (12,5%). Por fim, quatro inventariados da última faixa moveram-se para a anterior quando variamos o critério de deflacionamento (10,8%). Deste modo, a decisão pelo índice de Buescu reduziria a importância dos mais ricos e pela libra elevaria o papel deles em 2,3% da riqueza total.

<sup>288</sup> Lelio Luiz de Oliveira percebeu um aumento de 349% do preço dos escravos homens de 16 a 40 anos de idade entre 1822/30 e 1875/85 (Cf. OLIVEIRA, 1995, p. 149). Lucila Reis Brioschi *et alii* observaram, no sertão do rio Pardo um crescimento de 116% para os escravos homens dos 15 a 40 anos em boas condições de saúde entre as décadas de 1850 e 1870. De outra parte, o preço médio do hectare das terras aumentou 101,7% em igual período (Cf. BRIOSCHI, 1991, p. 238). Entretanto, esta região constituía uma área de fronteira de ocupação agrícola mais recente do que o vale do Paraíba, por isso podemos supor uma elevação superior naquele território em relação ao de nosso estudo.

<sup>289</sup> A presença de Joaquim José Moreira Lima e do Padre Joaquim Ferreira da Cunha corrobora tal afirmação.

TABELA AM.4  
DISTRIBUIÇÃO DA RIQUEZA POR FAIXAS IDEAIS  
(1830/79) <sup>a</sup>

FAIXAS	Nº	%	Riqueza	%
Em contos de réis: (em termos nominais)				
50% mais pobres	93	50,0	139:554\$730	1,8
30% seguintes	56	30,1	476:699\$618	6,1
20% mais ricos	37	19,9	7.210:891\$667	92,1
TOTAL	186	100,0	7.827:146\$015	100,0
Em libras:				
50% mais pobres	93	50,0	16.920	2,1
30% seguintes	56	30,1	55.594	7,1
20% mais ricos	37	19,9	716.190	90,8
TOTAL	186	100,0	788.704	100,0
Em contos de réis de 1830: <sup>b</sup> (valores constantes)				
50% mais pobres	93	50,0	115:865\$445	2,7
30% seguintes	56	30,1	380:727\$472	8,8
20% mais ricos	37	19,9	3.807:905\$921	88,5
TOTAL	186	100,0	4.304:498\$838	100,0

a Vicente José Luna tinha 34 escravos quando faleceu, mas não temos a informação do seu patrimônio.

b Utilizamos o índice de preços de Mircea Buescu (1973, p. 223).

Os índices de variações dos preços no período em questão possibilitam diversas opções e a seleção de uma delas conduz a uma certa arbitrariedade. Por outro lado, a historiografia não se tem utilizado destes procedimentos, em virtude da metodologia de trabalho com os informes de riqueza dos inventários, pois se preocupa com a evolução da composição dos patrimônios no tempo. Neste caso, não haveria o interesse nos valores reais comparáveis ao longo do tempo ver, por exemplo, Alves (1995) e Oliveira (1995). <sup>290</sup> Outros autores atentaram a esta questão e utilizaram-se da taxa de câmbio como deflator da riqueza, como, por exemplo, Fragoso (1990), Fragoso & Rios (1995) e Costa (1997). Assim, decidimos converter os dados encontrados nos inventários de 1830 a 1879 em libras por meio da taxa de câmbio implícita, que resulta da divisão

<sup>290</sup> No caso do último autor houve uma preocupação em constatar o aumento, mas não de transformar os valores em termos reais.

do valor anual exportado em réis pela quantia em libras. Esta decisão implica a aceitação de uma possibilidade de subestimação da inflação, especialmente após 1850. Até esse ano, havia uma forte associação entre o índice de Buescu e a variação do câmbio:

*"De fato, verificava-se uma forte coincidência entre o sentido da variação dos preços, tal como foi calculada no que precede e o da taxa de câmbio. A ordem de grandeza é diferente e em vários casos a flutuação do câmbio é maior — o que sugere que esta constituía, tanto causa inflacionária, como desinflacionária."* (BUESCU, 1973, p. 153).

A partir de 1850 a abolição do tráfico negreiro, as crises monetárias de 1857 e 1864 e a guerra do Paraguai (1865-1870) afetaram fortemente a taxa de inflação. Entre 1850 e 1879, o índice de Buescu apresentou uma taxa de 93%. Nesse período a taxa de câmbio desvalorizou-se em 25%. De outro lado, devemos ressaltar que o sentido das variações mantiveram-se próximas permitindo que o coeficiente de correlação entre os dois indicadores fosse de 0,77 de 1853/54 a 1879 (Cf. BUESCU, 1973, p. 193). Destarte, reafirma-se a nossa decisão de utilizar a taxa de câmbio como deflator dos valores do inventário, apesar da possível valoração excessiva dos patrimônios posteriormente a 1850, que produziria uma participação maior dos indivíduos mais ricos. Cabe lembrar que uma menor parcela da abertura dos inventários ocorreu nesse período (40,1% do seu total).

Em suma, a amostra privilegiou as pessoas com certa posse de riqueza e que mantiveram sua residência na localidade. Todavia, para tal parcela da população avaliamos com maior minúcia sua dinâmica econômica ao longo do tempo, como, por exemplo, a acumulação em cativos e as atividades desempenhadas. Ao acompanharmos a evolução econômica dos indivíduos atentamos para as heranças e dotes recebidos e deixados por eles, os quais fazem parte integrante dos seus processos de acumulação.<sup>291</sup> Nos 187 inventários obtivemos informações a respeito da riqueza alcançada ao final de suas vidas e, nos de seus cônjuges, pais e sogros os recursos auferidos por motivo de heranças. Desta forma, o número de processos compulsados ultrapassou a casa das duas centenas.<sup>292</sup> A união das informações das duas fontes possibilitou uma análise apurada das propriedades dos indivíduos selecionados durante o período coberto pelas documentações.<sup>293</sup>

Por fim, uma última consideração refere-se à utilização do número de cativos como uma *proxy* da riqueza, a qual deve ser tomada com cuidado na análise da amostra em questão. Três

---

<sup>291</sup> Realizamos o procedimento de levantar, quando localizado, os inventários dos pais e sogros, a fim de determinar os dotes, doações e heranças recebidos pelo indivíduo.

<sup>292</sup> Adicionalmente utilizamos processos cíveis, hipotecas e escrituras de compra e venda de escravos em que figuravam os indivíduos selecionados.

<sup>293</sup> As informações do número de escravos das listas nominativas e dos inventários mostraram-se, em geral, compatíveis. Uma ilustração de tal fato pode ser observada nos casos de dois indivíduos que morreram logo após a realização da lista nominativa de 1835/36. Ambas as pessoas apresentavam número idêntico de cativos nos dois documentos.

qualificações mostram-se fundamentais. A primeira consiste no período contemplado em nosso estudo, especialmente a partir de 1850 quando se extingue o tráfico africano e se apresenta uma tendência de diversificação da riqueza (Cf. MELLO, 1985). A segunda compreende uma diferenciação ocupacional dos indivíduos à medida da maior complexidade da economia as atividades não agrícolas assumem uma grande importância. As pessoas ocupadas nestas funções alcançaram uma riqueza elevada, mas não possuem na mesma proporção escravos, como, por exemplo, os lojistas de fazenda seca. Por fim, os indivíduos endividados também mantinham um número desproporcional de escravos com relação ao patrimônio.

## V - RELAÇÃO DOS INDIVÍDUOS SELECIONADOS

(continua)

Nº	NOME	Idade em 1829	Ano do Inventário	Número de Escravos	Riqueza (em réis)
1	AGOSTINHO GOMES FERREIRA	55	1843	4	1:155\$460
2	ANA COELHA DA SILVA	60	1851	2	3:453\$660
152	ANA FRANCISCA DA SILVEIRA	60	1835	11	5:037\$940
3	ANA JOAQUINA	62	1833	7	1:816\$693
5	ANA MARIA JOAQUINA	56	1851	10	8:315\$610
7	ANA PEREIRA DE CASTRO	49	1844	2	6:694\$125
8	ANA UBELINA DO SACRAMENTO	38	1868	1	888\$760
9	ANACLETO DA COSTA LIMA	63	1844	20	15:659\$400
83	ANACLETO FERREIRA PINTO	46	1857	67	168:214\$881
10	ANDRÉ GUEDES DA SILVA	69	1843	11	6:363\$030
153	ANTONIO DA CUNHA VIANA	25	1852	1	1:006\$960
24	ANTONIO DA MOTTA PAIS	44	1841	26	17:419\$800
27	ANTONIO DA PONTE ARAUJO	60	1845	5	2:359\$924
157	ANTONIO DA SILVA ROCHA	32	1859	0	316\$290
158	ANTONIO DA SILVA VALADA	52	1840	8	6:278\$960
11	ANTONIO DIAS TELES DE CASTRO	40	1854	118	177:433\$716
138	ANTONIO DINIS LEME	61	1841	3	-41\$514
12	ANTONIO FERNANDES RIBEIRO	51	1834	5	-1:305\$353
13	ANTONIO FERRAZ DE ARAUJO	45	1835	2	1:526\$400
154	ANTONIO FERRAZ DE TOLEDO	28	1837	10	3:089\$980
86	ANTONIO FERREIRA PINTO	71	1833	11	10:760\$080
155	ANTONIO GOMES DA CUNHA	40	1845	11	5:230\$908
14	ANTONIO GOMES PEREIRA	46	1865	13	10:900\$000
156	ANTONIO GONÇALVES FRANÇA	30	1860	13	18:982\$060
15	ANTONIO JOSÉ CORREA	40	1833	1	955\$520
19	ANTONIO JOSÉ DA SILVA COELHO	47	1844	6	7:232\$989
20	ANTONIO JOSÉ DA SILVEIRA	28	1848	9	14:350\$000
18	ANTONIO JOSÉ DOS SANTOS	42	1846	19	8:888\$955
130	ANTONIO JOSÉ LIMA	47	1854	29	31:374\$600
16	ANTONIO JOSÉ PEREIRA	52	1849	0	1:140\$000
17	ANTONIO JOSÉ PIRES	67	1831	6	2:962\$980
182	ANTONIO LEMES BARBOSA	40	1856	1	3:436\$000
21	ANTONIO LUÍS DOMINGUES	42	1857	9	21:479\$910
22	ANTONIO MARIA GOMES	53	1835	0	796\$380
23	ANTONIO MÁXIMO RODRIGUES	29	1844	1	1:459\$625
25	ANTONIO PINTO BARBOSA	39	1866	4	5:200\$000
26	ANTONIO PINTO RIBEIRO	65	1833	3	802\$620

142	ANTONIO RODRIGUES DE SOUZA	45	1859	33	71:125\$115
28	ANTONIO SOARES DE SOUZA	40	1834	0	363\$060
29	BENTO BARBOSA ORTIZ	35	1844	93	72:518\$101
30	BENTO JOSÉ ALVES	54	1853	0	520\$000
143	BENTO NUNES DO PRADO	28	1843	1	1:669\$220
31	BOAVENTURA JOSÉ DE ABREU	37	1869	8	20:539\$640
32	BRIGIDA FRANCISCA DE JESUS	40	1849	17	5:881\$262
33	CÂNDIDO JOSÉ FERREIRA	48	1832	0	11:106\$180
159	CÂNDIDO JOSÉ TELES	18	1857	0	2:100\$000
4	CRISPIM JOSÉ GOMES	26	1858	32	75:810\$000
34	CUSTODIO JOSÉ CARDOSO	63	1850	9	5:288\$000
160	CUSTODIO JOSÉ PEREIRA	36	1847	10	12:438\$292
35	DOMICIANO GONCALVEZ MONTEIRO	32	1847	4	2:024\$900
37	DOMINGOS DA SILVA TAVARES	47	1844	16	7:866\$884
36	DOMINGOS RIBEIRO ESCOBAR	22	1853	7	3:331\$000
161	DOMINGOS VIEIRA DO PRADO LEITE	30	1836	5	9:033\$150
38	ELISBÃO ALVES DA SILVA	52	1839	10	3:055\$370
135	FAUSTINO XAVIER DE MORAIS	43	1856	10	6:592\$720
39	FLORENTINO MOREIRA DA SILVA	45	1834	4	3:737\$708
134	FORTUNATO JOSÉ DO REGO	31	1866	9	15:700\$000
162	FORTUOSO ANTUNES DA SILVA	58	1847	0	-6\$905
40	FRANCISCO BARBOSA DOS PASSOS	46	1833	3	672\$268
41	FRANCISCO BARBOSA ORTIZ	22	1851	38	32:000\$000
42	FRANCISCO GODOI BUENO	38	1847	55	27:243\$842
43	FRANCISCO JOSÉ DE FIGUEIREDO	43	1851	0	630\$000
164	FRANCISCO JOSÉ DOS SANTOS	31	1858	0	1:267\$140
44	FRANCISCO JOSÉ DOS SANTOS	42	1870	2	1:551\$850
163	FRANCISCO JOSÉ MOREIRA	45	1852	0	850\$000
45	FRANCISCO LESCURA BANHER	44	1847	38	46:178\$960
165	FRANCISCO MENDES DE OLIVEIRA	60	1850	4	2:949\$280
166	FRANCISCO NUNES DE SOUZA	54	1847	1	1:210\$000
167	FRANCISCO RABELO DE BRITO	33	1865	0	319\$862
168	FRANCISCO RODRIGUES DA MOTA	26	1847	13	8:775\$684
46	FRANCISCO XAVIER DE OLIVEIRA	49	1865	35	32:838\$000
47	GERTRUDES CUSTÓDIA SACRAMENTO	29	1863	6	1:301\$000
136	HELENA ROSA DO AMARAL	62	1858	2	15:870\$000
49	IGNES GOMES	56	1839	8	3:592\$600

183	INÁCIO BICUDO LEMES	42	1866	9	12:613\$025
48	INÁCIO PINTO BARBOSA	38	1872	10	10:930\$600
50	JACINTO FRANCISCO DA SILVA	65	1846	1	775\$960
169	JANUÁRIO LEMES DO PRADO	26	1847	0	186\$000
51	JOANA MARIA DE JESUS	80	1840	4	4:941\$724
145	JOÃO BAPTISTA NOGUEIRA	38	1836	3	29\$560
52	JOÃO DA COSTA LUNA	50	1836	3	3:216\$089
57	JOÃO DE SOUZA ROCHA	50	1847	10	13:458\$615
53	JOÃO FRANCISCO DE SOUZA	49	1830	1	638\$400
170	JOÃO FRANCISCO DE TOLEDO	32	1855	0	435\$000
54	JOÃO GONÇALVES BARROS	61	1832	10	9:746\$660
55	JOÃO JOSÉ LOPES	62	1840	9	7:160\$232
56	JOÃO LOURENÇO ROSA	59	1849	0	2:538\$790
139	JOÃO NEPOMUCENO PACHECO	39	1835	1	621\$327
77	JOÃO RODRIGUES LIMA	29	1865	0	192\$580
132	JOÃO RODRIGUES RAMOS	46	1846	59	54:884\$576
67	JOAQUIM DA SILVA MORAIS	74	1832	10	7:268\$720
6	JOAQUIM DOS REIS GUIMARÃES	30	1845	0	-142\$620
58	JOAQUIM FERREIRA DA CUNHA	40	1879	200	633:147\$000
59	JOAQUIM FERREIRA DA SILVA	59	1836	53	49:857\$804
60	JOAQUIM GUEDES CASTILHO	33	1858	6	10:976\$321
184	JOAQUIM JOSÉ DA COSTA	52	1846	1	612\$000
61	JOAQUIM JOSÉ DA FIGUEIRA	36	1840	13	8:196\$460
62	JOAQUIM JOSÉ DO NASCIMENTO	42	1845	0	192\$980
64	JOAQUIM JOSÉ DOS SANTOS	53	1845	7	4:570\$000
137	JOAQUIM JOSÉ FERNANDES LEITE	37	1844	1	646\$600
63	JOAQUIM JOSÉ MOREIRA LIMA	22	1879	54	4.818:000\$000
66	JOAQUIM PINTO DA SILVA	59	1830	25	14:274\$200
65	JOAQUIM PINTO DE CASTILHO	68	1844	39	15:115\$820
68	JOAQUIM VAS CARDOSO	50	1833	5	2:368\$830
185	JOSÉ AFONSO DE LIMA	41	1861	9	10:630\$145
133	JOSÉ ALVES MOREIRA	33	1830	0	176\$180
144	JOSÉ ANTONIO DA SILVEIRA	42	1846	20	17:700\$000
69	JOSÉ ANTONIO DE CARVALHO	40	1863	1	2:300\$000
171	JOSÉ ANTONIO DE GOUVEIA	46	1856	0	1:340\$000
70	JOSÉ ANTONIO LOPES DE MIRANDA	57	1841	13	4:407\$345
186	JOSÉ DE LIMA DO NASCIMENTO	40	1866	2	7:722\$080
82	JOSÉ DE OLIVEIRA ÉVORA	78	1833	2	1:092\$306
85	JOSÉ DOS SANTOS CABRAL	47	1835	3	1:758\$480
71	JOSÉ FERREIRA DA ENCARNAÇÃO	61	1836	9	5:712\$940
72	JOSÉ GOMES TEIXEIRA	44	1853	13	9:950\$000

73	JOSÉ GONÇALVES MONTEIRO	37	1852	0	1:200\$000
146	JOSÉ JOAQUIM ALVES	55	1844	15	19:700\$000
172	JOSÉ JOAQUIM DA SILVA	60	1837	5	2:092\$670
74	JOSÉ JOAQUIM DE PONTES	53	1832	1	984\$832
75	JOSÉ JOAQUIM DOS SANTOS	24	1858	0	2:529\$278
76	JOSÉ LOURENÇO DE ALMEIDA	56	1849	10	8:728\$000
78	JOSÉ MACHADO JÁCOME	61	1834	20	6:823\$484
79	JOSÉ MANUEL DO NASCIMENTO	43	1847	7	4:385\$650
141	JOSÉ MARIA DA SILVA	37	1836	4	2:326\$940
80	JOSÉ MARIA SARAIVA	52	1856	14	24:163\$000
81	JOSÉ NOVAIS DA CUNHA	30	1863	17	14:752\$568
173	JOSÉ PEDROSO ALVES	30	1847	0	149\$840
84	JOSÉ RABELO DE BRITO	27	1846	0	223\$320
140	JOSÉ RIBEIRO DOS SANTOS	45	1843	7	2:760\$000
87	JOSÉ VAS DOS REIS	66	1854	18	13:805\$120
147	JOSÉ VENTURA DE ABREU	46	1848	77	53:449\$060
88	JOSÉ VICENTE DE AZEVEDO	30	1844	29	215:660\$690
89	JOSÉ VIEIRA DOS SANTOS	62	1860	1	2:100\$000
174	LAURIANO CORREIA LEMES	30	1846	0	20\$379
90	LOURENÇO JOSÉ DE SÁ	70	1830	4	5:021\$290
91	LOURENÇO MÁXIMO RIBEIRO	56	1854	1	3:100\$120
175	LUCIANO DA COSTA E SILVA	46	1850	0	1:410\$000
176	MANOEL ANTONIO BARCELOS	57	1846	0	-48\$264
177	MANOEL ANTONIO PINTO	25	1840	4	1:825\$110
178	MANOEL CORREIA DE FIGUEIREDO	50	1853	0	640\$640
92	MANOEL DIAS DOS SANTOS	54	1841	1	520\$000
93	MANOEL FERREIRA DA ENCARNAÇÃO	27	1851	8	5:640\$660
95	MANOEL FERREIRA DOS SANTOS	35	1841	6	1:501\$868
94	MANOEL FERREIRA LEMES	43	1871	2	4:396\$450
97	MANOEL FRANCISCO ROSA	36	1861	0	1:020\$580
179	MANOEL GONÇALVES BARROS	42	1843	10	5:585\$620
98	MANOEL JOAQUIM BARBOSA	45	1859	6	5:830\$000
101	MANOEL JOSÉ DA SILVEIRA	35	1842	57	66:198\$172
99	MANOEL JOSÉ DE ALMEIDA	59	1854	19	17:960\$000
100	MANOEL JOSÉ PACHECO	44	1865	2	1:400\$000
102	MANOEL PEDROSO DE TOLEDO	77	1842	14	9:633\$415
103	MANOEL PEREIRA DE CARVALHO	51	1858	28	55:383\$752
104	MANOEL PEREIRA DE CASTRO	53	1846	103	87:867\$473
105	MANOEL PEREIRA DO NASCIMENTO	58	1842	1	1:056\$080

106	MANOEL RAMOS DE MORAIS	54	1835	2	1:579\$820
151	MANOEL RODRIGUES DE SOUZA	36	1868	5	4:535\$512
107	MANOEL THEOTÔNIO DE CASTRO	27	1872	18	1:423\$357
108	MARCELINO ANTONIO RIBEIRO	43	1838	1	1:932\$060
109	MARCELINO JOSE DA SILVA	43	1870	13	29:775\$470
110	MARIA GONÇALVES DA SILVA	32	1842	14	6:728\$640
111	MARIA LUZIA DO CARMO	44	1840	6	2:297\$340
148	MARIA ROSA DO BOMSUCESO	70	1845	7	5:351\$540
112	MARIANA CORREA DA SILVA	54	1859	5	11:600\$000
180	MARIANO DE ALMEIDA MÁXIMO	41	1854	18	19:445\$550
113	MARIANO FERREIRA DA ENCARNAÇÃO	45	1832	7	2:796\$890
149	MARIANO JOSÉ DE LIMA	41	1843	9	15:146\$000
114	MARIANO JOSÉ DOS SANTOS	30	1847	5	585\$120
115	MÁXIMO ALVES RIBEIRO	47	1853	16	13:312\$983
96	MÁXIMO FERREIRA DA SILVA	35	1842	8	3:474\$600
116	MIGUEL DA SILVA TAVARES	57	1848	0	3:064\$960
187	MODESTO DE ALMEIDA MACHADO	30	1867	12	9:156\$337
117	NICOLAU DA SILVA RODRIGUES	22	1834	7	2:479\$300
118	PAULO FERREIRA LEMES	83	1835	4	687\$160
120	PEDRO COELHO DA SILVA	61	1851	1	700\$000
119	PEDRO DE ALMEIDA PALMA	45	1855	13	26:500\$000
121	RITA MARIA DE SOUZA	40	1855	6	3:267\$300
122	RODRIGO ANTONIO DE OLIVEIRA	31	1848	5	5:892\$472
181	ROSA MARIA DE VASCONCELOS	42	1838	10	8:870\$000
124	SALVADOR DA SILVA MORAIS	36	1862	0	142\$872
123	SALVADOR LUÍS DOS SANTOS	57	1836	6	3:134\$040
150	SIMÃO GARCIA DE TOLEDO	59	1852	9	26:877\$680
125	TEREZA MARIA DE JESUS	40	1834	1	457\$218
126	THOMAZ DE AQUINO LEME	43	1857	20	63:800\$000
127	THOMÉ FERREIRA LEME	65	1830	6	4:522\$520
128	THOMÉ PINTO BARBOSA	40	1837	18	10:999\$801
129	VICENTE JOSÉ LUNA	44	1870	34	0
131	VICTORIANO DA SILVA MORAIS	39	1860	24	54:987\$415

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### I - FONTES PRIMÁRIAS MANUSCRITAS

#### 1- Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo

MSS. - *Relatório de diversas freguesias do Bispado a pedido de Dom Bernardo Rodrigues Nogueira* (1747).

#### 2- Arquivo do Estado de São Paulo

##### Maços de População:

MSS. - *Guaratinguetá: 1778*, uma companhia, rolo 56.

MSS. - *Lorena: 1789*, uma companhia, rolo 113.

MSS. - *Lorena: 1790*, duas companhias, rolo 113.

MSS. - *Lorena: 1791*, duas companhias, rolo 113.

MSS. - *Lorena: 1792*, duas companhias, rolo 113.

MSS. - *Lorena: 1793*, duas companhias, rolo 113.

MSS. - *Lorena: 1794*, duas companhias, rolo 113.

MSS. - *Lorena: 1795*, duas companhias, rolo 114.

MSS. - *Lorena: 1796*, duas companhias, rolo 114.

MSS. - *Lorena: 1797*, quatro companhias, rolo 114.

MSS. - *Lorena: 1798*, quatro companhias, rolo 114.

MSS. - *Lorena: 1799*, quatro companhias, rolo 114.

MSS. - *Lorena: 1801*, quatro companhias, rolo 114.

MSS. - *Lorena: 1802*, quatro companhias, rolo 115.

MSS. - *Lorena: 1803*, quatro companhias, rolo 115.

MSS. - *Lorena: 1804*, quatro companhias, rolo 115.

MSS. - *Lorena: 1805*, quatro companhias, rolo 115.

MSS. - *Lorena: 1806*, quatro companhias, rolo 116.

MSS. - *Lorena: 1807*, quatro companhias, rolo 116.

MSS. - *Lorena: 1808*, quatro companhias, rolo 116.

MSS. - *Lorena: 1809*, quatro companhias, rolo 117.

MSS. - *Lorena: 1810*, quatro companhias, rolo 117.

MSS. - *Lorena: 1811*, quatro companhias, rolo 117.

MSS. - *Lorena: 1812*, quatro companhias, rolo 118.

MSS. - *Lorena: 1813*, quatro companhias, rolo 118.

- MSS. - *Lorena: 1814*, quatro companhias, rolo 118.
- MSS. - *Lorena: 1815*, quatro companhias, rolo 119.
- MSS. - *Lorena: 1816*, quatro companhias, rolo 119.
- MSS. - *Lorena: 1817*, três companhias, rolo 119.
- MSS. - *Lorena: 1818*, oito companhias, rolo 119.
- MSS. - *Lorena: 1820*, oito companhias, rolo 120.
- MSS. - *Lorena: 1822*, oito companhias, rolo 120.
- MSS. - *Lorena: 1824*, sete companhias, rolo 120.
- MSS. - *Lorena: 1825*, sete companhias, rolo 120.
- MSS. - *Lorena: 1826*, uma companhia, rolo 120.
- MSS. - *Lorena: 1828*, oito companhias, rolo 121.
- MSS. - *Lorena: 1829*, oito companhias, rolo 121.
- MSS. - *Lorena: 1835*, sete quarteirões, rolo 121.
- MSS. - *Lorena: 1836*, dezoito quarteirões, rolo 121.
- MSS. - *Lorena: 1850*, um maço, rolo 122.
- MSS. - *São Luís do Paraitinga: 1774*, um maço, rolo 179.
- MSS. - *São Luís do Paraitinga: 1776*, um maço, rolo 179.
- MSS. - *São Luís do Paraitinga: 1777*, um maço, rolo 179.
- MSS. - *São Luís do Paraitinga: 1778*, um maço, rolo 179.
- MSS. - *São Luís do Paraitinga: 1779*, um maço, rolo 179.
- MSS. - *São Luís do Paraitinga: 1781*, um maço, rolo 179.
- MSS. - *São Luís do Paraitinga: 1782*, um maço, rolo 179.
- MSS. - *São Luís do Paraitinga: 1783*, um maço, rolo 179.
- MSS. - *São Luís do Paraitinga: 1789*, um maço, rolo 179.
- MSS. - *São Luís do Paraitinga: 1790*, um maço, rolo 179.
- MSS. - *São Luís do Paraitinga: 1791*, um maço, rolo 179.
- MSS. - *Ofícios diversos de 1878 e 1880*.
- MSS. - *Inventário dos bens rústicos* (provavelmente de 1818).
- MSS. - *Registro paroquial de terras de 1855-1856: Lorena e Silveiras..*
- Arquivo Paula Santos:
- MSS. - *Testamento de 1806*.

### **3- Arquivo Municipal de Lorena**

MSS. - *Inventários de 1818 a 1879.*

MSS. - *Processos cíveis de 1838 a 1871.*

### **4- Cartório do Ofício Judicial de Cachoeira Paulista**

MSS. - *Inventários de 1833 a 1879.*

MSS. - *Processo cível de 1846.*

### **5- Museu Frei Galvão de Guaratinguetá**

MSS. - *Processos cíveis de 1850 a 1868.*

### **6- Arquivo Municipal de Areias**

MSS. - *Processos cíveis de 1861 a 1874.*

### **7- Primeiro Cartório de Cachoeira Paulista**

MSS. - *1º Livro de notas para escrituras de escravos. Servirá este livro para nele se lançarem todas as escrituras de compra e venda de escravos, cujas escrituras forem passadas no cartório do Tabelião público desta cidade, cujas acham seladas, numeradas e rubricadas por mim. Cidade de Silveiras, 22 de novembro de 1867. Francisco Antonio Ferreira. Juiz Municipal.*

MSS. - *Livro de notas para escravos (1871) Livro nº 3. Servirá este livro para se lançarem as escrituras de venda de escravos que se celebrarem perante o Tabelião público deste termo; as suas folhas vão por mim numeradas e rubricadas com meu apelido que dei = Barbosa = Silveiras, 27 de julho de 1871. Francisco de Paula Pereira Barbosa.*

MSS. - *Quarto livro de notas especial para escravos. Servirá este livro para nele se lançarem as escrituras de compra e venda de escravos celebradas no cartório do Tabelião público deste termo. Silveiras, digo, suas folhas vão numeradas e rubricadas por mim com a rubrica que uso de = Barbosa = Silveiras, 28 de julho de 1873. Francisco de Paula Pereira Barbosa. Juiz Municipal do Termo.*

### **8- Mini Museu da Fundação Nossa Senhora do Ipiranga em São Paulo**

MSS. - *Carta de 18/03/1863 do Coronel José Vicente de Azevedo a Joaquim José Moreira Lima.*

MSS. - *Livro particular de assentos de Joaquim José Moreira Lima.*

### **9- Cartório de Imóveis de Lorena**

MSS. - *Livro nº 2 de hipotecas de 1866 a 1887.*

MSS. - *Livro nº 6 de penhora de escravos de 1871 a 1872.*

#### 10- Cartório de Imóveis de Guaratinguetá

MSS. - *Livros de hipotecas de 1866 a 1879.*

#### 11- Cartório de Imóveis de Queluz

MSS. - *Livro nº 2 de hipotecas de 1875 a 1879* (referente a Areias).

## II - FONTES PRIMÁRIAS IMPRESSAS (citadas)

### Estatísticas e informações

CATÃO, Olympio. *Almanak da comarca de Lorena para 1875*. Rio de Janeiro: Typographia Cinco de Março, 1875.

DIVISÃO DE ARQUIVO DO ESTADO. *Repertório das sesmarias (1721-1821)*. São Paulo: Divisão de Arquivo do Estado, 1994. (ed. fac-similada).

LAEMMERT, Eduardo von. *Almanak administrativo, mercantil e industrial da corte e província do Rio de Janeiro para o ano de 1859*. Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Laemmert, 1859.

LAEMMERT, Eduardo von. *Almanak administrativo, mercantil e industrial da corte e província do Rio de Janeiro para o ano de 1875*. Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Laemmert, 1875.

LUNÉ, Antonio José B. & FONSECA, Paulo Delfino de. *Almanack da província de São Paulo para 1873*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado / Arquivo do Estado de São Paulo, 1985. (ed. fac-similada).

MARQUES E IRMÃO. *Almanak administrativo, mercantil, e industrial da província de São Paulo para o ano de 1858*. São Paulo: Arquivo do Estado, s. d. (ed. fac-similada).

MÜLLER, Daniel Pedro. *Ensaio d'um quadro estatístico da província de São Paulo*. São Paulo: Governo do Estado, 1978.

SOARES, Sebastião Ferreira. *Notas estatísticas sobre a produção agrícola e carestia dos gêneros alimentícios no Império do Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1977.

### Relatos de viajantes e memórias

ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil*. 3ª ed. Belo Horizonte: Itatiaia. São Paulo: Edusp, 1982.

CASAL, Aires de. *Corografia brasílica*. Belo Horizonte: Itatiaia. São Paulo: Edusp, 1976.

LAERNE, C. F. Van Delden. *Brazil and Java: report on coffee-culture in America, Asia and Africa*. London: W. H. Allen, 1885.

PIZARRO E ARAUJO, José de Souza Azevedo. *Memórias históricas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1948, 8 v.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Segunda viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo: 1822*. Belo Horizonte: Itatiaia. São Paulo: Edusp, 1974.

- SPIX, Johann Baptist von & MARTIUS, Carl Friedrich Phillipp von. *Viagem pelo Brasil: 1817-1820*. Belo Horizonte: Itatiaia. São Paulo: Edusp, 1981, 3 v.
- TSCHUDI, Johann Jakob von. *Viagem às províncias do Rio de Janeiro e São Paulo*. Belo Horizonte: Itatiaia. São Paulo: Edusp, 1980.
- ZALUAR, Augusto Emílio. *Peregrinação pela província de São Paulo (1860-1861)*. Belo Horizonte: Itatiaia. São Paulo: Edusp, 1975.

### III - FONTES SECUNDÁRIAS (citadas)

- ABUD, Katia Maria. *Autoridade e riqueza: contribuição para o estudo da sociedade paulistana na segunda metade do século XVIII*. Dissertação (Mestrado em História) - FFLCH/USP, 1978.
- ALMADA, Vilma Paraíso Ferreira de. *Escravidão e transição: o Espírito Santo (1850-1888)*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.
- ALVES, Maurício Martins. *Caminhos da pobreza: a manutenção da diferença em Taubaté (1680-1729)*. Dissertação (Mestrado em História) - IFCS/UFRJ, 1995.
- AZEVEDO, Aroldo de. Última etapa da vida do Barão de Santa Eulália. *Revista de História*, São Paulo, ano III, v. IV, n° 10, p. 416-430, abr./jun. 1952.
- AZEVEDO, Aroldo de. Aspectos da Lorena Imperial. *Correio Paulistano*, São Paulo, 26 de junho de 1954 (separata).
- BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. *Os senhores da terra: família e sistema sucessório entre os senhores de engenho do oeste paulista (1765-1855)*. Dissertação (Mestrado em História) - FFLCH/USP, 1987.
- BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. *Família, herança e poder em São Paulo: 1765-1855*. São Paulo: CEDHAL, 1991.
- BARREIROS, Eduardo Canabrava. *Itinerário da independência*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1972.
- BORGES, Urquiza Maria. *Negociantes da cidade de São Paulo (1875-1880)*. Dissertação (Mestrado em História) - FFLCH/USP, 1979.
- BRANDÃO, Tanya Maria Pires. *A elite colonial piauiense: família e poder*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1995.
- BRIOSCHI, Lucila Reis *et alii*. *Entrantes no sertão do Rio Pardo: o povoamento da Freguesia de Batatais século XVIII e XIX*. São Paulo: CERU, 1991.
- BRIOSCHI, Lucila Reis. *Criando história: paulistas e mineiros no nordeste de São Paulo (1725-1835)*. Tese (Doutorado em Sociologia) - FFLCH/USP, 1995.
- BUESCU, Mircea. *300 anos de inflação*. Rio de Janeiro: APEC, 1973.

- CALÓGERAS, João Pandiá. *Política Monetária do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1960.
- CAMARGO, José Francisco. *Crescimento da população no Estado de São Paulo e seus aspectos econômicos: ensaio sobre relações entre a demografia e a economia*. São Paulo: FFLCH/USP, 1952.
- CANABRAVA, Alice Piffer. *O algodão em São Paulo: 1861-1875*. 2ª ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 1984.
- CANABRAVA, Alice Piffer. A repartição da terra na capitania de São Paulo. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 2, nº 6, p. 77-130, dez. 1972.
- CASTRO, Hebe Maria da Costa Mattos Gomes de. *Ao sul da história: lavradores pobres na crise do trabalho escravo*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- COSTA, Dora Isabel Paiva da. *Herança e ciclo de vida: um estudo sobre família e população em Campinas, São Paulo (1765-1850)*. Tese (Doutorado em História) - ICHF/UFF, 1997.
- COSTA, Iraci del Nero da. *Vila Rica: população (1719-1826)*. São Paulo: IPE/USP, 1979.
- COSTA, Iraci del Nero da. Nota sobre ciclo de vida e posse de escravos. *História: Questões & Debates*, Curitiba, v. 4, nº 6, p. 121-127, junho 1983.
- COSTA, Iraci del Nero da. *Arraia-miúda: um estudo sobre os não-proprietários de escravos no Brasil*. São Paulo: MGSP, 1992.
- COSTA, Iraci del Nero da. *Repensando o modelo interpretativo de Caio Prado Jr.* São Paulo: NEHD-FEA/USP, 1995 (Cadernos NEHD, nº 3).
- COSTA, Iraci del Nero da. *Ciclo de vida e posse de escravos: algumas relações entre cortes transversais e estudos longitudinais*. São Paulo: NEHD-FEA/USP, 1997a, mimeo.
- COSTA, Iraci del Nero da & NOZOE, Nelson Hideiki. Economia colonial brasileira: classificação das ocupações segundo ramos e setores. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 17, nº 1, p. 69-87, jan./abr. 1987.
- COSTA, Iraci del Nero da & NOZOE, Nelson Hideiki. Elementos da estrutura de posse de escravos em Lorena no alvorecer do século XIX. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 19, nº 2, p. 319-345, mai./ago. 1989.
- COSTA, Iraci del Nero da, SLENES, Robert W. & SCHWARTZ, Stuart B. A família escrava em Lorena (1801). *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 17, nº 2, p. 245-295, mai./ago. 1987.
- DEE. *Quadro demonstrativo do desmembramento dos municípios: Quinquênio 1949-1953*. 5ª ed. São Paulo: Departamento de Estatística do Estado, 1953.

- DIAS, Maria Odila Silva. A interiorização da metrópole (1808-1853). MOTA, Carlos Guilherme. *1822: Dimensões*. São Paulo: Perspectiva, 1972.
- ELLIS JR., Alfredo. *O ouro e a paulistânia*. São Paulo: FFCL/USP, 1948.
- EVANGELISTA, José Geraldo. Alguns aspectos de Lorena nos meados do século XIX (1850-1869). *Revista de História*, São Paulo, ano 14, v. XXVI, n° 54, p. 423-443, abr./jun. 1963.
- EVANGELISTA, José Geraldo. *Lorena no século XIX*. São Paulo: Governo do Estado, 1978.
- FARIA, Sheila Siqueira de Castro. *A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial (Sudeste, século XVIII)*. Tese (Doutorado em História) - ICHF/UFF, 1994.
- FARIA, Sheila Siqueira de Castro. Fortuna e família em Bananal no século XIX. CASTRO, Hebe Maria da Costa Mattos Gomes de & SCHNOOR, Eduardo. *Resgate: uma janela para o oitocentos*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1995, p. 63-98.
- FERNÁNDEZ, Ramón Vicente García. *Transformações econômicas no litoral norte paulista (1778-1836)*. Tese (Doutorado em Economia) - FEA/USP, 1992.
- FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *Comerciantes, fazendeiros e formas de acumulação em uma economia escravista-colonial: Rio de Janeiro, 1790-1888*. Tese (Doutorado em História) - ICHF/UFF, 1990.
- FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.
- FRAGOSO, João Luís Ribeiro & RIOS, Ana Maria Lugão. Um empresário brasileiro do oitocentos. CASTRO, Hebe Maria da Costa Mattos Gomes de & SCHNOOR, Eduardo. *Resgate: uma janela para o oitocentos*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1995, p. 197-224.
- FRANCO, Bernardo de Souza. *Os bancos do Brasil*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1984.
- FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Ática, 1974.
- FREITAS, Maria Aparecida Rezende Gouveia de. *Bananal: cidade histórica, berço do café*. São Paulo: Massao Ohno-Roswitha Kempf, 1981.
- FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. 8ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968.
- FURTADO, Júnia Ferreira. *Homens de negócio: a interiorização da metrópole e do comércio nas Minas setecentistas*. Tese (Doutorado em História) - FFLCH/USP, 1996.

- GALLARDO, Dario Horacio Gutiérrez. *Senhores e escravos no Paraná, 1800-1830*. Dissertação (Mestrado em Economia) - FEA/USP, 1986.
- GORENSTEIN, Riva. *O enraizamento de interesses mercantis portugueses na região centro-sul do Brasil: 1808-1822*. Dissertação (Mestrado em História) - FFLCH/USP, 1978.
- GUTMAN, Herbert G. *The black family in slavery and freedom (1750-1925)*. New York: Vintage Books, 1976.
- HERRMANN, Lucila. *Evolução da estrutura social de Guaratinguetá num período de trezentos anos*. São Paulo: IPE/USP, 1986. (ed. fac-similada).
- IBGE. *Estatísticas históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988*. 2ª ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1990.
- KEYNES, John Maynard. *A teoria geral do emprego, juro e da moeda*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- LEVY, Maria Bárbara. *História Financeira do Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: IBMEC, 1979.
- LEWKOWICZ, Ida. *Vida em família: caminhos da igualdade em Minas Gerais (séculos XVIII e XIX)*. Tese (Doutorado em História) - FFLCH/USP, 1992.
- LIMA, Carlos. *Escravidão e famílias livres: o caso dos artesãos da cidade do Rio de Janeiro (1797-1845)*. *Cardernos do Laboratório Interdisciplinar de Pesquisa em História Social*. Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ. nº 1, 1995.
- LISANTI FILHO, Luis. *Comércio e capitalismo: o Brasil e a Europa entre o fim do século XVIII e o início do século XIX. (o exemplo de três vilas paulistas - Campinas, Itu e Porto Feliz, 1798-1828/9)*. Tese (Doutorado em História) - FFLCH/USP, 1962.
- LOBO, Eulália Maria Lahmeyer *et alii*. *Evolução dos preços e do padrão de vida no Rio de Janeiro: 1820-1930*. *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, v. 25, nº 4, p. 235-265, out./dez. 1971.
- LUNA, Francisco Vidal. *Minas Gerais: escravos e senhores*. São Paulo: IPE/USP, 1981.
- LUNA, Francisco Vidal. *Estrutura da posse de escravos em Minas Gerais (1804)*. COSTA, Iraci del Nero da. *Brasil: história econômica e demográfica*. São Paulo: IPE/USP, 1986.
- LUNA, Francisco Vidal. *População e atividades econômicas em Areias (1817-1836)*. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 24, nº 3, p. 433-463, set./dez. 1994.
- LUNA, Francisco Vidal & COSTA, Iraci del Nero da. *Posse de escravos em São Paulo no início do século XIX*. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 13, nº 1, p. 211-222, jan./mar. 1983.

- MACHADO, Maria Helena. *O plano e o pânico: os movimentos sociais na década da abolição*. São Paulo: Edusp, 1994.
- MARCÍLIO, Maria Luiza *et alii*. Considerações sobre o preço do escravo no período imperial: uma análise quantitativa (baseada nos registros de escritura de compra e venda de escravos na Bahia). *Anais de História*. Assis: FFCL de Assis, nº 5, p. 179-194, 1973.
- MARCÍLIO, Maria Luiza. *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista, 1700-1836*. Tese (Livre docência em História) - FFLCH/USP, 1974.
- MARCONDES, Renato Leite. *Desenvolvimento da produção e comportamento dos preços na constituição da economia cafeeira lorenense*. Monografia (Graduação em Economia) - FEA/USP, 1992.
- MARCONDES, Renato Leite. O evolver demográfico e econômico nos espaços fluminenses (1780-1840). *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 25, nº 2, p. 235-270, mai./ago. 1995.
- MARCONDES DE MOURA, Carlos Eugênio. *O visconde de Guaratinguetá: um titular do café no vale do Paraíba*. São Paulo: Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia, 1976.
- MARCONDES DE MOURA, Carlos Eugênio. *Os Galvão de França no povoamento de Santo Antonio de Guaratinguetá*. 3ª ed. São Paulo: Edusp, 1993.
- MARTINHO, Lenira Menezes. *Organização do trabalho e relações sociais no interior das firmas comerciais do Rio de Janeiro na primeira metade do século XIX*. Dissertação (Mestrado em História) - FFLCH/USP, 1978.
- MARTINS, José de Souza. *Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano*. São Paulo: Departamento de Sociologia da FFLCH/USP - Hucitec, 1997.
- MARTINS, Roberto Borges. Minas Gerais, Século XIX: tráfico e apego à escravidão numa economia não-exportadora. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 13, nº 1, p. 181-209, jan./abr. 1983.
- MARTINS, Valter. *Nem senhores, nem escravos: os pequenos agricultores em Campinas (1800-1850)*. Campinas: Centro de Memória - Unicamp, 1996.
- MELLO, Pedro Carvalho de. *A economia da escravidão nas fazendas de café: 1850-1888*. Rio de Janeiro: PNPE, 1984.
- MELLO, Zélia Cardoso de. *Metamorfose da riqueza: São Paulo, 1845-1895*. São Paulo: Hucitec/Prefeitura do Município de São Paulo/Secretaria Municipal da Cultura, 1985.
- METCALF, Alida Christine. *Families of planters, peasants and slaves: strategies for survival in Santana do Paraíba, Brazil (1720-1820)*. Tese (Phd em História) - University of Texas, 1983a.

- METCALF, Alida Christine. Recursos e estruturas familiares no século XVIII: em Ubatuba, Brasil. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 13, nº especial, p. 771-785, 1983b.
- METCALF, Alida Christine. A família e a sociedade rural paulista: Santana de Parnaíba (1750-1850). *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 20, nº 2, p. 283-304, mai./ago. 1990.
- MODIGLIANI, Franco. Life cycle, individual thrift, and the wealth of nations. *American Economic Review*, vol. 76, nº 3, p. 297-313, june 1986.
- MODIGLIANI, Franco & ANDO, Albert. The “life cycle” hypothesis of saving: aggregate implications and tests. *American Economic Review*, v. 53, nº 2, p. 55-84, march 1963.
- MODIGLIANI, Franco & BRUMBERG, Richard. Utility analysis and the consumption function: an interpretation of cross-section data. KURIHARA, K. *Post-Keynesian economics*. New Brunswick: Rutgers University Press, 1954, p. 388-436.
- MONBEIG, Pierre. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. São Paulo: Editora HUCITEC/POLIS, 1984.
- MOTT, Luiz R. B. Subsídios à história do pequeno comércio no Brasil. *Revista de História*, São Paulo, ano XXVII, v. LIII, nº 105, p. 81-106, jan./mar. 1976.
- MOTTA, José Flávio. *Corpos escravos, vontades livres: estrutura de posse de cativos e família escrava em um núcleo cafeeiro (Bananal, 1801-1829)*. Tese (Doutorado em Economia) - FEA/USP, 1990.
- MOTTA, José Flávio & MARCONDES, Renato Leite. Preços e comercialização do café no vale do Paraíba paulista: Bananal em inícios dos oitocentos. *Anais do XXV Encontro Nacional de Economia*. Recife: UFPE/PIMES, v. II, 1997, p. 920-939.
- MOTTA, José Flávio & NOZOE, Nelson Hideiki. Cafeicultura e acumulação. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 24, nº 2, p. 253-320, mai./ago. 1994.
- MOTTA SOBRINHO, Alves. *A civilização do café (1820-1920)*. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1968.
- MÜLLER, Nice Lecocq. *O fato urbano na bacia do Rio Paraíba*. Rio de Janeiro: IBGE, 1969.
- MUNIZ, Célia Maria Loureiro. Os donos da terra: um estudo sobre a estrutura fundiária do vale do Paraíba fluminense, no século XIX. Dissertação (Mestrado em História) - ICHF/UFF, 1979.
- NAZZARI, Muriel. Dotes paulistas: composição e transformações (1600-1870). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 9, nº 17, p. 87-100, set. 1988 / ago. 1989.

- NOZOE, Nelson Hideiki & MOTTA, José Flávio. Os arredados da cafeicultura. *Anais do X Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. Belo Horizonte: ABEP, 1996, p. 1831-62.
- OLIVEIRA, Lelio Luiz de. *As transformações da riqueza em Franca no século XIX*. Dissertação (Mestrado em História) - FHDSS-UNESP, 1995.
- PAPALI, Maria Aparecida Chaves Ribeiro. *Vestígios de um cotidiano: trabalhadores escravos, lavradores, negociantes e coronéis em São José dos Campos (1870-1888)*. Dissertação (Mestrado em História) - PUC-SP, 1996.
- PEREIRA, Waldick. *Cana, café & laranja: história econômica de Nova Iguaçu*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas/SEEC, 1977.
- PETRONE, Maria Thereza Shorer. *A lavoura canavieira em São Paulo: expansão e declínio (1765-1851)*. São Paulo: DIFEL, 1968.
- PETRONE, Maria Thereza Shorer. Terras devolutas, posses e sesmarias no Vale do Paraíba paulista em 1854. *Revista de História*, São Paulo, ano XXVI, v. LII, nº 103, p. 375-399, jul./set. 1975.
- PETRONE, Maria Thereza Shorer. *O Barão de Iguape*. São Paulo: Nacional. Brasília: INL, 1976.
- PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo: colônia*. 4ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1953.
- PRADO JR. Caio. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Círculo do Livro, 1984.
- QUEIROZ, Carlota Pereira de. *Vida e morte de um capitão-mor*. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1969.
- RAMOS, Péricles Eugênio da Silva. *Lua de ontem*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora. 1960.
- RANGEL, Armênio de Souza. *Escravidão e Riqueza: formação da economia cafeeira no município de Taubaté (1765-1835)*. Tese (Doutorado em Economia) - FEA/USP, 1990.
- REIS, Paulo Pereira dos. *O caminho novo da Piedade no nordeste da capitania de São Paulo*. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1971.
- REIS, Paulo Pereira dos. *Lorena nos séculos XVII e XVIII*. São Paulo: Fundação Nacional do Tropicarismo, 1988.
- RODRIGUES, Antonio da Gama. *Gens Lorenensis*. Lorena: s. ed., 1956.
- RODRIGUES, Antonio da Gama. *O Conde Moreira Lima*. São Paulo: Instituto Genealógico Brasileiro, 1942.
- ROSSI, José W. *Índices de desigualdade de renda e medidas de concentração industrial*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

- SAES, Flávio Azevedo Marques de. *Crédito e bancos no desenvolvimento da economia paulista (1850-1930)*. São Paulo: IPE/USP, 1986.
- SAMARA, Eni de Mesquita. O dote na sociedade paulista do século XIX: legislação e evidências. *Anais do Museu Paulista*, v. 30, p. 41-53, 1980/1981.
- SCHILLER, Bradley R. *The economics of poverty & discrimination*. 6ª ed. Englewood Cliffs: Prentice Hall, 1995.
- SCHULZ, John. *A crise financeira da abolição: 1875-1901*. São Paulo: Edusp/Instituto Fernand Braudel, 1996.
- SCOTT, Ana Sílvia Volpi. *Dinâmica familiar da elite paulista (1765-1836)*: estudo diferencial de demografia histórica das famílias dos proprietários de grandes escravarias do Vale do Paraíba e região da capital de São Paulo. Dissertação (Mestrado em História) - FFLCH/USP, 1987.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da Silva. *Sistema de casamento no Brasil colonial*. São Paulo: T. A. Queiroz/Edusp, 1984.
- SILVA, Eduardo. *Barões e escravidão: três gerações de fazendeiros e a crise da estrutura escravista*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, Brasília: INL, 1984.
- SLENES, Robert W. Grandeza ou decadência? O mercado de escravos e a economia cafeeira da província do Rio de Janeiro, 1850-1888. COSTA, Iraci del Nero da. *Brasil: história econômica e demográfica*. São Paulo: IPE/USP, 1986.
- SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificados do ouro: a pobreza mineira do século XVIII*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.
- STEIN, Stanley Julian. *Grandeza e decadência do café no vale do Paraíba*. São Paulo: Brasiliense, 1961.
- SWEIGART, Joseph Earl. *Financing and marketing brazilian export agriculture: the coffee factors of Rio de Janeiro, 1850-1888*. Tese (Phd em História) - University of Texas, 1980.
- TAUNAY, Afonso de Escagnolle. *Historia do café no Brasil*. Rio de Janeiro: Departamento Nacional do Café (DNC), 1939, 15 v.
- WEECH, Friedrich von. *A agricultura e o comércio do Brasil no sistema colonial*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- WHATELY, Maria Celina. *O café em Resende no século XIX*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1987.
- ZAMBONI, Ernesta. *Processo de formação e organização da rede fundiária da área de Ribeirão Preto (1874 a 1900)*: uma contribuição ao estudo de estrutura agrária. Dissertação (Mestrado em História) - FFLCH/USP, 1978.

ZEMELLA, Mafalda P. *O abastecimento da capitania das Minas Gerais no século XVIII*.  
São Paulo: Hucitec/Edusp, 1990.

## **APÊNDICE ESTATÍSTICO**

GRÁFICO AE.1 : CURVAS DE LORENZ (1778 e 1798)

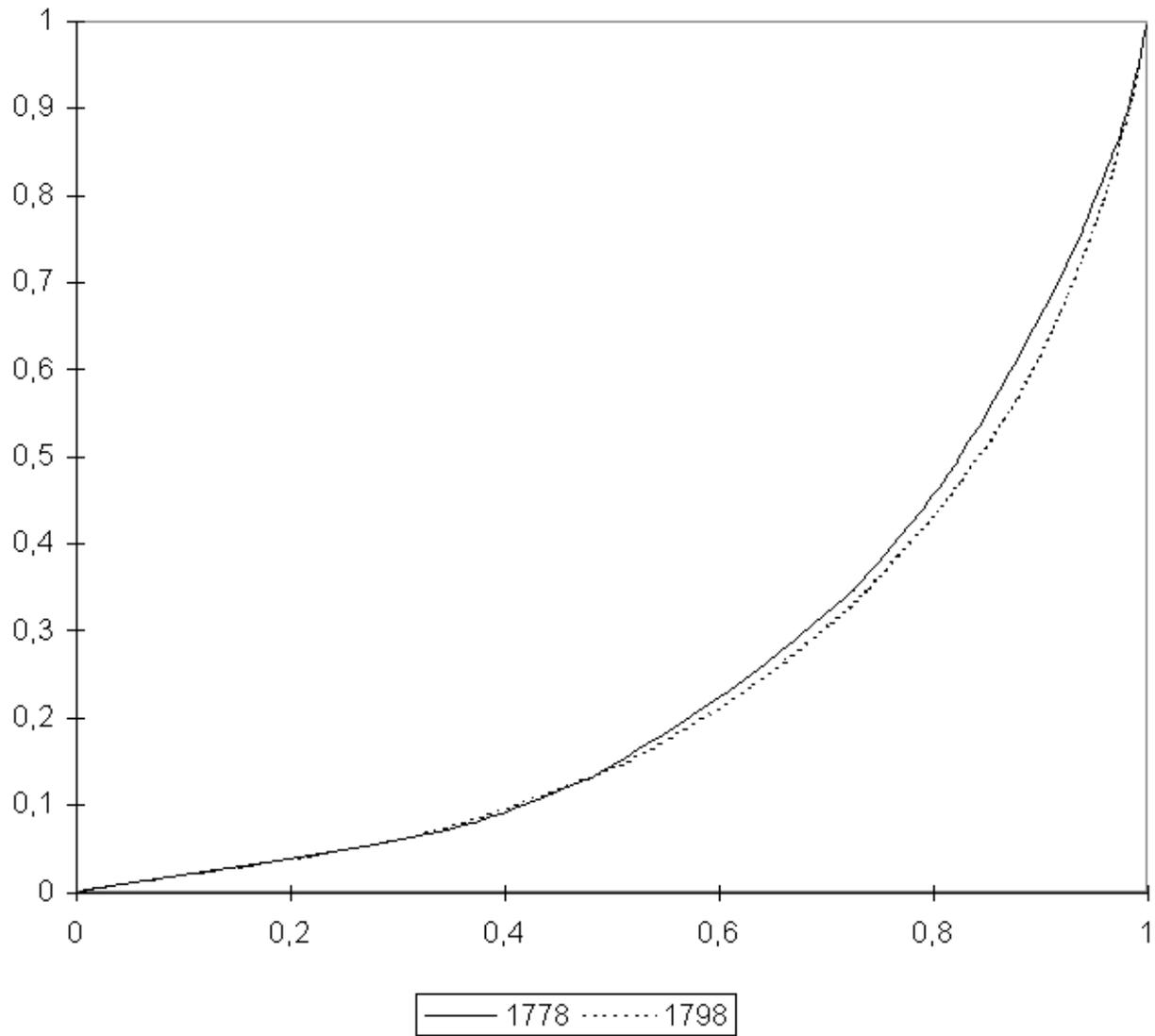


GRÁFICO AE.2 : CURVAS DE LORENZ (1798 e 1818)

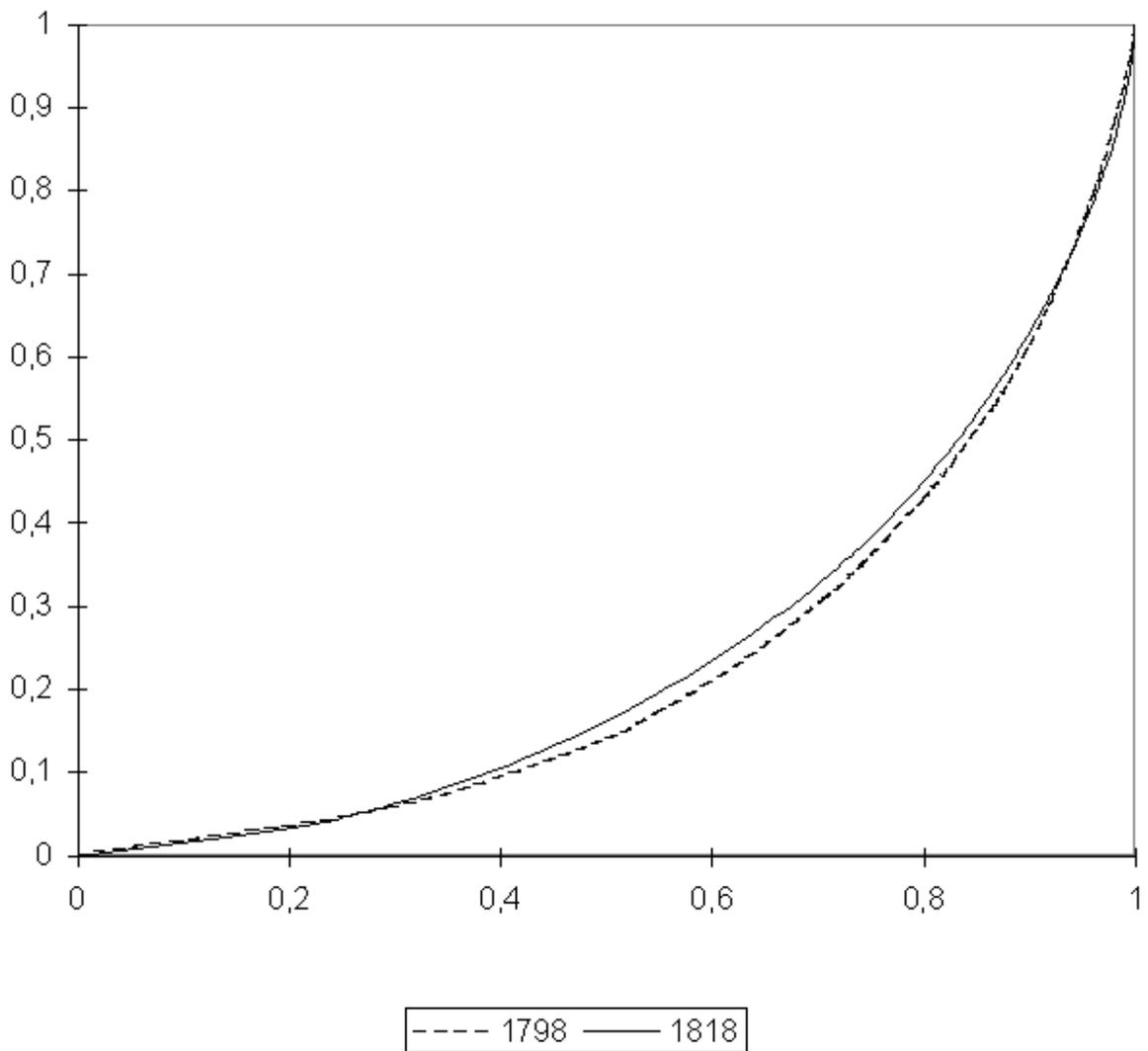


GRÁFICO AE.3 : CURVAS DE LORENZ (1818 e 1829)

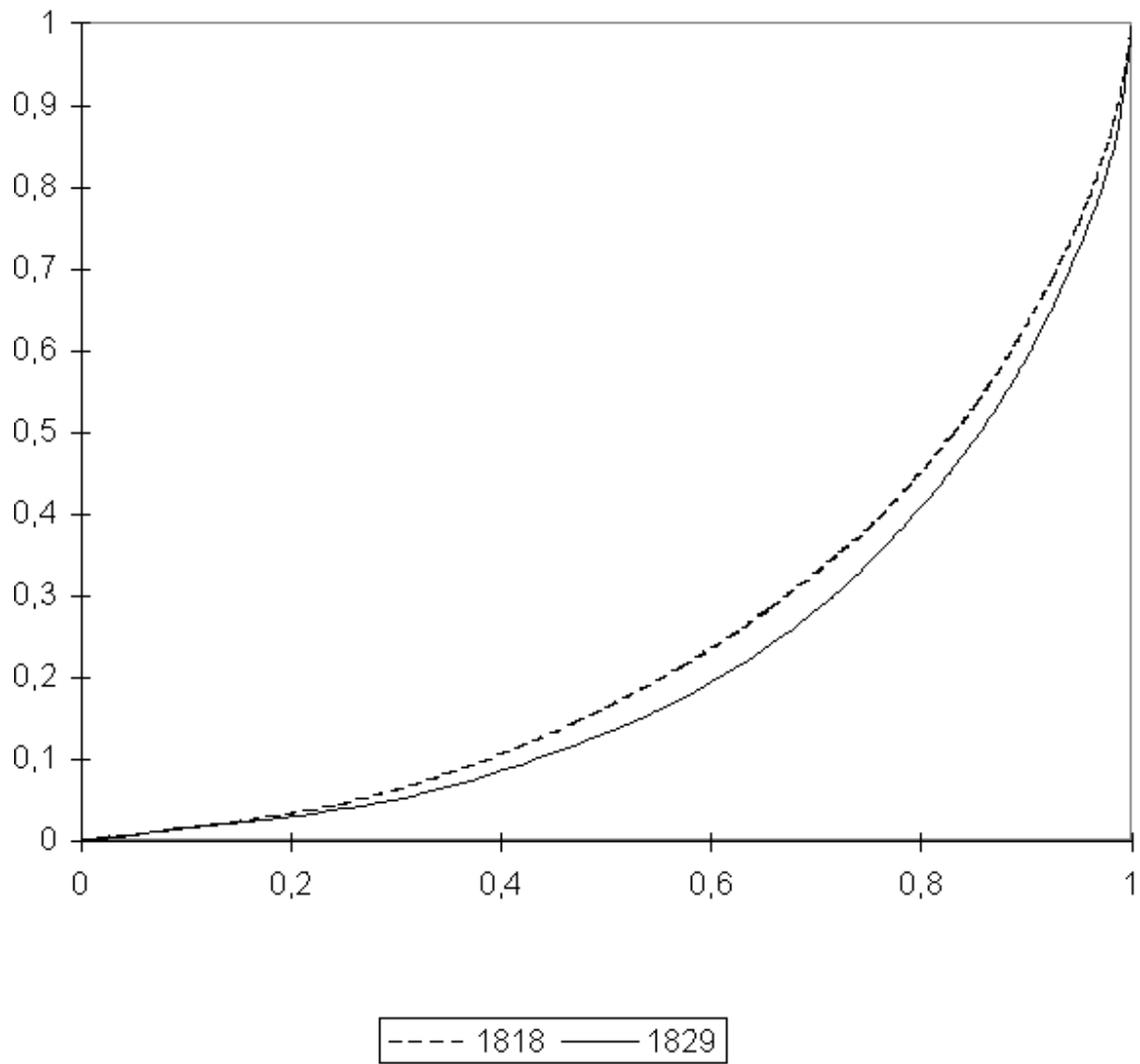


GRÁFICO AE.4 : CURVAS DE LORENZ (1778, 1798, 1818 e 1829)

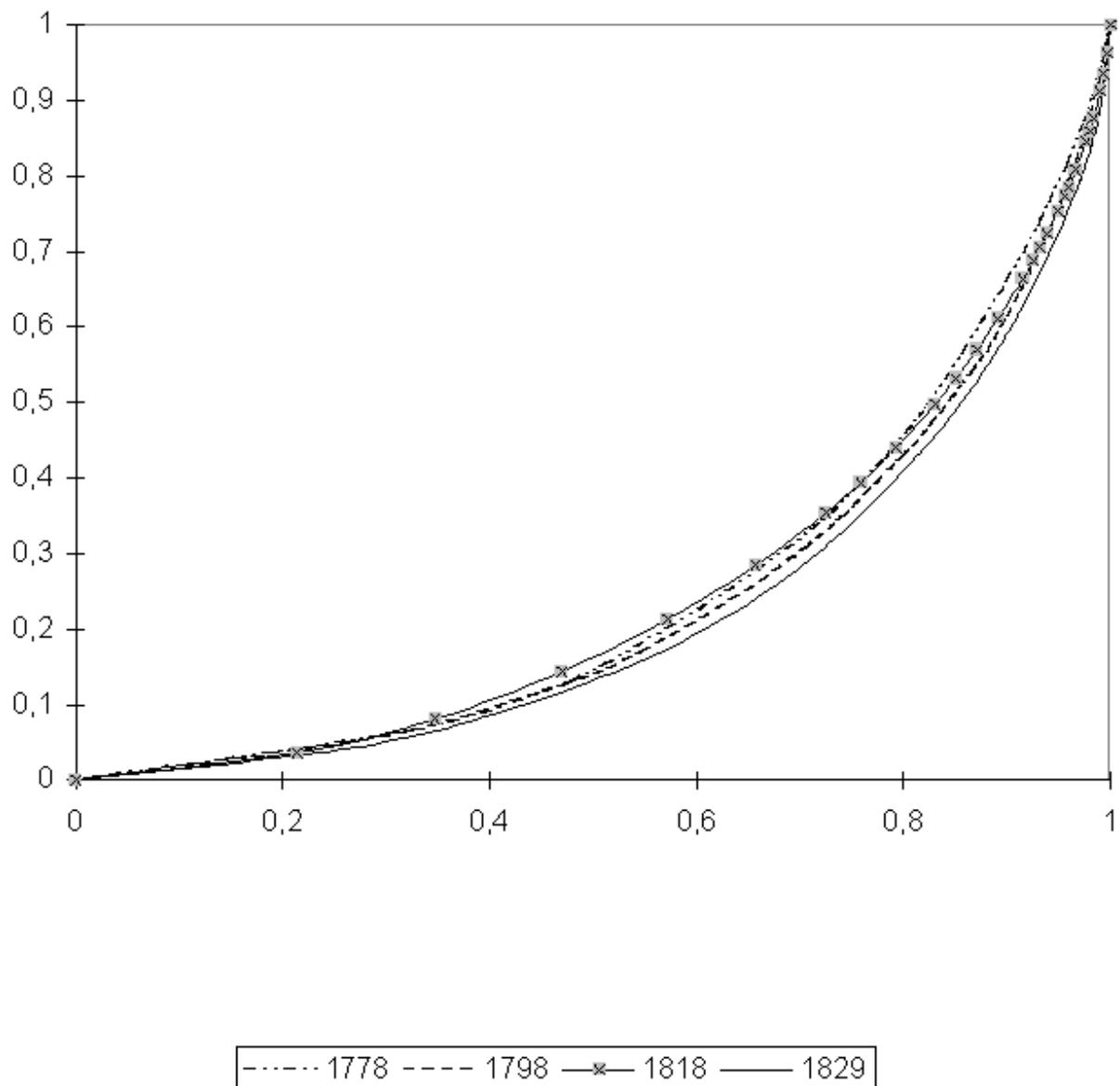


GRÁFICO AE.5 : CURVAS DE LORENZ (1778 e 1818)

